

[VOL. 3] [Nº1] [2023]

REORIENTE

DOSSIÊ RUY MAURO MARINI

ENTREVISTA

John Smith

ARTIGOS

Dependência e nova dependência no século XXI

– *Adrian Sotelo Valencia*

Marini e a dialética do capitalismo contemporâneo

– *Carlos Eduardo Martins*

Estado de contrainsurgência: alternativa ao conceito de fascismo dependente – *Gabriel Magalhães Beltrão e Adriano Nascimento Silva*

Brasil, subimperialismo e semiperiferia em perspectiva histórica – *Carlos Eduardo Vidigal*

Opressão-superexploração e modalidades de labor – *Marcela Soares*

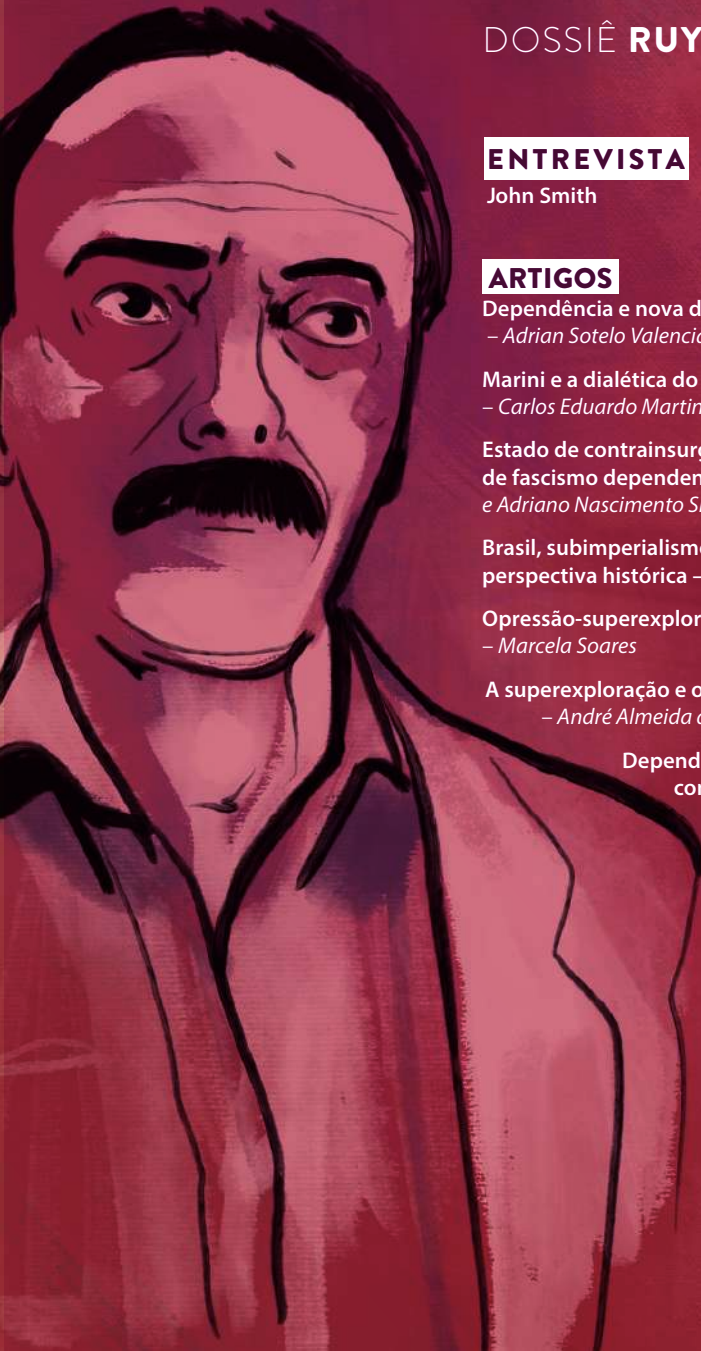
A superexploração e o capitalismo de plataformas – *André Almeida de Abreu*

Dependência educacional e a contrarreforma do ensino médio – *Matheus Rufino Castro*

Dialética da dependência à luz de Marion Greenwood – *Roberta Traspadini e José Gilberto de Souza*

E MAIS

Cristobal Kay, Javier Vadell,
Lucio Oliver ...



EDITORIAL	5
DOSSIE 90 ANOS DE RUY MAURO MARINI/50 ANOS DE DIALÉTICA DE LA DEPENDÊNCIA (PARTE II)	
APRESENTAÇÃO	7
ENTREVISTA John Smith: Las teorías del imperialismo en el siglo XXI	9
ARTIGOS	
Dependência e Nova Dependência no Século XXI Adrian Sotelo Valencia	26
Ruy Mauro Marini e a Dialética do Capitalismo Contemporâneo Carlos Eduardo Martins	38
O Estado de Contrainsurgência: uma Alternativa ao Conceito de Fascismo Dependente Gabriel Magalhães Beltrão e Adriano Nascimento Silva	74
Brasil e América do Sul: Subimperialismo e Semiperiferia em Perspectiva Histórica Carlos Eduardo Vidigal	102
Opressão-Superexploração: entre “Novas” e “Velhas” Modalidades de Labor Marcela Soares	126
Urbanização, Superexploração e Espaço Metropolitano Brasileiro no Capitalismo de Plataformas André Almeida de Abreu	151
Dependência Educacional: a Contrarreforma do Ensino Médio desde as Contribuições de Marini Matheus Rufino Castro	166
Vigência e Relevância de <i>Dialética da Dependência</i> à luz de Marion Greenwood Roberta Traspadini e José Gilberto de Souza	191
HOMENAGENS	
Memórias e Testemunhos Lucio Oliver	218
RESENHAS <i>Ruy Mauro Marini, The Dialectics of Dependency</i> , Amanda Latimer e Jaime Osório (eds.) Cristobal Kay	224

TEMAS LIVRES

HOMENAGENS

Pablo González Casanova (1922-2023) y sus Aportes al Pensamiento 231

Crítico Universal

Jose Gandarilla Salgado

RESENHAS

***World-Systems Analysis at a Critical Juncture*, Corey Payne, Roberto** 237

Patricio Korzeniewicz e Beverly Silver (eds.)

Lourdes Flores Bordais

***China: o Socialismo do Século XXI*, de Elias Jabbour e Alberto Gabriele** 245

Javier Vadell

Editores

Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Joana das Flores Duarte (UNIFESP) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Ana Garcia Saggioro (PUC Rio), Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Jales Dantas da Costa (UnB), Lourdes Flores Bordais (PEPI/ UFRJ), Marcos Pedlowski (UENF), Willyan Alvarez Viegas (PEPI/UFRJ) e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Amanda Stelitano (LEHC/UFRJ), Fernanda Rafaela Pinheiro Moraes (UNIFESP), Pedro Bordinhão (LEHC/UFRJ), Pedro Martinez (LEHC/UFRJ), Raíssa Oliveira (diagramação), Raquel Coelho (LEHC/UFRJ), Rodrigo Corrêa (projeto gráfico), Talissa Barcelos (revisora) e Thassiel Melo (capa)

Conselho Editorial

Adhemar Minero (REBRIP) • Adrian Sotelo Valencia (UNAM) • Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara) • Alfredo Saad Filho (King's College) • Alicia Giron (UNAM) • Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University) • Antonio Brussi (UnB) • Armando Boito (Unicamp) • Atilio Alberto Boron (UBA) • Barry Gills (University of Helsinki) • Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University) • Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti) • Carla Ferreira (UFRJ) • Carlos Serrano (LEHC-UFRJ) • Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá) • Christopher Chase-Dunn (University of California) • Claudio Katz (UBA) • Denise Gentil (UFRJ) • Didimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala) • Elias Jabbour (UERJ) • Emilio Taddei (UBA) • Emir Sader (LPP-UERJ) • Enrique Leff (UNAM) • Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP) • Francisco Lopez Segrera (ISRI – Cuba) • Gabriella Roffinelli (UBA) • Gabriel Merino (UNLP) • Gilberto Maringoni (UFABC) • Graça Druck (UFBA) • Graciela Gallarce (CLACSO) • Heitor Silva (LEHC-UFRJ) • Helton Ouriques (UFSC) • Isabela Nogueira (UFRJ) • Gustavo Menon (UCB) • Ivana Jinkings (Boitempo) • Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara) • Joana Coutinho (UFMA) • Joana Salem (Cáspér Libero) • Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow) • Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela) • José Luís Fiori (UFRJ) • Julio Gambina (SEPLA) • Leandro Morgensfield (UBA) • Leonardo Ramos (PUC-Minas) • Leonardo Valente (UFRJ) • Lourdes Regueiro (CIPI – Cuba) • Lúcio Oliver (UNAM) • Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ) • Luiz Felipe Osório (UFRRJ) • Luiz Filgueiras (UFBA) • Manoela Boatcă (University of Freiburg) • Marco Aurelio Santana (UFRJ) • Mária Millán (UNAM) • Maria Caraméz Carlotto (UFABC) • Maria Francesca Staiano (UNLP) • Mathias Luce (UFRJ) • Mauricio Metri (UFRJ) • Orlando Caputo (CLACSO) • Paris Yeros (UFABC) • Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government) • Paulo Emilio Matos Martins (UFF) • Pedro Vieira (UFSC) • Ramos Torres Galarza (Equador) • Raphael Padula (UFRJ) • Raphael Lana Seabra (UnB) • Ravit Palat (Byngamton University) • Ricardo Antunes (UNICAMP) • Ricardo Dello Buono (Manhatan College, NY) • Roberta Traspadini (UNILA) • Roberto Leher (UFRJ) • Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, College Park) • Rogério Dutra (UFF) • Ronald Chilcote (Latin American Perspectives) • Saulo Pinto (UFMA) • Şahan Savaş Karataşlı (North Caroline University, Greensboro) • Sedi Hirano (USP) • Vivian Urquidi (USP) • Wagner Iglecias (USP)

Apoio



Editorial

A Revista Reorienta traz nesta edição para o leitor, o segundo volume do dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/ 50 anos de *Dialética de la dependencia*. O dossiê se inicia com uma entrevista inédita de John Smith à equipe composta por Adrián Sotelo Valencia, Carlos Eduardo Martins e Fábio Maldonado, onde o autor britânico aborda aspectos determinantes da sua biografia para as escolhas políticas e acadêmicas que fez. Ele analisa dimensões-chaves da sua obra que realiza uma ampla revisão das teorias do imperialismo e aborda a conexão entre o seu pensamento e o de Ruy Mauro Marini.

Adrian Sotelo Valencia atualiza a teoria marxista da dependência para interpretar o capitalismo contemporâneo, partindo das formulações de Ruy Mauro Marini nos anos 1990 sobre o capitalismo mundial. Carlos Eduardo Martins faz um amplo balanço da obra de Ruy Mauro Marini destacando o caráter dinâmico, processual e histórico dos seus conceitos, ao invés de tratá-los como estáticos e rígidos. Ele indica alguns dos caminhos de sua atualização e os inscreve no diálogo e na crítica dos debates que ensejou e continua suscitando. Gabriel Beltrão e Adriano Nascimento discutem os conceitos de Estado de contra-insurgência e de fascismo dependente tomando em consideração a especificidade da contrarrevolução latino-americana. Carlos Eduardo Vidigal aborda o conceito de subimperialismo em perspectiva histórica analisando a sua pertinência para interpretar as políticas externas de Castelo Branco, após o golpe militar do grande capital, e de Lula, na primeira década deste século. Marcela Soares investiga a escravidão contemporânea, distinguindo-a da colonial, e a relaciona com a superexploração e a opressão dos trabalhadores presentes no ciclo do capital da economia brasileira. André Almeida de Abreu aborda o capitalismo de plataformas no espaço metropolitano brasileiro e a sua vinculação com os processos de superexploração dos trabalhadores. Matheus Rufino Castro examina a contrarreforma do ensino médio no Brasil e aponta os seus nexos com um projeto de educação que reproduz a dependência. Roberta Traspadini e José Gilberto de Souza analisam as interrelações entre o conceito de superexploração do trabalho de Marini e a estética muralista de Marion Greenwoold em texto que abre um novo e rico campo analítico de reflexões para abordar a obra de Marini. O dossiê apresenta ainda a homenagem de Lucio Oliver e a resenha de Cristobal Kay. Lucio Oliver destaca a última passagem de Ruy Mauro Marini pelo México, do qual foi participante, e o balanço histórico que dirigiu do pensamento do latino-americano no Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México (CELA/UNAM), onde colaborou. Kay faz a análise crítica da publicação em inglês do livro mais famoso de Marini, 50 anos depois de sua versão original em castelhano, destacando

os impactos e as polêmicas que provocou. Ele avalia a sua atualidade para o mundo contemporâneo e dialoga com as interpretações de Jaime Osório e Amanda Lettner.

Este número se encerra com a homenagem a Pablo Gonzalez Casanova feita por um de seus maiores discípulos, Jose Gandarilla Salgado, e com as resenhas do prestigiado livro sobre a economia do projetamento na China de Elias Jabbour e Alberto Gabrielli, feita por Javier Vadell, e do livro sobre as análises do sistema-mundo em uma conjuntura crítica e caótica, organizado por Corey Payne, Roberto Patricio Korzeniewicz e Beverly Silver, de autoria de Lourdes Flores Bordais.

Agradecemos as colaborações de Adrian Sotelo Valencia, Carla Ferreira, Pedro Martinez, Raissa Oliveria, Rodrigo Corrêa, Talissa Barcelos, Thassiel Melo e Raquel Coelho, absolutamente imprescindíveis para a publicação dessa edição.

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Roberto Goulart

90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de *Dialética de la Dependencia* (parte II)

Apresentação

Este segundo número do Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de *Dialética de la Dependencia*, em homenagem a um dos fundadores da teoria marxista da dependência (TMD), abre com entrevista realizada com um dos mais importantes teóricos do imperialismo, John Smith.

Em *Dependência e nova dependência no século XXI*, Adrián Sotelo Valencia sustenta a vigência da TMD para a explicação *causal* dos fenômenos do capitalismo no século XXI.

Carlos Eduardo Martins, em seu artigo *Ruy Mauro Marini e a dialética do capitalismo contemporâneo*, analisa a obra do autor homenageado a partir dos conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo em debate criativo com outros autores, tanto para avaliar a pertinência da TMD como para fazer uma aproximação do autor com a análise do sistema-mundo em torno à luta pelo socialismo.

Em *O Estado de contrainsurgência: uma alternativa ao conceito de fascismo dependente*, Gabriel Magalhães Beltrão e Adriano Nascimento Silva avaliam as caracterizações sobre os golpes de Estado e a emergência das ditaduras militares na América Latina como formulações que podem ser aproximadas às de Nicos Poulantzas.

Em *Brasil e América do Sul: subimperialismo e semiperiferia em perspectiva histórica*, Carlos Eduardo Vidigal retoma o conceito de “subimperialismo” no contexto da história das relações internacionais no Brasil, avaliando sua pertinência histórica e teórica.

Marcela Soares, em seu *Opressão-superexploração: entre “novas” e “velhas” modalidades do labor*, centra sua análise a partir da efetiva articulação entre opressão e superexploração da força de trabalho em um tema de grande importância social: a escravidão contemporânea no Brasil.

André Almeida de Abreu, por sua vez, em seu artigo *Urbanização e superexploração no espaço metropolitano brasileiro na era do capitalismo de plataformas*, mostra a inter-relação dos processos de globalização com a metropolização do espaço, ao mesmo tempo em que a atuação do Estado como empresário favorece a superexploração da força de trabalho no Brasil.

O artigo *Dependência educacional: uma análise da contrarreforma do ensino médio a partir das contribuições de Ruy Mauro Marini*, de Matheus Rufino Castro, apresenta o novo conceito de “dependência educacional” e analisa, a partir da perspectiva de Marini, o significado da contrarreforma do ensino médio no Brasil, caracterizando-a

como instrumento de aprofundamento da dependência e de destruição do futuro da juventude da classe trabalhadora.

Por fim, Roberta Traspadini e José Gilberto de Souza, em seu original artigo intitulado *Uma análise da validade e relevância do ensaio “Dialética da dependência” à luz da pintura mural de Marion Greenwood: o popular no centro do debate*, refletem sobre o significado do conceito de “popular” e sua relação com a superexploração do trabalho.

O dossiê se encerra com a resenha de Cristobal Kay sobre a edição em inglês de *Dialética da dependência* publicada por Monthly Review Press (2022) e com a homenagem de Lucio Oliver, que reflete sobre o exílio latino-americano no México à época das ditaduras militares (1964-1985) e em especial a sua relação com Ruy Mauro Marini.

Esperamos que o presente dossiê contribua para divulgar o pensamento e a obra deste importante intelectual brasileiro, Ruy Mauro Marini, fundador da teoria marxista da dependência que ressurgiu dos escombros do neoliberalismo e da profunda crise do capitalismo contemporâneo.

Adrián Sotelo Valencia e Carla Ferreira

John Smith: Las Teorías del Imperialismo en el Siglo XXI *

Por Adrián Sotelo Valencia, Carlos Eduardo Martins y Fábio Maldonado

En este número, Reoriente entrevista al escritor británico John Smith, que en 2016 publicó *Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis*, un libro que renovó la teoría del imperialismo, situó la superexplotación de los trabajadores en el centro de su economía política y abrió un diálogo con el marxismo latinoamericano, en particular con la teoría marxista de la dependencia. Smith recorre primero su biografía y sus años de formación, señalando los determinantes de su opción política y teórica. Destaca como aspectos biográficos de su orientación política la revelación de la opresión imperialista británica contra los irlandeses durante la masacre del *Bloody Sunday* de 1972; su adhesión inicial al trotskismo y a la IV Internacional; su activismo contra el golpe de Estado en Chile y su testimonio de la Revolución Sandinista en Nicaragua. Clave en su desarrollo académico fue la beca doctoral que recibió del gobierno británico para estudiar el fenómeno del imperialismo, que dio lugar a la publicación de su libro 12 años después.

John Smith analiza el estado actual de la teoría del imperialismo y la necesidad de integrar *El capital* de Marx con la teoría del imperialismo de Lenin, vinculando la teoría de la explotación, del primero, con la teoría del monopolio, del segundo. Aborda las distintas épocas del imperialismo y lo que las distingue, incluido el fenómeno de la guerra y sus dimensiones y riesgos en el siglo XXI. El autor discute los aspectos clave de la obra de Ruy Mauro Marini y su importancia contemporánea para pensar la reconfiguración del imperialismo. También analiza el declive de Estados Unidos, sus tensiones internacionales e internas, la emergencia de China y el papel que puede desempeñar, así como las formas y el alcance que debe adoptar la lucha socialista en nuestro tiempo. Smith señala que la crisis del capitalismo contemporáneo nos sitúa en un escenario inédito, en el que pueden tener lugar tanto una emancipación sin precedentes como una destrucción sin límites

Reoriente (R): John, agradecemos muchísimo tu disponibilidad para participar en nuestra revista con esta entrevista para el público brasileño y latinoamericano. Hemos estudiado tus obras con mucha atención. Hay mucho interés en tu trabajo, de manera que es un honor y una enorme satisfacción realizar este intercambiando contigo.

* Transcripción por Pedro Martínez.

Queremos abrir con una pregunta general: ¿cómo te aproximaste al socialismo, al marxismo, a las teorías del imperialismo? ¿Qué principales influencias destacarías en tu vida en términos biográficos y académicos?

John Smith (JS): Pienso que fueron dos eventos importantes en el año 1972: el primero fue la matanza en Irlanda, el *Bloody Sunday*, cuando trece hombres y mujeres manifestándose pacíficamente fueron asesinados por el ejército británico. Mi madre es irlandesa. La mitad de mi patria es irlandesa. Este fue un evento muy importante en mi vida. La reacción de los amigos de mi madre evidenció dónde se manifestó el racismo contra el irlandés. Fue esa matanza lo que marcó mi trayectoria al lado del pueblo en la lucha contra el Estado británico.

Al año siguiente fue el golpe en Chile. Estaba todavía en la escuela cuando tenía entonces 17 años. La primera manifestación en la que me involucré fue cuando denuncié el golpe de Estado en Chile y en este tiempo me involucré con los movimientos revolucionarios marxistas. Me reclutaron en la IV Internacional en las filas del Grupo Marxista Internacional. Recibí mi primera formación en las filas de este movimiento. En estos años leí a Marx, a Lenin y a Trotsky. Pensaba que Lenin tenía la verdad. Trotsky fue un revolucionario muy importante y había hecho grandes contribuciones, pero advertí que el movimiento trotskista y los escritos de Trotsky, especialmente sobre el imperialismo, presentaban debilidades. La teoría de la aristocracia obrera, que fue muy importante en los escritos de Lenin, se invisibilizó en los escritos de Trotsky y, aún más, en los de sus seguidores.

Comencé mis estudios universitarios en 1975. Tres años después viajé a las Américas. En el año 1978 quería visitar y experimentar cómo vive el pueblo en países que no fueron imperialistas. América Latina fue mi destino. Llegué a Nicaragua en 1980, durante la Revolución Sandinista. Pasé tres o cuatro meses viajando alrededor de Nicaragua después de su guerra civil y antes de la guerra contra la “Contra”. Un tiempo de paz, muy especial. El número de muertos en menos de 2 años hasta el triunfo Sandinista, en el transcurso de la guerra civil, no sé exactamente con precisión, alcanzó las 30 mil personas en una población de 2 millones y medio, lo que significa alrededor de un millón de muertos en un país del tamaño de Gran-Bretaña. Eso fue la culminación de un siglo de violencia.

Derrocado el imperialismo y su protegido, Somoza, llegó la paz a Nicaragua. No hay ningún nicaragüense que no haya sufrido la pérdida de un hermano o hermana, una hija, una novia, un amigo en manos de la guardia nacional del régimen somocista. Los nicaragüenses fueron muy conscientes del poder y el *player* fue los Estados Unidos. Nunca me mostraron ninguna animosidad. Nadie había pensado

que yo tenía la culpa de su sufrimiento. La gente de Irán que se fue a los Estados Unidos, al tiempo de la ocupación de la embajada estadounidense en Teherán, tenía que esconderse atemorizada. Fue una muestra de conciencia, de una inteligencia, una humanidad del pueblo nicaragüense que no había experimentado antes. Es una cosa increíble ver un pueblo levantado. Es más brillante que el sol en la mañana. Irradia una increíble intensidad.

Cuando volví a mi país, empecé a trabajar en la industria por indicaciones de la política del partido trotskista al que pertenecía. Trabajé conduciendo camiones durante cinco años y después trabajé en la industria de telecomunicaciones, como electricista. Para mí era obvio, esencial, que para el imperialismo la tasa de explotación fuese más alta en los países oprimidos. Pero no había una teoría sobre eso en los escritos de Marx o de líderes del movimiento que tienen una gran influencia no solo en mi país y en Europa, sino también en América Latina, como Ernest Mandel.

Al principio del nuevo milenio, me despedí de mi trabajo. Junté una cantidad de dinero y utilicé una parte para volver a la universidad. Obtuve una beca de doctorado del estado imperialista de Gran Bretaña para estudiar el imperialismo. Fue una suerte grandísima. Después de 12 años o más, el resultado fue el libro *Imperialism in the twenty-first century*.

¡Esta es mi pequeña biografía!

R: John, en tu libro realizas una caracterización original del imperialismo en el Siglo XXI. ¿Qué diferencias estableces entre las tres etapas del imperialismo que identificas referidas al periodo de Lenin, de declive de Gran Bretaña como potencia hegemónica; al imperialismo que se reorganiza bajo el liderazgo de Estados Unidos durante la Guerra Fría; y por último, al imperialismo que empieza con la globalización capitalista de los noventa y avanza en el siglo XXI, marcando retos y desafíos, incluso, al liderazgo estadounidense? ¿Qué diferencia tu visión del imperialismo del siglo XXI respecto a las concepciones de otros pensadores?

JS: Esta es una gran pregunta. Puedo decir que, como cualquier organismo, hay un periodo de maduración, cuando está todavía desarrollándose. El periodo de madurez del capitalismo que estudió Marx empezó durante la primera mitad del siglo XIX, cuando el capitalismo se desarrolló en Inglaterra. Es un principio de la dialéctica, pienso, que no puede haber un concepto teórico de algún fenómeno si este fenómeno no se ha desarrollado hasta alcanzar su plena madurez.

Marx pudo escribir *El capital* 30 años antes. La etapa imperialista del capitalismo empezó en las últimas décadas del siglo XIX. Cuando Lenin escribió, durante la

revolución bolchevique, la mayoría de las relaciones capitalistas apenas habían comenzado a penetrar esas sociedades. Las relaciones entre los países imperialistas y los países oprimidos se establecieron cuando el capitalismo se desarrolló en un ambiente de relaciones sociales precapitalistas. No encontramos una teoría del imperialismo desarrollada y completa en el tiempo de Lenin, porque estaba en el amanecer de esa etapa histórica del capitalismo.

El capitalismo del periodo de libre competencia dominó hasta mediados del siglo XIX. En las últimas décadas de ese siglo, el capitalismo empezó su trayectoria imperialista, que fue no solo una condición de su desarrollo, sino su parte integral en si. La primera fase del imperialismo se extiende hasta la Primera Guerra Mundial. Entiendo las dos guerras mundiales como parte del proceso de reemplazo de Gran Bretaña, en tanto poder imperialista hegemónico, a Estados Unidos. Fueron necesarias esas dos guerras para cumplimentar este proceso. El neoliberalismo, la nueva etapa que empezó en los años ochenta, no es una política del capitalismo, sino la emergencia de la forma completa del imperialismo, es decir, cuando el imperialismo adquirió su forma definitiva.

El periodo de libre competencia y del desarrollo cualitativo del capitalismo de Inglaterra en siglo XIX fue analizado por Ruy Mauro Marini. Él explicó que la extensión del plusvalor relativo en Inglaterra y en otros países imperialistas se sustentó sobre la extensión del plusvalor absoluto en América Latina. Estamos hablando de un tiempo en que Marx escribía y estudiaba, pero no desarrolló esta tesis teóricamente en *El capital*. La cuestión interesante es que ahora estamos en condiciones de hacer un contraste entre ese período y el del neoliberalismo.

Como sustento en mi libro *Imperialism in the twenty-first century*, la superexplotación en el periodo neoliberal no fue impuesta a los trabajadores para que pudieran desarrollar el plusvalor relativo en los países imperialistas. Al contrario, la verdad es exactamente la contraria, porque la deslocalización de los procesos de producción hacia los países donde la tasa de explotación es más alta y el precio de la fuerza de trabajo mucho más bajo, no ocurrió en función de la extensión del plusvalor relativo, sino como una alternativa a esta. El neoliberalismo muestra cómo el capitalismo está obstaculizando el desarrollo de las fuerzas de producción en una forma que no fue visible en el tiempo cuando Marx escribió su obra *capital*.

Considero que las condiciones para la extensión de la revolución socialista en un nivel internacional estaban presentes en los años sesenta, pero que, debido a la ausencia de una dirección revolucionaria a escala mundial, es que se impuso el neoliberalismo. La nueva etapa de globalización se estableció debido a que la humanidad se enfrentó a grandes problemas que no pudieron ser resueltos a nivel nacional. Los cubanos

no pudieron sustituir esa falta de dirección en un nivel internacional. Han hecho cosas muy importantes, pero se quedaron aislados. Cuba está luchando sola. Es casi milagroso que esa revolución todavía esté sobreviviendo y tiene una fuerza mucho más grande que lo que piensan los imperialistas.

Antes de los años ochenta ocurrieron revoluciones en Nicaragua, en Irán y luchas de liberación nacional en África. También en Irlanda, donde el gobierno intentó romper la huelga de los mineros mediante el corte de electricidad.

Las revoluciones en América Central fueron decisivas porque tenían la capacidad de generalizar la revolución a toda América Latina. Lo más importante fue lo que pasó con la revolución nicaragüense en esta década. Me involucré con los movimientos de solidaridad con Centroamérica en estos tiempos. Recibimos líderes de los sindicatos y de movimientos revolucionarios en Nicaragua, en Guatemala y, especialmente, en El Salvador. Puedo llenar páginas con los nombres de líderes nicaragüenses y salvadoreños que pasaron por Sheffield en ese tiempo.

Mucha gente piensa que la revolución nicaragüense fue derrotada. Pero todavía tiene una importante influencia; no fue completamente borrada, esta revolución fue gloriosa. Es muy importante que podamos reconectar con estas luchas de los años ochenta. En la campaña de solidaridad se pensaba que la revolución nicaragüense había sido derrotada cuando los Sandinistas perdieron las elecciones nacionales a finales de 1990.

Tres eventos muy importantes se sucedieron en un corto tiempo. El primero fue el levantamiento popular en El Salvador, cuando el FMLN fue creado en los últimos años de esta década y fueron asesinados los jesuitas, y el gobierno utilizó los escuadrones de la muerte dirigidos por Napoleón Duarte, que también asesinó a su propia gente, bombardeando desde aviones la capital de El Salvador y otras ciudades. Inmediatamente después de eso, los líderes de Nicaragua, Guatemala, Honduras y Costa Rica firmaron el acuerdo de Esquipulas. En este contexto, los Sandinistas estuvieron luchando por mucho tiempo para que los territorios de sus vecinos no se utilizaran como bases de los terroristas, los Contras.

Los Sandinistas derrotaron a los Contras y los exhibieron y denunciaron como parte de un proyecto contrainsurgente de Estados Unidos. Fueron derrotados política y militarmente. Después de este momento, la interrogante no era si se iba a establecer la paz o la guerra en América Latina, o si Washington continuaría apoyando a los Contra, sino si mantendría su apoyo a los escuadrones de la muerte en El Salvador. En el acuerdo de Esquipulas, se demandó del gobierno salvadoreño que FMLN tenía que dejar sus armas, sin condiciones. Daniel Ortega estampó su firma y el FMLN denunció eso como una traición, como un cuchillo clavado en su espalda. Unos años

después, le pregunté a Ana Guadalupe Martínez, una líder del FMLN, que participó años después en las negociaciones de los acuerdos de paz en El Salvador ¿Por qué Daniel Ortega había firmado ese acuerdo? Ella respondió que Eduard Shevardnadze, ministro de asuntos extranjeros de Gorbachev, dijo a los Sandinistas que, si no firmaban ese acuerdo, la Unión Soviética cortaría la provisión de petróleo para Nicaragua. Podemos pensar lo que hubiera ocurrido si los nicaragüenses no hubieran traicionado la lucha de los salvadoreños. Había la posibilidad de coronar un gran avance de la revolución en Centroamérica y América Latina y, entonces, en el mundo, en un tiempo en el que todo el mundo estaba listo para un movimiento en contra del capitalismo. Pienso que eso fue mucho más importante que el derrocamiento del muro de Berlín.

Después de la firma del acuerdo de Esquipulas, que rescató el imperialismo de su crisis en El Salvador, ocurrió la invasión yanqui a Panamá. Los yanquis no habrían invadido Panamá si hubieran percibido la amenaza de que se podría haber desencadenado una guerra más amplia. El acuerdo de Esquipulas fue la luz verde para la invasión yanqui de Panamá. Después fueron las elecciones en Nicaragua y la política de los Sandinistas, que dieron vuelta para llegar a la paz con Estados Unidos. La cosa es que el liderazgo de la revolución en Nicaragua y Centroamérica no fue un liderazgo como el de Cuba con el Che Guevara y Fidel Castro. La falta de dirección revolucionaria se tradujo en el hecho de que el imperialismo pudo lanzar su contrarrevolución multidimensional: el neoliberalismo.

R: Regresando al tema de la extracción de plusvalía, nos gustaría saber cómo en *Imperialism in the twenty-first century* periodizas las formas dominantes de extracción de plusvalor. En el siglo XIX, la extracción dominante se basaría en la extracción del plusvalor absoluto, en el siglo XX, la extracción de plusvalor relativo, y en el siglo XXI, el rasgo dominante sería el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor. ¿Puedes profundizar esta temática y aclarar si te referes a la economía mundial capitalista en su conjunto, a zonas concretas o a regiones específicas del mundo?

JS: Primeramente, no quisiera priorizar en estas tres etapas o fases del capitalismo porque no quiero simplificar demasiado. Es útil y muy importante distinguir entre las dimensiones de la plusvalía, pero debemos entenderlas en su conjunto. Es muy importante hacerlo así.

La teoría marxista del imperialismo entiende el imperialismo como la etapa del capitalismo monopolístico. El monopolio es muy importante, sin duda, pero todas sus formas que asume expresan cómo se distribuye la plusvalía que ha sido extraída de los trabajadores y los campesinos. Pero aún más importante, pienso, es la extracción de la

plusvalía por lo que la teoría del imperialismo tiene que poner la superexplotación en su centro, junto con el monopolio. Una teoría que ignora la superexplotación y se basa solamente en el monopolio no sirve, es falsa, es doctrinaria. Eso es interesante porque la superexplotación no es visible en la teoría que desarrollaron los bolcheviques y Lenin. En este tiempo, las relaciones capitalistas comenzaron a penetrar a los países oprimidos mediante el saqueo de la riqueza mediante formas antiguas, utilizando métodos colonialistas como la esclavitud que todavía existe.

Pienso que lo que hemos visto en el periodo neoliberal es un avance cualitativo de la globalización de la producción y la formación de cadenas de valor que se han generalizado en el mundo. Este proceso no empezó en los años ochenta, sino que, a partir de aquí, se extendió por todo el mundo. La globalización de la producción ocurrió en la base de un mundo que está dividido entre un puñado de países opresores y una gran mayoría de países oprimidos. La globalización de la producción es también la globalización de la relación entre los trabajadores y el capital que ha operado sobre la base de un mundo dividido entre países imperialistas y países oprimidos. La división imperialista del mundo de que habla Lenin quedó integrada en la relación capital-trabajo. La división del mundo imperialista ahora es integral. Una teoría del imperialismo desarrollada ha sido solamente posible en las últimas décadas.

R: Defines la superexplotación del trabajo como la esencia de *Imperialism in the twenty-first century*. ¿Qué similitudes y diferencias hay entre tu concepto de superexplotación respecto al de Ruy Mauro Marini en su *Dialéctica de la dependencia*? ¿Estás de acuerdo con la tesis de que la superexplotación no es sólo una realidad de la periferia, sino también una dimensión de los países centrales, desarrollada por Marini en *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*? Si es el resurgimiento del fascismo en los países centrales que pone al inmigrante periférico como su principal enemigo, ¿crees que esto sería una expresión política de este proceso económico de extensión de la superexplotación al centro?

JS: Primeramente, pienso que Marini hizo un *breakthrough*, una grandísima contribución, porque él teorizó la superexplotación como una dimensión esencial del capitalismo. Pienso que su idea es absolutamente crucial; no es solamente una forma de plusvalía absoluta o plusvalía relativa, sino que es una forma adicional que tiene el mismo *status* que estos conceptos. El precio del trabajo por debajo de su valor, no lo podemos reducir a la extensión del día de trabajo y también es diferente que el reemplazo del trabajo por nuevas tecnologías más avanzadas. Es completamente diferente en ambos casos. Marx, en diversas partes de *El capital*, explicó que reducir

el precio del trabajo por debajo de su valor es en la práctica muy importante, pero lo excluyó de su investigación porque quería demostrar que todas las mercancías son vendidas por su valor, no por debajo de su valor. Esta es la grandísima contribución de Marini: explicar la situación de los trabajadores de América Latina y su posición en la historia y tratar de comprender por qué esta región ha desarrollado una condición de dependencia y de subyugación hacia el imperialismo. América Latina tiene rasgos muy distintos respecto al de otras partes del Sur Global, del Tercer Mundo. La teoría de la dependencia se desarrolló antes del advenimiento del neoliberalismo, cuando la mayoría de las exportaciones de los países pobres consistía en materias primas. Pienso que no hubo reconocimiento de que la globalización de la producción en el periodo neoliberal fue una confirmación, una validación de su tesis. Supongo, en parte, que eso se puede explicar por las especificaciones de América Latina, debido a que su proceso de industrialización se desarrolló bajo un régimen de sustitución de importaciones, construyendo muros para proteger las industrias contra la competencia. Estas defensas fueron destruidas por las políticas del neoliberalismo. En lugar de una industrialización desenvuelta detrás de los muros proteccionistas contra las importaciones, ella se orientó hacia las exportaciones. Entre otros efectos de esto, el imperialismo orientó su producción hacia los países en donde el trabajo es más barato.

Con relación a la pregunta de la extensión de la superexplotación hacia los países imperialistas en sí, pienso que hay que tener en cuenta que cada capitalista quiere ser un imperialista, un monopolista. Cada capitalista no está satisfecho con obtener solamente el promedio de la ganancia; quieren más. No están felices de poder explotar a sus trabajadores hasta un nivel determinado por la correlación de fuerzas entre las clases dentro de cada país. Quieren y sueñan siempre cada noche con explotar las almas de sus trabajadores. Como afirmé en otra entrevista, el imperialismo está en el ADN del capitalismo y en el deseo de no solamente explotar, sino de sobreexplotar de cada capitalista y mucho más en nuestros países.

Hoy se cumplen cuatro días de huelga de miles y miles de médicos en este Inglaterra. Nuestro servicio de salud está en una crisis gravísima. Los empresarios no quieren pagar, no quieren continuar pagando, y canalizan una parte de sus ganancias hacia la provisión de salud libre en este país. Hay una mitología que se relativa a que la conquista de un servicio libre de salud fue solamente una conquista de los trabajadores. Es claro que los trabajadores lucharon por el acceso a la salud, pero en realidad fueron los pueblos oprimidos por el imperialismo británico que convencieron a los imperialistas en Inglaterra que tienen que proporcionar salud libre a los trabajadores de este país para que pongan el cambio radical fuera de la agenda

y les permita continuar a explotar a los pueblos y a los trabajadores del mundo. La conquista de la salud libre fue una conquista grandísima fruto no solo de la lucha de los trabajadores dentro de Gran Bretaña, sino también de los pueblos en los países oprimidos por el imperialismo británico.

La libre salud, la educación, la jubilación y la seguridad social fueron cruciales para la formación del contrato social, para formar una alianza entre la clase trabajadora y la clase imperialista en Gran Bretaña en contra de los pueblos oprimidos del mundo. El mismo gobierno del Partido Laborista que «nos dio» salud libre, empezó el golpe en Irán y estuvo muy involucrado en la formación de la OTAN en aquel tiempo. Entonces la forma de dominación de la clase dominante en Gran Bretaña ha sido la «democracia social», porque, sin ese acceso, sin esos derechos, se hubiera intensificado la lucha de clases dentro de nuestro país. Ahora no pueden continuar pagando por eso, por lo que están cada vez más forzados a buscar una nueva forma de dominación. Entonces se impulsa el fascismo, que está muy integrado en la lógica del capitalismo, así como el neoliberalismo y la extensión de enormes ganancias y de plusvalía extraída a los trabajadores en los países donde los salarios son más bajos.

Recuerdo que, en el tiempo en que se desarrolló la *Cumbre de la Tierra* en Río de Janeiro en 1992, cuando Fidel Castro hizo su famosa presentación, explicando que mañana sería demasiado tarde. Hace 30 años, Fidel Castro explicó que tenemos que empezar urgentemente la lucha contra la destrucción del ambiente. Sin embargo, el mundo capitalista ha liberado más carbono a la atmósfera en las tres décadas desde la Cumbre en Río de lo que fue liberado en los tres siglos antes de esa cumbre. Estamos viviendo en el tiempo del fascismo y en las inmediaciones de la destrucción del ambiente. Nada que hemos visto en el siglo pasado tiene la misma magnitud que los horrores que está preparando el capitalismo para los pueblos del mundo. Por lo menos, ha comenzado una conciencia de esta realidad.

Sobre la extensión de la sobreexplotación, Marini pensaba que iba a significar que la revolución finalmente estaría puesta en la agenda dentro de los países imperialistas. Es una lástima que no esté todavía con nosotros. El neoliberalismo fue una nueva extensión de la vida de ese sistema disruptivo, pero tenía razón al mismo tiempo. Una cosa es increíble: el interés de la nueva generación en América Latina, que está estudiando y pensando sus conceptos y tratando de aplicarlos a esa nueva realidad.

R: ¿Cómo te acercaste a la obra de Marini? ¿El marxismo sudafricano jugó algún papel, algún rol en tu aproximación a la obra de este pensador brasileño?

JS: Sudáfrica ha sido un microcosmo del imperialismo. Podemos ver cómo es

esencial la dimensión racista entre países oprimidos y países opresores, eso es integral para el capitalismo. Las ganancias extraídas de Sudáfrica han sido muy importantes para el poder y la riqueza de Gran Bretaña. La superexplotación es muy evidente en Sudáfrica. Estudiarla como un microcosmo del imperialismo en lo general ha sido muy importante. Por supuesto, he hablado de la importancia de los movimientos de solidaridad con América Central, Chile, entre otros, pero es muy importante también, durante todo ese tiempo, la lucha del pueblo Palestino y la lucha contra el Apartheid. Estudiamos todos los aspectos tratando de entender el significado de Sudáfrica y las relaciones entre racismo y el Apartheid.

Pienso que el movimiento revolucionario en Sudáfrica es complejo. Hay algunas voces que han empezado a desarrollar una teoría del imperialismo que es más avanzada que simplemente afirmar que el «imperialismo es capitalismo monopolista». Las posibilidades de desarrollar una gran contribución para entender la naturaleza del imperialismo han sido obstaculizadas por problemas ideológicos.

Tengo algunas ideas acerca de eso, pero todavía estoy tratando de teorizar sobre la sobreexplotación y la ley de valor de Marx. Pienso que eso no se ha desarrollado mucho en Sudáfrica, con la excepción de algunos autores que han escrito cosas muy interesantes acerca de esto, pero el movimiento marxista dentro de Sudáfrica ha sido dominado por el Partido Comunista, que considera que a la teoría del imperialismo de Lenin no hay que añadir nada. Es una interpretación muy dogmática. Hay una riqueza en los escritos de Lenin, hemos casi olvidado lo que dijo él acerca de la presión de las naciones como la esencia del imperialismo y la teoría del capitalismo de monopolio.

Sobre Marini, he leído *Dialéctica de la dependencia* a partir de mi amigo, Andy Higginbottom. Es una de las coincidencias grandísimas en mi vida, que, en mi primer día como un estudiante en la Universidad de Bristol, en 1974, en la primera lectura en economía, estaba con Andy. Nos encontramos en ese tiempo y hemos estado en contacto desde entonces. He aprendido muchísimo con Andy. Es probable que Andy me haya indicado que tenía que estudiar a Marini. Marini fue uno de los líderes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) en Chile, y hay algunos compañeros del MIR, chilenos, viviendo en Sheffield. A través de ellos encontré a Marini e intenté estudiar los escritos de la teoría de la dependencia y, por supuesto, principalmente los de Marini. Él apoyó a la Revolución Cubana y ese apoyo fue muy importante para mí.

Debo señalar que la Revolución Cubana tuvo una influencia muy grande para mí en los últimos 30 años. Fue la muestra para las revoluciones en Centroamérica de que la Revolución Cubana fue dirigida por revolucionarios. Las revoluciones en Centroamérica me enseñaron que lo que dicen los trotskistas en contra de Cuba es

falso y mentiroso, aunque no es el caso de que todos los trotskistas estén en contra de la dirección cubana, pero muchos de ellos sí lo están. La Revolución Cubana y Fidel, Che Guevara y los otros líderes cubanos ejercieron una gran influencia en mí.

El apoyo de Marini a Cuba fue muy diferente de la literatura de la teoría de la dependencia en la que muchos se alejaron de Cuba; no hablaban más de Cuba y de su significado. Pienso que la nomenclatura: *teoría de la dependencia* expresa una reflexión acerca del deseo de la burguesía nacional en los países oprimidos de alcanzar un desarrollo independiente, un capitalismo que no esté subyugado bajo la dependencia. Es una concesión hacia la burguesía nacional en los países oprimidos. La hostilidad de muchos en ese movimiento en contra de Cuba es un reflejo de eso, pero Marini fue muy claro respecto a que la revolución sería socialista o, si no, una caricatura de una revolución, como lo expresó el Che Guevara.

R: Otra cuestión, John: el concepto de subimperialismo es también clave en la obra de Marini y hay muchos debates sobre él. ¿Crees que en el imperialismo del siglo XXI hay espacio para el subimperialismo? ¿Qué opinas al respecto?

JS: Pienso que no podemos desarrollar una teoría del subimperialismo antes de desarrollar una teoría del imperialismo. Necesitamos de una teoría del imperialismo. Algunos autores han criticado mi libro porque no tiene un capítulo sobre el subimperialismo. Es claro para mí que es una simplificación la división entre un puñado de países opresores y una mayoría de países oprimidos. Hay una estratificación y hay el concepto de *subcontracting*, cuando hay una delegación de responsabilidades, el imperialismo está delegando las responsabilidades. Hay una relación entre Brasil y Bolivia que podemos encontrar en muchas otras partes, donde hay un país que es explotado por el imperialismo y que al mismo tiempo explota a otros países que están por debajo de él. El dividir es siempre la regla. Dentro de este concepto se encuentra el de subimperialismo.

Pienso que es obvio, tenemos que ser conscientes de las matrices, la estratificación, cuándo estamos hablando de países oprimidos por el imperialismo. Es claro que es una simplificación, pero una simplificación justificada. Necesitamos de una teoría del subimperialismo. Marini hizo una contribución muy grande muy útil e importante.

R: ¿Qué importancia le confieres a la reciente publicación de *Dialéctica de la dependencia* en idioma inglés, sobre todo para las nuevas generaciones y para el mundo que está fuera de América Latina, sobre todo considerando que el inglés es todavía lengua universal de gran influencia?

JS: Es muy importante, sin duda. Es increíble que tuviéramos que esperar hasta entonces por esta publicación. No es casual que la publicación la haya hecho la revista mensual *Monthly Review*, que tiene una influencia y una tradición en la publicación de muchas obras en la literatura de dependencia. Ha jugado un papel importante desarrollando la teoría de la dependencia. No es casual que fueron ellos quienes publicaron mi propio libro. Todavía es un misterio para mí que *Monthly Review* no haya publicado esa traducción de la obra de Marini por tanto tiempo.

Estoy seguro de que los lectores que están bajo la influencia de *Monthly Review* van a estudiar a Marini. Han publicado en esta nueva edición de su publicación mensual un artículo muy importante, escrito por mi amigo Andy Higginbottom. Pienso que están considerando la traducción al portugués, es un artículo muy fino e importante. Pero la cosa es que la mayoría de los que se llaman marxistas van a ignorar eso, no van a cambiar. La mera publicación de este libro en inglés no va a convencer a esta gente que tiene que cambiar sus dogmas, sus paradigmas. Pero es un arma muy importante; estamos en el camino, empezando. Mi libro, antes de la publicación en español o en portugués, ha tenido un impacto mucho más grande en América Latina que en mi propio país. Ha sido publicado en francés y la gran mayoría de los famosos marxistas franceses lo ignoran. Algunas semillas se caen en tierras de piedra o en tierras espinosas.

R: La trinchera del marxismo occidental es muy fuerte, ¿no? ¿Hay resistencia del marxismo occidental para aceptar una visión más global del capitalismo y de la economía mundial?

JS: Sí, pero estamos en un tiempo de grandes cambios, incluyendo Sheffield. Hay un proceso de fragmentación de la izquierda y también un proceso de recomposición. La fragmentación es muy visible, pero el proceso de recuperación es muy evidente también. En los últimos dos años, tuve posibilidades de trabajar junto con mucha gente, mucho más que en el pasado. No solamente organizando solidaridad, sino creando fundaciones por un movimiento verdaderamente revolucionario. Tenemos muchas posibilidades.

R: Aprovechando que estamos hablando del libro de Marini y del impacto de *Imperialism in the twenty-first century* fuera de Inglaterra, me gustaría saber un poco: ¿Qué opinas sobre las polémicas y críticas de los marxistas europeos y de Estados Unidos a la teoría de la dependencia, por ejemplo, de autores como Charles

Bettelheim o Robert Brenner? Nos gustaría saber tu valoración sobre estas críticas y si ahora, con la publicación de la *Dialéctica de la dependencia* en idioma inglés, algunos errores conceptuales que dirigen a Marini se pueden corregir.

JS: Es una pregunta muy interesante. Un tema que es importante, y en el que reflexiono mucho y que quienes han leído mi libro recordarán, el capítulo titulado: «La ilusión del PIB» (Producto Interno Bruto). Antes hablamos del servicio de salud en Gran Bretaña. Puedo comprar una taza de café en una cafetería y pagar tres libras, solo un *penny* que recibirá el cafetero o cafetera que ha crecido, cultivado el café, pero cada taza de café, 30 veces más estarían utilizado para pagar los gastos de los servicios de salud a través de impuestos. Esto es un ejemplo, y también me gusta utilizar la idea de un pedazo de ropa. Estamos casi 10 años de la tragedia de Rana Plaza en Bangladesh, en que más de mil trabajadores murieron. Puedo comprar una camisa hecha en Bangladesh y pagar 30 libras, y solo una libra queda en Bangladesh, mientras que 29 libras se agregarán al PIB de Gran Bretaña.

Estas cifras del PIB, incluyendo las relativas a las exportaciones y todas las estadísticas que utilizan los analistas, incluyendo los analistas marxistas, están contaminadas. Expresan una pintura muy deformada. Pero los marxistas utilizan estas estadísticas y estas cifras como si fueran puras, como un material que no tiene que ser criticado, y cuando lo hacen, esconden las verdaderas relaciones. Cuando utilizan estas cifras y estas estadísticas y miran el mundo a través de ellas, ven el mundo a través de «ojos de geishas». Sí, entiendo, pero sus escritos, sus pensamientos están infiltrados por conceptos burgueses, aunque estén utilizando terminología marxista.

Una cosa muy interesante: supongo que todos están conscientes de los escritos de Marx en el tomo III de *El capital*, cuando explica el desarrollo de los precios de producción y cómo modifica las relaciones de valor. El concepto en la economía burguesa de «valor añadido», las estadísticas y las cifras acerca del PIB, del comercio internacional, de la productividad, todo esto está basado en el «valor añadido», sobre los precios de producción que Marx explicó. No entienden que están, en verdad, hablando en el idioma de economía vulgar. Es la economía burguesa vestida con ropaje marxista.

Utilizar *El capital* para criticar la teoría de la dependencia es muy perverso. Usar un libro revolucionario, una teoría tan revolucionaria para negar el empirismo e ignorar, esconder, las relaciones actuales que tenemos que revelar, es una perversión. Pienso que estamos avanzando aún en estos países, pero necesitamos la ayuda de ustedes en países como Brasil y otros lugares en el mundo. También necesitamos la

ayuda de la crisis del capitalismo en sí, que actualmente está más y más revelando las verdaderas relaciones abajo la superficie.

Necesitamos el renacimiento del marxismo; una teoría del imperialismo. Sin una teoría revolucionaria, no hay práctica revolucionaria. La lucha consiste en estudiar la contribución de Marini y aplicarla para el mundo actual. Es decisivo para el porvenir de la humanidad, creo. Es claro que la tierra es muy fértil en América Latina y muchas partes del mundo, entre la juventud en los países imperialistas también. Una nueva generación está sedienta de una teoría liberadora, revolucionaria. Pienso que la publicación en inglés del libro de Marini va a ser una gran contribución. La tierra es fértil por esta semilla de Marini, sus ideas van a producir frutas en el corto plazo.

R: Una pregunta respecto a tu teoría del imperialismo. Hablas de que hay una necesidad de articular la teoría del valor de Marx con la teoría política de Lenin. Estas dos teorías no estarían articuladas y es fundamental vincular estas dos dimensiones en una teoría del imperialismo. En la teoría política de Lenin está la cuestión de la guerra. ¿Qué lugar, en tu opinión, ocupa la guerra en la teoría del imperialismo? ¿Vislumbras la guerra como Ellen Wood la ve, como una forma arcaica del siglo pasado o crees que la guerra es una posibilidad y una amenaza para la humanidad en el imperialismo del siglo XXI?

JS: Pienso que hemos vivido en un mundo posguerra, mundo formado por la Segunda Guerra Mundial. Ahora estamos viviendo en la preguerra mundial. Esta guerra es inevitable, pero cuando hablamos de guerra mundial, de hecho, hablamos de muchas guerras diferentes. La Segunda Guerra Mundial fue una guerra entre poderes imperialistas, Estados Unidos, Japón, Alemania y Gran Bretaña. También fue una guerra entre imperialismo y socialismo, la guerra entre Alemania y Unión Soviética. Fueron guerras de liberación nacional y, en muchas partes, guerras de liberación, como en Vietnam, entre otros países.

La guerra que deseo es la guerra civil en contra de los capitalistas, una guerra para derrotar la clase imperialista, entre Inglaterra y otros países. La guerra que está avvicinando, la guerra que, en unas formas ya ha empezado, es la combinación de todas estas guerras. Cuando hablamos de guerra es una lucha por la supremacía, tenemos las posibilidades de hacer la guerra con ideas, como dijo Fidel Castro. Las ideas son más poderosas que las armas. Ideas correctas, revolucionarias, son más poderosas. Estas son nuestras armas. Tenemos que hacer una guerra. Es una guerra porque la conciliación es imposible, porque vencemos o vamos a ser vencidos. No hay un camino intermedio. Por eso es una guerra.

Tenemos que vencer completamente; que destruir nuestro enemigo, porque este está destrozando todo el planeta. Tenemos que hacer esta guerra como dijo Malcom X, «*By any means necessary*». Pero tenemos que estudiar la situación para que podamos aprender lo que es necesario. Necesitamos una conciencia científica del problema en que estamos, para poder decidir lo que es necesario. Tenemos que estar preparados para cualquier cosa, porque hemos perdido la posibilidad de extender la revolución socialista en el tiempo de las revoluciones de Centroamérica. Significa que ahora el capitalismo nos ha llevado hacia la destrucción de la civilización. Es increíble leer que, en América Latina, en los últimos 50 años, gran parte de los animales han desaparecido. La destrucción del ambiente es grandísima. La catástrofe capitalista. Eso es la destrucción capitalista de la naturaleza. Eso es la destrucción científica. El cambio del clima solo describe la esencia del problema, pero no explica la destrucción capitalista de la naturaleza, esto es científico porque de hecho explica la esencia del problema.

Aunque pueda parecer casi imposible que va a haber una revolución exitosa dentro de Estados Unidos y otros países, que pueden derrotar el imperialismo, la situación objetiva ha puesto eso en la agenda en los próximos 20 o 30 años. Hacer un análisis del pasado es muy difícil, hacer una proyección del futuro es mucho más difícil. Estamos, como dijo Trotsky, viviendo en la época de guerras y revoluciones. Esto es más verdad ahora que nunca. El capitalismo está experimentando la crisis más profunda de toda su historia, mucho más profunda que en las fases anteriores que nos condujeron hacia la Primera y Segunda Guerras Mundiales. Por supuesto, con todas las nuevas tecnologías de drones, robots y la inteligencia artificial.

Tengo un nieto que tiene tres años. Si va a vivir por 80 años, al principio del próximo siglo, ¿qué horrores va a experimentar? Como dijo Bob Dylan, en *Masters of War: You've thrown the worst fear / That can ever be hurled / Fear to bring children / Into the world*. Estos tiempos son los mejores y peores tiempos al mismo tiempo; es un grandísimo privilegio vivir en estos tiempos, y especialmente en un país como Brasil, donde hay espacio libre, y especialmente para nosotros en los países imperialistas. Tenemos una responsabilidad. Voy a hacer lo que pueda para mostrar el camino revolucionario para mi nieto, para que pueda continuar mi lucha.

R: ¿Crees que Estados Unidos es una potencia declinante y China una ascendente? ¿Es China un nuevo imperialismo o una potencia socialista? ¿Cómo piensas la disputa geopolítica mundial?

JS: Es claro que hay muchos capitalistas en China. Podemos discutir si es correcto describir China como un país capitalista. Todavía la revolución en China, que fue

uno de los acontecimientos más importantes del último siglo, y pienso que todavía hay algunos alcances que no han sido eliminados. China es mucho más que un país grande donde los salarios son bajos. Es también un país que está tratando de hacer una transición del socialismo al capitalismo. Pienso que es muy irónico que fue China, la dirección del Partido Comunista de China, que rescató el capitalismo de su crisis en los años 70, abriendo sus puertas para las multinacionales explotaren a los trabajadores chinos. Eso extendió la vida del capitalismo. También hay una inyección de crédito en una cantidad grandísima después de la crisis financiera, desde hace 15 años. Fue, sin embargo, muy importante para rescatar el capitalismo de una crisis aún más profunda.

Hay muchas contradicciones y muchas ironías. Pienso ahora que la iniciativa *Belt and Road* significa un crédito muy importante para muchos países en América Latina, África y otras partes. Hago un contraste entre Cuba y Granada cuando, al influjo de la revolución granadina, el primer país construyó un aeropuerto en solidaridad por el que no recibió un centavo de ayuda. Las construcciones de infraestructura de China en otros países son muy diferentes. Lo que pasa ahora es que el régimen en China está tratando de formar una alianza con la burguesía nacional de muchos países, no con los pueblos. Mira lo que pasa en Myanmar ahora. Hay helicópteros con ametralladoras hechas en China, matando al pueblo de Myanmar. La alianza entre el régimen de China y las facciones más violentas de Sri Lanka.

Es claro que la hegemonía de Estados Unidos está en declive y no podrá recuperarla. Es imposible. Mucha gente piensa que tenemos que luchar por un mundo multipolar. Un mundo multipolar capitalista es un mundo en guerra. Nuestra meta, nuestra tarea, es mucho más que luchar por un mundo multipolar. Hay bastante gente progresista pensando que China es una fuerza progresista. No pienso eso. Es una cosa buena que los Estados Unidos estén perdiendo su hegemonía y es bueno que países oprimidos por el imperialismo de Occidente puedan hacer su juego entre dos poderes en disputa. Es una cosa muy importante. Los países imperialistas en Europa, en Estados Unidos y en Japón, en el último medio siglo o más, han sido tan unidos, manteniendo las condiciones de presión al resto del mundo. Las contradicciones dentro de los países imperialistas han sido superadas por un tiempo con su unidad en contra de los países de América Latina y África. Comparten la riqueza entre sí. Pero este mundo se está fragmentando y su fragmentación es inevitable. Pero nunca podremos olvidar que quien primero dio su reconocimiento al régimen golpista de Pinochet en Chile fue China. También cuando los cubanos luchaban contra el racismo de África del Sur y Angola, China luchaba en contra los cubanos. Nunca olvidar eso.

Una cosa importante: tenemos que estudiar pacientemente la complejidad de China. Tenemos que estar felices de que China se esté levantando en el mundo, pero hay que mantener nuestra independencia y siempre pensar en los intereses de nuestra clase. Los capitalistas en cualquier otra parte del mundo quieren ser imperialistas, si pueden. El impulso capitalista está muy fuerte en China, es un impulso imperialista que no se ha desarrollado, es solamente incipiente, podemos decir. Pero está más y más revelando su naturaleza. Una cosa muy interesante: es increíble que hemos entrado en una nueva crisis de la deuda que tiene una escala mucho más grande que la crisis de la deuda en el Tercer Mundo en los años 80. Es importante exigir la cancelación de la deuda para que los países, como Brasil y otros, puedan utilizar sus recursos para enfrentar la crisis ambiental y superar los problemas de pobreza extrema. Pero algunas cosas han cambiado ahora, uno es que los acreedores más importantes del mundo es el gobierno chino. El apoyo de China a Cuba, diplomática y económicamente, es muy importante. Pienso que tenemos que levantar esa bandera en otros países.

A diferencia de la crisis de la deuda de los años 80, hoy muchos de los acreedores están dentro de los países. Brasil tiene una deuda externa que es muy grande, pero tiene una deuda interna mucho más grande. Entonces, podríamos hablar de la cancelación de la deuda como una lucha entre el tercer mundo y el mundo imperialista, pero ahora esa cancelación pasa por la lucha de clase dentro de cada país. La cancelación de la riqueza de la burguesía, que es formada en gran medida con las deudas que el pueblo ordinario tiene que pagar con su sangre y su sudor, es una tarea fundamental.

Referencias

- MARINI, Ruy Mauro. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Coords.). *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1996. Tomo IV.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Ciudad de México: Era, 1973.
- SMITH, John. *Imperialism in twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.

Dependência e Neod dependência no Século XXI

Adrián Sotelo Valencia *

“É necessário retomar o fio do pensamento crítico da esquerda naquele ponto em que ele alcançou o seu nível mais alto e que corresponde à teoria da dependência. Impõe-se, de facto, um empenho na construção de uma teoria marxista da dependência, recuperando sua primeira floração dos anos vinte e a que se registrou a partir de meados dos anos sessenta”.

Ruy Mauro Marini (1992, p. 100-101)

Resumo: O objetivo deste artigo é apoiar a validade analítica e explicativa da teoria marxista da dependência (TMD) no século XXI, considerando seu potencial metodológico e teórico, conceitual e categórico para apreender, sistematizar e diagnosticar as causas, dinâmicas, comportamentos e contradições dos fenômenos contemporâneos do capitalismo mundial e dependente em um tempo de decadência histórica, sistêmica e estrutural.

Palavras-chave: Dependência. Neod dependência. Superexploração. Desmedida do valor. Crise.

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo sustentar la vigencia analítica y explicativa de la teoría marxista de la dependencia (TMD) en el siglo XXI, considerando su potencial metodológico y teórico, conceptual y categorial para aprehender, sistematizar y diagnosticar las causas, dinámicas, comportamientos y contradicciones de los fenómenos contemporáneos del capitalismo mundial y dependiente en tiempos de decadencia histórica, sistémica y estructural.

Palabras clave: Dependencia. Neodependencia. Sobreexplotación. Valor excesivo. Crisis.

Abstract : This article aims to support the analytical and explanatory validity of the Marxist Theory of Dependence (MTD) in the 21st century, considering its methodological and theoretical, conceptual and categorical potential to apprehend, systematize and diagnose the causes, dynamics, behaviors and contradictions of the contemporary phenomena of world and dependent capitalism in its time of historical, systemic, and structural decadence.

Keywords: Dependency. Neodependence. Overexploitation. Excessive value. Crisis.

* Doutor em Estudos Latino-Americanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidad Autónoma do México (UNAM). Professor Titular e pesquisador do Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da UNAM. Correio eletrônico: adriansotelo@politicas.unam.mx.

Introdução

A teoria marxista da dependência (TMD) surgiu e se desenvolveu ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado, no esforço de compreender os problemas que a América Latina apresentava em matéria de desenvolvimento, atraso, subdesenvolvimento e dependência. Duas vertentes surgiram naquela época: a do enfoque da dependência e a teoria – a primeira em uma configuração teórica eclética, e a segunda alimentada essencialmente pela crítica da economia política marxista, embora numa primeira fase influenciada pelo estrutural-funcionalismo. A neodependência expressa dois fenômenos epistêmicos: a extinção das abordagens ecléticas da dependência e a atualização da teoria marxista da dependência para o século XXI.

O capitalismo contemporâneo sob o locus da TMD

O par “dependência e neodependência” responde a dois momentos da dependência: o original, desde seu surgimento e desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970, e o atual, que apreende e analisa os fenômenos globais e latino-americanos em curso.

Duas vertentes teórico-metodológicas surgiram na sua gênese: a) a do “enfoque” ou “escola da dependência”, e b) a teoria da dependência.

A primeira, uma construção eclética baseada em diferentes disciplinas e correntes ideológicas (funcionalismo, estruturalismo, dualismo, keynesianismo e teoria neoclássica), nega a necessidade de se estudar a categoria dependência como objeto de estudo e, em geral, a concebe como um fenômeno conjuntural que pode ser “superado” dentro do próprio capitalismo. Os escritos de Cardoso (1970) e outros autores apontam nessa direção.

A segunda perspectiva ou corrente, em geral fundada no marxismo e na crítica da economia política, ao contrário, erige a *dependência* como *objeto de estudo* e pesquisa, e coloca como objetivo construir uma *teoria da dependência*, mais exatamente uma *teoria marxista da dependência*. Os escritos e contribuições conjuntas de Theotônio dos Santos, Vânia Bambilra, Ruy Mauro Marini e outros autores, como os chilenos Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1972), estão inscritos nessa perspectiva teórica.

Apesar da diversidade temática de ambos os enfoques – e ao contrário das velhas teorias do desenvolvimento que floresceram após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos Estados Unidos (EUA) – seu denominador comum consiste em considerar a dependência como uma característica própria do capitalismo nos países da periferia, particularmente na América Latina e no Caribe, mas não se limita a ele. Não se trata apenas desse reconhecimento superficial – que às vezes se reduz a

uma diferença linguística – de um fenômeno global, histórico-estrutural, ao lado de outros, como os problemas relativos ao poder político, ao Estado, às classes sociais e suas lutas.

Ao longo da vigência da primeira corrente (entre 1965-1994), quando seu representante, F. H. Cardoso, assume a presidência do Brasil, a dependência foi praticamente trocada pela interdependência e pelo neoliberalismo. O que permanece e transcende até o presente é a TMD que é promovida por novas gerações de intelectuais, estudantes e professores em várias partes e instituições do mundo.

A primeira corrente se esgotou devido às suas premissas, hipóteses e teses teóricas terem se tornado completamente inviáveis; particularmente seu postulado central: o do “desenvolvimento autônomo do capitalismo” na periferia.

Tudo isso foi feito sob a política de um Estado capitalista dependente interventor. Mas o que aconteceu a partir da crise de meados da década de 1960 e durante as décadas de 1970 e 1980, foi que aumentaram as condições estruturais de dependência, subdesenvolvimento e atraso, e se aprofundaram, para a grande maioria da população, a pobreza, o desemprego e a desigualdade. Isso vai ao encontro de uma das teses nucleares criadas por Marini (1992, p. 89):

[...] quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados. Derivar daí uma suposta incapacidade de crescimento da economia dependente, que condenaria à estagnação econômica, representa um erro grosseiro. Ao que a fórmula aponta é simplesmente a noção de que, em uma situação de dependência, quanto mais desenvolvimento capitalista, mais dependência.

Em um amplo contexto histórico durante os anos 1980, como mostra Marini (1996, p. 59) em relação à América Latina, se produziu “[...] o regresso de países (sob métodos de gestão plenamente capitalistas, diferentemente do que se sucedia antes) à forma simples de divisão social do trabalho que prevalecia no século XIX e que envolvia a troca de bens primários por bens manufaturados”. Esse fenômeno de conversão – com exceção do México, que se especializou na produção manufatureira e nas atividades maquiladoras de mercado perfil transnacional (SOTELO, 2014) – foi implantado no Chile e depois se generalizou para outros países, como Argentina e Brasil, este último a partir de meados da década de 1990, em pleno auge do neoliberalismo. Esse processo macroeconômico e político-social foi caracterizado como uma desindustrialização que priorizou a produção primária para exportação sob a influência da intensa aplicação das políticas neoliberais recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), em conluio com governos e burguesias dependentes da América Latina.

Apesar de o Brasil ter desenvolvido seu coeficiente de industrialização mais do que qualquer outro país da região, os dados de 2021 do World Integrated Trade Solution (WITS) revelam que, em seu padrão total de exportação (280,815 bilhões de dólares), as matérias-primas respondem por 55,72% do total, o equivalente a 156,478 bilhões de dólares, seguidas pelos bens intermediários, com 24,99%, o equivalente a 70,175 bilhões de dólares. Por outro lado, importou bens de capital por 76,7 bilhões de dólares (32,68%) e bens intermediários (em alguns casos muito semelhantes a matérias-primas) por um valor de 86,095 bilhões de dólares, equivalente a 36,68%. A mesma fonte indica que, no mesmo ano, do total de suas exportações (494.596 milhões de dólares), o México exportou bens de capital no valor de 216.890 milhões de dólares (43,85%), seguido por bens de consumo no valor de 128.187 milhões de dólares (25,92%), com matérias-primas atingindo um valor de 51.795 milhões de dólares (10,47% do total) e 28.595 milhões de dólares para bens intermediários (5,78%). Esse país importou, principalmente dos Estados Unidos, 125.821 milhões de dólares em bens de consumo (24,84% do total) (Tabela 1).

Tabela 1. Brasil e México: Exportações e Importações Mundiais por Grupos de Produtos, 2021 (Milhões de Dólares).

Brasil	Exportações		Importações	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Exportações totais	280,815	100	234,690	100
Matérias-primas	156,478	55,72%	17,290	7,37%
Bens intermediários	70,175	24,99%	86 095	36,68%
Bens de consumo	31,178	11,10%	54,529	23,23%
Bens de capital	22,950	8,17%	76,700	32,68%

México	Exportações		Importações	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Exportações totais	494,596	100%	506,565	100%
Matérias-primas	51,795	10,47%	19,309	3,81%

Bens intermediários	28,595	5,78%	88,822	16,35%
Bens de consumo	128,187	25,92%	125,821	24,84%
Bens de capital	216,890	43,85%	205,264	40,52%

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS), 2021.

Essa configuração da formação social dependente, surgida nos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, do padrão de acumulação neoliberal do capital, foi corretamente apreciada e caracterizada por Marini em seu “Processo e tendências da globalização capitalista” (1996) e hoje constitui uma realidade que caracteriza a maioria dos países da região.

Há anos-luz das prescrições técnicas e políticas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e de outros expoentes do enfoque da dependência – como o próprio Cardoso, que pregava o desenvolvimento autônomo do capitalismo dependente e da equidade social, e outros ainda, como os endogenistas, com base na tese da existência do feudalismo e da articulação dos modos de produção –, o capitalismo dependente mergulhou numa profunda crise, no marco internacional, que o subordinou ainda mais aos poderes econômico-políticos transnacionais e hegemônicos dos Estados imperialistas e das suas poderosas empresas multinacionais.

Em duas décadas, antes da entrada no século XXI, a *dependência* tornou-se *multidimensional* no quadro da nova divisão internacional do trabalho que floresceu junto ao neoliberalismo e à globalização. Essa é a marca distintiva da nova etapa, que podemos chamar de “neodependência”, no quadro de um capitalismo global em crise e decadência.

A TMD e a World System Analysis

Junto ao ocaso da escola ou enfoque da dependência, surgiram outros esforços no sentido de “atualizá-la”, com o fim de conferir-lhe validade e contemporaneidade. Dessa vez a proposta foi fazê-la a partir da *world system analysis* (WSA), de orientação braudeliana, representada por autores como Wallerstein e Arrighi. O próprio Theotônio dos Santos se propôs a assumir essa tarefa desde meados da década de 1970, enquanto Gunder Frank, que havia contribuído com estudos específicos sobre dependência e subdesenvolvimento, terminou incorporado a essa corrente.

Substancialmente, ela se propunha a “fundir” ambas as análises para dar origem a uma nova teoria da dependência na perspectiva teórico-analítica do sistema-mundo,

mas sem indicar como ou que tipos de procedimentos, categorias e conceitos seriam utilizados para atingir esse objetivo. Em todo caso, seu produto mais acabado, juntamente com projetos e análises muito interessantes realizados dentro de sua perspectiva teórica, foi ter demonstrado a crise de hegemonia que o imperialismo estadunidense começou a experimentar desde pelo menos a década de 1970 e que hoje é um fato empiricamente verificável. No entanto, até a presente data, a questão da fusão entre a WSA e a TMD não foi resolvida, apesar de existirem esforços nesse sentido, como o recentemente realizado por Martins (2021, p. 44-45), embora com ênfase na “[...] construção de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista”.

Em nossa avaliação, a reformulação e atualização da teoria da dependência não passa por aderi-la a outras correntes como as mencionadas, pois ela possui seu próprio potencial teórico, conceitual, categórico e metodológico que se apoia, a princípio, nos textos originais e resultados elaborados pelos teóricos dependentistas da primeira geração.

Insistimos que o objeto de estudo da TMD é a dependência, independentemente da abordagem de questões e problemas colaterais, como a pobreza, o desemprego, a crise ou as revoluções tecnológicas, por exemplo. Assim, se demarca a diferença em relação à *world system analysis*, cujo objeto de estudo é a “análise dos sistemas-mundo” e dos “impérios-mundo” (WALLERSTEIN, 2005), mas não do modo de produção capitalista de Marx, que constitui um marco teórico geral da TMD. Embora em vários autores se advirta a utilização do “modelo centro/periferia” de corte cepalino, o correto, em termos conceituais, é a relação dialética (neo)imperialismo/(neo)dependência, amparada na lei do valor, da mais-valia, do lucro e na teoria do imperialismo. Outras categorias, como a troca desigual e as transferências de valor, são essenciais para fortalecer o piso ou o eixo do ciclo da economia dependente que gravita em torno da superexploração da força de trabalho (SFT).

Aqui se marca outra diferença entre as duas perspectivas apontadas: enquanto para a WSA a categoria central é a hegemonia, para a TMD é a superexploração. É difícil conciliar ambas numa fusão, porque cada uma tem a sua própria hierarquia e status dentro da sua epistemologia, no nível dos seus postulados teóricos, do método expositivo e de investigação, e do seu aparato analítico. O mais plausível é a intercambialidade de resultados, por exemplo, a crise hegemônica dos Estados Unidos no quadro internacional e a extensão da superexploração do trabalho ao mundo do trabalho do capitalismo avançado, sob a influência dos efeitos do regime chamado de “revolução industrial 4.0”. Esses resultados são compatíveis, sem a necessidade de mesclar as duas perspectivas. E tanto são úteis para a teoria como para a ação política de forças comprometidas com a mudança social radical.

Reformulação e atualização da TMD

Muita tinta foi derramada tanto para descartar como para, supostamente, “reatualizar” a TMD. No primeiro caso, como vimos, isso não apenas não foi alcançado como, francamente, os postulados, teses e hipóteses dos críticos foram ultrapassados pelo aprofundamento da crise capitalista e das relações estruturais de dependência ao longo dos anos oitenta e noventa do século passado. Nesta última década, destacou-se um discurso convencional denominado de “nova economia”, em relação aos Estados Unidos, que pontificava uma suposta chegada do capitalismo norte-americano a uma nova etapa de desenvolvimento e crescimento sustentada pelos aparatos da terceira revolução tecnológica industrial, baseada no desenvolvimento de tecnologias de informática, automação, novos materiais e internet. No entanto, não havia argumentos sólidos para sustentar essas afirmações, pois, no período 1991-2000, que abrange as duas administrações do governo Clinton, o PIB cresceu apenas 2,7%, média anual, segundo o Banco Mundial (c2023); na primeira década dos anos 2000: o PIB dos EUA cresceu em média 2,1% ao ano entre 2001-2007; e caiu para -1,3% durante a crise de 2008-2009. Nesse último período, a economia mundial cresceu apenas, em média, 0,34%, segundo o Banco Mundial (c2023).

Assim, mesmo essa fase do capitalismo que os ideólogos neoliberais e keynesianos caracterizaram como uma “aterrissagem suave” para o “crescimento sustentável”, apenas agravou os problemas para os povos dos países dependentes da América Latina. Ao longo dos anos 1980, a taxa média de crescimento desses países foi de 1,2%, e 3,3% nos anos 1990, enquanto o produto per capita foi de -0,9% e 1,5%, em média, respectivamente, segundo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, 2000), e a dívida externa bruta disparou de 220,4 bilhões de dólares em 1980 (CEPAL, 1997) para 750,855 bilhões de dólares no ano 2000 (CEPAL, 2000), um aumento de 29,35%, apesar dos pagamentos constantes tanto de juros como de principal. Esses três indicadores mostram que, enquanto o crescimento econômico desacelerou, e piorou a desigualdade social expressa no produto per capita, aumentavam as transferências de valor e mais-valia, via endividamento externo, para os centros do capitalismo avançado, acentuando a dependência estrutural da região, muito distante das “recomendações” das teorias convencionais que prenunciavam a “superação” da dependência e o advento do “pleno” desenvolvimento econômico e social.

Do locus da TMD, a década de 1970 foi de transição para o que posteriormente seria conhecido como neoliberalismo, que prevalece até a atualidade. Nos anos 1980, caracterizados por uma crise de alta intensidade e pela surgimento de uma nova direita internacional sediada nos Estados Unidos, segundo Cueva (1993), produziu-se

uma nova divisão internacional do trabalho (globalização) que reestruturou a economia, abriu as fronteiras nacionais para o livre funcionamento da lei do valor e começou o desmantelamento do desgastado *welfare state*; a força de trabalho e os mercados de trabalho tornaram-se mais flexíveis e desregulamentados, a heterogeneidade tecnológica e industrial deu lugar à maior homogeneização dos aparatos produtivos, com ênfase no capital constante fixo. Sua consequência mais notável, ante o efeito que esse fato produziu na queda da taxa de lucro devido ao aumento da composição orgânica do capital, segundo Marini (1996, p. 65), consistia em aumentar para o capital a “[...] importância do trabalhador como fonte de lucros extraordinários”. É importante notar que, enquanto Marini esboçava esse processo, ganhava força a tese dominante do “fim do trabalho”, que promovia o abandono da teoria do valor-trabalho e da superexploração pelo capital fictício, e coroava a tese da “sociedade pós-industrial” baseada na técnica e no conhecimento científico sem ligação com a exploração e produção de mais-valia. Marini, ao contrário, reafirmou que *a força de trabalho do trabalhador é o fator essencial na produção de lucros extraordinários*, devido à tendência de igualar as composições orgânicas do capital na economia mundial e ao crescente processo de homogeneização tecnológica que se estava começando a observar nos anos 1980. Dessa forma, a superexploração do trabalho tornou-se um fator fundamental para enfrentar o acirramento da competição capitalista em escala mundial e para neutralizar as dificuldades que o capital enfrenta na produção de valor e mais-valia.

Várias consequências advêm deste último fato, pouco notado pelos críticos da TMD:

a) A nova divisão do trabalho, na era neoliberal, opera fundamentalmente na própria força de trabalho e, em menor medida, entre “centros” e “periferias”, como acontecia no passado, quando havia intensas transferências de indústrias e tecnologias (obsoleto) dos países desenvolvidos para a América Latina, após a Segunda Guerra Mundial. A estrutura salarial mundial mantém sua hierarquia: alta, nos países imperialistas, e baixa nos países dependentes e subdesenvolvidos, mas agora, com as novas tecnologias, o capital exige mão de obra qualificada, mais disciplinada e com melhores níveis de capacitação e qualificação, o que provoca a conversão massiva de trabalhadores formais em países como os Estados Unidos em mão de obra qualificada, enquanto os trabalhadores de países dependentes se veem cada vez mais pressionados e obrigados a elevar seus níveis de formação e qualificação, embora com uma estrutura salarial que se encontra, no caso do México, abaixo dos salários recebidos pelos trabalhadores dos países avançados, como se pode observar no Gráfico 1, em relação aos Estados Unidos, durante o período de novembro de 2020 a junho de 2021:

Gráfico 1. México – Estados Unidos: salários na indústria manufatureira (dólares por hora), 2020-2021



El ECONOMISTA (17 de octubre de 2021). Comparación de Salarios en México y E.U.A: Manufactura.

b) A outra consequência da globalização e do neoliberalismo é que esses criaram as bases para a *extensão* da superexploração – e não apenas da precarização (para uma discussão sobre a precarização, ver Alves [2021, p. 213-262]) – aos países avançados através de várias formas, como salários baixos, o *part time*, contratos de zero horas, benefícios reduzidos, desemprego e subemprego. Isso foi possível por causa da nova divisão do trabalho, que, além de gerar, nos países dependentes, economias produtivamente desintegradas que garantem o abastecimento sistemático de matérias-primas e alimentos aos países avançados, estabeleceu a competição internacional entre os grandes capitais para obter *lucros extraordinários* com a “exploração redobrada do trabalhador”, como diz Marx (2000, p. 505).

Esse ponto tem sido objeto de controvérsia, pois alguns acreditam que isso não é possível, já que a categoria «superexploração» é «exclusiva» dos países dependentes e que, invocando-a para os avançados, «anula-se» a dependência tanto no plano da teoria como da realidade sócio-laboral e técnico-produtiva, ignorando a dialética “imperialismo-dependência”. Outros ainda afirmam que essa extensão ocorre, mas apenas em tempos de crise, como um fenômeno conjuntural, para depois desaparecer quando o “crescimento” for restabelecido. Claro, aqui seria necessário discutir, primeiro, o que se entende por crise e, posteriormente, qual é a sua duração atual, especialmente no longo prazo, pelo menos em relação à que se estende desde a crise estrutural e financeira de 2008-2009, que acentuou a queda das taxas médias de lucro e de crescimento da economia capitalista mundial, agora exacerbada pela pandemia do coronavírus que assola a humanidade.

Por último, nossa posição é que a SFT, como um regime de expropriação de uma parte do valor social da força de trabalho e do seu fundo de consumo – e não simplesmente como “violação da lei do valor”, que é, antes, sua consequência – opera nos países capitalistas avançados sob a hegemonia econômica e política da mais-valia relativa por meio da gestão do Estado e do capital, a qual se obtém mediante o desenvolvimento científico-tecnológico quando incide na redução do valor social da força de trabalho, junto com outros mecanismos, como a intensificação e/ou prolongamento da jornada de trabalho (questão que desenvolvemos amplamente em Sotelo [2012, 2019]).

Superexploração e crise da produção de mais-valia

A categoria *superexploração* não é um silogismo que, aplicado ao capitalismo avançado, anula a dependência do mundo subdesenvolvido e atrasado. Ao contrário, o capital – e o Estado quando age como capital – faz uso dela tanto para combater os problemas de superprodução e acumulação quanto para compensar a redução da taxa de lucro e as crescentes dificuldades de realização das mercadorias. O problema não é se o faz fortuita ou conjunturalmente – como sustentam alguns autores – mas sim se seu funcionamento estrutural se impõe como componente necessário da divisão internacional do trabalho, da crise capitalista e da insuficiência, e cada vez menor, criação de mais-valia promovida pelo neoliberalismo e pela globalização desde os anos oitenta do século passado.

Nesse cenário, é preciso localizar a necessidade do capital global, em países e regiões desenvolvidas, onde opera hegemonicamente o regime de mais-valia relativa (Estados Unidos, Japão, Alemanha ou França, entre outros), de administrar a superexploração como um *componente adicional* de seus processos de acumulação e reprodução necessários para tentar compensar o problema relativo ao fenômeno iminente e em desenvolvimento que consiste no fato de que, com o desenvolvimento industrial e técnico-científico das forças produtivas materiais da sociedade, a produção de riqueza depende cada vez menos do *trabalho imediato* e do *quantum* de trabalho utilizado, e cada vez mais “[...] do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou a aplicação desta ciência à produção” (MARX, 1980, p. 228). Essa lei inexorável do modo de produção capitalista universal se desenvolveu em todas as crises e revoluções tecnológicas, desde a primeira, na Inglaterra do século XVIII. Hoje, a chamada quarta revolução industrial (4.0), que transcorre em meio à pandemia do coronavírus, amparada por plataformas digitais e inteligência artificial, aprofundou essa lei, fazendo com que não só o sistema capitalista entrasse plenamente em um

momento de queda intensa em suas taxas médias de crescimento (BANCO MUNDIAL, c2023) e de lucros (ROBERTS, 2021), mas também em dificuldades crescentes para produzir as suficientes *massas e cotas* de mais valor para a reprodução (mínima do sistema) em uma escala que Marx chamou de reprodução ampliada.

Nota final

As duas visões de dependência corroboraram que o capitalismo periférico, para se desenvolver relativamente, teria que articular seus processos econômicos e político-sociais à dominação política dos centros hegemônicos do capitalismo avançado, particularmente por meio de suas empresas transnacionais e de suas instituições financeiras e monetárias que surgiram no período pós-Segunda Guerra Mundial, em particular, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, controlados pelos Estados Unidos.

Contudo, dado o esgotamento das correntes articuladas às abordagens ecléticas da dependência em função do fracasso de suas teses e projeções quanto ao desenvolvimento autônomo e à “correção” da desigualdade social, que seriam alcançadas na medida em que surtisses efeito positivo as políticas recomendadas pelos promotores da industrialização e da modernização econômico-social, a perspectiva que transcendeu – a crise teórica dos anos oitenta e noventa do século passado, que afetou a maioria dos paradigmas e disciplinas das ciências sociais – foi justamente a TMD, a qual, como apontamos, está vigente e guarda relação com outras abordagens analíticas e teóricas, particularmente com a *world system analysis*, com quem ela troca análises e resultados frutíferos... mas *sem se fundir*.

Referências

ALVES, Giovanni. A nova precariedade salarial: a ofensiva do capital no limiar da Quarta Revolução Industrial. In: ALVES, Giovanni (Org). *Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI*. Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2021. p. 213-262.

BANCO MUNDIAL. *Crecimiento del PIB (% anual)*. c2023. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?start=1999>. Acesso em: 10 out. 2023.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones internacionales*. Santiago: Centro de Estudios Socio Económicos, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique, “¿Teoría de la dependencia o análisis de situaciones concretas de dependencia?”, *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, diciembre de 1970, pp. 402-414.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Balance preliminar de las economías de América Latina y El Caribe*. Santiago: Naciones Unidas, 2000. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/953/1/S00121026_es.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe*. Santiago: Naciones Unidas, 1997. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/1040-estudio-economico-america-latina-caribe-1996-1997-economic-survey-latin-america>. Acesso em: 10 out. 2023.

Comparación de salarios en México y Estados Unidos: manufactura. El *Economista*, 17 out. 2021. Disponível em <https://www.economista.com.mx/empresas/Comparacion-de-salarios-en-Mexico-y-Estados-Unidos-manufactura-20211017-0004.html>. Acesso em: 10 out 2023.

CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *La teoría social latinoamericana*. México: Ediciones El Caballito, 1996. v. IV, p. 49-68.

MARTINS, Carlos Eduardo. As teorias do Sistema-Mundo na transição para o longo século XXI. *Reoriente*, v. 1, n. 1, p. 44-66, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reoriente/article/view/45893/24729>. Acesso em: 10 out. 2023.

MARX, Karl. *El capital*. México: FCE, 2000. v. I.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Siglo XXI, 1980. v. II.

ROBERTS, Michael. Algunas notas sobre la situación de la economía mundial. *Sin Permiso*, 15 maio 2021. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/printpdf/textos/algunas-notas-sobre-la-situacion-de-la-economia-mundial>. Acesso em: 10 out. 2021.

SOTELO, Adrián. *Estados Unidos en un mundo en crisis: geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo*. México: Anthropos, 2019.

SOTELO, Adrián. *México (re)cargado: neoliberalismo, dependencia y crisis*. México: Editorial Itaca; UNAM, 2014.

SOTELO, Adrián. *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el Siglo XXI*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2005.

World Integrated Trade Solution (WITS), 2021. Disponível em <https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/es/BRA/textview>. Acesso em 20 de junho de 2022.

Ruy Mauro Marini e a Dialética do Capitalismo Contemporâneo

Carlos Eduardo Martins *

Resumo: Neste artigo analisamos criticamente a obra de Marini, tomando em consideração os conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo, sua evolução na obra do autor e os principais debates que se estabeleceram sobre eles para avaliar sua pertinência e avançar no desenvolvimento da teoria marxista da dependência. Destacamos ainda as leituras do autor sobre o imperialismo e sua aproximação das análises do sistema-mundo para delimitar os marcos e estratégias da luta pelo socialismo.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini. Capitalismo. Superexploração. Subimperialismo. Marxismo.

Abstract: In this article we critically analyze Marini's work, taking into consideration the concepts of labor superexploitation and subimperialism, their evolution in the author's work and the main debates that have been established about them in order to evaluate their relevance and to advance the development of the Marxist theory of dependency. We also highlight the author's readings on imperialism and his approach to world-system analyses to delimit the frameworks and strategies of the struggle for socialism.

Keywords: Ruy Mauro Marini. Capitalism. Superexploitation. Subimperialism. Marxism.

Resumen: En este artículo analizamos críticamente la obra de Marini, teniendo en cuenta los conceptos de superexplotación laboral y subimperialismo, su evolución en la obra del autor y los principales debates que se han establecido en torno a ellos para valorar su relevancia y avanzar en el desarrollo de la teoría marxista de la dependencia. También destacamos las lecturas del autor sobre el imperialismo y su aproximación a los análisis del sistema-mundo para delimitar los marcos y estrategias de lucha por el socialismo.

Palabras-clave: Ruy Mauro Marini. Capitalismo. Superexplotación. Subimperialismo. Marxismo.

* Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, pesquisador do CLACSO e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia/UFRJ. Professor Visitante no Arrighi Center for Global Studies (2022)

Introdução

A obra de Ruy Mauro Marini desponta como uma das principais referências do marxismo latino-americano do século XX por oferecer uma interpretação original do capitalismo na América Latina que contribuiu decisivamente para a construção da teoria marxista da dependência, da qual é um dos destacados fundadores, ao lado de Theotônio dos Santos (1968, 1969, 1972 e 1978), Vânia Bambirra (1974 e 1978) e Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1974)¹. O pensamento de Marini foi o que mais avançou na formulação de uma economia política para interpretar as estruturas e dinâmicas do capitalismo dependente, tendo ultrapassado dialeticamente o seu objetivo inicial de construir uma “[...] teoria intermediária que, informada por Marx, conduzisse à compreensão do caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana e sua legalidade específica” (MARINI, 1990, p. 25). A obra do autor incidiu na própria expansão e reformulação da teoria do valor de Marx, na interpretação das leis de desenvolvimento da própria economia mundial capitalista e das formações sociais nela inscritas, divididas em grande medida em centros e periferias, tomadas como partes de uma totalidade mais ampla que as condiciona e modifica, mas que é ao mesmo tempo resultado de seus movimentos particulares, onde se destaca a atuação dos Estados imperialistas, sobretudo daquele hegemônico que lidera esse tipo de expansão.

Apesar de todo o esforço feito pelas ditaduras do grande capital para bani-lo, exonerando-o de cargos públicos, prendendo-o, torturando-o, destruindo seus materiais de pesquisa, buscando o seu extermínio físico e condenando-o ao exílio; ou pelo pensamento liberal para desacreditá-lo, distorcendo suas formulações e lhe impondo o ostracismo, o legado do autor sobreviveu e chegou com força ao século XXI. A grande razão para isso é a sua capacidade de explicar e descrever dimensões estruturais do capitalismo dependente que condicionam e limitam o desenvolvimento econômico, político e social de suas populações e formações sociais, assim como a internacionalização de algumas de suas categorias para os centros imperialistas, como a superexploração do trabalho, formulação que o autor passou a sustentar em

¹ O texto fundacional da teoria da dependência no CESO, ao qual se soma Ruy Mauro Marini, em 1970, restabelecendo a colaboração intelectual com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra na Universidade de Brasília e na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), é *Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina: bosquejo informativo* (CESO, 1967). Esse texto reuniu equipe de investigação sob a direção de Theotônio dos Santos, que contou com a participação de Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro. Ruy Mauro Marini contribuiu para a fundação da teoria da dependência com *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo* (1965b), *La interdependencia brasileña y la integración imperialista* (1965a), *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966), *Subdesarrollo y revolución* (1974 [1969]) e *Dialéctica de la dependencia* (1973a).

seus últimos trabalhos. Nos anos 1990, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos fizeram um amplo balanço das contribuições da teoria marxista da dependência e do pensamento latino-americano no século XX, apontando a necessidade de reformulá-la parcialmente para analisar a reorganização da economia mundial estabelecida com a reestruturação do imperialismo estadunidense e a ofensiva da globalização neoliberal. Theotonio dos Santos reivindicou a teoria marxista da dependência como a primeira etapa da construção de uma teoria marxista do sistema mundial, e Marini reivindicou que se retomasse o núcleo marxista da teoria marxista da dependência, desgarrando-o de suas aderências desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas, para saltar a uma nova etapa superior de pensamento².

Esse trabalho de balanço e retomada, iniciado nos anos 1990, ganhou projeção e difusão no século XXI dentro e fora da América Latina, com a crise do neoliberalismo na região e a ofensiva das esquerdas nas sociedades civis, instituições científicas, aparelhos de Estado, organismos regionais latino-americanos e caribenhos, ou internacionais. Antigos discípulos e novas gerações se afirmam dando lugar a um estudo mais detalhado da obra de Marini. Se estabelecem debates no interior da teoria marxista da dependência e com outros enfoques analíticos rivais, no âmbito das esquerdas ou do pensamento liberal, que buscam limitar seu alcance e influência nas ciências sociais e na organização da contra-hegemonia e dos processos emancipatórios. O caráter paradigmático e incompleto da obra de Marini, expressão da radicalidade de sua dimensão fundadora, abriu espaço para distintas reivindicações dela no âmbito das ciências sociais. Podemos destacar: as que tomam seus textos fundacionais dos anos 1970, principalmente *Dialética da dependência* (1973a), como uma obra acabada e não como o autor a apresenta, uma introdução às linhas gerais de desenvolvimento do capitalismo dependente, suscetível de abrir linhas de pesquisa e de contribuir a esforços futuros de quem busca estudá-lo; as que acentuam as aderências desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas no âmbito da teoria marxista da dependência para limitar e subordinar o seu núcleo radical, descaracterizando-o, para seguir o caminho inverso ao proposto por Marini; e as que buscam desenvolvê-los dialeticamente, reformulando categorias à luz da evolução das sociedades dependentes, do capitalismo mundial e suas novas formas de reprodução internacionais.

Neste artigo analisaremos os conceitos de superexploração do trabalho e subim-

2 De Ruy Mauro Marini, destacam-se sua *Memória* (1990) e *Dependência e integração na América Latina* (1992), *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996) e o balanço da teoria social latino-americana que organiza com Margara Millán (MARINI e MILLÁN, 1994a, 1994b, 1995 e 1996). Theotonio dos Santos publica *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável* (1995 [1993]) e *De la dependencia al sistema mundial: balance y perspectivas* (1999), seguido por *Teoria da dependência: um balanço histórico e teórico* (2000).

perialismo de Ruy Mauro Marini, as suas leituras sobre o imperialismo e os marcos que colocam para a luta pelo socialismo na obra do autor. Daremos ênfase aos debates suscitados no século XXI, sem deixar de fazer menção às principais controvérsias do século XX que se prolongam nos debates contemporâneos.

A superexploração do trabalho em Marini

O conceito de superexploração do trabalho é o de maior centralidade na obra de Ruy Mauro Marini e foi desenvolvido e aprimorado ao longo dela. A sua primeira aparição se fez em seu artigo *Subdesarrollo y revolución en América Latina* (1968), posteriormente incorporado ao seu livro *Subdesarrollo y revolución* (1974 [1969]), no qual o autor trouxe alguns elementos que desenvolveu posteriormente. Aqui ele afirmou ser a superexploração “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida”, implicando um “aumento do valor absoluto do mais-valor” através do qual suas classes dominantes se ressarcem da drenagem de uma parte variável de seu mais-valor para os países centrais (MARINI, 1968, p. 10). O termo permanecia intuitivo e impreciso, mas sinalizava o seu determinante nas compensações às transferências de valor que algumas formações sociais na economia mundial sofriam, impostas pela cooperação subordinada com o imperialismo de suas classes dominantes. O conceito ganhou estatuto teórico pela primeira vez em *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo* (1973b), na intervenção do autor no Encontro dos Economistas Latino-Americanos em Roma, em setembro, publicada no ano seguinte no Centro de Estudios Sócio-Económicos (CESO) Essa intervenção antecipou a sua formulação em *Dialéctica de la dependencia* (1973a), onde o autor apresentou o conceito com maior amplitude e elaboração, situando-o no âmbito dos principais padrões de reprodução de capital na América Latina, termo que utilizou posteriormente em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979c) e definiu conceitualmente em *Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile* (1982).

No texto da intervenção em Roma, Marini enunciou um fundamento metodológico que rompeu os postulados que permeiam as diversas variantes do pensamento desenvolvimentista e o apartou definitivamente deles, estabelecendo um dos pilares da teoria marxista da dependência: nos países dependentes, a produção, na reprodução ampliada do capital, se subordina aos condicionamentos da circulação, o que inclui não apenas a fase primário-exportadora, mas também a industrial, em torno da qual o desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo nutriram grandes esperanças de endogeneização da dinâmica do ciclo capitalista. Diferentemente dos países centrais, onde a produção tem papel dominante e dinâmico sobre a circulação, esta-

belecendo a sua espacialidade e as linhas de expansão necessárias à sua reprodução, dirigindo a articulação entre o mercado mundial e o mercado interno, nos países dependentes a relação entre essas categorias é inversa, exercendo o mercado mundial e a circulação internacional de capitais o papel condicionante sobre a produção. A parte mais dinâmica da produção se separa da circulação interna, e a exploração do trabalhador deixa de estar limitada por sua necessidade de consumo para a realização das mercadorias e a efetivação da reprodução completa do ciclo do capital. O autor assinalou a necessidade de superar a leitura formalista de Marx em favor de uma interpretação criativa, capaz de analisar as distintas formas particulares em que se expressa o desenvolvimento do capitalismo. Marx partiu da premissa teórica de que a força de trabalho média se remunera por seu valor para estabelecer sua teoria do mais-valor; entretanto, esse suposto abstrato e geral, que corresponde às condições históricas do capitalismo nos países centrais, não corresponde às formas particulares em que ele se apresenta nos países dependentes, onde a força de trabalho é remunerada por debaixo do seu valor. Marini propôs reinterpretar a teoria do mais-valor para ajustá-la às dimensões históricas dividindo o mais-valor em duas grandes formas: o baseado no aumento da capacidade produtiva do trabalho e o fundado na maior exploração do trabalhador. O primeiro se funda na elevação da produtividade e permite o estabelecimento do mais-valor relativo quando desvaloriza bens de consumo necessários; o segundo se baseia no mais-valor absoluto, na elevação da intensidade de trabalho e do desgaste da força de trabalho (sem alterar-se a capacidade produtiva do trabalho), e na remuneração da força de trabalho inferior ao seu valor real, convertendo parte do fundo de consumo do trabalhador em fundo do capital.

Em *Dialéctica de la dependencia*, Marini voltou com mais profundidade e precisão ao tema que havia esboçado. Ele esclareceu que, no capitalismo, o aumento da capacidade do trabalho eleva a produtividade, mas não aumenta a massa de valor, reduzindo o valor por unidade de produto. Para elevar a taxa de mais-valor, exige-se a maior exploração do trabalhador, modificando as proporções da jornada dentro dos limites da variação de produtividade. A superexploração ocorre quando a maior exploração do trabalhador se desenvolve de forma independente, sem vincular-se diretamente ao aumento da capacidade do trabalho. Ele estabeleceu as bases da economia política do capitalismo dependente e articulou a superexploração do trabalho às transferências internacionais e internas de valor que essas economias sofrem, assinalando que a maior exploração do trabalhador é o mecanismo utilizado pelo capital para compensar aquelas, fundadas no monopólio da produção e na produtividade. O autor especificou em grandes linhas os principais padrões históricos de reprodução dos países dependentes, apontando as formas concretas em que a maior exploração

do trabalhador se estabelece e a produção se diferencia, engendrando a expansão da circulação interna, sem inverter, contudo, a relação de subordinação com o mercado mundial e a circulação internacional de capitais.

Na velha economia primário-exportadora, o prolongamento da jornada de trabalho era forma predominante da maior exploração do trabalhador. A América Latina orientava sua produção principalmente para compensar a queda da taxa de lucro e auxiliar a transição do regime de acumulação dos países centrais para o mais-valor relativo. Os países centrais buscavam burlar o princípio mais geral da lei do valor, baseado na troca de quantidades equivalentes de trabalho, mediante a elevação da produtividade, reduzindo a quantidade de valor por unidade de produto; e os países dependentes moviam-se para aumentar a massa de valor realizado por meio da extensão da jornada de trabalho. Os limites à expansão da produção nos países dependentes elevavam o intercâmbio e a taxa de lucro em seu favor, promovendo a migração de capitais para a economia exportadora. O resultado era o estabelecimento dos preços de produção e da taxa média de lucros na economia mundial, a desvalorização da produção primário-exportadora, e o deslocamento dos termos de intercâmbio em favor dos produtos manufaturados. A perda da capacidade de compensar, mediante o aumento da massa de valor, a violação da lei do valor imposta pelos países centrais, através do aumento da produtividade e do monopólio da produção, não permitiu que o aumento da capacidade produtiva se descolasse da maior exploração do trabalhador, que vai incorporando lentamente o aumento da intensidade do trabalho com a elevação da composição técnica e orgânica do capital.

O descolamento do aparato produtivo mais importante e dinâmico das necessidades de consumo dos trabalhadores impediu que a indústria ultrapassasse níveis complementares ao setor exportador e desempenhasse papel significativo, sendo a demanda interna mais importante, formada pelo mais-valor acumulado, atendida pela importação de mercadorias. O desenvolvimento de uma fração industrial significativa apenas se estabeleceu a partir da janela de oportunidade da crise do mercado mundial, que lhe proporcionou a demanda interna formada pela esfera alta de consumo. O autor mencionou que a aproximação da oferta aos limites dessa demanda interna foi lenta, utilizou o sobrepreço, possibilitado pelo protecionismo para aumentar o mais-valor apropriado sem elevar a composição orgânica do capital, e não rompeu com as estruturas internas exportadoras na grande maioria dos casos. Na seção intitulada *O novo anel da espiral*, Marini assinalou que a aproximação entre a esfera alta e a baixa da circulação interna dos países dependentes, que se fazia lentamente com a expansão da produção para além dos limites da demanda, se interrompeu e levou a um novo afastamento entre elas a partir da reorganização do imperialismo sob

liderança dos Estados Unidos no pós-guerra. A profunda reestruturação produtiva, a concentração e centralização de capitais, a aceleração dos seus tempos de rotação e da obsolescência moral de produtos e processos nos países centrais deram lugar a uma massiva transferência de tecnologia orientada aos mercados internos dos países dependentes, estabelecendo a liderança do capital estrangeiro em seus processos de industrialização. Criou-se um patamar de assimetrias e de monopólios que conduziu ao estabelecimento de um mais-valor extraordinário permanente, impondo drásticas transferências internas de valor que se somaram e se combinaram às internacionais.

Marini apontou que o mais-valor extraordinário altera a repartição do mais-valor, mas não eleva a sua massa. Vincula o incremento da capacidade produtiva do trabalho ao aumento da massa do mais-valor realizado/apropriado e não ao incremento da taxa de mais-valor, afetando-as negativamente nas frações médias e inferiores do capital, que recorrem à maior exploração do trabalhador para restituí-las, diante da incapacidade de neutralizarem o monopólio tecnológico. Como o autor apontou em *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979a), mesmo que as frações médias e inferiores recorram à elevação da produtividade e anulem provisoriamente a assimetria, o capital estrangeiro é capaz de restabelecer a sua liderança, aprofundar as inovações e gerar outros patamares de competição, pois introduz a tecnologia aos saltos. O emprego da maior exploração do trabalhador pelas frações médias e inferiores do capital determina o nível médio de remuneração da força de trabalho, beneficia o setor monopólico e contribui para deprimir a estrutura geral de preços de matérias-primas e insumos industriais.

Como assinalou o autor em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979c), desenvolvendo os esquemas de reprodução de Marx para introduzir neles o progresso técnico, o mais-valor extraordinário se fixa não apenas no interior dos setores, mas entre eles, pois a inovação tecnológica tende a economizar força de trabalho e a substituir capital variável por mais-valor, restringindo a demanda por bens de consumo necessários e ampliando a por bens de consumo suntuários e capital constante para produzi-los. É a forte competição tecnológica no interior e entre as economias centrais que impulsiona a desvalorização de parte dos bens de consumo suntuários, transformando-os em bens de consumo necessários naqueles países, processo que a luta de classes acelera e para o qual contribuem as transferências de valor e a estrutura de preços deprimida dos países dependentes no mercado mundial. A estrutura monopólica, que impõe assimetrias tecnológicas e transferências de valor aos países dependentes, bem como o emprego da maior exploração do trabalhador, como forma invertida e paralela de mais-valor extraordinário, restringem a competitividade e a capacidade de desvalorização dos bens de consumo suntuários, bloqueando

o estabelecimento do mais-valor relativo como forma dominante de exploração da força de trabalho.

A superexploração não corresponde a uma forma de exploração da força de trabalho restrita às formas mais primitivas da acumulação de capital, mas se desenvolve com a sua própria potência produtiva, tornando-se dominante nos espaços onde as transferências de valor impõem expressivas subtrações de mais-valor às frações médias do capital, separando-as das frações superiores, que respondem pela grande massa de mercadorias, mas não pelos empregos da grande massa de trabalhadores. As transferências de valor se estabelecem pelo mais valor extraordinário no interior do ramo produtivo, pela fixação dos preços de produção ou do mais-valor extraordinário entre os ramos produtivos. Corresponde, nestes países, a uma hipertrofia do setor de bens de consumo suntuários e a uma atrofia do setor produtor de máquinas e equipamentos, limitado pelas restrições impostas à esfera baixa de consumo e pela oferta externa de bens de capital que configura a dependência tecnológica. A superexploração é o fundamento da reprodução da dependência e do subdesenvolvimento, contribuindo, junto com as demais transferências de valor, para deprimir a estrutura de preços dos bens de consumo necessários e dos produtos primários. O subdesenvolvimento é cada vez mais determinado pelo imperialismo e a dependência com a expansão da economia mundial. Quanto mais avança o desenvolvimento da capacidade produtiva nos países dependentes, mais a superexploração se desloca da extensão da jornada de trabalho para o aumento da intensidade, que Marini considera uma forma particular de mais-valor relativo, e principalmente para a apropriação do fundo de consumo do trabalhador sob a forma de redução de salários.

Embora o foco dos estudos de Marini nos anos 1970 fosse a superexploração nos países dependentes, ele nunca pretendeu limitá-la a esses espaços, imputando-a ao próprio modo capitalista de produção e analisando-a sempre nos marcos dos padrões de reprodução de capital. Para o autor, a superexploração do trabalho cresce correlativamente ao desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho e encontra barreiras na exploração dos trabalhos escravo ou servil das sociedades latino-americanas, durante o período colonial e o século XIX, ainda que possa neles se estabelecer, sendo mais adequada às formas salariais. Ao analisar os novos padrões de reprodução de capital estabelecidos com a globalização capitalista, nos anos 1990, ele apontou em *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996) que a superexploração se generaliza ao conjunto do sistema capitalista, deixando de ser uma característica distintiva dos países dependentes, ainda que suas formas de manifestação variem. Isso se estabelece porque a globalização do capital tornou a força de trabalho superexplorada dos países dependentes uma fonte mundial de mais-valor extraordinário,

ao fragmentar produtos e processos e explorá-la por meio de processos tecnológicos com alta composição técnica do capital, colocando em xeque os regimes de exploração da força de trabalho nos países centrais. A revolução nas forças produtivas em curso, impulsionada pelo capital, deslocou o monopólio tecnológico para a ciência, e o conhecimento e permitiu a difusão mundial da indústria, integrando a produção na circulação mundial por meio da ofensiva neoliberal. A substituição da indústria pelo setor de serviços como principal fonte de emprego nos países centrais estabelece alto grau de desemprego e subemprego na ausência de uma ofensiva dos trabalhadores que reduza a jornada de trabalho. Pressionado pelo uso da força de trabalho superexplorada como fonte da redução dos custos da produção destinada ao mercado mundial e pelo desemprego tecnológico, o regime de exploração fundado no desenvolvimento da capacidade do trabalhador nos países centrais passa a ser ameaçado pela difusão global da superexploração.

Balanco do conceito de superexploração em Marini: diálogo com o marxismo dependentista

Nos anos 1990, Marini dedicou-se ao balanço das contribuições da teoria da dependência em sua *Memória* (1990), em seu livro *América Latina: dependência e integração* (1992), no amplo estudo da teoria social latino-americana que coordenou no CELA/UNAM de 1994-96 e em seu artigo *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996). Ele assinalou que a teoria da dependência teve duas florações, uma inicial, nos anos 1920, que se expressou em particular na obra de Mariátegui, e outra nos anos 1960-70, quando apresentou-se em suas versões mais radicais como teoria marxista da dependência. Se de um lado destacou as contribuições dos anos 1960-70 e respondeu às críticas que sofreu, de outro mencionou a necessidade de submetê-las a uma revisão para dar lugar a uma nova etapa de construção teórica, uma vez que não as considerava suficientes para enfrentar os desafios da globalização capitalista. Essa revisão criadora deveria tomar a teoria marxista da dependência como ponto de partida e extirpar as aderências funcionalistas, desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas de seu núcleo teórico-metodológico. Movidos por essa preocupação, lançamo-nos à análise e retomada de sua obra e ao debate com os seguidores e a crítica.

Consideramos o conceito de superexploração do trabalho um dos mais fecundos desenvolvidos pelo pensamento marxista e pela teoria social latino-americana para iluminar as contradições do capitalismo dependente e os seus limites para impulsionar o desenvolvimento e construir uma democracia de massas sustentável. Tal conceito não pode ter a sua potência explicativa circunscrita a determinadas regiões da

economia mundial sem sofrer importante mutilação, uma vez que deslinda dimensões cruciais da própria lógica global de expansão do modo de produção capitalista e sua economia mundial, que têm na concorrência um de seus traços fundamentais. A sua importância na interpretação do movimento da totalidade da economia mundial capitalista, reconhecida por teóricos do sistema-mundo como André Gunder Frank (1978) e, em certa medida, Immanuel Wallerstein (1995), Giovanni Arrighi (1997) e Beverly Silver (2019), ganhou novo impulso com a sua inclusão na teoria do imperialismo por Andy Higginbottom (2010 e 2014) e John Smith (2016). Higginbottom propôs atribuir a Marini, por sua formulação do conceito de superexploração, a descoberta de uma terceira forma de extração de mais-valor, capaz de ajustar o descompasso entre a lógica abstrata da teoria do mais-valor e as formas concretas pelas quais se desenvolve o capitalismo, tema ao qual voltaremos mais adiante.

Apesar de reconhecermos a importância central desse conceito para a interpretação do capitalismo dependente e para os processos de acumulação mundial de capital, não o consideramos suficientemente elaborado e desenvolvido. A reticência de Marini em publicar *Dialéctica de la dependencia* – assinalada em sua *Memória* –, superada para conter a difusão não autorizada de seu texto, evidencia o caráter provisório e incompleto do conceito, estando o autor a aperfeiçoá-lo ao longo de sua obra. A principal deficiência do conceito de superexploração em Marini está vinculada ao contexto social que o autor indicou haver limitado a radicalidade das teorias da dependência: um padrão de reprodução da economia mundial em que as relações de exploração entre as classes assumem a forma de relações entre Estados nacionais, ocultando parcialmente a real natureza do imperialismo (MARINI, 1993). Tal cenário é uma das fontes das aderências desenvolvimentistas e nacionalistas ao instrumental teórico marxista da teoria da dependência, que ele denunciou sem, entretanto, escapar delas inteiramente.

Se definiu a superexploração do trabalho no plano geral e abstrato como uma forma de exploração em que o trabalhador é remunerado abaixo do valor da força de trabalho. Marini não é suficientemente explícito, quando analisa as sociedades dependentes, sobre o lugar analítico e concreto de definição do valor da força de trabalho estar em última instância na economia mundial, em suas condições médias de produtividade e intensidade, e não no interior das economias nacionais que articula – como supõe o nacionalismo metodológico, de matriz liberal –, o que se acentua quanto mais se amplia a incidência do mercado mundial sobre elas. Embora seja uma consequência lógica do trabalho do autor, quando define a superexploração como uma característica distintiva do capitalismo dependente, que o valor da força de trabalho esteja definido fora, nos países centrais, onde seria supostamente equi-

valente aos seus preços, faltou uma elaboração mais orgânica para defender-se dos ataques do desenvolvimentismo e do endogenismo e evitar deslizamentos que aparecem, por vezes, em seus trabalhos. Ele se aproximou dessa elaboração quando reafirmou o conceito de trabalho socialmente necessário e a lei do valor em escala internacional em polémica com Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978), que os negaram, expressando o pensamento liberal canônico. Entretanto, ao fazê-lo, situou lado a lado os conceitos de trabalho socialmente necessário em nível internacional e nacional, sem estabelecer hierarquias³.

O fato de não ter explicitado com clareza a centralidade da economia mundial na determinação do valor da força de trabalho abriu espaço para a ofensiva do nacionalismo metodológico, desdobrando-se em acusações de que a superexploração do trabalho excluiria necessariamente o mais-valor relativo onde fosse dominante. Entretanto, isso não está na essência do método do autor que funda a economia política marxista da teoria da dependência, nem em seu fio condutor, mas em aderências que eventualmente aparecem, sem comprometer os pilares fundamentais de seu edifício teórico. Evidentemente que, se o valor da força de trabalho em uma economia mundial monopólicia se aproxima das condições de produtividade e intensidade estabelecidas pelos capitais de composição superior e estes produzem mais-valor relativo, expandindo os salários dos trabalhadores, a superexploração da força de trabalho nos países dependentes significa uma remuneração abaixo do valor médio da força de trabalho, que poderá implicar desde a neutralização de uma parte expressiva do mais-valor relativo e da expansão salarial até a sua anulação completa⁴.

Marini indicou, ao final de *Dialéctica de la dependencia*, que a superexploração do trabalho impedia, no capitalismo dependente, o trânsito para o mais-valor-relativo

3 “Desde este punto de vista, lo primero que llama la atención es que, aunque vayan a ‘criticar’ lo que he dicho sobre el tema, hacen la curiosa advertencia de que no contemplarán el problema de la transferencia de valor a través del comercio exterior (p. 16). La razón básica que dan para ello es que ‘no habiendo movilidad de la fuerza de trabajo, es difícil establecerse, en escala internacional, el concepto de tiempo de trabajo socialmente necesario, el cual, a su vez, es crucial como requisito para la operación de la ley del valor [...]’. La movilidad de la fuerza de trabajo no influye para nada en el concepto de tiempo de trabajo socialmente necesario, a escala nacional o internacional. Seguramente, mis ‘críticos’ quieren decir que afecta su determinación, su medición. Pero tampoco es así: a nivel nacional o internacional, el tiempo de trabajo socialmente necesario no se determina por la circulación de la fuerza de trabajo, sino que es exclusivamente función del desarrollo de las fuerzas productivas, del grado de destreza, productividad e intensidad media de la fuerza de trabajo en la producción” (MARINI, 1978, p. 64).

4 Samir Amin (1974 e 2011) defendeu a existência de uma lei do valor mundializada e a definição do valor da força de trabalho na economia mundial, mas explica a polarização mundial pelas restrições à circulação mundial da força de trabalho, o que tornaria as leis do modo de produção capitalista, que supõe equalizadoras, distintas das que regeriam o sistema mundial. Tais supostos são completamente estranhos à teoria marxista da dependência e à obra de Marini, que situam a polarização na própria lógica interna do modo de produção capitalista e em seu desdobramento ao mercado mundial.

como forma dominante de exploração da força de trabalho, o que implica reconhecer a possibilidade deste existir como forma subordinada de exploração do trabalhador⁵. O predomínio da superexploração não significa necessariamente a negação do mais-valor relativo, mas que a maior parte de sua expansão e do potencial crescimento dos salários é apropriada por meio de mecanismos de transferência de valor, neutralizando-os. Entretanto, o grau de monopolização da economia mundial e das economias dependentes e as transferências de valor podem ser tais que eliminem o mais-valor relativo e imponham a regressão salarial, como demonstramos em *Algumas reflexões em torno da superexploração do trabalho* (MARTINS, 2017), *A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo* (MARTINS, 2018), *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America* (MARTINS, 2020) e *The longue durée of Marxist Theory of Dependency and the twenty-first century* (MARTINS, 2022b). A hipótese formulada por Marini, de extensão da superexploração aos centros imperialistas pela utilização da força de trabalho dos países dependentes como fonte de mais-valor extraordinário na globalização capitalista, aponta nesta direção, incidindo negativamente sobre os salários em condições médias de produtividade, situando por debaixo delas a grande massa de trabalhadores dos países centrais e se expressando na forte elevação da desigualdade nos centros imperialistas e na periferia dependente.

Apesar da instigante proposição de Andy Higginbottom (2010) de que a superexploração do trabalho deve ser considerada uma terceira forma de extração de mais-valor, esta inclui o mais-valor absoluto com uma de suas variantes. A consideramos, em seu plano mais geral e abstrato, uma forma de extração antagônica ao mais-valor relativo e que, exatamente por isso, desvela a totalidade da dialética da reprodução ampliada do capital, apontando a conjunção entre o seu elemento positivo, a criação de mais-valor, e o negativo, a transferência de mais-valor, esta negada ou, em maior ou menor medida, ocultada pelo pensamento liberal e desenvolvimentista. O próprio Marini não percebeu toda a radicalidade de sua descoberta, como evidencia a sua pretensão de incluir o mais-valor relativo como uma das modalidades de superexploração mediante a elevação da intensidade do trabalho, sob o argumento de que afetaria os dois tempos da jornada. Entretanto, para Marx, no mais-valor relativo, os

5 “En este sentido, se pueden encontrar en mi ensayo indicaciones, aunque notoriamente insuficientes, que permiten vislumbrar el problema de fondo que la teoría marxista de la dependencia está urgida a enfrentar: el hecho de que las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante en las relaciones entre el capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada que asume en el sistema dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército industrial de reserva y al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización” (MARINI, 1973a, p. 100).

dois tempos são modificados pelo aumento da capacidade produtiva do trabalho, e a força de trabalho se vende por seu valor, supostos que não se encontram na elevação da intensidade como forma de superexploração e nem na apropriação do fundo de consumo do trabalhador, que também afetaria os dois tempos da jornada, o que sublinha não poder ser a modificação simultânea dos tempos um critério isolado para especificar o que é o mais-valor relativo sem incluir as determinações que Marx estabeleceu⁶.

Cabe então distinguir dois níveis de análise da superexploração, isto é, como tipologia abstrata de exploração da força de trabalho que exclui o mais-valor relativo; e como forma concreta dessa exploração, que pode vir a se combinar com este, onde se toma como referência para o valor da força de trabalho, aquele estabelecido nas condições médias de produtividade e intensidade da economia mundial e na economia nacional, de acordo com os padrões de acumulação de capital vigentes. Na determinação do valor da força de trabalho, tem centralidade a economia mundial, que é cada vez maior quanto for a sua capacidade de integrar a circulação das economias nacionais ao mercado mundial. A superexploração tem forte vinculação a formas de compensação das transferências de mais-valor, mas não se resume a essas, podendo significar, como na globalização capitalista, uma reação do capital – por meio do desemprego tecnológico, uso da força de trabalho barata da periferia e financeirização – aos impactos negativos do aumento do valor da força de trabalho sobre a taxa de mais-valor, provocado pela revolução científico-técnica, segundo Theotonio dos Santos (2000, 2004 e 2016) e Carlos Eduardo Martins (2011, 2020, 2021a e 2023), apropriando-se de um conceito de Radovan Richta (2018 [1968]), ou pela conversão dos trabalhadores em analistas simbólicos, que menciona Marini (1996).

Foi a dificuldade em distinguir com clareza esses dois níveis de análise, presentes de forma embrionária em sua metodologia, que levou Marini a incluir indevidamente um mais-valor relativo espúrio na tipologia abstrata da superexploração e, por vezes, a aparentar excluir o mais-valor relativo, tal como definido por Marx, das formações sociais concretas em que a superexploração é dominante como forma de exploração⁷. Tal procedimento fragilizou seu enfoque em algumas passagens de seus

6 Juan Cristobal Cardenas (2018) criou a categoria de mais-valor relativo usurpatório para incluir a apropriação do fundo de consumo do trabalhador como mais-valor relativo, posição com a qual não estamos de acordo.

7 Um exemplo disso é a passagem de *Dialéctica de la dependencia* em que Marini afirmou de forma peremptória que determinadas mercadorias estariam excluídas do consumo popular. “Para ello concurrió decisivamente la vinculación de las nuevas técnicas de producción a ramas industriales orientadas hacia tipos de consumo que, si tienden a convertirse en consumo popular en los países avanzados, no pueden hacerlo bajo ningún supuesto en las sociedades dependientes. El abismo existente allí entre el nivel de vida de los trabajadores y el de los sectores que alimentan a la esfera alta de la circulación hace inevitable que productos como automóviles, aparatos electrodomésticos, etc., se destinen necesariamente a esta

escritos, mas em nosso entendimento não atingiu as bases fundamentais de seu método para fundar e desenvolver a teoria marxista da dependência.

O desenvolvimento ainda embrionário de alguns aspectos do conceito de superexploração do trabalho em Marini – que acarretou, em determinados momentos, a perda de autonomia relativa do nível concreto diante do abstrato do conceito e da economia mundial diante da economia nacional na definição do valor da força de trabalho – levou alguns de seus mais rigorosos seguidores a incorrerem em explicações idealistas para demonstrar a compatibilidade da superexploração da força de trabalho com o mais-valor relativo. Assim, autores qualificados, como Jaime Osório (2006, 2018 e 2022a) e Mathias Luce (2018), recorrem a expedientes como a mudança do valor histórico-moral da força de trabalho para explicar a ampliação do consumo em situação de superexploração, incluindo-a como fator independente, conectado diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas, sem relacioná-la de forma ampla com a teoria do valor e os processos de exploração dos trabalhadores, geração e apropriação de mais-valor, onde deve estar inserida⁸. É preciso ainda incorporar como quarta forma de superexploração, não estabelecida explicitamente por Marini como uma de suas variantes, o aumento do valor da força de trabalho sem a elevação absoluta ou proporcional de seus preços, que ganha importância crescente com a reprodução ampliada do capitalismo e o desenvolvimento de suas forças produtivas⁹.

Outro tema, em que alguns de seus seguidores não acompanharam o desenvolvimento metodológico do conceito de superexploração estabelecido pelo próprio Marini, é o que se refere à difusão desse tipo de exploração para as economias centrais por meio do estabelecimento de um novo arranjo organizacional para a extração do mais-valor extraordinário pelas corporações transnacionais, mediante a globalização capitalista e a mundialização da lei do valor. Autores como Jaime Osório (2018 e 2022b) e Mathias Luce (2018) insistem na centralidade de *Dialéctica de la dependen-*

última” (MARINI, 1973a, p. 72). Ou o trecho da mesma obra em que afirma que as indústrias dirigidas ao consumo popular tendem à estagnação ou à regressão, afirmação que reescreve em *Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F.H. Cardoso e Jose Serra* (1978), sua resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra, para mencionar que tinha em mente taxas e não valores absolutos, o que não estava explícito na versão inicial (MARINI, 1978, p. 73).

8 “El elemento histórico moral le da a la mercancía fuerza de trabajo una impronta particular, en tanto no se trata de reproducir animales sin más, sino seres humanos, acostumbrados a formas particulares de alimentación, y que van formando parte de una sociedad donde aparecen nuevos bienes, que al abaratare, pasan a formar parte de los bienes salarios” (OSÓRIO, 2006, p. 78).

9 Carlos Eduardo Martins foi o primeiro a apontar essa forma de superexploração dos trabalhadores: “[...] isso significa uma queda dos preços da força de trabalho por meio de três mecanismos a extensão da jornada de trabalho ou a elevação da intensidade ambas sem o aumento correspondente ao maior desgaste da força de trabalho e a redução salarial. Seria possível agregar ainda o aumento do valor da força de trabalho via qualificação sem o aumento correspondente do salário” (MARTINS, 2006, p. 930).

cia na obra de Marini e na especificidade do capitalismo dependente diante de outras formações sociais no capitalismo mundial. Entretanto, este autor nunca tomou *Dialéctica de la dependencia* como a conclusão de uma linha de pesquisa, mas sim como o texto que a abriu, ao defini-la de forma sistemática, inscrevendo-a no âmbito do processo mais amplo e criativo de seu pensamento. Nesse livro, ele apontou que a relação positiva entre o desenvolvimento das forças produtivas e a maior exploração da força de trabalho não é exclusiva da economia dependente, mas inerente ao próprio modo de produção capitalista, apresentando nela caráter agudo e dominante.

Em sua apresentação para a versão em inglês de *Dialéctica de la dependencia*, publicada pela *Monthly Review*, Jaime Osório se esforçou para apresentar as formulações de *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*, nos marcos do livro paradigmático de Marini, ao invés de concebê-las como uma continuidade que o desenvolve e ultrapassa. Osório apresentou a tese de Marini de 1996 de que a superexploração estaria se difundindo aos países centrais nos termos de *Dialéctica da dependência*, isto é, como uma forma de exploração subordinada, que afirmou estar restrita às minorias étnicas, imigrantes e indocumentados (OSÓRIO, 2022b, p. 158). Entretanto, a interpretação de Marini nos anos 1990 se modificou, e o fator determinante é a sua análise dos padrões de reprodução do capital estabelecidos pela mundialização da lei do valor. É esse o fator dinâmico que permitiu a Marini reformular sua interpretação sobre a incidência da superexploração da força de trabalho nas formações sociais, redefinindo suas análises dos anos 1970 e 1980. Novos padrões de reprodução do capital modificam o lugar da maior exploração do trabalhador no modo de produção capitalista e sua expressão geoeconômica e geopolítica. O pensamento de Marini não deve ser tomado como estático, mas dinâmico em função da mudança nos próprios processos de acumulação.

Marcelo Carcanholo e Hugo Figueroa Corrêa (2016) e Marisa Amaral (2018) também se opuseram ao uso da categoria superexploração da força de trabalho para os países centrais, ainda que por outras razões. Carcanholo e Corrêa fizeram uso de uma análise de *O capital* que pretende subordinar as dimensões históricas e concretas às lógico-teóricas, mas terminaram por encerrar o pensamento de Marx em esquemas abstratos que ignoram as contradições entre os múltiplos níveis de concreção a que se referem, deixando de tomar em conta os movimentos da realidade que modificam suas interrelações, hierarquias e o desenho de totalidade onde se inscrevem. Trata-se de uma metodologia idealista, reducionista, que reivindica para si a ortodoxia marxista, mas caminha para o abstrato, em sentido inverso ao da dialética, uma vez que esta modifica os conceitos em seu movimento para o mais complexo. Os autores afirmaram que, segundo Marx, os preços da força de trabalho se vendem ao seu

valor, ainda que não se vendam em situações particulares, que carecem de interesse teórico para análise do modo de produção capitalista por serem históricas. Em razão disso, assinalaram que o conceito de superexploração não faz sentido para designar uma forma particular de exploração, pois as variações de preço em relação ao valor da força de trabalho se inscrevem na categoria exploração. Propuseram então circunscrever a validade do conceito de superexploração às transferências de mais-valor sofridas pela periferia em favor dos centros. Em seu esforço para harmonizar Marini com o Marx que apresentaram como definitivo, suprimiram do primeiro as reflexões que inscrevem a superexploração como uma variante do desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. Marisa Amaral respaldou as reflexões de Carcanholo e Corrêa e vinculou a superexploração ao rentismo e à financeirização do capital, sem explicar por que, sendo hegemônicos na acumulação mundial de capital, só imporiam a superexploração à periferia.

Os problemas desse tipo de abordagem são vários. Em primeiro lugar, Marini nunca supôs que a superexploração não se inscrevia dentro da categoria exploração, sem por isso perder especificidade como uma de suas formas particulares. O fato de a exploração abarcar variações de preços em relação ao valor da força de trabalho não desabilita a superexploração como conceito porque esta designa uma forma suficientemente singular de exploração. Ela se estabelece quando as variações de preços para baixo do valor da força de trabalho são sistemáticas, o que aponta uma realidade distinta do nível mais geral e preliminar da formulação de Marx. Em segundo lugar, restringir a superexploração às transferências de mais-valor, eliminando-a como forma específica de extração de mais-valor, significa encerrá-la na circulação, onde não se produz mais-valor, mas se apropria, implicando uma contradição formal. Em terceiro lugar, como demonstrou Marini, principalmente, em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital*, as transferências de mais-valor, antes que internacionais, são intrasetoriais e intersetoriais, podendo se efetivar entre os Estados ou no interior destes. Finalmente, postular que, para Marx, os preços da força de trabalho se vendem sempre em média por seu valor, é ignorar suas reflexões sobre a tendência decrescente da taxa de lucro e as contradições entre a taxa e a massa de mais-valor, direção do modo de produção capitalista impulsionado por forças produtivas mais avançadas.

A difusão da superexploração da força de trabalho aos países centrais foi destacada por autores como Adrian Sotelo Valencia (2016, 2019) e Carlos Eduardo Martins (2011, 2018, 2020 e 2023), que apontaram como expressões dessa realidade o forte incremento da desigualdade, a apropriação do fundo de consumo do trabalhador, a crise ideológica do liberalismo, a agudização da luta de classes e o crescimento do fascismo nos segmentos desorganizados da classe trabalhadora, incapazes de fazer fren-

te à ofensiva do grande capital e às disputas internas entre suas frações. Na mesma direção se colocou John Smith (2016), que redefiniu a teoria do imperialismo para situar a superexploração como a essência do imperialismo no século XXI. Tal difusão não significa, entretanto, eliminar as diferenças entre países imperialistas e países dependentes, que continuam a existir em razão do monopólio das forças produtivas, das transferências de mais-valor e dos distintos padrões de qualificação da força de trabalho. A extensão da superexploração aos países centrais tem relação com: a) uma nova etapa de composição técnica e orgânica de suas frações superiores do capital; b) transferências de mais-valor impostas aos segmentos que empregam a maior parte de seus trabalhadores e são movidos para debaixo das condições médias de produtividade e intensidade. Não apenas em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979c), mas também em *Dialéctica de la dependencia* (1973a), *Las razones del neo-desarrollismo* (1978) e *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979a), Marini mencionou que a superexploração pode estar determinada por transferências internas de mais-valor, e não apenas pelas externas, formulação que antecedeu seus escritos dos anos 1990, quando analisou o novo padrão de reprodução global do capital.

O diálogo com a crítica

As principais críticas ao conceito de superexploração de Marini vêm de um conjunto de matrizes de interpretação que podemos resumir da seguinte forma: a) a leitura desenvolvimentista do capitalismo mundial, cuja principal expressão são análises weberianas do capitalismo dependente; b) o enfoque desenvolvimentista dos capitalismo nacionais, cuja principal pretensão é a de promover um capitalismo organizado que internalize o ciclo industrial ou eleve a participação do Estado nacional nas cadeias de valor globais; c) o endogenismo, que atribui características do capitalismo latino-americano fundamentalmente à combinação de forças econômicas, sociais, políticas e culturais internas. Tais análises, ainda que distintas, influenciaram-se reciprocamente, afetando as esquerdas e parte do campo marxista. Elas sustentaram, em maior ou menor grau, as seguintes teses: a) uma visão apologética que define os capitalismos industrial e pós-industrial como fundados de forma dominante ou exclusiva no mais-valor relativo; b) a negação ou minimização das transferências de valor; c) a determinação do valor da força de trabalho em bases estritamente nacionais; d) a incapacidade de compreender a limitação que a superexploração exerce sobre o mais-valor relativo; e) a desqualificação da superexploração como fundamento da dependência em favor das transferências de valor; f) a postulação de que o conceito de superexploração trunca ou viola substantivamente a lei do valor; g) a reivindica-

ção de que as particularidades da América Latina derivam do que se chamou articulação de modos de produção ou da combinação entre a modernidade capitalista com a persistência de formas pré-modernas patrimoniais, coloniais ou comunais.

A mais importante linha de ataque é a que sustenta que a modernidade capitalista se baseia no mais-valor relativo. Esse enfoque foi articulado principalmente pelas análises weberianas da dependência e pelo neodesenvolvimentismo, ganhando no pensamento endogenista dominância mais matizada. Os críticos de maior destaque foram Fernando Henrique Cardoso e José Serra, cujo texto conjunto expressou a convergência das análises weberianas do primeiro com o enfoque neodesenvolvimentista do segundo (CARDOSO e SERRA, 1978). Cardoso tratou de separar as análises de Marx do livro I de *O capital*, dedicado ao processo de produção do capital – em particular, a seção IV – daquelas do livro III, voltado para o processo de produção global de capital, que insere a abordagem inicial em uma totalidade mais complexa, tomando como objetos a concorrência, as transferências e a apropriação de mais-valor. Ao amputar o pensamento de Marx, Cardoso formulou um tipo ideal do modo de produção capitalista, voltado eminentemente para a criação de valor, minimizando a sua dialética negativa e as contradições intercapitalistas. Pôde, assim, promover a dependência e a associação do capital local ao imperialismo como objetivo nacional dos países latino-americanos, e confundir elevação de produtividade com produção de mais-valor, característica que atravessou seus textos sobre economia política.

Esse Marx domesticado e inofensivo foi mesclado pelo pensamento neodesenvolvimentista com outras referências, como Keynes, Schumpeter, Steindl e Kalecki, para reivindicar um ciclo endógeno e autônomo de desenvolvimento, em particular durante os anos 1970 e 1980, baseado na articulação entre distintas formas de oligopólio e a tecnoburocracia estatal, que deslocaram os limites do crescimento para a demanda interna e para os arranjos financeiros que vincularam diferentes setores e tipos de firmas. A demanda dos capitalistas atrelou a expansão do setor de bens da capital à sua expansão, garantindo um padrão de crescimento excludente, e as crises abriram o espaço para aprofundá-lo, ou construir novos estilos de desenvolvimento, em que a demanda estatal e os bancos públicos tornaram-se chaves para construir padrões de crescimento e financiamento mais equilibrados¹⁰.

10 Entre os principais pensadores neodesenvolvimentistas estão Maria da Conceição Tavares (1985 [1974] e 1998 [1978]), José Serra (1982), João Manuel Cardoso de Mello (1982[1975]), Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Souza (1985), Luiz Bresser Pereira (1982), Guido Mantega (1984) e Paul Singer (1979), vinculados ao Instituto de Economia Industrial/UFRJ, ao Instituto de Economia da UNICAMP, à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo ou ao CEBRAP. No México se destacam Jorge Castañeda e Enrique Hett (1978). Marini (1979-b) critica Maria da Conceição Tavares por tomar o consumo dos capitalistas, que ela nomeia como setor III, apenas como uma demanda externa, vinculado à apropriação e redistribuição do mais-valor, ignorando a sua constituição como setor produtivo

As análises weberianas se afastaram em grau desse enfoque, ponderando mais ênfase às restrições externas, embora postulassem ser o desenvolvimento o elemento predominante na relação com a dependência. Com a financeirização da acumulação de capital, a diminuição das taxas de crescimento econômico, a precarização das relações de trabalho e a destruição de direitos sociais promovidas pelo neoliberalismo nos centros imperiais e suas periferias na América Latina nos anos 1990, a postulação da centralidade do mais-valor relativo perdeu ênfase e saiu de cena, sem ser descartada e substituída por outra formulação nessas matrizes de pensamento. Nos primeiros 15 anos do século XXI, a onda progressista na América Latina e Caribe se afirmou e o reformismo liberal de esquerda foi protagonista. Este reivindicou o projeto de transição a um capitalismo includente, com forte expansão dos estratos médios, a partir do aumento do valor da força de trabalho, desvalorização de bens de consumo duráveis e ampliação do consumo de bens de consumos leves, capaz de proporcionar uma democracia estável. O cerco que a direita impôs a esse projeto, os diversos golpes de Estado e processos de desestabilização implementados, assim como a destruição da integração latino-americana, colocou em xeque a hipótese de um reformismo lento e contínuo.

A negação e a minimização das transferências de valor assumem diversas formas. A mais elementar é a confusão entre trabalho abstrato e trabalho socialmente necessário; produtividade e valor; e mais-valor extraordinário e a geração de mais-valor. O primeiro nível da criação de valor é o da quantidade de trabalho abstrato. Entretanto, como a produção de valor implica a produção de valores de uso, a quantidade de trabalho para ser equivalente geral de medida do valor necessita representar as condições médias de produtividade, intensidade e destreza em que se produz as mercadorias socialmente necessárias. Cria-se, então, uma apropriação do valor gerado pelo trabalho abstrato exercido em condições inferiores ou médias de produtividade por aquele exercido em condições superiores, exatamente porque a relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto, ou entre valor e produtividade, é dialética, estabelecendo-se uma síntese contraditória entre essas dimensões distintas. A incapacidade de distinguir entre esses dois níveis, onde é gerado ou apropriado o valor, é o que fundamenta a confusão entre a produção de mais-valor e mais-valor extraordinário, pedra de toque do pensamento neodesenvolvimentista, que estende sua influência sobre o marxismo em função da hegemonia do liberalismo e do nacionalismo metodológico. Exemplos destes equívocos são Cardoso e Serra (1978), que descartaram o conceito de trabalho socialmente necessário na economia mundial e não se dão conta que transferências de valor podem se fazer via preços, em razão de confundirem traba-

específico vinculado à produção e à realização de mais-valor, o que minimiza as crises e seus efeitos.

lho abstrato e trabalho concreto, ou produtividade com valor, como denunciou Ruy Mauro Marini (1978).

Claudio Katz (2018) descartou a superexploração da força de trabalho como uma categoria central nas periferias dependentes por definir o valor da força de trabalho em bases nacionais. O valor da força de trabalho teria base histórica nas diferenças de produtividade de cada Estado ou região, sendo determinado pelo grau de desenvolvimento interno, modalidade de inserção internacional e pelas oscilações salariais que a luta de classes produzisse dentro desses condicionamentos. O que existiria, segundo o autor, seria o baixo valor da força de trabalho e não a superexploração, submetendo o marxismo às teorias desenvolvimentistas. Embora tenha se referido às transferências internacionais de valor, Katz não descreveu a concretude e a operacionalidade da categoria, que permaneceu genérica e tangencial em seu esquema, cometendo o erro que atribui incompreensivelmente a Marini. O intérprete brasileiro as detalhou e desenvolveu exaustivamente no plano teórico-metodológico, debruçando-se sobre o intercâmbio desigual, o mais-valor extraordinário, os preços de produção, os preços de produção de mercado, o mais-valor extraordinário entre os distintos setores de produção, além das transferências de valor de filiais a matrizes das corporações multinacionais, ou as estabelecidas pelo capital financeiro internacional. Katz desenhou, assim, o estranho cenário de uma economia mundial com transferências de valor abstratas e sem superexploração.

A incapacidade de compreender a relação dialética entre transferências de valor e superexploração do trabalho conduziu Katz a retomar Enrique Dussel (1985) para opô-las e afirmar que as transferências de valor são o fundamento da dependência e não a superexploração. A maior parte dos trabalhadores produziriam mercadorias vendidas por valor social abaixo do valor individual, mas apenas a força de trabalho seria vendida em qualquer parte do mundo por seu valor, com a exceção de polos marginais maiores ou menores de acordo com os espaços geoeconômicos. Ele assinalou ainda que, se por hipótese a superexploração se estendesse aos centros, o capitalismo dependente perderia a sua especificidade.

Todavia, contrariamente ao que pensa Katz, não são as imposições da economia mundial que fundamentam a dependência, mas sim como as classes dominantes dessas formações sociais definem as relações de produção internas diante desses condicionamentos externos. Ao aplicar o método marxista para as condições de dependência, Marini partiu da circulação à produção, para só por meio dela voltar à circulação. É a remuneração da força de trabalho por abaixo de seu valor o elemento primordial da reprodução ampliada da dependência, pois limita a capacidade endógena de desenvolvimento das forças produtivas, componente estratégico para a produção e

apropriação de mais-valor, e estabelece os determinantes da reprodução ampliada da dependência. As transferências de valor atingem também Cuba e China, mas é o esforço para elevar o valor da força de trabalho nesses países que lhes vem permitindo afirmar e desenvolver a soberania científica e tecnológica em diversos campos e, no caso do país asiático, desafiar a liderança dos Estados Unidos no mundo. A extensão da superexploração aos países centrais não elimina a especificidade dos países dependentes. Se, de um lado, essa extensão se associa ao declínio tecnológico dos países imperialistas ocidentais a partir de um lugar distinto no sistema-mundo, de outro se vincula fundamentalmente à transferências internas de mais-valor em favor de suas frações de capital mais internacionalizadas, e não em benefício de frações estrangeiras e externas do capital.

A incapacidade de compreender os elementos centrais e a potencialidade do eixo metodológico lançado por Marini leva à confusão entre o conceito de superexploração do trabalho como tipologia abstrata, que exclui o mais-valor relativo, tal como definido por Marx, e como forma de exploração dominante que se combina com o mais-valor relativo, restringindo-o significativamente. Não apenas Claudio Katz apresentou em diversas partes a superexploração como uma teoria da pauperização, mas outras intérpretes marxistas, como Virginia Fontes, também se aproximaram dessa análise. Ela assinalou que o conceito de superexploração de Marini implica o truncamento da lei do valor no que se refere à força de trabalho e ao mercado interno, correspondendo a um período de desenvolvimento do que chama de capital-imperialismo brasileiro dos anos 1960, rapidamente superado na década seguinte (FONTES, 2010). Segundo a autora, Marini não teria percebido que o desenvolvimento por substituição de importações se dirigia basicamente ao mercado interno. Nildo Ouriques, em seu destacado livro *O colapso do figurino francês* (2014), dedicou um capítulo à superexploração, mas a entendeu basicamente por uma de suas formas, a redução salarial, que confundiu com a remuneração abaixo de seu valor, sua definição geral e ampla, sem especificar o que entende concretamente pelo valor da força de trabalho¹¹.

Embora essa confusão tenha base em certa ambiguidade que permeia a obra de Marini e que aparece eventualmente em algumas de suas passagens, não constitui,

11 “Ricardo Antunes jamais fez menção à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor como característica essencial da superexploração como modalidade de extração de mais-valor na periferia capitalista. É precisamente a superexploração que transforma parte do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação para o capitalista [...] é preciso incluir, sobretudo, o salário como mecanismo decisivo da remuneração da força de trabalho por debaixo de seu valor” (OURIQUES, 2014, p. 92-95). Nildo Ouriques tampouco fez menção à quarta forma de superexploração que indicamos, a elevação do valor da força de trabalho sem o aumento salarial correspondente.

como mencionamos, o seu núcleo metodológico central e mais importante. Em *Plus-valía extraordinária y acumulación de capital*, que em sua *Memória* considerou um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, o autor apontou o mais-valor relativo, nos termos de Marx, como forma subordinada à superexploração na periferia dependente, que não implica necessariamente a sua eliminação: “Por otro lado, dada la superexplotación del trabajo, es decir, el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor, la necesidad de desvalorizarla no se impone con la misma fuerza que en los países capitalistas avanzados [...]” (MARINI, 1979c, p. 33).

O que é fundamental no capitalismo dependente para Marini é que a superexploração é a sua forma de exploração principal, podendo impedir, subordinar ou até eliminar o mais-valor relativo. Não é a presença do mais-valor relativo que exclui a superexploração, como pensam Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Guido Mantega ou Paul Singer, mas a sua mediocridade que a estabelece como forma de exploração predominante, convertendo a pressão salarial em fonte de desestabilização do sistema político liberal representativo. A superexploração tampouco representa o truncamento da lei do valor, como imagina Virginia Fontes, mas exatamente o contrário, pois o desenvolvimento dialético da lei do valor desestabiliza equivalências que foram tomadas como ponto de partida. Este tema atravessa a crítica da economia política de Marx e o leva a formular múltiplos conceitos para dar conta da transformação das equivalências originais. Marini apenas acrescenta mais um conceito no processo de construção de categorias de análise do autor alemão. Não se sabe por que Virginia Fontes, uma autora cuidadosa, atribuiu a Marini desconhecer serem os processos de substituição de importações dirigidos ao mercado interno. O autor analisou abundantemente a expansão do mercado interno durante o auge da substituição de importações e a partir da penetração do investimento direto estrangeiro na indústria brasileira, apontando as formas da circulação de mercadorias a que deu lugar, criando categorias analíticas para explicar o divórcio entre as esferas alta e baixa do consumo.

A pretensão de separar o subdesenvolvimento de imperialismo e dependência se afirmou com o pensamento endogenista e conectou-se com as análises weberianas da dependência que procuram apresentá-la como o paradigma de desenvolvimento dos países periféricos, separando-a das mazelas das formações sociais periféricas em que predomina. Uma das formas do endogenismo é a teoria da articulação dos modos de produção, que sustenta ser a combinação de distintos modos de produção a razão para que o capitalismo latino-americano se afaste do padrão alcançado nas sociedades industriais e de serviços europeias e anglo-saxãs dos anos 1950-70, supostamente

a evolução mais próxima do desenvolvimento das leis puras, ideais típicas e exemplares do capitalismo. Retira-se do conceito de modo de produção a sua dimensão superestrutural, reduzindo-o à articulação de forças produtivas e relações de produção sem a mediação do Estado, priorizando-se sua caracterização como valor de uso em detrimento de sua articulação com a circulação. O conceito de modo de produção é, assim, convertido ao de formas produtivas, que, desconectadas da unidade dialética com a circulação, são desvinculadas da economia mundial, do processo de valorização do valor e de suas transferências espaciais. Diversificam-se as teses sobre distintos modos de produção, referentes às variadas combinações de forças produtivas e relações de produção, que passam a ser tomadas isoladamente e definidas segundo modelos abstratos orientados principalmente pela história milenar europeia, mas descolados da história do moderno sistema-mundo e da economia mundial capitalista. Agustín Cueva (1974 e 1977) se referiu a estruturas dominantes pré-capitalistas e à presença de relações feudais na América Latina durante o século XIX. Ele deu centralidade a processos endógenos de acumulação originária e explicou a via oligárquica de transição para o capitalismo dependente principalmente pela heterogeneidade estrutural, representada pela combinação de distintos modos de produção internos. Ciro Flammarion Cardoso e Hector Brignolli desenvolveram o conceito de modo de produção colonial, definido como uma estrutura pré-capitalista, que se hibridizou posteriormente com o modo de produção capitalista – associado pelos autores ao emprego de força de trabalho assalariada, à geração de mais-valor relativo e ao uso de técnicas industriais – impondo-lhe limites e modificando suas leis puras (CARDOSO, 1973; CARDOSO e BRIGNOLLI, 1983 [1979]). A economia mundial só é vista como capitalista e revolucionária com a emergência da grande indústria britânica, apesar das imensas transformações econômicas, políticas, espaciais, demográficas e civilizatórias entre os séculos XVI e XVIII. Grande ênfase foi colocada na autonomia das estruturas internas latino-americanas e na presença nelas do pré-capitalismo para a explicação do subdesenvolvimento e das formas predominantes de exploração da força de trabalho no capitalismo periférico. Outras expressões desse enfoque são Carlos Sempat Assadourian (1973 e 1982) e Enrique Semo (1978), que representaram a reação da intelectualidade ligada aos partidos comunistas de orientação soviética ou maoísta à ofensiva da teoria marxista da dependência e das análises do sistema-mundo nos anos 1960, 1970 ou 1980 (MARINI, 1992; MARTINS, 2021b).

A herança ibérica, o patrimonialismo dela derivado, ou as tradições comunais e corporativas são apontados pelo endogenismo e neodesenvolvimentismo como os limites para o estabelecimento de um capitalismo racional, promotor do desenvolvimento das forças produtivas e democrático. Maria da Conceição Tavares inverteu

a cronologia e o sentido da letra de Chico Buarque de *O fado tropical* - em que o compositor, em homenagem à Revolução dos Cravos, apresentou um Brasil predeterminado a virar um “grande Portugal” socialista no futuro -, dirigindo-a para o passado e para uma dimensão negativa e patrimonialista que acompanharia a história do país¹². O pensamento neogramsciano, influenciado pelo eurocomunismo dos anos 1980, atribuiu as ameaças à consolidação de nossa democracia às estruturas internas formadas pelo iberismo e pela herança colonial, que poriam em risco e em incompletude a transição para o Ocidente político, descartando como relevantes os condicionamentos da dependência e do imperialismo à questão nacional. Sendo a luta, sobretudo, contra a reatualização do passado, que se hibridizaria com a dinâmica da modernidade capitalista, essa, em sua condição plena, não representaria limite para a consolidação e desenvolvimento da democracia, propondo-se a aliança com o liberalismo racional e o centro político como diretriz de estratégia e tática. A meta seria a de estabilizar a batalha das ideias dentro do regime político democrático para convertê-lo em um valor universal. Expressões desse pensamento no Brasil são os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho (1979), Leandro Konder (1984) e Luiz Werneck Vianna (1986), todos oriundos do grupo Renovação do Partido Comunista Brasileiro dos anos 1970/80. Werneck Vianna defendeu a persistência de uma modernização baseada na combinação entre americanismo e iberismo, sob direção do primeiro. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho posicionaram-se mais à esquerda, a partir dos anos 1990, e restringiram a necessidade de composição com o liberalismo conservador, ingressando no PT e depois no PSOL.

Subimperialismo, imperialismo e revolução no capitalismo contemporâneo

O conceito de subimperialismo começou a ser formulado por Marini em 1965, com a publicação de *Brazilian interdependence and imperialist integration* (1965a) e *El eje militar Brasil-Argentina y el subimperialismo* (1965c). Nesses artigos o subimperialismo surgiu como um resultado da integração do Brasil ao imperialismo, impulsionado por tendências políticas e econômicas: as primeiras, relacionadas à substituição da política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart pela de interdependência continental e fronteiras ideológicas, que colocou o conceito de segurança continental no lugar de soberania nacional; e as últimas, para solucionar a contradi-

12 “A aliança explícita da coroa portuguesa com a potência que derrotaria Napoleão e que imporia a Pax Britânica ao mundo por mais de um século permitiu que o Brasil se constituísse desde o começo do século XIX (e não no futuro, como temia Chico Buarque) num imenso Portugal” (TAVARES, 1999, p. 450).

ção entre o desenvolvimento da produtividade e a limitação dos mercados internos, provocada pela introdução da tecnologia estrangeira, através da conquista de mercados de exportação e da expansão da demanda estatal para equipamentos militares. O autor apontou que o subimperialismo se baseou em uma política de repressão salarial para atrair investimentos estrangeiros e repartir os lucros com o imperialismo, além de atuar para gerar o mesmo modelo político em outros países da América Latina, substituindo democracias liberais por ditaduras militares, em particular na Argentina e Uruguai, o que transformou a resistência e o socialismo em processos de emancipação e revolução continentais.

Em *Subdesarrollo y revolución*, em particular, no prefácio à 5ª edição, de 1974, o autor desenvolveu esse conceito, que aprofundou em *Estado y crisis en Brasil* (1977a), *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (1977b) e, particularmente, em *Geopolítica latino-americana* (1985), *Estado, grupos económicos y proyectos políticos no Brasil: 1945-1988* (1989) e *Dependência e integração na América Latina* (1992). O subimperialismo é teorizado como a etapa da fusão do capital bancário e industrial dos capitalismo dependentes, que os leva a engendrar uma circulação relativamente autônoma, mas por isso mesmo relativamente subordinada aos imperialismos a que se integra. Sua emergência como fenômeno corresponde ao desenvolvimento do imperialismo estadunidense que ultrapassa a etapa da monopolaridade para a da integração hierarquizada e cooperação antagônica, em que os capitais privados recuperam sua autonomia diante do Estado e a difusão tecnológica faz emergir contradições entre o centro integrador, os Estados Unidos, e imperialismos rivais, sem ameaçar a centralidade do primeiro. A rígida separação entre centro e periferia se vê borrada pela emergência de potências capitalistas médias, que possuem pretensões de ingressar no grupo dos imperialismos, se baseiam no Estado para aumentar seu grau de autonomia, mas estão vinculadas pela dependência tecnológica, financeira e geopolítica ao imperialismo estadunidense, sendo, portanto, restringidas em sua capacidade de manobra, o que pode dar lugar a choques de maior ou menor intensidade, ocasionando distintas formas de acomodação.

Analisando o cenário no fim dos anos 1970, o autor assinalou Brasil, África do Sul, o Irã da monarquia Pahlavi, Israel e Índia como potências subimperialistas, descartando as pretensões de Argentina e México (MARINI, 1977b e 1979b). Ele posteriormente distinguiu o subimperialismo das economias de anexação, como o México, onde o alto coeficiente de exportação não é resultado da geração de um ciclo interno, sendo expressão de sua incorporação parcial à economia dos Estados Unidos por meio das *maquilas*, que basicamente substituem a força de trabalho estadunidense pela mexicana, sem se integrarem à circulação interna. Para o autor, a diversidade

das frações internas burguesas e oligárquicas e a crescente competição interimperialista ampliariam as possibilidades de autonomia do Estado para articular o projeto subimperialista. Esse se apoiaria em um expansionismo regional sobre as periferias centrado na exportação de manufaturas, no controle de matérias-primas e suprimentos, na demanda estatal impulsionadora da produção de bens de capital principalmente para projetos bélicos, e em intervenções político-militares. O subimperialismo se afirmou como projeto no Brasil antes que os problemas de realização provocados pela reprodução ampliada do capitalismo dependente colocassem a sua necessidade para manter o dinamismo do desenvolvimento econômico. Vinculou-se à Escola Superior de Guerra e teve em Golbery do Couto e Silva o seu principal ideólogo. Alcançou o seu auge durante a ditadura militar, quando foi criado o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (1966), que reuniu militares e industriais, quando se rechaçou o Tratado de Tlateloco de Não-Proliferação Nuclear (1968) e lançou-se o II PND, durante o governo Geisel, que priorizou o desenvolvimento da indústria de bens de capital e insumos básicos no Brasil. Geisel firmou o acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, rompeu o acordo militar entre Brasil-Estados Unidos (1952), que previa o envio de minerais estratégicos em troca de equipamentos militares, e abriu espaço para a criação da Política Nacional de Informática (1984) no governo João Figueiredo. A reserva de mercado brasileira foi duramente retaliada por Reagan com elevações tarifárias no montante de US\$ 100 milhões e proibição de compras de produtos eletrônicos brasileiros.

Marini assinalou que o subimperialismo brasileiro enfrentou resistências internas e externas para se desenvolver e afirmar-se. Ele destacou:

a) a oposição da burguesia interna do setor de bens de consumo suntuários à formação de um expressivo setor de bens de capital, impulsionado pelo apoio estatal e orientado para a indústria bélica;

b) a financeirização estabelecida pelo imperialismo estadunidense, que impôs o estrangulamento macroeconômico às potências médias através da política do dólar forte, aproveitando-se de suas debilidades estruturais, como a imensa dependência financeira com que pretendiam viabilizar a substituição de importações na indústria pesada;

c) a redemocratização, que contou tanto com o apoio do imperialismo e dos segmentos empresariais que se opunham à expansão da indústria pesada, quanto com a ofensiva dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, redefinindo o papel dos militares na direção do Estado burguês; e

d) a ofensiva neoliberal que se afirmou durante as ditaduras militares no Chile e na Argentina, mas se generalizou na América Latina através do Consenso de Washin-

gton durante os anos 1990, implicando um profundo ajuste à globalização neoliberal que implicou, por sua vez, a desnacionalização e destruição de amplos segmentos industriais, principalmente os de maior valor agregado.

Segundo o autor, a industrialização brasileira apoiou-se em economias de transferência garantidas pelo Estado para viabilizar a substituição de importações, que se prologaram e mantiveram-se na sustentação ao projeto exportador. Esse projeto baseou-se em renúncias fiscais, créditos, subsídios, desvalorizações cambiais, na superexploração da força de trabalho e na estatização da dívida externa privada, mediante a expansão da dívida pública interna que se formou a partir dos anos 1980. O estrangulamento das políticas industriais pelas políticas monetárias e fiscais restritivas e a sobrevalorização cambial implicou o deslocamento de parte substancial da economia de transferência para a dívida pública interna, que se tornou a principal política do Estado brasileiro, acomodando as tensões entre as distintas frações do capital e impulsionando um gigantesco processo de financeirização.

O ajuste interno à globalização neoliberal priorizou a dívida interna e a financeirização como fonte de lucro extraordinário, acelerou a desindustrialização da economia e a reprimarização da pauta exportadora, subordinando o subimperialismo, que perdeu o suporte do projeto geopolítico e industrial-militar, da expansão do setor de bens de capital e da indústria em geral. Sobre isso Marini assim se expressou no final dos anos 1980:

Partindo de um projeto industrial-exportador, base de um ideal de potência, o país chegou à edificação de uma economia parasitária-especulativa e altamente dependente do exterior, cujo Estado se vê privado de um princípio básico de soberania – a definição de sua política econômica – e totalmente hipotecado ao grande capital nacional e estrangeiro. (MARINI, 1989, p. 40).

O subimperialismo brasileiro se redefiniu em margens muito mais estreitas de atuação. Descartado como prioridade por amplos setores da burguesia interna brasileira face às pressões do imperialismo e à montagem de uma imensa economia de transferência por meio da dívida pública, que restringiu o crédito e impôs taxas de juros reais muito superiores ao crescimento da economia durante todo o ciclo de Kondratiev expansivo de 1994-2015, se limitou, durante o auge neoliberal, à exportação de bens de consumo suntuários e de capitais – voltados para o controle de suprimentos estratégicos, como energia, petróleo e gás – na América do Sul. O subimperialismo voltou a ganhar prioridade no relançamento do projeto de potência média e de reindustrialização dirigido por uma tecnoburocracia neodesenvolvimentista, sob

o comando do governo Lula e forças de centro-esquerda¹³. Entretanto, esteve parcialmente limitado por uma política externa multilateral, alinhada com a integração regional na América Latina, a emergência do Sul global, o questionamento da liderança unipolar dos Estados Unidos e da hegemonia do neoliberalismo, que concretamente implicaram a elevação dos custos de produção nas periferias. O projeto expansionista partiu do apoio estatal a nichos de mercado, como a exportação de carnes, óleo de soja, papel e celulose, serviços de construção civil, petróleo e gás, e veículos automotores, para gerar encadeamentos no setor de bens de capital e na indústria naval. Tal projeto impulsionou investimentos na América do Sul, Caribe e África elevando significativamente os créditos por remessas de lucros na balança de pagamentos e assumiu uma face militar no comando brasileiro das tropas da Minustah, em aliança subordinada ao Comando Sul dos Estados Unidos.

O neodesenvolvimentismo e o subimperialismo reeditados não deslocaram a centralidade das políticas de financeirização, mas os seus efeitos positivos sobre o crescimento econômico e a formalização do emprego, apoiados por uma conjuntura internacional favorável de elevação dos preços da commodities, colocaram em questão a superexploração da força de trabalho, contribuindo para a retomada dos movimentos sindicais e as explosões sociais que marcaram os anos de 2012 e 2013, o que abriu espaço para a reação antidemocrática que culminou no golpe de Estado de 2016. Esse golpe de Estado impôs uma economia política recessiva que criminalizou as políticas sociais com a Emenda Constitucional nº 95, atingiu o BNDES, desmontou os programas estatais de reindustrialização e desarticulou parte das cadeias produtivas subimperialistas ao tornar suas empresas alvo da Operação Lava-Jato, respaldada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Essa economia política recessiva do golpe de 2016, aprofundada no governo Bolsonaro, com a independência do Banco Central, o novo marco cambial e a reforma da previdência, contou com o apoio de amplas frações do grande capital, reunindo Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), CNI (Confederação Nacional da Indústria), Firjan e a Sociedade Rural Brasileira, entre outras representações patronais de grande porte, além do suporte das grandes empresas que exercem o monopólio midiático no Brasil. Tratou-se, sobretudo, de impedir que os trabalhado-

13 O atual ministro da Fazenda e ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, assim se referiu às diferenças entre os projetos de internacionalização de Fernando Henrique Cardoso e Lula: “FHC, desde sempre, não depositava muita confiança na burguesia nacional e imaginava um acoplamento da economia nacional à ordem mundial de tipo subcapitalista. Em outras palavras, FHC via a burguesia nacional apenas como um sócio menor e dependente do capital internacional. Lula, ao contrário, sem negar nossas dificuldades históricas, imaginava a possibilidade do exercício de um subimperialismo, de tipo regional, mediante a internacionalização do capital nacional feita com o apoio do Estado nacional, mas limitada pela ação do capital internacional” (HADDAD, 2017).

res, detentores de uma força de trabalho que dobrou seus níveis de qualificação entre 1980-2010, fortalecidos pela elevação dos níveis de emprego e formalização do trabalho, atuassem para reduzir os altos níveis de desigualdade da economia brasileira. A aproximação no Haiti dos militares brasileiros ao Comando Sul dos Estados Unidos contribuiu para respaldar internamente o golpe de Estado, ao atualizar a influência do imperialismo em nossas forças armadas, semeada com a Escola Superior de Guerra em 1952, aprofundada com o golpe de 1964 e consolidada com a Lei de Anistia que estabeleceu limites à legalidade democrática e à soberania popular.

O subimperialismo como conceito na obra de Marini é parte importante de sua economia política, mas não possui a mesma centralidade que a categoria superexploração do trabalho¹⁴. Deve ser tomado de forma dinâmica, sendo inserido no redesenho dos padrões de reprodução de capital, e não assumido como uma estrutura rígida e estática que se impõe unilateralmente à realidade, pois não foi esse o caminho teórico-metodológico seguido por Marini¹⁵.

Em relação ao imperialismo, Marini distingue três fases a partir do fim da Segunda Guerra Mundial: a da monopolaridade dos Estados Unidos, a da cooperação antagonônica, e uma terceira etapa, que apenas começaria a se esboçar com a globalização capitalista e a mundialização da lei do valor, em que a dialética entre a centralização política e a internacionalização, presente nas etapas anteriores, desdobrar-se-ia em contradições profundas, colocando em questão a liderança dos Estados Unidos e o próprio Estado nacional como categoria política de articulação da economia mundial (MARINI, 1965b, 1977b, 1992 e 1996). O autor sugere que a tensão entre a internacionalização e o Estado nacional, ao ser levada ao ponto de ruptura, colocaria em questão o próprio capitalismo como sistema (MARINI, 1992). Durante a etapa da

14 A tese de Virgínia Fontes (2010) sobre o capital-imperialismo brasileiro que retomou, em certa medida, formulações de Jorge Castañeda e Enrique Hett (1978) sobre os imperialismos em formações periféricas, elude a questão da dependência ao usar um eufemismo, “imperialismo subordinado”, para ocultar a inserção estrutural distinta, negligenciando a superexploração da força de trabalho como limite para o desenvolvimento das forças produtivas, que descarta. O termo capital-imperialismo tampouco é o mais adequado porque elimina a mediação do Estado, sem o que não é possível a atuação imperialista de um grupo de capitais, que para isso se apropria do monopólio da violência e da identidade nacional.

15 Katz (2018) é um dos autores que se equivoca em sua análise da categoria de subimperialismo em Marini, tomando-a rigidamente, encerrando-a em seus textos dos anos 1970, negligenciando a historicidade que o autor apresenta em suas análises. O mencionamos aqui não com o intuito de polemizar, mas pela importância que assumiu sua obra. Ele faz afirmações surpreendentes como a de que a era de Ruy Mauro Marini foi a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo o brasileiro um crítico das teses estalinistas e do Comintern sobre o imperialismo, o caráter das formações coloniais, do capitalismo nos países dependentes, e as lutas anti-imperialistas e socialistas. Marini tampouco vincula o subimperialismo à cooperação hegemônica, como quer Katz – que o aproxima implicitamente a Kautsky, pela via de um imperialismo coletivo, sob liderança dos Estados Unidos, e sem guerras –, mas sim à cooperação antagonônica.

monopolaridade, que se estende até meados dos anos 1950, o Estado norte-americano exerceu papel preponderante na reestruturação da economia mundial. Na fase da cooperação antagônica, se estabeleceram dois movimentos que limitaram o poder do Estado norte-americano: o de autonomia relativa de seus capitais diante do poder estatal; e o de projeção internacional e competição de outros centros de acumulação, notadamente, Alemanha e Japão. Durante o período da cooperação antagônica se afirmaram as rivalidades dos projetos subimperialistas periféricos e da emergência das economias do Leste asiático. Os primeiros são largamente derrotados durante a transição para a globalização neoliberal, submetidos à ofensiva financeira e militar do imperialismo dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha (MARINI, 1996). Entretanto, o desafio asiático ganhou novas escalas com a projeção da China socialista, elevando imensamente as pressões competitivas na economia mundial, que ultrapassaram amplamente os marcos do subimperialismo.

Na economia mundial baseada na mundialização da lei do valor pelo capital, a América Latina arrisca-se a ter sucateada a sua indústria e a regredir à especialização primário-exportadora sob bases tecnológicas modernas associadas ao aprofundamento da superexploração, caso continue a estar sob a liderança da burguesia dependente e associada. Marini afirmou, já no início dos anos 1990, que os povos latino-americanos devem retomar e atualizar os ideais bolivarianos para relançar a integração latino-americana sob novas bases, capazes de fundar algo próximo a um Estado supranacional latino-americano, que rompa com a superexploração, eleve radicalmente a qualificação do trabalhador, reverta a distribuição desigual de riqueza e renda e se baseie em uma intensa democracia participativa¹⁶.

Desde a primeira versão de *Subdesarrollo y revolución*, em 1969, para Marini, a luta dos povos latino-americanos contra o imperialismo não seria suficiente caso se restringisse apenas ao Estado nacional ou à América Latina, devendo assumir forte internacionalismo para interagir dialeticamente com as demais regiões das periferias ou semiperiferias e os trabalhadores dos países centrais, com destaque para os Estados Unidos:

Vista en su perspectiva histórica más amplia, una América Latina integrada al imperialismo no es más viable que la supervivencia del sistema imperialista mismo. La superexplotación del trabajo en que se funda el imperialismo, bajo cuyo signo se pretende integrar a los países de la región, establece una tal arritmia entre la evolución de las fuerzas productivas y las relaciones de producción que no deja prever sino el derrocamiento del sistema en su conjunto, con todo lo que él representa en explotación, opresión y degradación. Por otra parte, la lucha mundial

16 Ver, de Ruy Mauro Marini, *América Latina: dependência e integração* (1992), particularmente, os capítulos “A luta pela democracia” e “Os caminhos da integração”.

de los pueblos contra el imperialismo, a la cual se integró victoriosamente América Latina por medio de la Revolución cubana, no depende exclusivamente de lo que quieran y hagan los pueblos de este continente, sino que influye sobre éstos a través de sucesos tan importantes como la guerra de liberación del pueblo vietnamita, la revolución cultural china, la agudización de las luchas de clase en el interior mismo de Estados Unidos. (MARINI, 1974, p. 20).

O autor se distanciou desde sempre de qualquer propensão para o chauvinismo nacional ou latino-americanista e afirmou a sua compreensão do imperialismo como um sistema mundial a ser derrotado nesse plano¹⁷. Em suas *Memórias*, reivindicou abertamente a influência da teoria marxista da dependência sobre autores como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Samir Amin e, naturalmente, Andre Gunder Frank, aproximando-se explicitamente das análises do sistema-mundo, sem abrir mão de sua autonomia, caminho que Theotonio dos Santos ampliou de maneira mais vigorosa após a morte de Marini, e Carlos Eduardo Martins (2011, 2020, 2021a e 2021b) vem dedicando parte de seus trabalhos ao desenvolvimento de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista:

Cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo por primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como Amin, Sweezy, Wallerstein, Poulantzas, Arrighi, Magdoff, Touraine. A pobreza teórica da América Latina, nos anos 80, é, numa ampla medida, resultado da ofensiva desfechada contra a teoria da dependência, fato que preparou o terreno para a reintegração da região ao novo *sistema mundial* (grifos nossos) que começava a se gestar e que se caracteriza pela afirmação hegemônica, em todos os planos, dos grandes centros capitalistas. (MARINI, 1990).

¹⁷ Expressão desse equívoco é o ataque de Nildo Ouriques (2018) ao desdobramento teórico e histórico da teoria marxista da dependência a partir de seu diálogo com as análises do sistema-mundo, que reputa como submissão e, ainda, concessão a uma visão liberal. Preconiza a volta aos anos 1970, onde estaria uma suposta essência arqueológica da teoria marxista da dependência, com transbordante retórica e pouca preocupação conceitual, na contramão das linhas metodológicas estabelecidas nas obras de seus principais fundadores. Na mesma direção vão Marisa Amaral e Roberta Traspadini (2022), em artigo a quatro mãos, com bibliografia extremamente limitada sobre as análises do sistema-mundo e afirmações que denunciam uma leitura superficial e apressada desse enfoque – segundo as autoras, o conceito de sistema-mundo se contraporía ao de dependência porque permitiría a ampla mobilidade de posições dentro do sistema, afirmação que não se encontra em nenhum de seus formuladores.

Conclusão

Neste artigo nos propusemos a revistar criticamente a obra de Ruy Mauro Marini seguindo as suas indicações metodológicas para o desenvolvimento dialético da teoria marxista da dependência, contribuindo para liberá-la das aderências desenvolvimentistas, neodesenvolvimentistas e endogenistas que haviam limitado a sua radicalidade. Consideramos ser esta a melhor forma de homenagear o autor e manter viva a sua obra. Abordamos os conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo e alguns dos principais debates que se estabeleceram em torno da sua definição, evolução e validade para a interpretação da realidade. Destacamos as leituras de Marini do imperialismo, sua interlocução com os analistas e os marcos em que coloca a revolução socialista no mundo contemporâneo, integrando dimensões nacionais, continentais e mundiais.

Referências

- AMARAL, Marisa. Ainda a categoria de superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 6., 2018. *Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social*. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20120>. Acesso em 20 de dezembro de 2022. :
- AMARAL, Marisa; TRASPADINI, Roberta O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a teoria da dependência como ápice da elaboração sobre o continente. In: *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política*. Disponível em https://enep.sep.org.br/uploads/1308_1647106039_ArtigoSEP_COM-Identifica%C3%A7%C3%A3o_pdf_ide.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
- AMIN, Samir. *La ley del valor mundializada: por un Marx sin fronteras*. Madrid: El Viejo Topo, 2011.
- AMIN, Samir. *La acumulación a la escala mundial: la crítica de la teoría del subdesarrollo*. Madrid: Sigloveinteuno, 1974 [1973].
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. Instituto de Estudios Peruanos, 1982.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos (Org.). *Modos de producción en América*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente 40, 1973. p. 47-82.
- BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Era, 1978.
- BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Ciudad de México: Sigloveinteuno Editores, 1974.
- CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Dependencia y relaciones internacionales*. San José: Editorial Universitaria Centroamericana, 1974.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; CORREA, Hugo Figueira. Uma teoria da superexploração em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da SEP*, n. 44, p. 10-30, 2016. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/192>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CARDENAS, Juan Cristobal. Controvérsias sobre a teoria da dependência e seu fundamento. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 2, p. 240-263, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16017>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. Sobre modos de producción coloniales de América. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos (Org.). *Modos de producción en América*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente 40,

1973. p. 135-160.

CARDOSO, Ciro Flammarion; BRIGNOLLI, Héctor Perez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 [1979].

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. esp., p. 9-55, 1978. DOI: <https://doi.org/10.2307/3539682>

CASTAÑEDA, Jorge; HETT, Enrique. *El economismo dependetista*. Ciudad de México: Sigloveinteuno, 1978.

CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CESO. Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina: bosquejo informativo. Facultad de Ciencias Económicas: Universidad do Chile, 1967. Disponível em Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina: bosquejo informativo - CLACSO. Acesso em: 10 de setembro de 2022

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al. *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 9, p. 33-47.

CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. Ciudad de México: Sigloveinteuno, 1977.

CUEVA, Agustín. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *Historia y Sociedad*, p. 55-77, 1974.

DOS SANTOS, Theotônio. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Buenos Aires: CLACSO, 2016.

DOS SANTOS, Theotônio. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Ideias & Letras, 2004.

DOS SANTOS, Theotônio. *Teoria da dependência: um balanço e perspectivas*. Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, Theotônio. *De la dependencia al sistema mundial: balance y perspectivas*. Ciudad de México: UNAM, 1999.

DOS SANTOS, Theotônio. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1995 [1993].

DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y dependencia*. Ciudad de México: Era, 1978.

DOS SANTOS, Theotônio. *Dependencia y cambio social*. Santiago: CESO, 1972.

DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*. Santiago: Editorial Prensa Latinoamericana, 1969.

DOS SANTOS, Theotônio. *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: CESO, 1968.

DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. Ciudad de México: Sigloveinteuno, 1985.

FRANK, Andre G. *Dependent accumulation and underdevelopment*. McMillan Press, 1978.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. *Piauí*, n. 129, jun. 2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

HIGGINBOTTOM, Andy. "Imperialist rent" in practice and theory. *Globalizations*, v. 11, n. 1, p. 23-33, 2014.

HIGGINBOTTOM, Andy. Underdevelopment as super-exploitation: Marini's political-economic thought. In: HISTORICAL MATERIALISM CONFERENCE, London, 2010. *Proceedings of the Historical Materialism Conference*. London, 2010.

KATZ, Claudio. *Teoria da dependência: cinquenta años después*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LUCE, Mathias. *A teoria marxista da dependência: problemas e categorias uma visão histórica*. São

Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Poliks; Vozes, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Coord.). *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1996. Tomo IV.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: integración y democracia*. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. *Memória*. Mimeo, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. *Estado, grupos económicos y proyectos políticos en Brasil (1945-1988)*. Mimeo, 1989.

MARINI, Ruy Mauro. *Geopolítica latino-americana*. Rio de Janeiro: Programa de Estudos de América Latina e Caribe, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile. *Cuadernos CIDAMO*, n. 7, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In Oswald, Úrsula. Mercado y dependencia. México D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1979a

MARINI, Ruy Mauro. Kissinger y Brzezinski: alternativas de la decadencia norteamericana. *El Universal*, 3 ene. 1979b.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, n. 20, p. 18-39, 1979c. Disponible em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP20/CP20.4.RuyMauro.pdf>. Acceso em: 20 ago. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso e José Serra. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. esp., p. 57-106, 1978. DOI: <https://doi.org/10.2307/3539683>

MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, n. 13, jul./set. 1977a.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, abr./jun. 1977b.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. Ciudad de México: Siglo veintiuno, 1974 [1969].

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Ciudad de México: Era, 1973a.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. In: ENCUESTRO DE ECONOMISTAS LATINOAMERICANOS E ITALIANOS, 1972, Roma. [Intervenção]. CESO, 1973b.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. *Tricontinental*, n. 7, 1968.

MARINI, Ruy Mauro. La dialéctica del desarrollo capitalista em Brasil. *Cuadernos Americanos*, v. 146, n. 3, 1966.

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian interdependence and imperialist integration. *Monthly Review*, v. 17, n. 7, 1965a. DOI: https://doi.org/10.14452/MR-017-07-1965-11_2

MARINI, Ruy Mauro. Contradicciones y conflictos del Brasil contemporáneo. *Foro Internacional*, v. 5, n. 20, 1965b. Disponible em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/275>. Acceso em: 20 ago. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. El eje militar Brasil-Argentina y el subimperialismo. *Arauco*, n. 71, 1965c.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1996. Tomo IV.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: la centralidad del marxismo*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1995. Tomo III.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: los orígenes*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1994a. Tomo I.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: subdesarrollo y dependencia*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1994b. Tomo II.

MARTINS, Carlos Eduardo. The resurgence of fascism in the contemporary world: history, concept, and prospective. *Critical Sociology*, v. 49, (7-8), p. 1095-1108, 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. The longue durée of Marxist Theory of Dependency and the twenty-first

- century. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 49, p. 18-35, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X211052029>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. As teorias do sistema-mundo na transição para o longo século XXI. *Reorientado*, v. 1, n. 1, p. 44-66, 2021a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reorientado/article/view/45893>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria social latino-americana no labirinto da história. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, v. 2, n. 2, p. 74-117, 2021b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/66269>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*. Leiden; Boston: Brill, 2020.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Cadernos CRH*, v. 31, n. 84, p. 463-481, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v31i84.26116>
- MARTINS, Carlos Eduardo. Algumas reflexões em torno da superexploração do trabalho. *Revista da SEP*, n. 48, p. 28-43, 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/404>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Pensamento social. In: SADER, Emir *et al.* (Orgs.). *Enciclopédia contemporânea de América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 925-934.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1975].
- OSÓRIO, Jaime. Assessing a proposal for updating the Marxist Theory of Dependency. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 1, p. 153-165, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X211047906>
- OSÓRIO, Jaime. Dialectics, superexploitation, and dependency: notes on The Dialectics of Dependency. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialectics of dependency*. New York: Monthly Review Press, 2022b. p. 149-168.
- OSÓRIO, Jaime. Sobre superexploração e capitalismo dependente. *Cadernos CRH*, v. 31, n. 84, p. 483-500, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v31i84.26139>
- OSÓRIO, Jaime. Biopoder y biocapital: el trabajador moderno como homo sacer. *Argumentos*, v. 19, n. 52, p. 77-98, 2006. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952006000300005. Acesso em: 20 ago. 2023.
- OURIQUES, Nildo. Theotônio dos Santos e a importância do pensamento crítico. *Revista da Sociedade de Economia Política Brasileira*, nº 49, jan-abril, p. 10-15, 2018
- OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.
- RICHTA, Radovan. *Civilizations at the crossroads: social and human implications of the Scientific and Technological Revolution*. London; New York: Routledge, 2018 [1969].
- SEMO, Enrique. *História mexicana: economía y lucha de clases*. Ciudad de México: Era, 1978.
- SERRA, José Três teses equivocadas relativas à ligação entre industrialização e regimes autoritários In COLLIER, David (Org.) *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 101-154.
- SILVER, Beverly. “Plunges into utter destruction” and the limits of historical capitalism. In: ATZMÜLLER, Roland *et al.* *Capitalism in transformation movements and countermovements in the 21st century*. Edward Elger, 2019. p. 35-45.
- SINGER, Paul. A reprodução da força de trabalho e desenvolvimento. In: PADIS, Pedro Calil (Org.). *América Latina: cinquenta anos de industrialização*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 197-222.
- SMITH, John. *Imperialism in twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.
- TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luis (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira*. Cam-

pinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998 [1978].

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985 [1974].

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Estados Unidos en un mundo en crisis: geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo*. Anthropos, 2019.

VALENCIA, Adrián Sotelo. Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a teoria marxista da dependência. *Cadernos CEMARX*, n. 9, p. 33-47, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/cemarx.v0i9.10910>

VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical capitalism with capitalism civilization*. London; New York: Verso, 1995.

O Estado de Contrainsurgência: uma Alternativa ao Conceito de Fascismo Dependente

Gabriel Magalhães Beltrão * e Adriano Nascimento Silva **

RESUMO: Durante as décadas de 1960 e 1970, a América Latina (AL) foi acometida por golpes de Estado que suplantaram as frágeis democracias existentes, instalando regimes políticos de exceção. As ditaduras emergentes tinham como traço constitutivo a violência sistemática contra seus opositores, além de operarem mudanças significativas no padrão de reprodução do capitalismo dependente da região. A caracterização desses regimes despertou uma fecunda divergência no seio dos intelectuais marxistas e progressistas da AL, inclusive entre os autores da teoria marxista da dependência. Neste artigo serão apresentadas as propostas analíticas por eles levantadas, com destaque à de Marini em torno do Estado de contrainsurgência, alternativa ao uso do conceito de fascismo dependente e que guarda raízes com as formulações de Nicos Poulantzas acerca da natureza do fascismo.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Fascismo dependente. Estado de contrainsurgência. Capitalismo dependente.

ABSTRACT: During the 1960s and 1970s, Latin America (LA) was plagued by coups d'état that supplanted the fragile existing democracies, installing political regimes of exception. The emerging dictatorships had as a constitutive feature systematic violence against their opponents, in addition to operating significant changes in the pattern of reproduction of dependent capitalism in the region. The characterization of these regimes gave rise to a fruitful divergence among Latin American Marxist and progressive intellectuals, including among the authors of the Marxist theory of dependency. In this article we will present the analytical proposals raised by them, with emphasis on Marini's concept of the counterinsurgency state, an alternative to the concept of dependent fascism, which is rooted in Nicos Poulantzas' formulations about the nature of fascism.

Keywords: Coup d'état. Dependent fascism. Counterinsurgency State. Dependent capitalism.

RESUMEN: Durante las décadas de 1960 y 1970, América Latina (AL) fue azotada por golpes de Estado que derrocaron las frágiles democracias existentes, instalando regímenes políticos de excepción. Las dictaduras emergentes tuvieron como rasgo constitutivo la violencia sistemática contra sus opositores, además de operar cambios significativos en el patrón de reproducción del capitalismo dependiente en la región. La caracterización de estos regímenes dio lugar a una fructífera divergencia entre los intelectuales marxistas y progresistas latinoamericanos, incluso entre los autores de la teoría marxista de la dependencia. En este artículo presentaremos las propuestas analíticas planteadas por ellos, con énfasis en el concepto de Estado contrainsurgente de Marini, una alternativa al concepto de fascismo dependiente, que hunde sus raíces en las formulaciones de Nicos Poulantzas sobre la naturaleza del fascismo.

Palabras clave: Golpe de Estado. Fascismo dependiente. Estado contrainsurgente. Capitalismo dependiente.

* Mestre em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (2013). É membro do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente (FSSO/UFAL).

** Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2018). É corregedor seccional da UFAL. Foi assessor de Direitos Humanos e Segurança Pública da UFAL. Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade Federal de Alagoas

Introdução

Os anos 1960, com o impulso da Revolução Cubana, foram marcados por uma agudização crescente da luta de classes em nosso subcontinente. No campo político da esquerda, seja por meio dos movimentos nacional-populares, seja por meio dos movimentos socialistas, houve uma forte e contínua contestação ao poder da burguesia imperialista, da burguesia interna associada e dos latifundiários ao seu projeto de exploração econômica e dominação política. Esse intenso processo de agudização da luta de classes alcança sua máxima expressão durante o governo da Unidade Popular no Chile e culmina com o golpe de Estado de 1973. A ditadura militar chilena instalada por Pinochet fortalece a vaga de ditaduras que se estendia por outros países, completando o movimento prévio inaugurado com o golpe de Estado no Brasil em 1964. Ao final da década de 1970, o Cone Sul encontrava-se, assim, completamente tomado por regimes ditatoriais contrarrevolucionários.

No campo teórico, esse contexto de crescente autoritarismo concitou a intelectualidade crítica latino-americana à necessidade de explicar a dinâmica política e econômica da região. No âmbito econômico, era necessário compreender a natureza *sui generis* do capitalismo dependente, a sua forma de constituição particular, suas características fundamentais, a configuração específica do bloco no poder em cada formação social e a dinâmica concreta da luta de classes. No âmbito político, cumpria investigar a instabilidade dos regimes democráticos, a natureza de classe das emergentes ditaduras militares e as estratégias que os movimentos democráticos e populares deveriam adotar para superar os regimes autoritários e criar condições para transformações sociais.

Abriu-se, assim, no seio das ciências sociais latino-americanas, especialmente entre os intelectuais de esquerda e socialistas, uma fecunda reflexão acerca da caracterização dos regimes políticos instalados no Cone Sul. Enquanto a intelectualidade democrático-liberal valia-se, em regra, da chave analítica dos tipos ideais que opunha em abstrato democracia e autoritarismo (CARDOSO, 1975), os marxistas se viram envolvidos no debate sobre a aderência, ou não, ao conceito de fascismo para caracterizar o terrorismo de Estado instalado na região¹.

Ruy Mauro Marini, após experienciar dois golpes de Estado – no Brasil (1964) e

1 A ideia não é negligenciar a distinção entre as formas de Estado (exceção e democrático), mas distinguir o debate da teoria marxista da dependência, que segue as premissas do marxismo e do leninismo, em relação aos autores liberal-democráticos de inspiração weberiana. Enquanto para os primeiros o autoritarismo é parte inerente do tipo capitalista de Estado, variando de intensidade conforme causalidades econômicas, políticas e ideológicas, para os segundos o autoritarismo é um desvio, uma externalidade, que contraria a mítica democracia.

no Chile (1973) – que o conduziram definitivamente ao exílio no México, na década de 1970 intervêm na discussão, distanciando-se das análises dos seus parceiros intelectuais da teoria marxista da dependência (TMD), Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Álvaro Briones e Orlando Caputo.

Marini se recusa a qualificar as ditaduras militares da América Latina (AL) como fascistas, pois, segundo ele, “a palavra fascismo” teria, no máximo, um “caráter agitador”, tratando-se, em verdade, de uma “análise incorreta da situação atual” que deve ser abandonada pela esquerda e pelo movimento popular, sob pena destes permanecerem “desarmados para poder enfrentá-las” (MARINI, 2020, p. 42). Apresentaremos nas linhas abaixo: a) as principais posições dos intelectuais do campo da teoria marxista da dependência a favor da tese de existência de um fascismo dependente; b) em seguida, abordaremos as razões que levam Marini a refutar, na contracorrente dos demais membros da TMD, a caracterização das ditaduras das décadas de 1960 e 1970 na AL como fascistas; c) por fim e em simultâneo, discorreremos acerca da sua proposta alternativa, o chamado Estado de contrainsurgência.

A especificidade da contrarrevolução latino-americana e o conceito de fascismo dependente

As duas obras mais expressivas que desenvolveram o conceito de fascismo dependente para classificar os regimes autocráticos que surgiram com os golpes de Estado em nosso continente são: *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*, de Theotonio dos Santos, lançado pela primeira vez no Chile, em 1971, e *Economía y política del fascismo dependiente*, de Álvaro Briones, publicado pela primeira vez em 1978, no México.

Nessas obras observa-se a forte influência do comunista búlgaro Georgi Dimitrov, destacado dirigente da III Internacional. A Dimitrov se atribui o “novo curso” dado à política de enfrentamento ao fascismo da Internacional Comunista, que passava a adotar a linha de *frente popular antifascista*, no quadro da aliança entre comunistas e social-democratas. Da análise de Dimitrov é importante colocar em relevo duas noções que influenciaram as teorizações dessa corrente da TMD. O primeiro ponto a se observar é a caracterização do fascismo como “[...] a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (DIMITROV, 1935). O segundo ponto, como escreveu Dimitrov em seu Informe ao VI Congresso da Internacional, em 1935, diz respeito ao fato de que “[...] o desenvolvimento do fascismo e a própria ditadura fascista – adotam nos distintos países *formas diferentes*, segundo as condições his-

tóricas, sociais e econômicas, as particularidades nacionais e a posição internacional de cada país” (DIMITROV, 1935).

A partir dessas duas noções, os autores aqui abordados irão caracterizar os regimes instaurados no Cone Sul da América Latina como de tipo neofascista. Ambos levam em consideração que tais regimes representam, de um lado, a instauração de uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários do capital monopolista, exercida contra a classe trabalhadora e os setores revolucionários do campesinato e da intelectualidade; e, de outro, que, a partir da caracterização do conteúdo de classe e da forma de exercício da dominação política, é lícito questionar as particularidades nacionais de concretização do fascismo em cada formação social latino-americana.

Nesse diapasão, ainda em 1965, Theotonio dos Santos, depois de instaurada a ditadura empresarial militar no Brasil, publica na *Revista Civilização Brasileira* (DOS SANTOS, 1965) um importante artigo em que alertava para a necessidade de se compreender o golpe de Estado como parte de um movimento mais amplo, no qual se introduzia a ideologia fascista no processo de conformação de uma nova etapa histórica do capitalismo no subcontinente. Nesse artigo, Dos Santos está mais interessado em compreender as condições sociais de surgimento e fortalecimento da ideologia fascista no país do que o processo de instauração de um regime político dessa natureza.

Porém, apesar de não caracterizar o regime como de tipo fascista atípico, com elementos próprios dados pela condição de inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, o autor vislumbra-o como um movimento de caráter mais abrangente. Nesse sentido. Para ele, o golpe de 1964 não era apenas uma reação das forças sociais reacionárias vinculadas aos interesses do setor primário-exportador, mas sim uma nova etapa da dominação imperialista sobre nossa economia. Essa nova dominação impunha um modelo de desenvolvimento modernizador capitaneado pelo grande capital internacional e que se sustentava nas elites modernizadoras internas e nas forças militares, como ramo mais organizado e disciplinado dessas elites.

Segundo Dos Santos, esse projeto de desenvolvimento aprofundava a concentração econômica e ampliava profundamente a exclusão social, colocando para as burguesias internacional e interna-associada a dificuldade adicional de conciliar um modelo econômico antipopular com uma forma política democrática. A ideologia fascista surgia, assim, no Brasil, pela necessidade de se organizar a vontade popular para a repressão das manifestações populares, que tendiam a se avolumar à medida que se mostrassem mais expressivos e evidentes os efeitos mais deletérios do novo padrão de dominação política e econômica.

Em seus escritos posteriores, como no clássico *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano* (1971 [1978b]), e nos artigos

Socialismo y fascismo en América Latina hoy (1977) e *La cuestión del fascismo en América Latina* (1978a), essa análise exordial ganhará contornos mais claros, e Dos Santos avançará na caracterização da forma atípica do fascismo na periferia e semi-periferia do capitalismo. O sociólogo brasileiro desenvolve, com base numa compreensão mais aprofundada sobre o novo caráter da dependência latino-americana, a noção de que se configurava, com as instaurações das ditaduras militares no Cone Sul, a primeira etapa de um processo de fascistização dependente, no sentido de instauração de um regime político com contornos fascistas. Em suas palavras:

[...] as opções que vão se configurando neste processo oscilam, por um lado, entre uma profunda revolução social que estabeleça as bases de uma nova sociedade sobre as ruínas da velha ordem decadente e ofereça à América Latina um papel de grande importância na criação do mundo do futuro, e, por outro, a alternativa da vitória das forças mais retrógradas e bárbaras do nosso tempo, a qual só poderá ocorrer através da destruição física das lideranças populares e da grande massa de seus militantes.

Como se concretizaria esta segunda e terrível alternativa na América Latina? Somente através do surgimento de um movimento de massas pequeno-burguês com o apoio de setores marginalizados da população e do latifúndio decadente, e sustentado em uma ideologia profundamente irracionalista que fundamentasse tal carga de barbárie e atraso. **Este seria o nosso fascismo colonial ou dependente.** (DOS SANTOS, 1978b, p. 49, grifos nossos).

Para compreender o processo de fascistização dependente, era necessário, de acordo com Dos Santos, levar em consideração a conjuntura anterior à instauração das ditaduras. Em sua análise, a situação conjuntural pré-golpes era marcada por intensa radicalização da luta de classes na região. De um lado, no seio do operariado, com a decadência das correntes nacionalistas e democrático-burguesas, ganhavam cada vez mais expressão os grupos políticos de tendência socialista, que tendiam a radicalizar a luta em direção ao socialismo. De outro, ocorria uma radicalização à direita, com o liberalismo conservador assumindo posições cada vez mais autoritárias ou abertamente fascistas. Era essa radicalização que apontava para a ampliação dos golpes fascistas na América Latina, com a burguesia monopólica disseminando a repressão.

Todavia, esses elementos internos das conjunturas políticas de cada país de nosso subcontinente não eram ainda suficientes para se compreender a dimensão dependente do fascismo. É da análise da reconfiguração do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial (movimento de centralização, concentração e internacionalização do capital) e de sua crise nos anos 1970 que se retirava a possibilidade de emergência de um novo ciclo político fascista.

Considero que são estas situações de crise a longo prazo que obrigam a classe dominante, e, no caso específico da época imperialista, o capital financeiro, a procurar um regime de exce-

ção para impedir a resolução revolucionária que as conjunturas de crise colocam. Ao mesmo tempo, é necessário ter em conta que a contrarrevolução só pode triunfar se se aproveitar do enfraquecimento que a crise provoca nas classes populares, levando-as a tentativas revolucionárias fracassadas ou ao desgaste político, na medida em que não conseguem manter uma política de autodefesa que impeça a crise de transformar a situação das classes trabalhadoras em geral, e do operariado em particular, numa política totalmente defensiva. A permanência por longos períodos de desemprego, derivados das crises, leva a uma grande competitividade dentro da classe e facilita o triunfo das políticas contrarrevolucionárias [...].

Neste sentido, gostaria também de salientar que as tendências contrarrevolucionárias do capital financeiro tendem a ocorrer muito mais nos países de desenvolvimento médio ou de imperialismo tardio do que nos países mais avançados do imperialismo, porque é nos países onde esta situação revolucionária se combina com situações de luta nacional que forcem a classe dominante a um grande esforço ideológico de identificação nacional e esforço político de centralização do poder, a fim de responder às tendências revolucionárias. (DOS SANTOS et al., 1978a).

É, portanto, o capitalismo em crise que cria a disjuntiva fascismo ou socialismo. O fascismo se configura como solução imediata e desesperada, como último recurso de sobrevivência do grande capital frente à possibilidade de revolução socialista na periferia do sistema. A disjuntiva se resolve no sentido do triunfo do regime de tipo fascista; por consequência, este se transforma em um regime permanente quando algumas condições históricas são alcançadas, tais como:

1. existência de uma ameaça aberta ou próxima de uma revolução proletária sem que a classe operária tenha condições suficientes para alcançar o poder;
2. existência de uma necessidade de uma unidade nacional que impele a grande burguesia a se valer de elementos marginais da sociedade, como o lumpem-proletariado, para garantir seu poder;
3. existência de Estados democrático-liberais ou mesmo Estados de exceção que não possuem legitimidade social suficiente para pacificar a sociedade e ampliar as condições de acumulação do grande capital.

Os regimes passam a apresentar características fascistas, segundo Dos Santos, quando se instaura um Estado de exceção permanente com ampliação constante da intervenção sobre a sociedade civil; quando o terror contrarrevolucionário se transforma em operação típica do Estado, uma vez que se opera o fortalecimento do Executivo, com debilitamento ou fechamento do Legislativo e ampliação do poder repressivo do Estado, pelo compromisso entre setores conservadores e fascistas na

busca de uma solução política autoritária; e, por fim, pelo crescimento da intervenção estatal na economia.

No fascismo dependente, no entanto, diferentemente do fascismo clássico, a elite tecnocrática militar e civil substitui a figura do chefe, e as Forças Armadas desempenham o papel antes a cargo do partido fascista clássico. Ademais, o Estado fascista dependente foi imposto desde cima, por preferir uma repressão de elite antes que mobilizar as bases. As manifestações de base fascista até existem antes do golpe, mas apenas como fator de desestabilização do regime anterior, sem constituir uma força política à semelhança do fascismo clássico. E, por último, Estados fascistas dependentes apoiam-se na simples ação repressiva por falta de condição material para uma legitimação ideológica suportada no consenso ativo das massas, sobrevivendo, assim, da apatia política, diferentemente do fascismo clássico, que ostentava apoio ativo da base fascistizada.

Vale insistir nesse último ponto, pois parece ser um dos elementos fundamentais que fazem com que o regime fascista dependente, para Dos Santos, tenha sua implementação pelo alto, via golpes de força. Com efeito, por mais que o fascismo clássico não prescindia do uso sistemático da violência, contava também com amplo suporte na sociedade civil. Já nas formações sociais dependentes, a construção de um Estado corporativo fascista enfrenta um pesado obstáculo

[...] dado o caráter altamente impopular das medidas econômicas que são adotadas para favorecer o grande capital e destruir a capacidade de reação política das grandes maiorias democráticas, inclusive dos setores pequeno-burgueses que apoiaram o golpe, mas não se sentem contentes com o processo de concentração econômica e centralização de capitais que o governo gerado pelo golpe patrocina. Apesar de se sentirem atraídos por um governo corporativista, os setores pequeno-burgueses não atraem suficiente confiança do grande capital, nem dispõem da força necessária para impor, sobretudo, ao capital internacional, seu ponto de vista e sua participação institucional no Estado pela via do corporativismo. Apesar dessas diferenças, no entanto, há um acordo geral de fortalecer o Executivo, de debilitar ou extinguir o parlamento e aumentar o poder repressivo do Estado. (DOS SANTOS, 1977, p. 178).

Em outras palavras, ao serem impostos de cima para baixo e não como resultado de fortes mobilizações de massa, os Estados fascistas dependentes ancoram-se, sobretudo, na repressão antes que em um movimento político robusto e com forte base social. Desse modo, Dos Santos defende que a mobilização do movimento fascista por tais Estados somente se fez necessária como instrumento de desestabilização do poder das massas.

Para Theotonio dos Santos, na ditadura brasileira, esses elementos aparecem com traços bastante nítidos. Em 1978, em ensaio escrito com Vania Bambirra, sob o título

Dictadura militar y fascismo en Brasil, o regime brasileiro é apresentado como dotado de características fascistas básicas. Dos Santos e Bambirra advertem, porém, que o fascismo brasileiro se aproxima muito mais do espanhol e do português salazarista, isso porque é um regime de tipo fascista “[...] que se constitui numa época em que suas expressões mais elaboradas [alemã e italiana] já foram derrotadas ou estão em decadência” (1978, p. 174)². O fascismo brasileiro possuiria, além disso, características nacionais próprias que advinham de sua “[...] condição de um país dependente, cujo sistema de dominação está permeado e mediatizado pelo domínio imperialista” (BAMBIRRA e DOS SANTOS, 1988, p. 139). Para os autores, até o aparecimento do movimento de massas de 1968, a ala fascista do regime, apesar de possuir força considerável, não determinava a política e a ideologia do Estado brasileiro. Até esse momento, o regime podia ser definido como “uma ditadura militar de tendências fascizantes”.

Entre 1969 e 1973, uma vez que a radicalização do caráter repressivo se fará mais necessária para paralisar a ascensão do movimento de massas e para liquidar as organizações operárias, camponesas e estudantis, as tendências fascizantes vão se atualizar e chegarão ao seu ponto culminante. Na impossibilidade de atrair a pequena burguesia, que se afastava do regime por já sofrer as consequências econômicas regressivas da política econômica, os grupos fascistas que cresceram na contraposição ao avanço do movimento popular são assimilados pelo aparato repressivo como colaboradores, e outros grupos serão integrados ao aparato ideológico, sobretudo no setor educacional e cultural.

A operação fascista buscava tanto quebrar a espinha dorsal do movimento político, através da perseguição das organizações operárias, camponesas e estudantis, quanto eliminar a mais autêntica cultura popular brasileira, “[...] através da perseguição e censura às obras teatrais, às canções, ao cinema, tratando de fazer de cada indivíduo um policial, um delator, ou um covarde, temeroso de suas próprias ideias” (BAMBIRRA e DOS SANTOS, 1988, p. 140). Para tanto, a ideologia fascista era reforçada pelo Estado brasileiro com o patriotismo chauvinista estimulado pela “[...] mística da unidade nacional, da ‘pátria grande’, do ‘milagre brasileiro’, que se apoiava basicamente na recuperação econômica que finalmente parecia abrir uma era de ‘progresso’ para o país” (BAMBIRRA e DOS SANTOS, 1988, p. 140).

À ideologia de unidade nacional, o fascismo dependente acoplou, segundo Dos

2 O artigo foi publicado originalmente em espanhol em 1978, pela editora Siglo XXI, no livro coletivo *El control político en el cono sur*. A tradução brasileira foi publicada em 1988, com título modificado e com algumas alterações em seu corpo, *Brasil: nacionalismo, populismo e ditadura. Cinquenta anos de crise social*, no livro organizado por Pablo Casanova: *América Latina: história de meio século*. Brasília, Editora da UnB, 1988, p. 139.

Santos, a doutrina de segurança nacional³. Em contraposição aos regimes populistas latino-americanos que buscaram urdir um projeto nacionalista com base em uma aliança de classe com hegemonia da burguesia nacional, as novas ditaduras militares que surgiram com o fracasso daquelas experiências tentam impor o modelo fascista-dependente articulando um bloco de dominação diverso, com hegemonia do capital internacional, centrado na doutrina de segurança nacional como um elemento articulador da exceção e do terrorismo de Estado. Porém, apesar de ver relevância na contrainsurgência, isto é, na doutrina de segurança nacional, Dos Santos lhe atribui uma dimensão episódica ou secundária, o que o distancia de Marini, que confere, como veremos, centralidade à doutrina como forma assumida pelo Estado de exceção dependente instaurado com as ditaduras:

Aqui creio que é necessário fazer uma observação sobre a tendência de Ruy Mauro Marini para caracterizar a questão do Estado de segurança nacional como o aspecto central da especificidade do período atual. Esta caracterização parece-me ser muito perigosa, porque nos desvia para um aspecto secundário: para mim o aspecto central é a luta do grande capital para impor sua hegemonia e a necessidade de recorrer ao estado de exceção e terror.

As formas que utiliza o grande capital me parecem um aspecto secundário. Podem ser importantes em certos períodos históricos que tem que ser analisados, porém são secundárias desde o ponto de vista conceitual. (DOS SANTOS, 1978a, p. 33).

Os argumentos de Álvaro Briones e de Orlando Caputo em defesa da existência do fascismo latino-americano inscrevem-se na mesma perspectiva de Theotonio dos Santos e de Vania Bambirra. Os autores chilenos sustentam a tese de que os regimes de exceção permanentes do subcontinente seriam neofascistas, distintos efetivamente do clássico, já que, enquanto este último se desenvolve como imperialista, os primeiros resultariam das condições derivadas do avanço imperialista. Em suas interpretações, Briones e Caputo (1975) buscam fugir de explicações monocausais e caracterizam o fascismo dependente como forma política da nova modalidade de acumulação capitalista no interior dos países latino-americanos.

O fascismo latino-americano será compreendido assim, nos termos de Briones,

3 A doutrina de segurança nacional, fundamentalmente, cria a noção de inimigo interno, que é identificado como o comunismo, obviamente baseado em elementos da realidade como o regime cubano, a influência da União Soviética e a disseminação das organizações guerrilheiras, bem como o surgimento de diversas frentes de esquerda no território latino-americano. Porém, como afirma Patrick Veiga (2021), havia uma superestimação da ameaça, posto que “[...] se é verdade que havia muitos movimentos desse tipo, também se evidencia que muitos não tinham conexão entre si e até mesmo divergiam em questões táticas e estratégicas. Enquanto os PCs apostavam no desenvolvimento nacional e até mesmo na aliança com as burguesias nacionais, outros consideram a luta armada a tática principal. Ainda uma terceira via era possível, a chamada ‘via chilena ao socialismo’ de Allende, a qual considerava possível uma transição pacífica do capitalismo ao socialismo por meio de reformas estruturais após a vitória eleitoral”.

em *Economía y política del fascismo dependiente*, como “[...] a forma natural de governo nas condições da fase de aplicação da política econômica de transição para novas modalidades de acumulação e provavelmente também logo depois que estas estejam já consolidadas” (1978b, p. 261).

Segundo a interpretação de Álvaro Briones, a crise econômica mundial surgida nos anos 1960 provoca uma crise política no sistema de dominação imperialista, com sérios reflexos na periferia do sistema, especialmente nos países dependentes latino-americanos. Findo o apogeu econômico do pós-guerra, a partir dos anos 1960, o capitalismo estadunidense passa a apresentar sinais de recessão, o que é explicado pela “[...] contradição fundamental de um sistema que ao socializar crescentemente seus processos produtivos, é incapaz de evitar uma contração relativa dos mercados explicada pela apropriação e distribuição dessa produção por parte de um grupo cada vez mais reduzido” (BRIONES, 1975, p. 26).

Diante dessa crise de realização do mais-valor produzido, os EUA recrudescem o receituário keynesiano de déficits fiscais como forma de alavancar a demanda agregada, fundamentalmente no complexo industrial-militar. Esta iniciativa não logra impulsionar a taxa de investimento no conjunto do sistema produtivo, ocasionando desequilíbrio na relação oferta-demanda, estando esta última artificialmente alavancada, sem a contrapartida dos investimentos produtivos. Produz-se, então, uma situação inflacionária nos EUA, que entre 1971 e 1973 destroem o ordenamento monetário erigido em Breton-Woods e recorrem à desvalorização do dólar com o objetivo de ampliar seu mercado internacional. A crise se alastra sobre a Europa e o Japão. Nessas circunstâncias, o sistema de dominação internacional entra em crise. Segundo Briones (1975, p. 27),

Esta crise se expressa no fortalecimento relativo da capacidade negociadora (econômica e política) que, ante a debilidade das potências imperialistas, experimentam os países dependentes submetidos a seu domínio. Esta situação, expressa no manejo dos preços das matérias-primas exercido pelos países produtores, simultaneamente à capacidade destes países, em associação com o bloco socialista, de conformar uma sólida frente de impugnação das potências imperialistas nas organizações internacionais, não representa senão o auge do nacionalismo nas relações internacionais atuais.

O nacionalismo emergente na AL se expressa em duas versões, que emanam dos conflitos interburgueses típicos do capitalismo dependente. De um lado, “[...] fortalecida pela conjuntura internacional, o já conhecido nacionalismo desenvolvimentista e populista”; de outro, “[...] uma forma nova que, a fim de não cair na expressão contraditória de ‘nacionalismo imperialista’, preferimos chamar de *neofascismo*” (BRIONES, 1975, p. 28). Venezuela e México expressariam a continuidade do nacionalismo

populista, enquanto o Chile seria a versão mais acabada do neofascismo na região. Para Briones, as duas versões do nacionalismo seguem estritamente vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano, desta maneira, “[...] deve definir-se qual delas cumpre objetivamente o papel de mecanismo de manutenção [...], no seu desenvolvimento, desse ordenamento social, e qual representa somente um elemento de relevância exclusivamente conjuntural, incapaz de satisfazer esses requerimentos” (BRIONES, 1975, p. 29).

A crise econômica do capitalismo e a conseqüente reestruturação da divisão internacional do trabalho provocam, nos países dependentes, um agudo processo de concentração de capital e de exclusão/marginalização. O empobrecimento afetará não somente as classes populares; pelo contrário, atingirá sensivelmente os setores da própria burguesia não monopolista. Desta forma,

[...] a partir do momento que a estrutura de poder vai se concentrando, para ser mantida se fazem cada vez mais necessárias formas autoritárias e repressivas de controle social, que permitam sustentar na cúspide do sistema de dominação, o grande capital controlado pelo imperialismo. (BRIONES, 1975, p. 33).

O corolário necessário da política econômica do capital monopolista não é outro senão o *fascismo dependente*.

No artigo intitulado *Acumulación y fascismo dependiente*, Alvaro Briones e Orlando Caputo (1978, p. 251) afirmam:

Este isolamento social do bloco dominante, cuja política em conseqüência se opõe não somente aos setores assalariados, mas também às frações da própria burguesia, implica que sua ação exploradora das grandes maiorias, que pretende levar até os últimos limites, e a marginalização de setores até ontem privilegiados, deve traduzir-se, inevitavelmente, em uma ditadura centralizada, autoritária e altamente repressiva como forma de governo.

As exigências do grande capital interno subordinado ao capital estrangeiro entram em rota de colisão não somente com os interesses da classe trabalhadora, mas também com os da pequena burguesia e das frações burguesas marginalizadas. A “[...] conciliação de classes para sustentar o desenvolvimento foi superada pela evolução do grande capital e pela definição de objetivos políticos do movimento popular” (BRIONES e CAPUTO, 1978, p. 252).

No escrito de 1975, *El neofascismo en América Latina*, Briones ainda detectava a resistência das frações burguesas não monopolistas em aderir aos desígnios do grande capital e do seu sistema de dominação *neofascista*. A reiteração do desenvolvimento e do populismo atuava nas margens abertas pela crise do sistema de dominação imperialista como uma alternativa burguesa ao socialismo, à cata de

“[...] redefinir os termos presentes da dependência do imperialismo, em termos de uma negociação que permita, de uma parte, reivindicar a propriedade nacional das fontes de riquezas básicas e, de outra, a limitação e participação estrangeira nos setores secundário e terciário da economia” (BRIONES, 1975, p. 34).

Tais alternativas burguesas, entretanto, “[...] se veem limitadas pela mesma condição de dependência já vigente. [...] os intentos independentistas iniciados não podem passar de um plano superestrutural, não ligados com a realidade da base econômica do sistema” (BRIONES, 1975, p. 34). A dependência tecnológica desses países revelará a inviabilidade histórica da superação da condição dependente nos marcos do capitalismo tal como proposta pelo desenvolvimentismo, abrindo-se uma “disjuntiva de ter que abandonar seu esquema populista” (BRIONES, 1975, p. 34) na perspectiva do socialismo ou trilhar os rumos da fascistação.

Conforme asseveram Briones e Caputo (1978, p. 253): “Em definitivo, criou-se sem ambiguidades os termos da contradição principal da nossa sociedade: ou a política do grande capital, de inequívoco caráter fascista, ou a política do movimento popular guiado pelo proletariado rumo à construção do socialismo”.

O capital monopolista interno associado ao imperialismo busca neutralizar a recalcitrância da pequena e da média burguesias à ruptura institucional com o Estado populista, “[...] enfatizando o perigo para o capitalismo em geral que representa o desenvolvimento político das forças do povo” (BRIONES e CAPUTO, 1978, p. 254). O temor burguês diante do avanço do movimento popular confere à ditadura do grande capital, nos seus primeiros momentos, um certo apoio da pequena e média burguesia, “[...] apesar de todas as manifestações de caráter opressor de seu regime contra esses mesmos setores” (BRIONES e CAPUTO, 1978, p. 254).

A resistência dessas frações à ruptura do grande capital não é fortuita: o objetivo é “[...] proporcionar o marco político para o desenvolvimento de uma nova modalidade interna de acumulação, funcional à integração da economia nas novas formas da divisão social do trabalho em escala internacional”, o que passa pela “[...] destruição de praticamente todo o vestígio da velha institucionalidade e a exaltação sem dissimulação do caráter repressivo do Estado capitalista” (BRIONES e CAPUTO, 1978, p. 254).

Na perspectiva de Briones e Caputo (1978, p. 254), o neofascismo não é um fenômeno casual nem transitório, visto que expressa “[...] os traços dominantes da única alternativa ao socialismo [...], da única forma de regime que pode assumir o Estado capitalista para sobreviver desenvolvendo as novas modalidades de acumulação internas que o capitalismo, considerando como sistema internacional, demanda”.

Na passagem abaixo, os autores explicitam a leitura que têm para as condições de emergência do neofascismo ou fascismo dependente:

É justamente esta característica, que o apresenta [o neofascismo] como um esquema político cujo objetivo fundamental é garantir a sobrevivência do capitalismo em condições de uma crise econômica aguda, geradora por sua vez de uma crise política que ameaça a destruição do sistema, o que nos permite estabelecer uma **similitude essencial** entre este tipo de regime e a forma fascista do Estado capitalista. As mesmas condições geraram o nascimento do fascismo na Europa de entreguerras e esse fascismo, como hoje os regimes latino-americanos, permitiu a evolução do capitalismo rumo a formas econômicas superiores. (BRIONES e CAPUTO, 1978, p. 254, grifos nossos).

Sinteticamente, para Briones e Caputo (1978), as *similitudes essenciais* das ditaduras latino-americanas com o fascismo europeu dos anos 1930 são as seguintes: 1) ambas têm origem numa situação dramática de crises econômica e política profundas que põem em risco o conjunto do sistema; 2) deflagrado o golpe, erige-se um Estado de brutal repressão contra os trabalhadores e todas as forças políticas que ousem questionar o novo regime político; 3) por fim, a ditadura instalada não se restringe a reprimir e aniquilar o movimento popular, nem se reduz ao papel contrarrevolucionário. Além disso e até primordialmente, as ditaduras latino-americanas representam os interesses do capital monopolista, da grande burguesia interna associada ao grande capital estrangeiro, operando uma substancial alteração no padrão de reprodução do capital e no sistema de dominação política.

Quanto aos elementos particularizadores do fascismo dependente, Briones e Caputo (1978, p. 255) mencionam os seguintes “aspectos formais” – ou seja, as diferenças secundárias entre as experiências histórico-concretas do fascismo: 1) “caráter não nacionalista e, ao contrário, a subordinação a interesses forâneos dos regimes latino-americanos”; 2) “o fato de que eles não se apoiam em uma organização ou partido civil para apoderar-se do poder, senão que o façam diretamente pelas Forças Armadas e o fato de que não contam sequer no momento inicial [...] com um autêntico apoio de massas [...]”. Ora, na mesma toada de Bambirra e Dos Santos, Caputo e Briones avaliam que a existência de um movimento de massas não é um elemento inerente ao fascismo, convertendo-o em algo secundário cuja inexistência não invalida a caracterização das ditaduras da AL como fascistas.

Trata-se, mais uma vez, a nosso ver, de uma interpretação tributária da III Internacional, visto que esta negligenciava a base de massas do fascismo como um traço peculiar desse fenômeno político. Marini se distancia dessa *démarche*, como veremos a seguir, e, ao fazê-lo, oferece uma visão mais precisa sobre a especificidade do Estado e do regime político surgidos no contexto das ditaduras militares.

A especificidade da contrarrevolução latino-americana e a contrainsurgência

Em conferência ministrada em 1978 que se converteu em artigo de revista no mesmo ano, intitulado *O Estado de contra-insurgência*⁴, Marini constata que a América Latina atravessa “um período contrarrevolucionário” que impacta a estrutura e funcionamento do Estado. Considera legítimo o recurso ao fascismo como “ponto de referência” para analisar o processo contrarrevolucionário latino-americano, desde que não se defenda “que se trata de fenômenos idênticos” (MARINI, 2020). Trata-se, portanto, de capturar a *especificidade* da contrarrevolução vigente, partindo-se do pressuposto de que “[...] ambos [ditadura fascista e ditadura militar] constituem *formas particulares da contrarrevolução burguesa*”, condição para o enriquecimento da “teoria política marxista” (MARINI, 2020, p. 26)⁵.

No entendimento de Marini, as ditaduras latino-americanas são vistas como produto de três fatores, a saber:

1. Mudança da estratégia global dos EUA a partir do final da década de 1950 em razão da sucessão de ameaças e derrotas impostas pelas forças anti-imperialistas na periferia do sistema (Cuba, Vietnã, Congo, Argélia), acarretando a adoção da estratégia de “resposta flexível” (MARINI, 2020, p. 27), que, segundo o imperialismo estadunidense, seria mais apta ao combate das forças revolucionárias nos países dependentes, coloniais e semicoloniais. A doutrina que norteia a nova estratégia é a chamada *doutrina de contrainsurgência*, que se converteu em base ideológica para a formação das Forças Armadas na América Latina. Essa doutrina está assentada, segundo Marini, nos seguintes aspectos:

- a) *aniquilamento*: de forma muito semelhante ao fascismo, trata-se de não só derrotar o inimigo, mas de aniquilá-lo. Aplica-se um “enfoque militar à luta política”;
- b) as forças anti-imperialistas e revolucionárias são vistas como *infiltração* estrangeira, como um “câncer” que deve ser extirpado pela contrarrevolução, muito semelhantemente ao fascismo;
- c) por fim, na doutrina de contrainsurgência, o Estado ditatorial é en-

4 Cf. texto em castelhano no link: http://www.marini-escritos.unam.mx/055_estado_contrainsurgencia.html. O artigo foi traduzido para o português por Rodrigo Castelo (Professor da Escola de Serviço Social da Unirio) e pode ser acessado no seguinte link: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20985>. O texto foi recentemente publicado no livro *Economia, política e dependência*, Edufal, 2020.

5 “Estaremos, assim, seguindo os ensinamentos dos marxistas europeus que utilizaram, para a análise do fascismo, o ponto de referência que tinham em relação à contrarrevolução burguesa – o bonapartismo –, sem assumir que se trata de fenômenos idênticos; na verdade se preocuparam em estabelecer a especificidade do processo fascista e das formas de dominação e do Estado a que este dava lugar” (MARINI, 2020, p. 26).

carado como um período de guerra para se aniquilar o inimigo, devendo posteriormente sair de cena para o restabelecimento da democracia burguesa. Diferentemente do fascismo, diz Marini (2020, p. 29), o Estado de contrainsurgência “[...] não questiona em nenhum momento a validade da democracia burguesa, tão somente estabelece sua limitação ou suspensão durante a campanha de aniquilamento”.

2. As alterações ocorridas no capitalismo mundial sob a hegemonia estadunidense no pós-guerra modificaram a dinâmica do imperialismo, impulsionando a integração dos sistemas de produção dos países periféricos ao imperialismo pela via do investimento direto do grande capital monopolista. Esse processo emerge nos anos 1950 e se aprofunda nos anos 1960, produzindo modificações no “bloco político dominante”, especialmente o surgimento de uma “[...] burguesia monopolista [interna] estreitamente vinculada à *burguesia imperialista*” (MARINI, 2020, p. 29). A articulação do grande capital nacional e estrangeiro elide o “[...] esquema de alianças adotado até então pela burguesia”, cujo desfecho será a “ruptura” com o “Estado populista” – o Estado, segundo Marini, “de toda a burguesia” – e a refuncionalização do Estado ao sabor dos interesses das frações monopolistas;
3. Por fim, o último fator apontado por Marini para explicar a emergência da contrarrevolução na América Latina é o ascenso do movimento de massas, especialmente o tensionamento que o proletariado urbano, o campesinato e a parcela radicalizada da pequena burguesia passam a fazer nos marcos dos regimes populistas⁶, aspecto que eleva a contradição no interior do bloco no poder e arrasta o conjunto da classe dominante para a alternativa golpista.

É na análise da dinâmica anterior ao golpe de Estado, durante o processo de desestabilização, e da natureza do Estado que se instaura com as ditaduras que, na perspectiva de Marini, fica mais nítida a especificidade da contrarrevolução latino-americana. O recurso ao terrorismo de Estado contra o movimento popular

⁶ Em escrito de 1967, intitulado *Subdesenvolvimento e revolução*, Marini enxerga o populismo como um “jogo político” em que a burguesia industrial lança mão da pressão das massas urbanas para garantir o seu “predomínio dentro da coalizão dominante”, ou seja, trata-se de um “jogo político” interno ao bloco no poder, um conflito intraburguês, entre a burguesia industrial e a burguesia agroexportadora. O “jogo político” populista tem como fruto “o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista” (MARINI, 2012, p. 57), cujo exemplo mais claro seria o governo de Perón na Argentina. “O bonapartismo se apresenta, nesta perspectiva, como o recurso político utilizado pela burguesia para enfrentar seus adversários” (MARINI, 2012, p. 58). Ao fim e ao cabo, populismo e bonapartismo parecem se constituir enquanto sinônimos para Marini, perfazendo os governos na região que vigoraram até os golpes militares e a instauração do Estado de contrainsurgência, entre as décadas de 1960 e 1970.

e mesmo contra determinadas frações burguesas recalcitrantes não particulariza o fascismo, tratando-se, pois, de uma característica geral de toda contrarrevolução, seja ela fascista, bonapartista ou militar. Identificar as ditaduras latino-americanas ao fascismo por esse aspecto seria, segundo Marini, uma impositação mecanicista do analista político. Nesse sentido, alerta ele: “As sociedades concretas latino-americanas impõem a cada um desses momentos um traço particular” (MARINI, 2020, p. 31), não redutível à contrarrevolução de tipo fascista.

Os caminhos particulares para o golpe de Estado na AL

Na nossa leitura, Marini é muito tributário da interpretação de Nicos Poulantzas (1972) a respeito das condições de emergência e da natureza do fascismo, o que o faz recusar a aderência do conceito às ditaduras da América Latina. Cumpre frisar que Marini não bloqueia o conceito com os mesmos argumentos, por exemplo, de Atilio Borón (1977, p. 499), para quem “[...] o fascismo se situa historicamente no período de amadurecimento e crise da fase clássica do imperialismo [...]. O fascismo pertence a esse período particular na história do capitalismo monopolista que se delimita com as duas guerras mundiais”. Parece-nos que Marini aproxima-se mais de Poulantzas (1972, p. 57, grifos nossos) quando este afirma que

[...] o fascismo não é, de forma alguma, um fenômeno ligado a este ‘período’ [entreguerras]. Este ‘período’ só tem importância na medida em que circunscreve conjunturas de luta de classes, nas quais contribui para a emergência das crises políticas a que corresponde o fascismo: *crises políticas que não são exaustivamente determinadas pelo caráter do período e que podem muito bem surgir em períodos diferentes.*

Marini, seguindo Poulantzas, em nossa interpretação, em nenhum momento recusa o conceito de fascismo por considerá-lo uma categoria histórica, restrita a um determinado período marcado por características econômicas irrepetíveis. Os motivos para sua rejeição são, portanto, de natureza diversa.

Em primeiro lugar, o aspecto de maior profundidade para o rechaço da tese do fascismo na América Latina reside na natureza do capitalismo dependente, que, por estar assentado na superexploração da força de trabalho, não conseguiria reunir condições para a conformação de um movimento fascista de massas capaz de derrotar politicamente o movimento popular. Segundo Marini (2020, p. 31, grifo nosso), “[...] em nenhum caso ela tem condições para reunir forças suficientes para derrotar o movimento popular, e não chega sequer à estruturação de um partido político”. Isso nos permite concluir que, para Marini, o fascismo é um fenômeno político contrarrevolucionário que só teria condições de possibilidade para se constituir enquanto forma

de Estado nos países centrais. Isso não exclui a possibilidade de o fascismo existir como movimento fascista, inclusive com relativa força política, como os exemplos históricos do Integralismo brasileiro dos anos 1930 e o movimento fascista chileno no período do governo de Salvador Allende. Ainda assim, a superexploração e seus efeitos sociais no capitalismo dependente impediriam que tais movimentos fascistas se constituíssem enquanto um fenômeno político de massas com força suficiente para derrotar politicamente o movimento popular.

Esta recusa do conceito de fascismo em virtude da natureza dependente do capitalismo latino-americano não leva Marini a prescindir da análise concreta da situação da luta de classes nos países da região. Da análise da tessitura concreta da luta de classes e da crise política, ele extrai outros argumentos para se afastar do conceito de fascismo. Assim, busca articular dialeticamente a economia e a política na leitura da processualidade histórica latino-americana, cujo desfecho será o desenvolvimento do conceito de Estado de contrainsurgência.

Como já apontado, Marini parte da premissa de que a conjuntura política da América Latina nos anos 1960 e 1970 é de ascenso do movimento popular, com forte tensionamento reformista do Estado populista, como no caso do Brasil, ou mesmo com a radicalização socialista chilena. Essa situação da luta de classes é distinta daquela do período precedente à emergência do fascismo ao poder na Europa, segundo Poulantzas (1972). No início dos anos 1920, os proletariados italiano (1920) e alemão (1918/19-1923) tinham sofrido duras derrotas, instaurando-se um “período de estabilização relativa” (POULANTZAS, 1972, p. 164) profundamente desvantajoso para ambos. Segundo o mesmo autor, “[...] a viragem decisiva neste processo coincide com os inícios do processo de fascistização – que marcam, por um lado, a ofensiva declarada da burguesia e, por outro, a etapa defensiva, em sentido rigoroso, da classe operária” (POULANTZAS, 1972, p. 165)⁷.

Marini percebe o contraste da luta de classes nos períodos precedentes aos golpes lá e cá; e afirma que “[...] a burguesia monopolista na AL não pode pretender reunir forças de massas, que lhe permita enfrentar politicamente, nas urnas e nas ruas, o movimento popular” (MARINI, 2020, p. 32). A nosso ver, essa distinção na luta de classes prévia ao golpe é um segundo fator que afasta Marini do conceito de fascismo.

Um terceiro aspecto que parece afastar Marini do conceito de fascismo reside na questão da crise política burguesa anterior ao golpe de Estado. Segundo Poulantzas

7 A interpretação de Poulantzas acerca das condições de emergência do fascismo contradiz as teses da Internacional Comunista (IC) expressas entre o 4º e o 6º congressos. Sinteticamente, a leitura da IC era a seguinte, segundo o autor grego: “[...] a fascismo como estratégia unicamente *defensiva* do capitalismo, como fenômeno exclusivamente redutível à *fraqueza* da burguesia e como sinal infalível da iminência da sua última hora [...]” (POULANTZAS, 1972, p. 53).

(1972, p. 77, grifo nosso): “O processo de fascistização e a instauração do fascismo correspondem a uma situação de aprofundamento e de aguda exacerbação das contradições internas entre as classes e frações de classe dominantes: é este um elemento importante da crise política em questão”. É justamente essa grave crise política e ideológica burguesa que permite a emergência com força do partido fascista na cena política⁸, galvanizando a pequena burguesia que, em massa, se afasta dos partidos burgueses tradicionais. Pois bem, apesar da crise política do populismo, da “fratura no bloco no poder” (MARINI, 2020, p. 30), Marini parece detectar a qualidade distinta da crise política que serve de base para o golpe e para a instauração do Estado de contrainsurgência em relação à ditadura fascista. Diz ele:

[Diante do ascenso do movimento popular] se coloca como meta o reestabelecimento das condições de funcionamento do aparato estatal, mesmo que temporariamente, para poder acioná-lo em seu proveito. Isso implica em *ressoldar*⁹ a unidade burguesa, refazendo o bloco no poder tal como se encontrava antes da sua fratura [...] (MARINI, 2020, p. 32, grifos nossos).

Tomando como exemplo o caso brasileiro, as contradições políticas no seio do bloco no poder e na cena política no início dos anos 1960 foram temporariamente contrarrestadas pelo amplo consenso burguês em torno do golpe militar em 31 de março de 1964. No caso chileno, a agudização da contradição entre a média burguesia em relação ao grande capital nacional e estrangeiro se expressou nitidamente nas eleições de 1970, quando o primeiro setor apoiou a Democracia Cristã e os últimos apoiaram o candidato do Partido Nacional, divisão burguesa esta que permitiu a vitória eleitoral da Unidade Popular com 36,3% dos votos – menos de dois pontos percentuais à frente do candidato da direita. Diante da ascensão e do vigor do movimento popular, entretanto, as forças burguesas se reunificaram, tendo em vista o golpe de 11 de setembro de 1973. Justamente essa ressoldagem transitória do bloco no poder inexistiu no processo de ascensão do fascismo europeu, fato este que particulariza a crise política burguesa latino-americana em relação às crises políticas que criaram condições objetivas para a emergência do partido fascista.

Por fim, o aspecto de maior relevância atribuído por Marini para invalidar a

⁸ “Ora, por intermédio do partido fascista, a pequena burguesia intervém na cena política como força social: [...] ela desempenha nesta aliança [com a burguesia] *um papel relativamente autônomo em relação ao grande capital*. Agora, a pequena burguesia já não está mais pura e simplesmente ‘à reboque’ da burguesia, como quando era representada pelos partidos burgueses tradicionais” (POULANTZAS, 1972b, p. 23).

⁹ A expressão “ressoldagem” foi a mesma utilizada por Poulantzas para se referir ao efeito que, em regra, a luta contra o inimigo comum – o proletariado – traz para o bloco no poder, efeito este não detectado na emergência do fascismo em virtude da “[...] extensão dos efeitos dessa politização [da luta de classes] às contradições *no próprio seio* do bloco” (POULANTZAS, 1972a, p. 76).

caracterização de fascismo para as ditaduras da América Latina é o fato de que, “[...] por se tratar de sociedades baseadas na superexploração da força de trabalho, em nenhum caso ela [a burguesia] tem condições para reunir forças suficientes para derrotar politicamente o movimento popular, e não chega sequer à estruturação de um partido político [fascista]” (MARINI, 2020, p. 31). As expressões fascistas surgidas no Brasil e, principalmente, no Chile, como o Partido Pátria e Liberdade e o movimento gremialista (MARINI, 2019), foram incapazes de deter o ascenso do movimento popular, diferentemente do fascismo europeu, que constituiu vigorosas organizações reacionárias de massa que ainda antes da tomada do poder derrotaram, nas ruas e nas urnas, o movimento operário.

No caso do fascismo europeu, a tomada do poder é a consumação de uma vitória política precedente, naquilo que Poulantzas define como “processo de fascistização”, ao passo que, na América Latina, a tomada do poder é condição necessária para se deter o movimento popular. Dada essa tibieza do movimento pequeno-burguês¹⁰ em condições de capitalismo dependente, torna-se imprescindível a “[...] intervenção aberta do instrumento último de defesa do poder burguês: as Forças Armadas” (MARINI, 2020, p. 32).

Marini reconhece, entretanto, que os movimentos fascistas cumpriram um importante papel de desestabilização no cenário pré-golpe, mesmo sem possuírem força suficiente para derrotar o movimento popular. No caso chileno, Marini (2019, p. 260) detecta a existência de “ações fascistas de tipo clássico”, tais como “[...] manifestações de rua, o emprego de grupos de choque e do terrorismo branco”, que a partir de dezembro de 1971, na célebre “marcha das panelas vazias”, reuniu pela primeira vez nas ruas de Santiago “uma massa de pequeno-burgueses e lumpemproletários” (MARINI, 2019, p. 266).

O movimento fascista chileno – entre dezembro de 1971 e 11 de setembro de 1973 – foi impulsionado pela especulação levada a cabo pela burguesia contra o governo de Salvador Allende. Segundo o autor, “[...] a especulação aparece como a política

¹⁰ Especificamente em relação ao Chile, Marini detecta uma peculiaridade na situação da pequena burguesia em relação ao bloco no poder e ao Estado, caso comparado ao Brasil e ao México. A pequena burguesia chilena, segundo ele, teria se valido dos seus privilégios em relação ao proletariado para conformar uma pequena burguesia burocrática que “[...] consegue manter a posição conquistada, sem que isso acarrete o desprendimento da classe de onde provém e sua incorporação à burguesia” (MARINI, 2019, p. 112). Há uma manutenção da “relação de classe a classe” que permite à pequena burguesia “[...] valer seu peso e impor à burguesia, necessitada de votos, o respeito à aliança contraída”. Assim, “[...] a pequena burguesia chilena converte-se em uma verdadeira camada política dirigente que, respondendo aos interesses de sua classe, faz dela, em seu conjunto, uma classe de apoio ativa ao sistema de dominação vigente” (MARINI, 2019, p. 113). Essa aliança da pequena burguesia com a burguesia em torno do sistema de dominação foi fragilizada com as contradições do bloco no poder em favor do capital monopolista durante o governo de Eduardo Frei (DC).

econômica do fascismo na fase de luta pelo poder” (MARINI, 2019, p. 266), pois, através do açambarcamento e do mercado paralelo, foi se “ressoldando a unidade burguesa”, alimentando a “oposição de amplos setores da pequena burguesia à classe operária” e, por fim, neutralizando e desorganizando setores populares que, “[...] em condições distintas, seriam aliados seguros do proletariado” (MARINI, 2019, p. 267). Contudo, o movimento fascista chileno se restringiu ao papel de “[...] criar condições propícias para [a burguesia] fazer uso daquele que é seu instrumento básico de dominação: as Forças Armadas” (MARINI, 2019, p. 260).

A derrota eleitoral em março de 1973 e, principalmente, a derrota “[d]a tentativa fascista de promover uma marcha sobre o Palácio La Moneda, ao estilo mussoliniano” (MARINI, 2019, p. 260), evidenciou que o papel das hostes fascistas capitaneadas pela pequena burguesia foi de classe-apoio¹¹ para o restabelecimento do sistema de dominação chileno, sob a batuta das Forças Armadas e do grande capital. Em síntese, a pequena burguesia fascista do capitalismo dependente agrupou-se “[...] ao redor do grande capital e de seu braço armado, para formar essa massa de manobra que proporcionou uma base social ao golpe militar” (MARINI, 2019, p. 272).

Diversamente, o fascismo europeu se alimentou da crise econômica e, principalmente, da crise política da burguesia para alçar a pequena burguesia à condição de “autêntica força social” (POULANTZAS, 1972b, p. 20) por intermédio do partido fascista. A pequena burguesia deixa de se posicionar “simplesmente ‘a reboque’ da burguesia”, assumindo um “*papel relativamente autônomo em relação ao grande capital*” (POULANTZAS, 1972, p. 23, grifos nossos). A condição de força social conferida pelo fascismo à pequena burguesia não parece ter sido identificada por Marini na contrarrevolução latino-americana, na qual acabou figurando na mera condição de classe-apoio. Marini reconhece que a pequena burguesia chilena assumiu uma “atividade de independência crescente” em relação aos partidos das classes dominantes, sendo o “[...] surgimento do fascismo – a forma por excelência da autonomização da pequena burguesia [...] uma expressão parcial desse fenômeno” (MARINI, 2019, p. 122). Ainda assim, “*A função do fascismo como apêndice da reação burguesa [...] [levou] a pequena burguesia, zelosa de sua autonomia, a transferir seus desejos de liderança para as Forças Armadas*” (MARINI, 2019, p. 123, grifos nossos).

¹¹ Conceito de “classe-apoio” de Nicos Poulantzas – presente na obra *Poder político e classes sociais* – ao qual Marini faz referência explícita no seu artigo *A pequena burguesia e o problema do poder*, de 1973 (MARINI, 2019). Nesses escritos sobre o Chile, Marini (2019, p. 122) afirma que a pequena burguesia chilena – proprietária e não proprietária – era uma “classe ativa de apoio” ao sistema de dominação que entrou em crise com a nova etapa da dependência. A aliança da pequena burguesia com o bloco no poder em torno da preservação do sistema de dominação vigente começa a se esgarçar durante o governo Eduardo Frei, que adota uma política econômica do interesse do grande capital e em prejuízo à média e pequena burguesia.

Mesmo no Chile, onde o movimento fascista mais se desenvolveu, a função do fascismo foi apenas a de desestabilizar o governo da esquerda, sem força política suficiente para derrotar politicamente o movimento popular e se impor às classes dominantes como a classe reinante capaz de dirigir as alterações necessárias no capitalismo dependente, no bloco no poder e no aparato de Estado.

A natureza particular do Estado de contrainsurgência

O Estado que emerge do golpe tem como sua “cabeça” as Forças Armadas, que “[...] tomaram o seu controle e exercem como instituição o poder político” (MARINI, 2020, p. 33). O recurso às Forças Armadas como instituição que efetiva o golpe e exerce o poder político no novo regime demonstra que “[...] a burguesia monopolista [...] [conferiu] a este aparato especial do Estado a missão de solucionar o problema; está, pois, passando do terreno da política ao da guerra” (MARINI, 2020, p. 33). Como dissemos acima, isso se deve justamente à força irrefreável do movimento popular e à incapacidade da burguesia, bem como da pequena burguesia fascista, de derrotá-lo politicamente anteriormente ao *coup d’État*.

O movimento fascista – útil na desestabilização – é desmobilizado: “[...] a pequena burguesia [...] não encontra nele [governo militar] canais de expressão, não está organizada para sustentá-lo e não obtém vantagens reais do governo” (MARINI, 2019, p. 63). Esse aspecto é nevrálgico para a diferenciação do Estado de contrainsurgência em relação ao Estado fascista; este último “[...] é caracterizado pela mobilização permanente das massas populares” (POULANTZAS, 1972b, p. 124) e pela conversão da pequena burguesia à condição de classe reinante¹², ao menos num primeiro momento.

12 Por classe reinante entende-se a classe ou fração “[...] cujos partidos políticos estão presentes nos lugares dominantes da cena política” (POULANTZAS, 2019, p. 254), que não necessariamente se confunde com a classe ou fração hegemônica no bloco no poder. A classe reinante pode sequer fazer parte do bloco no poder, como foi o caso do fascismo. Segundo Poulantzas, com o fascismo no poder, a pequena burguesia foi elevada à condição de classe reinante, através da qual os interesses políticos da classe hegemônica – capital monopolista – se faziam representar. Num primeiro momento, o partido fascista, exterior ao aparelho de Estado, invade-o, de fora, “[...] domina os ramos do aparelho repressivo de Estado, o exército, a administração, a polícia, a magistratura” (POULANTZAS, 1972b, p. 125). Com a estabilização do regime, os aparelhos devidamente modificados passam a dominar o partido fascista. Nessa reorganização do aparelho de Estado, a polícia política ganha centralidade, traço peculiar do fascismo, segundo Poulantzas. O mesmo autor afirma que, nessa etapa de estabilização, a pequena burguesia passa a se limitar à condição de classe detentora do aparelho de Estado, reflexo dos interesses do capital monopolista que o fascismo passou a representar. Ainda assim, o “[...] papel de força social manifesta-se a partir de agora, principalmente, por efeitos característicos nestes aparelhos” (POULANTZAS, 1972b, p. 24). As formas de que esses aparelhos se revestem não responderiam *imediatamente* aos interesses do grande capital, “[...] nem pelo papel ideológico geral do fascismo” (POULANTZAS, 1972b, p. 24), mas sim ao papel da pequena burguesia enquanto força social ocupante desses aparelhos.

Aparentemente fazendo uma concessão às teses que qualificavam as ditaduras latino-americanas como fascistas, em escrito de 1974 a respeito do Chile, Marini (2019, p. 63) *en passant* chega a dizer que “no máximo” tais regimes poderiam ser considerados como uma “forma particular de fascismo”, um “militar-fascismo”. Sob “a égide do grande capital nacional e estrangeiro”, as ditaduras se apoiariam “[...] fundamentalmente em um setor específico das classes médias: os militares” (MARINI, 2019, p. 63). A impressão que fica é que essa tímida concessão – que, por sinal, fora abandonada por ele nos escritos seguintes – se deve à origem social pequeno-burguesa da cúpula das Forças Armadas, que foi alçada ao posto de classe reinante na ditadura de Pinochet. Entretanto, o tom de concessão, a parca problematização e o abandono da denominação de militar-fascismo nos escritos posteriores nos levam a crer que Marini não tinha realmente o objetivo de aderir à tese do fascismo dependente, ainda que de forma matizada.

No Estado de contrainsurgência, as tomadas de decisão recaem sobre as Forças Armadas e a tecnocracia civil, ambas integrantes do hipertrofiado Poder Executivo composto por dois ramos centrais. O *ramo militar* é “constituído pelo Estado maior das Forças Armadas”, que expressa a instituição nas tomadas de decisão; o *ramo econômico*¹³ é “[...] representado pelos ministérios econômicos, assim como as empresas estatais” (MARINI, 2020, p. 34). Os ramos econômico e militar – no seio do hipertrofiado Poder Executivo resultante do esvaziamento, em maior ou menor grau, dos Poderes Legislativo e Judiciário – entrelaçam-se no Conselho de Segurança Nacional, “[...] formando no topo o órgão-chave do Estado de contrainsurgência” (MARINI, 2020, p. 34). Este não precisa necessariamente tomar a forma de uma ditadura militar; pode assumir feições de um regime civil e com um aparente estado de direito, como na Venezuela desde 1960, que mantém um Conselho de Segurança Nacional “[...] fora do controle do Congresso e demais órgãos estatais” (MARINI, 2020, p. 34).

As semelhanças desse “Estado *corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas*” com o Estado fascista são, segundo Marini, formais, “[...] mas a sua especificidade está na sua peculiar essência corporativa e na estrutura e funcionamento que lá se geram. Chamá-lo de fascista não nos faz avançar um passo na compreensão do seu caráter” (MARINI, 2020, p. 35). Ao que nos parece, o sentido que Marini quer transmitir com a qualificação de corporativo ao Estado de contrainsurgência se deve ao monopólio que os tecnocratas civis e militares têm da cena política, garantindo-se a primazia dos interesses do grande capital monopolista nas políticas econômicas

13 Importante observar que Marini fala em ramo econômico, não em ramo civil, o que denota que o buslís aqui não é a contraposição entre militar-civil, como impera na literatura liberal-democrática, mas sim o traço de classe dos elementos civis.

implementadas. Eles não são nada além de “representação política do capital”, não gozando de nenhuma autonomia relativa adicional em relação ao capital monopolista. Como vimos acima, esse Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas enquadra desde o primeiro momento a pequena burguesia fascista, blindando o aparelho de Estado de qualquer sujeito político que não represente os interesses estratégicos do capital monopolista. Mesmo as frações não hegemônicas do bloco no poder foram bloqueadas das suas representações políticas, estando seus interesses – ainda que não excluídos por completo¹⁴ – estrategicamente secundarizados pelos militares e pelos tecnocratas civis.

No Brasil, a expectativa de parcelas das classes dominantes, especialmente aquelas não monopolistas, de partidos e lideranças políticas expressivas, era de que o golpe de 1964 operasse uma curtíssima e cirúrgica contrarrevolução, atacando duramente as entidades sindicais e políticas dos trabalhadores, e que pavimentasse o caminho para as eleições em 1966. Semelhantemente, no Chile, os recuos do governo Allende diante da Democracia Cristã e a repressão das Forças Armadas estavam pavimentando uma possível derrota eleitoral¹⁵ da Unidade Popular. Todavia, pergunta Marini, “Por que, então, o golpe?”:

Porque somente ele permitiria resolver a crise do sistema de dominação em benefício do grande capital nacional e estrangeiro. Isso implicava, em primeiro lugar, repelir e desorganizar o movimento popular, golpeando seus partidos e eliminando as organizações de massas e quadros avançados que ali tinham se formado; restaurar a unidade do aparato estatal e reforçá-lo, situando-o sobre as pressões que as diversas classes exerciam sobre ele; assentar sobre bases sólidas – as Forças Armadas – o poder do grande capital, e não sobre a base de uma aliança com os estratos burgueses e pequeno-burgueses, pois, se bem haviam sido úteis para criar as condições para derrotar o governo da UP, eles impediriam que o grande capital triunfante impusesse ao país a orientação desejada desde os tempos de Frei. (MARINI, 2019, p. 62).

Além de ser o Estado da contrarrevolução, o Estado de contrainsurgência é visto

14 Em consonância com os conceitos poulantzianos de bloco no poder e hegemonia, Marini (2020, p. 33, grifos nossos) afirma que “[...] embora o Estado de contrainsurgência seja o Estado do capital monopolista, cujas frações constituem o bloco no poder, *não exclui a participação das demais frações burguesas*”, ainda que em condição subordinada. O desdobramento político é o de que “[...] é incorreto supor que as camadas burguesas não monopolistas podem estar interessadas na supressão” do Estado de contrainsurgência, o que explicaria o fracasso das frentes antifascistas diante da rejeição delas por parte da burguesia não monopolista.

15 Na leitura de Marini (2019, p. 62, grifos nossos), “O golpe estava praticamente consumado e tornava-se realmente *desnecessário* recorrer à força das armas para consagrá-lo: o próprio Allende, após oferecer à DC, sem sucesso, todas as exigências da reação, dispôs-se a anunciar ao país um plebiscito sobre a sua renúncia. O simples fato de tomar essa atitude significava a capitulação, levando a DC a estender avidamente as mãos para apanhar a faixa presidencial que caía como uma ‘pena madura’”.

por Marini como o Estado a serviço do capital monopolista, nacional e estrangeiro, destinado a superar o “Estado de toda a burguesia”. A ressoldagem do bloco no poder fora temporária, no limite da necessidade para desestabilizar e criar as condições para o golpe. Após este, as Forças Armadas, embebidas da doutrina de contrainsurgência, devem tomar a dianteira do aparato de Estado para, em conjunto com os tecnocratas civis do grande capital, implementar a política econômica de interesse do capital monopolista, o que passa pela “[...] obtenção de altas taxas de mais-valia, à custa da superexploração dos trabalhadores” (MARINI, 2019, p. 262) e de um forte estímulo à concentração e centralização de capital, em prejuízo do interesse de setores da média e pequena burguesia.

Essas tarefas atribuídas ao Estado de contrainsurgência não lhe conferem um caráter antagônico em relação à democracia burguesa, característica típica do fascismo clássico, que se propunha um Estado de superação definitiva do regime democrático. Diferentemente disso, Marini enfatiza que, desde seu início, o Estado de contrainsurgência se apresenta como defensor da democracia, uma espécie de regime transitório e saneador, que, após cumprir sua tarefa de restaurar a dominação burguesa, deveria se institucionalizar, transmutando-se numa democracia restringida. Em suas palavras, trata-se de uma “[...] ‘abertura’ política que preserve o essencial do Estado de contrainsurgência”, mediante a “[...] institucionalização da participação direta do grande capital na gestão econômica e na subordinação dos poderes do Estado às Forças Armadas” (MARINI, 2020, p. 41).

Definitivamente, essa característica contrasta claramente com a ideologia fascista, a qual enxergava na democracia burguesa a corrupção da nação, a fratura da mítica unidade originária em virtude de ideologias fragmentadoras que emergem em condições democráticas, tais como a luta de classes do marxismo e o individualismo liberal. O Estado fascista representaria a superação do socialismo (luta de classes) e do capitalismo liberal (individualismo), instaurando o corporativismo, que, segundo Togliatti (1978, p. 102), seria o “meio de eliminar a luta de classes” em favor da colaboração entre elas. Para o fascismo, portanto, no futuro não se projeta nada que não seja o fortalecimento do próprio Estado fascista.

Conclusão

Como vimos, a tendência que predominava na teoria marxista da dependência era a de caracterizar os Estados de exceção latino-americanos dos anos 1960 e 1970 como neofascistas ou fascistas dependentes, porquanto, semelhantemente ao fascismo europeu dos anos 1920 e 1930, constituíam-se como o último recurso de dominação

disponível à burguesia para salvaguardar o capitalismo açoitado por profunda crise econômica e, principalmente, pela crise política revolucionária. Ademais, o fascismo dependente – tal como o fascismo clássico – não apenas garantia a sobrevivência do capitalismo, mas também o conduzia a uma nova modalidade de acumulação, marcada pela dominância econômica do capital monopolista, e uma nova forma de dominação política, expressa na hegemonia do grande capital no bloco dominante de cada formação social latino-americana.

Segundo nossa interpretação, os autores da teoria marxista da dependência, ao seguirem esse caminho, aderiram à leitura da III Internacional Comunista para o entendimento do surgimento e da consolidação do fascismo enquanto forma de Estado de exceção. O Informe de Dimitrov no VII Congresso da IC dizia o seguinte:

Diante das condições de profunda crise econômica desencadeada, da violenta agudização da crise geral do capitalismo, da revolucionalização das massas trabalhadoras, o fascismo passou para a ofensiva. A burguesia dominante busca cada vez mais sua salvação no fascismo para levar a cabo medidas excepcionais de espoliação contra os trabalhadores [...] e impedir, por meio de tudo isso, a revolução. (DIMITROV, 1935).

Quanto à interpretação de Dimitrov, é importante ressaltar que esta se mostrou incapaz de incorporar ao caráter de classe do fascismo – ditadura do capital monopolista – o traço inovador dessa dominação burguesa, marcada primordialmente, mas não somente, pelo movimento de massas da pequena burguesia. A fim de rechaçar as interpretações social-democratas do fenômeno – para quem o fascismo é o poder estatal “por cima de ambas as classes, do proletariado e da burguesia” (BAUER *apud* DIMITROV, 1935), uma ditadura da pequena burguesia sobre a burguesia –, Dimitrov (1935) afirmou: “O fascismo não é um poder situado por cima das classes, nem o poder da pequena burguesia ou do lumpumproletariado sobre o capital financeiro. O fascismo é o poder do próprio capital financeiro”.

Bambirra, Dos Santos, Briones e Caputo, ao operarem no mesmo registro, secundarizaram o movimento de massas e a organização da pequena burguesia no conceito de fascismo, dando-lhe “aspecto formal” cuja inexistência não invalidaria a qualificação de fascista às ditaduras instauradas no Cone Sul.

Vale mencionar aqui dois autores comunistas que nos anos 1920 e 1930 tinham leituras mais matizadas do que Dimitrov acerca do fascismo: Evguiéni Pachukanis e Palmiro Togliatti. O jurista russo nos diz o seguinte a respeito do fascismo, em artigo de 1926, intitulado *Para uma caracterização da ditadura fascista*:

Por enquanto, é suficiente para nós estabelecer que o regime fascista é um regime de ditadura partidária e, no que se refere a isso, diferencia-se da ditadura puramente militar, de tipo bonapartista, que se apoia em um exército. **No uso da organização política de massas está a**

fonte da força e a fonte da fraqueza de Mussolini. Fonte de força, porque Mussolini tem aqui um ponto de apoio, tem à disposição uma força política na qual se apoiar quando é preciso lutar contra outras forças. Na Itália, tem a monarquia, tem a Igreja católica, tem o exército, tem o grande capital, que, embora esteja agora entrando em acordo com o fascismo, relaciona-se com ele com uma determinada porção de desconfiança. **Mussolini tem a seu dispor uma organização política de massas, a qual, incluindo as camadas pequeno-burguesas e até proletárias, pode balançar.** (PACHUKANIS, 2020, p. 34, grifos nossos).

Por sua vez, em 1935, mesmo ano do Informe de Dimitrov no VII Congresso da IC, o líder comunista italiano e então vice-secretário geral da IC proferiu um curso sobre o fascismo para operários italianos exilados em Moscou, em que buscou integrar na análise do fenômeno o seu caráter de classe com seu ineditismo político. Acerca do segundo elemento constitutivo do fascismo, sendo o primeiro seu caráter de classe, diz Togliatti (1978, p. 05, grifos nossos):

O segundo elemento consiste no caráter das organizações do fascismo, com base de massas. Muitas vezes o termo “fascismo” é empregado de uma maneira imprecisa, como sinônimo de reação, terror, etc. Isto não é justo. **O fascismo não significa apenas luta contra a democracia burguesa [...]. Devemos empregá-la apenas quando a luta contra a classe operária se desenvolve sobre uma nova base de massa de caráter pequeno-burguês [...].** A ditadura fascista se esforça, assim, por ter um movimento de massa, organizando a burguesia e a pequena burguesia.

As citações acima foram feitas objetivando problematizar a perspectiva segundo a qual o caráter de classe – capital monopolista – e o terrorismo de Estado são elementos suficientes para a caracterização de um regime político autoritário como fascista.

No seio da TMD, conforme também buscamos apresentar neste trabalho, apenas Marini discrepou em suas referências no entendimento do fascismo clássico, valendo-se, mesmo que tacitamente, da formulação de Nicos Poulantzas. Para o marxista grego, o processo de fascistização ocorre, de início, como avanço político da burguesia, em seguida à derrota estratégica da classe operária e dos movimentos populares, porém tal ofensiva burguesa se inscreve em um contexto de crise de hegemonia que abala as alianças internas ao bloco dominante burguês e fratura sua organização, permitindo a emergência da pequena burguesia, organizada em partido, como força social decisiva na cena política, que se radicaliza em defesa de formas de Estados de exceção.

No primeiro período no poder, ainda segundo Poulantzas, a política do fascismo para o estabelecimento da hegemonia do grande capital monopolista, de um lado, realiza concessões às massas populares – “o que não impede, antes pelo contrário, a

eliminação da sua vanguarda” –, e, de outro, permite que a pequena burguesia, sem nunca se tornar classe politicamente dominante, transforme-se em *classe reinante* e até mesmo em *classe detentora* do Estado. Enquanto, no momento de estabilização no poder, a fração do grande capital monopolista estabelece sua hegemonia, retoma o estatuto de classe reinante, desalojando a pequena burguesia, mesmo que esta continue a ser a classe detentora do Estado.

Destaca-se, ainda, que, na análise poulantziana, o Estado fascista possui como característica uma marcada presença de um partido de massa no interior dos aparelhos ideológicos de Estado. O fascismo é, então, exógeno ao aparelho de Estado: “[...] apesar das conviências entre o partido fascista e os ramos do aparelho de Estado, o instrumento principal de acesso ao poder é um aparelho exterior ao aparelho repressivo de Estado invadido de ‘fora’” (Poulantzas, 1972b, p. 124).

Na América Latina, apesar da derrota e da crise de organização do proletariado e dos movimentos populares, da ofensiva do grande capital monopolista, da forte presença da burguesia agrária e do importante peso político que a pequena burguesia assume, sobretudo nos países do Cone Sul, o que se observou foi a conformação de um bloco no poder que se apoia não em qualquer setor ou partido da pequena burguesia, mas sim nas Forças Armadas. Não se invade “por fora” o aparelho de Estado, o direciona a partir de mecanismos internos. Ou seja, o instrumento de acesso ao poder é endógeno ao aparelho repressivo de Estado, e não se observa qualquer fusão do movimento reacionário pequeno-burguês e suas organizações políticas com o aparelho de Estado.

A preeminência do argumento de Marini, ao nosso ver, encontra-se neste aspecto decisivo. O cientista social brasileiro foi capaz de compreender que a crise de hegemonia burguesa, nos países dependentes, se resolvia a partir de uma organização corporativa existente no aparelho de Estado: as Forças Armadas. O Exército era assim o principal agente não apenas de repressão e terror, mas também político, desempenhando simultaneamente papel extramilitar e de militarização da política.

A fusão dos interesses corporativos das Forças Armadas e da burguesia monopolista, como adverte Marini, não poderia, assim, obscurecer o fato de que as primeiras não são senão “[...] um corpo de funcionários cuja vontade econômica e políticas é rigorosamente da classe a que serve”, enquanto aquela se constitui em “fração propriamente capitalista” do bloco dominante nas formações sociais do capitalismo dependente (MARINI, 1978). O fato de que o bloco dominante nos países dependentes latino-americanos, após derrotar e desarticular o movimento operário, se mantenha chancelando o regime de exceção permanente e se veja forçado a continuar a reprimir pelo terror as organizações políticas e sindicais, não é suficiente para qualificar

um regime como fascista.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia; DOS SANTOS, Theotônio. Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura – 50 años de crisis social. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: historia de medio siglo*. 11. ed. México, D. F.: Siglo XXI, 1988 [1978].
- BORON, Atilio. El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 39, n. 2, p. 481-528, abr./jun. 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3539775>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- BRIONES, Álvaro. El neofascismo en América Latina. *Problemas del Desarrollo*, v. 6, n. 23, ago./oct. 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43906309>. Acesso em: 15 set. 2023.
- BRIONES, Álvaro; CAPUTO, Orlando. América Latina: nuevas modalidades de acumulación y fascismo dependiente. In: ALMEYDA, Clodomiro; BAMBIRRA, Vania; BORON, Atilio. *El control político en el Cono Sur*. México, D. F.: Siglo XXI, 1978a. p. 227-257.
- BRIONES, Álvaro. *Economía y política del fascismo dependiente*. México, D. F.: Siglo XXI, 1978b.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Paz e Terra, 1975.
- DIMITROV, Georgi. *A luta pela unidade da classe operária contra o fascismo*. 1935. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dimitrov/1935/fascismo/01.htm#i1>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- DOS SANTOS, Theotônio. La cuestión del fascismo en América Latina. In DOS SANTOS, Theotônio *et al.*, La cuestión del fascismo en América Latina. *Cuadernos Políticos*, n. 18, p. 13-34, oct./dic. 1978a.
- DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano*. México: Edicol, 1978b.
- DOS SANTOS, Theotônio. Socialismo y fascismo en América Latina hoy. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 39, n. 1, p. 173-190, jan./mar. 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3539794>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- DOS SANTOS, Theotônio. A ideologia fascista no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, n. 3, 1965.
- MARINI, Ruy Mauro. O Estado de contrainsurgência. In: NASCIMENTO, Adriano; NUNES, Elaine; FIDÉLIS, Thays (Orgs.). *Economia, política e dependência: contribuições para a análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente*. Maceió: Edufal, 2020. p. 25-43
- MARINI, Ruy Mauro. *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. La cuestión del fascismo en América Latina. In DOS SANTOS, Theotônio *et al.*, La cuestión del fascismo en América Latina. *Cuadernos Políticos*, n. 18, p. 13-34, oct./dic. 1978.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense Editora, 1972a. v. 1.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense Editora, 1972b. v. 2.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- VEIGA, Patrick. Doutrina de segurança nacional: da construção do inimigo externo à conexão repressiva nas ditaduras de segurança nacional na América Latina entre os anos 1960-80. *Revista Movimento*, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/06/doutrina-de-seguranca-nacional-da-construcao-do-inimigo-externo-a-conexao-repressiva-nas-ditaduras-de-seguranca-nacional-na-america-latina-entre-os-anos-1960-80/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

Brasil e América do Sul: Subimperialismo e Semiperiferia em Perspectiva Histórica

Carlos Eduardo Vidigal *

Resumo: O conceito de subimperialismo de Ruy Mauro Marini ocupa lugar marginal na academia, mesmo em cursos de Ciências Sociais e áreas afins. A subárea de História das Relações Internacionais pode contribuir para ampliar a compreensão do conceito, como formulado por Marini e analisado por Mathias Seibel Luce, em sua aplicação a determinados períodos da história das relações internacionais do Brasil. A integração regional foi analisada em quatro períodos distintos – à época da política externa independente, sob o governo do general-presidente Castelo Branco, no contexto da criação do Mercosul e sob os governos Lula (2003-2010) – para avaliar em que medida o conceito pode ser aplicado em diferentes contextos. Foram identificadas linhas de continuidade que sustentaram o uso do conceito nesses períodos, tendo como contraponto a condição semiperiférica do Brasil e os projetos brasileiros (ou conjuntos) de integração regional.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini. Subimperialismo. Semiperiferia.

Resumen: El concepto de subimperialismo de Ruy Mauro Marini ocupa un lugar marginal en la academia, incluso en cursos de Ciencias Sociales y áreas afines. La subárea de Historia de las Relaciones Internacionales puede contribuir a ampliar la comprensión del concepto, como formulado por Marini y analizado por Mathias Seibel Luce, en su aplicación a determinados períodos de la historia de las relaciones internacionales en Brasil. La integración regional fue analizada en cuatro periodos distintos – en la fase de la política externa independiente, en el gobierno del general-presidente Castelo Branco, en el contexto de la creación del Mercosur y bajo los gobiernos Lula (2003-2010) – para evaluar en qué medida el concepto puede ser aplicado en diferentes contextos. Se identificaron líneas de continuidad que sustentaron el uso del concepto en esos períodos, tomando como contrapunto la condición semiperiférica de Brasil y los proyectos brasileños (o conjuntos) de integración regional.

Palabras clave: Ruy Mauro Marini. Subimperialismo. Semiperiferia.

Abstract: Ruy Mauro Marini's concept of sub-imperialism occupies a marginal place in the academia, even in Social Sciences courses and related areas. The subarea of History of International Relations can contribute to broadening the understanding of the concept, as formulated by Marini and analyzed by Mathias Seibel Luce, in its application to certain periods in the history of international relations in Brazil. Regional integration was analyzed in four distinct periods – at the time of the independent foreign policy, in the government of General-President Castelo Branco, in the context of the creation of Mercosul and under Lula's governments (2003-2010) – to assess the extent to which the concept can be applied in different contexts. Lines of continuity were identified that supported the use of the concept in these periods, taking as a counterpoint the semi-peripheral condition of Brazil and the Brazilian projects (or sets) of regional integration.

Keywords: Ruy Mauro Marini. Sub-imperialism. Semiperiphery.

* Doutor em Relações Internacionais e professor do Departamento de História da UnB.

Introdução

A História, diferentemente de outras ciências sociais, tem na teoria e no conceito seu ponto de chegada e não de partida. Nela prevalece a força da narrativa, o reconhecimento da diversidade e complexidade do acontecimento histórico, a consciência da impossibilidade de reduzir a termos simples toda a riqueza das escolhas humanas e das possibilidades não realizadas. Não significa que a História possa prescindir do conceito ou desdenhar teorias, porquanto teorias e conceitos são elementos constituintes do conhecimento e do diálogo (HELLER, 2016; EAGLETON, 1998; ANSALDI e GIORDANO, 2012). O conceito de subimperialismo, como formulado por Ruy Mauro Marini (1969), possuía inequívoco arcabouço histórico e profundo conhecimento das sociedades latino-americanas e suas relações de força.

Em sua interpretação, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema capitalista e as acentuou até seu limite, em sua especificidade própria: a superexploração do trabalho, que propiciou a concentração da riqueza em um polo da sociedade e a pauperização das massas trabalhadoras em outro, o que impediu o desenvolvimento de áreas rurais e mesmo urbanas. A integração regional pleiteada à época pelos regimes tecnocráticos-militares se dava por meio da transferência para os países latino-americanos de certas etapas inferiores do processo de produção, enquanto as etapas mais avançadas eram reservadas aos centros imperialistas (MARINI, 1969). O avanço da industrialização na América Latina levava, portanto, a um aprofundamento de sua dependência econômica e tecnológica e criava uma hierarquia entre países em desenvolvimento e aqueles que se mantinham como meros mercados consumidores.

A integração latino-americana, abordada com o instrumental analítico da História das Relações Internacionais (HRI), permite divisar aspectos que podem contribuir para uma melhor compreensão desse conceito, construído na interface da superexploração do trabalho, da industrialização de certos países da região e de sua inserção na economia mundial. Marini considerava que a política externa do governo do general Castelo Branco, autointitulada “política de interdependência continental”, tinha suas raízes na dinâmica da economia mundial, ou seja, nas mudanças ocorridas na economia norte-americana e nas suas relações com os países periféricos. A acumulação capitalista e a concentração crescente da riqueza nos Estados Unidos incrementaram os investimentos no exterior, ampliando as fronteiras econômicas do país e intensificando “[...] o amálgama de interesses nos países contidos nelas e se torna cada vez mais necessário que, de distintas maneiras, o governo de Washington estenda mais além dos limites territoriais a proteção que dispensa a seus nacionais”

(MARINI, 2000, p. 49-50). O Brasil se tornava, cada vez mais, território propício à expansão do capital norte-americano, para o que exigia elites dirigentes locais abertas à sua influência.

A economia brasileira havia passado por um crescimento significativo nas décadas anteriores, resultando no acirramento das contradições de classe, o que João Goulart tentou equacionar por meio de uma política de dinamização e diversificação do mercado interno com políticas sociais de viés distributivo. O subimperialismo, naquele contexto, era uma estratégia para enfrentar a crise e que contemplava a exportação de capitais – bens de consumo duráveis e não-duráveis – e o aumento da capacidade de compra do Estado, o que daria com uma consistente política de desenvolvimento da infraestrutura nas áreas de transporte, geração e distribuição de energia, além do reequipamento das forças armadas, como destacado por Mathias Seibel Luce (2011). A essas duas políticas, Luce acrescentou “a sociedade de consumo ‘à moda da casa’”, possibilitada pela transferência de renda das camadas mais pobres para os setores médios e de alta renda, com a finalidade de criar um ambiente econômico favorável à indústria tecnologicamente avançada. Complementava-se, assim, o esquema pelo qual o subimperialismo se realizava.

Coerente com seus objetivos de evidenciar a existência de uma teoria sobre o subimperialismo na obra de Marini, com as devidas ênfases na superexploração do trabalho e em sua perspectiva revolucionária, Luce (2011) concentrou-se no debate sobre os sentidos do conceito. Definiu o subimperialismo como uma forma particular do padrão de reprodução do capital, situada na confluência, histórica e geograficamente definida, das seguintes categorias: superexploração do trabalho, transferência de valor, composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capitalismo financeiro, cooperação antagônica e hegemonia regional. Essa variável explicava a ascensão do Brasil à condição de *potência hegemônica regional*, exportadora de manufaturados, em um padrão industrial diversificado, diferenciando-o de outras nações latino-americanas. É nesse sentido que, com o advento da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), países vizinhos tornaram-se mercados de manufaturados do Brasil. A condição de potência regional pretensamente hegemônica permite ultrapassar o conceito essencialista de Luce, que, ao procurar os elementos centrais do conceito de subimperialismo, relegou a um segundo plano ou mesmo negligenciou aspectos que, na perspectiva da História das Relações Internacionais, podem contribuir para a compreensão do conceito: a relação entre subimperialismo e semiperiferia; e sua dimensão geopolítica.

A hipótese de trabalho é que o subimperialismo pode ser compreendido como parte da condição semiperiférica – na forma como foi definida por Immanuel

Wallerstein (1974) – e que o país que alcança a condição de potência hegemônica regional ou mesmo a condição de potência regional traz consigo um novo tipo de relações internacionais de incontornável conteúdo geopolítico. A semiperiferia refere-se ao país ou conjunto de países que ocupam uma posição intermediária na estrutura “núcleo orgânico-periferia” da economia capitalista mundial. Estados semiperiféricos colhem apenas benefícios marginais em suas relações com o núcleo orgânico; mas reservam para si a maioria dos benefícios em suas relações com Estados periféricos. Em contrapartida, a divisão de tarefas na economia-mundo estabelece uma hierarquia na qual os países centrais se beneficiam da concentração de capital, do controle da tecnologia de ponta e da formação de mão-de-obra qualificada. A distribuição geográfica assimétrica desses recursos assegura a tendência à manutenção do sistema (WALLERSTEIN, 1974).

Marini, ao analisar a tendência integracionista do capitalismo no segundo pós-guerra, identificou a diferenciação da economia mundial com o aparecimento de subcentros econômicos e políticos, dotados de certa autonomia em relação ao imperialismo dominante. A hierarquização dos países capitalistas teria se dado de forma piramidal, com centros médios de acumulação, as potências capitalistas médias. Foi essa percepção que o levou à concepção do subimperialismo. Na interpretação de Luce (2011), a internacionalização do capital, com investimentos diretos na indústria, teria resultado na integração dos sistemas de produção e na composição das burguesias locais com as burguesias dominantes, incluindo a ascensão do Brasil à condição de potência intermediária.

A ascensão à condição de potência regional de perfil subimperialista, por sua vez, representa, para os vizinhos periféricos e semiperiféricos, e mesmo para a potência ou potências vinculadas ao país emergente – estas últimas em razão da *cooperação antagônica*, um dos elementos do conceito de subimperialismo – questões, demandas e desafios anteriormente inexistentes ou mitigados. O subimperialismo, embora não se confunda com a semiperiferia, com ela se relaciona, ou melhor, pode ser interpretado como parte dela.

Para avaliar essas questões, o texto se encontra dividido em quatro seções, que abordam as relações Brasil-Estados Unidos e o advento do conceito de subimperialismo; a *Operação Amazônia*, um episódio da política brasileira de integração sul-americana; a criação do Mercosul e seu significado à luz da expansão econômica do Brasil; e a integração da América do Sul sob o governo de Lula/PT. A escolha desses acontecimentos deu-se em razão de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos sobre a história das relações internacionais do Brasil (DORATIOTO e VIDIGAL, 2021). Na primeira seção, destaca-se a presença dos Estados Unidos no Brasil, perpassando

as relações de comércio, investimentos e cultura, para a compreensão das relações bilaterais no segundo pós-guerra e do processo de integração econômica assimétrica. Nas três seguintes, a integração regional sul-americana e as políticas brasileiras para a região são analisadas na perspectiva do papel que o Brasil cumpre na região como país semiperiférico subimperialista. Nas considerações finais, é retomada parte da reflexão inicial sobre o subimperialismo, vinculando-o com a noção de semiperiferia e com a dimensão geopolítica regional. Espera-se que, ao final da leitura, seja possível uma compreensão mais abrangente do subimperialismo brasileiro, à luz da trajetória de suas relações internacionais e de algumas iniciativas de integração.

1. Relações Brasil-Estados Unidos e subimperialismo

As relações do Brasil com os Estados Unidos se constituíram historicamente em um dos mais importantes laços bilaterais do país, ao lado da Argentina, adquirindo uma dimensão estrutural entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. A partir da grande depressão dos anos 1930, essas relações assumiram novo perfil, diante das dificuldades de Washington em atender as principais demandas brasileiras e de outros países da região, além das necessidades de o país avançar no que se denominava *desenvolvimento industrial autônomo*. Desde a americanização da política externa brasileira na primeira década de República e do estabelecimento da embaixada brasileira em Washington, em 1905, suas relações se diversificaram e, a partir da Segunda Guerra Mundial, ganharam maior densidade. O Brasil, que trazia entre suas prioridades em política externa a busca de recursos para o desenvolvimento, apoiou a política norte-americana no plano internacional e regional. A participação brasileira nas conferências de Bretton Woods, São Francisco, Havana, Chapultepec, Rio de Janeiro e Bogotá se deu em consonância com Washington, tendo como contraponto os esforços que, em conjunto com países latino-americanos e caribenhos, resultaram na criação da Cepal.

A política exterior brasileira de aproximação com os Estados Unidos, que procurava conciliar a atitude cooperativa nos foros internacionais com as ambições econômicas, enfrentou certa resistência por parte do Departamento de Estado, resultando em uma série de frustrações. Nem as comissões mistas sob os governos de Dutra e Perón, nem a acolhida da Operação Pan-Americana ou a Aliança para o Progresso atenderam às reivindicações brasileiras em termos de financiamento ou transferência de tecnologia. Para Marini (2000), essas dissonâncias se davam em contexto mais amplo, pois entre as décadas de 1930 e 1950 o setor industrial cresceu de forma acelerada, ainda mais que a desnacionalização resultante dos investimentos externos,

resultando em agravamento das tensões entre os setores interno e externo, em meio a que as demandas crescentes de importações entravam em conflito na área cambial com as pressões do setor externo para exportar seus lucros. Esse conflito de interesses esteve presente na crise política de 1954 e na crise dos anos 1961-1964, cenário no qual se formulou o conceito de subimperialismo.

A historiografia brasileira em HRI converge na interpretação de que o período de 1945 a 1964, à exceção do governo João Goulart, foi caracterizado pela manutenção da “tradicional política de amizade e aproximação entre os dois países”, o que tornava os desentendimentos conjunturais secundários. Os Estados Unidos eram os principais parceiros comerciais e os maiores investidores, elementos que, ao lado da influência cultural de longa data e da similaridade de instituições criadas à época da Guerra Fria na área da defesa, facilitavam o entendimento bilateral (BUENO e CERVO, 2015). A linguagem do historiador internacionalista às vezes obnubila o fato de que os desentendimentos entre Rio de Janeiro e Washington se configuram sob a presidência de Goulart em algo mais profundo do que o desentendimento ou a desconfiança. Como observou Clodoaldo Bueno, as divergências se deram em torno da expropriação da filial da ITT, por decisão do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; das exigências do governo norte-americano e do FMI na liberação de recursos; da lei de remessa de lucros votada no Congresso Nacional; da presença de comunistas no governo; e da política econômica de viés nacionalista e desenvolvimentista. Ao lado dessas questões, suscitava preocupações no Departamento de Estado a desenvoltura – autonomia – com a qual a diplomacia brasileira atuava nos organismos multilaterais, a aprofundar o abandono do compasso de Washington (BUENO e CERVO, 2015). Bueno e Cervo e Marini apresentam em comum a marcada distância ou diferenciação entre o interno e externo, embora de forma mais acentuada nos primeiros que no segundo.

O que queremos destacar é que a presença comercial, financeira, administrava e cultural dos Estados Unidos no Brasil era ainda mais forte do que o sugerido acima. Essa percepção era compartilhada por muitos intelectuais à época, em diferentes perspectivas. Para Andre Gunder Frank (1969), o desenvolvimento na América Latina deveria ser compreendido na totalidade, o conjunto do sistema econômico mundial, em que o todo determina a constituição das partes, conforme a tendência do centro do capitalismo, a *metrópole*. Os países periféricos – ou *satélites*, como os denominava – não deveriam ser estudados em si mesmos, porque a periferia é determinada pelo centro. “É a metrópole que gera a periferia” (apud VASCONCELLOS, 2014, p. 116). Nesse ponto é que retornamos à observação de Luce, para quem

[...] o subimperialismo é um fenômeno possível de acontecer nos países semiperiféricos, como sugeriu Frank. Porém, não é um conceito equivalente ou intercambiável com o de semiperiferia, como querem Theotonio dos Santos em seus escritos mais recentes, entre outros autores. (LUCE, 2011, p. 187).

Sem dúvida, os conceitos de semiperiferia e subimperialismo não se confundem, mas se sobrepõem, tanto no tocante às relações da semiperiferia com a periferia quanto às relações com o centro. Para Marini, a internacionalização da produção capitalista propiciou o surgimento de *subcentros* econômicos e políticos que, dotados de autonomia relativa, passavam a apresentar tendências expansionistas e subimperialistas, a partir do momento que alcançassem certo grau de monopolização e de presença de capital financeiro. O subimperialismo, concebido, como se viu acima, como “[...] uma forma particular ao padrão de reprodução do capital, situada na confluência, histórica e geograficamente definidas” (apud LUCE, 2011), pressupõe a semiperiferia.

Os dois conceitos trazem em comum a superexploração do trabalho, a transferência de valor e a composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capitalismo financeiro, podendo se diferenciar em termos da cooperação antagônica e da hegemonia regional. Marini (1974), ao analisar o conceito de interdependência do governo de Castelo Branco, avaliava que, embora o país pudesse aceitar a premissa de que sua posição geográfica o colocava sob a influência norte-americana, com o reconhecimento do “quase-monopólio” de domínio do Brasil na América do Sul atlântica, em uma referência às pretensões argentinas, havia um grau significativo de autonomia por parte do Brasil. Estados Unidos, Brasil e Argentina tiveram papel relevante na geopolítica sul-americana naquele período, como analisado por Moniz Bandeira, para quem a integração entre os dois países platinos sempre permeou a rivalidade, prevalecendo, enfim, as forças aglutinadoras (BANDEIRA, 2003). Antes de avançarmos, porém, no tema da integração regional e seus vínculos com o subimperialismo, duas observações se fazem necessárias: uma sobre a integração do capitalismo brasileiro com o norte-americano e outra sobre as relações Brasil-Argentina.

A economia brasileira tornou-se palco da disputa hegemônica entre Grã-Bretanha e Estados Unidos entre 1808 e 1850, ou melhor, do desafio norte-americano à preponderância britânica no Brasil (WRIGHT, 1972). Ao tornar-se, em meados daquele século, o principal destino das exportações de café, posição que sustentaria até a década de 1960, possibilitando ao Império do Brasil equilibrar suas finanças e promover a modernização do país – industrialização, urbanização, crescimento populacional –, criou as condições necessárias para moldar a economia brasileira ao feito de seus interesses. Durante a Primeira República, aprofundou-se a dependência

em relação ao café, a industrialização beneficiou-se dos investimentos diretos dos Estados Unidos em serviços urbanos e infraestrutura, e o Brasil se tornou um dos principais receptores de produtos culturais daquele país. Embora a grande depressão e a Segunda Guerra Mundial tenham despertado autoridades políticas brasileiras para a diversificação econômica e a industrialização, ao final do conflito, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, com capitais e tecnologia norte-americanos, aprofundou ainda mais os laços econômicos entre os dois países. O capitalismo norte-americano se expandira no território brasileiro, constituía parte incontornável da indústria nacional e passara a deter forte poder de influência no âmbito político nacional.

Como observou Aristóteles Moura (1959), no final da década de 1950, a dependência brasileira em relação à política exterior norte-americana não advinha somente de suas empresas e empréstimos. O Brasil havia se constituído no segundo pós-guerra em um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e destino de investimentos diretos de empresas norte-americanas, cujo volume de capitais era superior ao total das empresas dos países europeus. Comércio e investimentos eram aspectos estruturantes de um sistema que incluía “[...] acordos diversos, como o de assistência militar, os acordos atômicos, o administrativo (estudos de reservas minerais e de seu aproveitamento), e missões militares e de assistência técnica de outras espécies” (MOURA, 1959, p. 8-9). É nesse sentido que a análise dos vínculos entre o capitalismo norte-americano e o brasileiro não pode prescindir da ideia de que o primeiro se enraizara, em boa medida, no território nacional, concorrendo para influenciar, direcionar, moldar as legislações nacionais em matéria de comércio, investimento estrangeiro e exploração de recursos naturais.

Nesse sentido, nas décadas iniciais do segundo pós-guerra, à medida que o Brasil afirmou sua condição semiperiférica (e não mais periférica), passou a atuar como país subimperialista, disposto a uma política de cooperação antagônica com os Estados Unidos, nos termos propostos por Ruy Mauro Marini e identificados por Mathias Seibel Luce. Além de buscar algum grau de autonomia tecnológica e financeira, o Brasil passou a disputar com a Argentina a liderança regional, em um período de declínio da parceria histórica de Buenos Aires com Londres e de crise do modelo agroexportador local. Deve-se observar, porém, que a Argentina estava distante de secundar o Brasil na região da Bacia do Prata, pois Perón (1946-1955) manteve em seus dois mandatos uma política proativa na região, e o Itamaraty tinha entre suas principais preocupações o expansionismo argentino, objeto de inúmeras comunicações entre a embaixada em Buenos Aires e o Ministério das Relações Exteriores. Brasil e Argentina se apresentavam, na primeira metade dos

anos 1950, como potências regionais, que disputavam a primazia cultural e em setores como o da energia nuclear e que seriam considerados posteriormente, pela historiografia regional, como países semiperiféricos.

Um dossiê preparado pela embaixada argentina no Rio de Janeiro analisava a política externa do governo Vargas (1951-1954) de forma aprofundada, enfatizando a forte influência norte-americana no país e a rivalidade com a Argentina (ARGENTINA, 1954). Para a diplomacia argentina, existia no Brasil uma linha de conduta permanente na área de relações exteriores que havia possibilitado transformar o Itamaraty em uma instância poderosa na estrutura do Estado brasileiro. Essa linha seria a luta permanente com a Argentina pela supremacia ou liderança no sul do continente. A política sul-americana do Brasil seria uma orientação dos Estados Unidos para conter a influência argentina, uma política de um país que se encontrava sem orientação, que tinha perdido a iniciativa e que agia por contragolpe (VIDIGAL, 2009). Independentemente da interpretação da diplomacia argentina, era evidente o estreito vínculo que o governo Vargas mantinha com os Estados Unidos e sua relevância para a geopolítica platina.

Portanto, as relações Brasil-Estados Unidos na década de 1950 e no início da década seguinte já revelavam os vínculos estruturais assumidos ao longo do tempo e as condições que propiciaram ao Brasil exercer, sob o regime militar, o subimperialismo em todas as suas dimensões. Nas seções seguintes serão analisados alguns aspectos do subimperialismo brasileiro na América do Sul, sem nos determos em iniciativas conjuntas como a criação da ALALC. A ideia é sinalizar para a diversidade de condicionantes e de aspectos que informaram as iniciativas brasileiras de integração, possibilitando uma leitura mais abrangente e flexível da presença do capitalismo brasileiro na região e da autonomia com que o país atuou no âmbito regional.

2. A integração amazônica em clave autoritária

As políticas de aproximação, concertação e integração que Brasil e Argentina adotaram nos anos 1950 apontavam na direção de uma alternativa à presença econômica dos Estados Unidos e de outros países industrializados na região. A ideia do *desenvolvimento econômico autônomo*, alavancada pelas ideias industrializantes da Cepal e sentido de *autonomia*, conceito formulado por intelectuais como Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig, indicava a possibilidade de superação da condição de dependência e do advento de um capitalismo com forte coordenação estatal em favor da industrialização e da busca de melhores condições socioeconômicas. Os golpes militares de 1962, na Argentina, e de 1964, no Brasil, interromperam esse processo e promoveram

um reposicionamento dos Estados Unidos junto aos governos dos dois países.

A partir daqueles golpes de Estado, Brasil e Argentina passaram por um certo distanciamento, em razão da trajetória política errática do segundo e do regime autoritário do primeiro, simpático à Doutrina de Segurança Nacional proveniente de Washington. Por exemplo, entre 1962 e 1963, enquanto o Brasil era governado por João Goulart, que procurava contornar a crise econômica por meio de um ambicioso programa de reformas; na Argentina, o governo de José Maria Guido adotava uma política externa de viés pró-estadunidense e “ocidentalista”. Nos anos seguintes, enquanto o país vizinho passou a ser governado democraticamente por Arturo Illia, o Brasil iniciava a ditadura que duraria cerca de 20 anos. O governo do general Castelo Branco, enfrentando dificuldades no diálogo com os vizinhos platinos, voltou-se para os países da Bacia Amazônica, em um projeto de integração aparentemente autônomo, autodenominado Operação Amazônica.

A autonomia político diplomática no tratamento dispensado aos vizinhos sul-americanos pelo Itamaraty não significava oposição ou confrontação. Ao incorporar a integração regional entre os objetivos de sua política externa, a ditadura militar avançou na cooperação antagônica com os Estados Unidos pois, além de buscar junto ao governo de Washington melhores condições para o bom desempenho do setor industrial do país, abria uma nova frente na expansão dos negócios desse empresário, fortalecida com a consolidação da posição brasileira no subsistema regional de poder. Contudo, o regime militar brasileiro atuaria no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) em favor da intervenção na República Dominicana, cuja justificativa, sustentada por Washington, era a possibilidade de o país cair nas mãos de comunistas; e, no debate sobre as intervenções de Cuba em países sul-americanos, a diplomacia brasileira defendeu a criação de um dispositivo de segurança para a defesa das instituições do continente (VISENTINI, 2004).

A integração amazônica, concebida como parte da “integração hemisférica”, deveria estar em sintonia com a herança comum do Ocidente, não obstante a diferença econômica entre Norte e Sul. A integração deveria ocorrer sob a égide da Aliança para o Progresso e da OEA, e, como expressou o chanceler Juracy Magalhães, o Brasil não deveria incentivar cisões na unidade panamericana, nem por razões políticas nem sob o pretexto das disparidades econômicas. Coube ao ministro das Relações Exteriores visitar os países andinos para propor o debate sobre a integração amazônica, nos quais se manifestou contrariamente à formação de blocos econômicos na América Latina, defendeu a criação de uma força interamericana de paz – no que foi contestado pela diplomacia chilena – e se mostrou decidido a ampliar a cooperação regional e coordenar posições nos foros regionais. Propôs, junto a esses países, a

colaboração recíproca no desenvolvimento da Amazônia e a realização de uma conferência com os chanceleres dos países integrantes da bacia. Para Visentini (2004), a Amazônia foi um dos principais problemas enfrentados pela política interna e externa brasileira, em razão dos rumores sobre ameaças à soberania do país na região.

Realizada a 3 de dezembro de 1966, em Manaus, a Primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia tinha entre seus objetivos integrar a região na vida econômica do país e “povoá-la racionalmente”, no intuito de promover a “conquista gradual, progressiva e planejada de seus espaços vazios”. A linguagem tecnicista do presidente brasileiro no discurso de abertura do evento não ocultava a urgência brasileira em se iniciar “[...] uma política definida, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar realidade aos bons propósitos e intenções” (MRE, 1966). Era evidente a percepção de que o Estado brasileiro não se fazia presente e que as riquezas minerais da região poderiam atrair o interesse de potências estrangeiras. As referências à fome, ao desemprego e aos desequilíbrios da região não mitigavam uma concepção autoritária e excludente em termos sociais e geográficos.

Três anos depois da reunião de Manaus, que pode ser considerada o ponto de partida das negociações que levaram à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, o ministro Alarico Silveira Júnior sintetizou o que ele chamou de *filosofia sul-americana de cooperação amazônica*. Partindo da premissa de que os países amazônicos, mais cedo ou mais tarde, teriam que trilhar o caminho da integração, que o Brasil deveria assumir a condução do processo associativo e que os acordos bilaterais sobre projetos específicos eram os instrumentos mais adequados na realização dos propósitos brasileiros, afirmava a necessidade de guiar as iniciativas na região pela filosofia brasileira de integração, ou seja, a integração “sob nossa inspiração e liderança” (VIDIGAL, 2012, p. 72). Eram concepções desse tipo que informavam as noções de dependência e do subimperialismo brasileiro, pois, sem ferir as suscetibilidades de Washington, o Brasil procurava direcionar políticas regionais conjuntas para a Amazônia, que concorriam para aprofundar a presença dos capitais estrangeiros e seus valores na região.

Era o desdobramento natural da profunda interligação entre Brasil e Estados Unidos, consolidada por meio da cooperação no âmbito do Sistema Interamericano, das missões técnicas norte-americanas constituídas para avaliar as possibilidades do desenvolvimento econômico brasileiro (Missão Abbink, 1948; Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o desenvolvimento, 1950), da cooperação na área de segurança (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, 1947; criação da Escola Superior de Guerra, 1949, inspirada na Doutrina de Segurança Nacional norte-americana), entre outras iniciativas. Como mencionado acima, o território brasileiro

tornara-se cenário da reprodução do capital norte-americano, que moldou regras, procedimentos e legislações nacionais. Consolidou-se, simultaneamente, a condição semiperiférica do país e a política subimperialista, na confluência da presença de capitais monopolistas estrangeiros, do esquema tripartite da reprodução do capital (exportação de manufaturados, gastos do Estado, sociedade de consumo), da política de liderança regional e da cooperação antagônica com o capitalismo, nos termos propostos por Luce.

A integração regional, abordada por meio do projeto dos militares castelistas para a Amazônia, permite identificar de que modo o subimperialismo se realizou historicamente. A profunda dependência brasileira e latino-americana de capitais europeus e norte-americanos ensejou a formação de um empresariado fortemente vinculado a esses capitais, aplainando as diferenças entre capital nacional e capital estrangeiro. Em alguns poucos momentos da história brasileira, esses dois segmentos entraram em conflito, como nos debates sobre a remessa de lucros, no governo João Goulart, com suas consequências conhecidas. Teria o processo de mundialização econômica dos anos 1970, 1980 e 1990, a crise da dívida externa, a emergência do pensamento e de políticas neoliberais e as transições para a democracia modificado o quadro latino-americano?

3. O Mercosul e a liderança brasileira

A assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, constituindo o Mercosul, foi o ponto de chegada de um longo processo que teve início nas respostas que os países latino-americanos deram diante da grande depressão dos anos 1930. Ensaios de integração entre Brasil e Argentina se fizeram presentes no Tratado de 1941, nos acordos de Uruguaiana (1961), já sob o arcabouço de ideias “desenvolvimentistas” da Cepal, nas negociações que permitiram, a partir do final dos anos 1970, a superação do contencioso de Itaipu, os primeiros acordos na área nuclear e a aproximação militar no contexto da Guerra das Malvinas. Na década de 1980, no contexto da crise da dívida externa das maiores economias latino-americanas, da presença de governos neoliberais e anticomunistas nos Estados Unidos e Reino Unido, da “cruzada” e das transições políticas no Cone Sul, dirigentes latino-americanos tinham o desafio de conciliar democratização e desenvolvimento socioeconômico.

Naquele contexto, os Estados Unidos elevaram acentuadamente os juros, com a intenção declarada de combater a inflação gerada pelo segundo choque do petróleo, o que resultou no colapso do modelo de desenvolvimento baseado no endividamento

externo, adotado por diversos países, entre eles o Brasil. As dificuldades levaram o chanceler Saraiva Guerreiro, em reunião do G-77 ocorrida no Brasil em 1983, a aproximar o discurso diplomático brasileiro, um país que reconhecia suas limitações, da posição dos países do chamado Terceiro Mundo. Como observou Strange em *States and markets* (1988), os Estados Unidos, ao elevarem os juros internos, provocaram o aumento das taxas internacionais e dos preços em geral, conduzindo a semiperiferia sistêmica a uma crise profunda (apud MORAES, 2012). Foi naquele cenário que a internacionalista britânica identificou o poder crescente dos mercados e a instabilidade sistêmica que marcaria a trajetória do capitalismo a partir de então, no que chamou de *Casino capitalismo* (1986). E para descrever o poder norte-americano, que já se mostrava distante das críticas dos anos 1970 quanto ao seu declínio, propôs o conceito de poder estrutural, descrito de forma alegórica no preâmbulo de *States and markets* (1988), concebido como a capacidade de criar regras e procedimentos econômicos internacionais, de compor as estruturas nas quais os Estados atuam, de propor a agenda global e a *hide agenda* mundial, além de manter sua ascendência sobre os principais organismos internacionais e moldar os regimes de governança global. O conceito de poder relacional, complementarmente ao poder estrutural, se referia ao poder relativo de cada Estado em suas relações bilaterais.

Na interpretação de Gloria Moraes (2012), o poder estrutural se distanciava de concepções marxistas ou neomarxistas ao não priorizar a dimensão produtiva, mas se apresentava como um aporte relevante na compreensão do poder dos Estados Unidos na política internacional. Strange sugeriu a figura de uma pirâmide de quatro faces, composta pelas quatro fontes que conformam o poder estrutural: o controle sobre a segurança, o controle da produção, o controle das finanças e o controle sobre o conhecimento. Nos anos 1980, a política externa da administração Ronald Reagan, conhecida como “nova” ou “segunda” Guerra Fria, ditava os parâmetros com os quais os departamentos de Estado e de Defesa deveriam atuar; estabelecia os termos nos quais a revolução microeletrônica deveria avançar; potencializava o dólar como moeda internacional, pressionando aliados, como o Japão, a valorizar sua moeda como forma conter sua competitividade; e exaltava a ideologia neoliberal como única alternativa diante das dificuldades econômicas do período. Políticas econômicas neoliberais, que seriam sistematizadas no conhecido Consenso de Washington, tornaram-se moeda de troca para a liberação de recursos para países em desenvolvimento por parte de instituições internacionais, como o FMI.

As considerações acima não tiveram o intuito de vincular as ideias de Strange com o debate sobre o subimperialismo, mas descrever, de forma articulada, as forças que atuavam no mercado mundial no período em que as economias dos países

latino-americanos se defrontavam com a estagnação e com altos índices de inflação. As negociações entre Brasil e Argentina, iniciadas sob as ditaduras militares e potencializadas pela redemocratização, identificaram na integração regional a principal estratégia para o enfrentamento da crise. Era evidente a influência das ideias cepalinas dos anos 1950 e 1960 que, atualizadas para a nova conjuntura, foram denominadas de *neoestruturalismo latino-americano* por alguns internacionalistas (BERNAL-MEZA, 2013). O neoestruturalismo se pautou pela autonomia de ação dos países latino-americanos nos foros internacionais e pelo desenvolvimento *a partir de dentro*, em uma concepção que considerava factível o desenvolvimento socioeconômico de países semiperiféricos mesmo naquele cenário adverso (FERRER, 2002; LAVAGNA, 2002). Se diferenciava, assim, do que a Cepal em sua nova fase denominava de regionalismo aberto, uma forma de conciliar a mundialização econômica e preceitos neoliberais com a integração regional (CEPAL, 1994).

Na concepção neoestruturalista dos anos 1980, o regionalismo deveria concorrer para limitar a erosão à qual estava sendo submetido o Estado, por meio da recuperação de sua capacidade de regulação; para recuperar o papel da acumulação capitalista nacional, pública e privada, em favor do desenvolvimento nacional; para fortalecer o papel do setor privado nacional com o propósito de convertê-lo em “actor modernizador, dinámico y transformador”; e para reverter as condições estruturais negativas e as tendências objetivas da mundialização econômica (BERNAL-MEZA, 2000, p. 208). Distante do legado de Marini e de uma leitura realista das condições de época, o neoestruturalismo sugeria a existência de condições que não se verificavam à época, como um setor privado nacional disposto a buscar uma alternativa à mundialização e ao neoliberalismo.

O Mercosul, a despeito dos valores democráticos e das preocupações sociais presentes no Tratado de Assunção, foi antecipado de 1994 para 1991 por governos que, no âmbito econômico, implementavam políticas neoliberais. Não obstante, o Mercosul se constituía em um espaço econômico e político promissor, com mais de 200 milhões de habitantes e um produto interno comum de US\$ 900 bilhões de dólares, uma iniciativa original, liderada por países em desenvolvimento e criada a partir de necessidades e aspirações próprias, distintas de quaisquer outros modelos de integração (MADRID, 2003). Porém, não se pode menosprezar o fato de o bloco ter sido construído sobre os pilares da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Industrial (ALADI, 1980), herdeira da ALALC (1960), e de contar com empresas nacionais e empresas estrangeiras radicadas nos países-membros. Alguns setores da produção industrial, como o automotivo, interessado em se estabelecer no país vizinho e ampliar seus mercados e com grande poder de influência junto aos governos

nacionais, se destacaram nas negociações iniciais. Como observou Madrid (2003), as companhias transnacionais do setor, com atuação consolidada nos mercados argentino e brasileiro, ingressaram no Mercosul em um nível avançado de integração, com forte intercâmbio de partes, peças, componentes e veículos. À indústria automotiva se somaram companhias nacionais e estrangeiras do setor de alimentação (carnes, farinhas, lácteos), agrícola, energético e siderúrgico. Altamente dependentes de insumos e recursos financeiros de corporações mundiais, não seriam essas indústrias que caminhariam na direção de um desenvolvimento econômico “autônomo”. O Mercosul, em sua primeira década de existência, foi considerado um sucesso, sendo chamado por alguns internacionalistas de *Mercosul comercial*, em contraponto ao *Mercosul econômico* dos anos 1980.

As condições da economia mundial, regional e nacional dos anos 1990 eram muito distintas das que vigoravam no início dos 1960, mas os problemas relacionados à dependência tecnológica e financeira, aos limites do Estado na consecução da cooperação antagônica e à ausência de uma burguesia industrial com aspirações autonomizantes surgiam como linhas de continuidade entre as duas conjunturas. Para setores economicamente mais poderosos da indústria brasileira e de transnacionais radicadas no país, o Mercosul surgia com um mercado ampliado, inclusive para a exportação de capitais a partir do território nacional. Em seu processo de integração assimétrica, o bloco não criou mecanismos de superação das desigualdades regionais e mesmo internas, entre zonas hegemônicas e periféricas, frustrando as expectativas de elevação do nível social do conjunto (BUENO e CERVO, 2015). Nesse sentido, os países-membros elegeram o comércio exterior como núcleo da integração, em detrimento da concepção neoestruturalista dos anos 1980.

4. Lula e a integração regional, um caso de subimperialismo?

Os anos 2000 foram marcados, na América do Sul, por uma reação à onda neoliberal dos anos 1990, em distintas direções, e por uma reorientação da integração regional no sentido do alargamento ou da expansão do Mercosul. A primeira reunião de cúpula dos países da América do Sul, realizada em Brasília no ano 2000, propiciada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, ensejou a iniciativa de integração da infraestrutura regional (IIRSA), e nos anos seguintes foram realizadas ações como a criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), o financiamento da convergência econômica no Mercosul e a preparação de uma comunidade sul-americana de nações. Sob o governo Lula, houve uma congregação de esforços no sentido de dar realidade à construção da América do Sul, ao tempo em que segmentos organizados

da economia brasileira procuravam fazer do Mercosul um polo regional adequado à globalização da economia brasileira.

A política externa brasileira, sob o comando de Lula e de Celso Amorim, estabeleceu como a prioridade a integração sul-americana, na qual o aprofundamento das relações com a Argentina e o adensamento do Mercosul eram considerados condições essenciais. Algumas tendências e questões relacionadas ao regionalismo já estavam presentes no período anterior e se tornaram ainda mais decisivas a partir de 2003: a liderança brasileira no processo de integração; os investimentos de empresas brasileiras em países vizinhos, com o apoio do BNDES, o banco de fomento mais importante do país; as pressões norte-americanas em favor da criação de uma área de livre-comércio das Américas (Alca); a crescente presença da China no comércio exterior brasileiro e de outros países da região; o processo de desindustrialização da economia brasileira, principal contradição com os planos “neodesenvolvimentistas” do governo (DORATIOTO e VIDIGAL, 2021).

A liderança brasileira na América do Sul, que chegou a ser verbalizada por Lula em discurso sobre a integração regional, se manifestou logo no início de seu governo, no protagonismo brasileiro na criação do Grupo de Amigos do secretário-geral da OEA para a Venezuela, em razão da crise política no país caribenho, que havia passado por uma tentativa de golpe de Estado – contra o governo de Hugo Chávez – no ano anterior. Amorim recorda que a crise interna e o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul eram temas recorrentes no início de governo, o que se concretizaria em 2012 no rastro da crise aberta com a destituição do presidente do Paraguai, Fernando Lugo. Ainda em 2003, foi assinado o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e o Peru, o acordo de complementação econômica entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela – que daria lugar ao Acordo de Livre-Comércio Mercosul-Comunidade Andina, e, com a Argentina, o Consenso de Buenos Aires, que pretendia sinalizar para um contraponto ao Consenso de Washington. O lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), ao final de 2004, em Cusco, renomeada Unasul três anos depois, como um projeto comum de coordenação de políticas de integração econômica e de infraestrutura na América do Sul, seria o ponto alto da integração regional naqueles anos.

A integração econômica sul-americana contava com uma conjuntura interna e internacional favorável, que se estenderia até que os efeitos da crise financeira internacional de 2007-2008 batessem à porta. Havia certa convergência quanto ao acerto das políticas do governo por parte de setores populares, beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família, setores médios, beneficiados pela estabilidade, grupos empresariais da área industrial e financeira. A revista *The Economist* chegou a

colocar o país na condição “grande potência”, no que foi acompanhada, com alguma moderação, por outros veículos de imprensa de circulação mundial, enquanto no âmbito acadêmico latino-americano se discutia se o Brasil já atingira a condição de potência emergente, um passo além da condição de país emergente (BOSCHI, 2011; BERNAL-MEZA e BIZZOZERO, 2014). Nesse momento de otimismo quanto às possibilidades de o Brasil ingressar no clube dos países ricos, o BNDES cumpria papel essencial no processo de integração regional, com apoio às empresas brasileiras que investiam na região, ou mesmo na exportação de capitais brasileiros para outros continentes. Para Rodrigo de Almeida, o Brasil, com instituições financeiras sólidas e com o BNDES dispo de recursos em escala no apoio ao investimento e em condições de enfrentar períodos de turbulência internacional, parecia estar ingressando no “clube” (BOSCHI, 2011).

Adotamos aqui a interpretação de Filgueiras, Pinheiro, Philigret e Balanco (MAGALHÃES et al., 2010), que propuseram o conceito de *modelo liberal-periférico*, a partir da constatação de que houve uma linha de continuidade na área econômica dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula que, acrescida de uma conjuntura internacional favorável, permitiu resultados importantes, como taxas elevadas de crescimento, redução do desemprego, flexibilização da política macroeconômica e presença decisiva do Estado na coordenação deste processo. Além disso, a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais permitiu compatibilizar interesses de setores subalternos com o grande empresariado. Estava em construção a hegemonia, em sentido gramsciano, das frações financeiro-exportadoras de capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais. Na nova divisão internacional do trabalho, o Brasil parecia articular exitosamente, de um lado, a reprimarização relativa das exportações, com novas bases tecnológicas e financeiras, mas com uso intensivo de mão-de-obra e de recursos naturais, e, de outro, o fortalecimento de segmentos específicos, como a indústria automobilística, petroquímica e aviação. A internacionalização da economia brasileira se dava com base em um consenso com distribuição de renda na era do capital financeiro¹.

A política de integração regional apresentava fragilidade semelhante pois era difícil convencer lideranças dos países vizinhos de que as empresas transnacionais do

1 Na interpretação de Luiz Filgueiras, Bruno Pinheiro, Celeste Philigret e Paulo Balanco o “novo consenso”, de crescimento com distribuição na era do capital financeiro, “[...] levou à incorporação marginal de parcelas da população de menor renda ao consumo, tendo como contrapartida a desmobilização política dos movimentos sociais e dos sindicatos, a tutela direta do Estado sobre a parte da população mais pobre, a despolitização da política, a desqualificação maior ainda dos partidos e, como resultado disso tudo, o surgimento, desenvolvimento e consolidação do ‘lulismo’” (MAGALHÃES, 2011, p. 64). Essa nova forma de dominação só foi possível em razão do transformismo político do Partido dos Trabalhadores, com certo viés autoritário, o que não excluía eventual mobilização popular como base apoio.

Brasil, no que tange aos seus interesses financeiros e práticas operacionais, seriam diferentes das transnacionais das grandes economias. Dois exemplos são suficientes para ilustrar o argumento. No caso da Bolívia, quando o governo Evo Morales enviou tropas para isolar duas refinarias brasileiras da Petrobrás, após decretar a nacionalização do petróleo e gás, medida com repercussões negativas na imprensa e no meio político brasileiro, o governo agiu no sentido de proceder à venda dos ativos, sob o argumento, correto ou não, de que a continuidade das operações da empresa na área de distribuição era o mais importante. Um ano depois, a Petrobrás havia elevado substancialmente os investimentos na Bolívia, tendo em vista os ganhos no longo prazo. Já no Equador, a empresa brasileira da área de construção civil Odebrecht, que já atuara em outros países da região, como na ampliação do metrô de Caracas, teve seus bens embargados pelo governo local e depois seria expulsa do país, sob denúncias de práticas de corrupção. Essa mesma empresa seria, alguns anos depois, uma das acusadas pela Operação Lava Jato, em um dos maiores escândalos da história brasileira, com reflexos em países da região como Equador, Peru e Argentina. Operação polêmica do ponto de vista político e jurídico, a Lava Jato não teve as denúncias de práticas de corrupção em empresas como Petrobrás e Odebrecht contestadas.

No plano internacional, o modelo liberal-periférico foi caracterizado pela liberalização, privatização e desregulação, pela subordinação e vulnerabilidade externa estrutural e predomínio do capital financeiro. O conceito foi detalhado por Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007) como liberal, por se estruturar a partir da liberalização das relações econômicas internacionais, da realização de reformas no âmbito do Estado da privatização de empresas estatais, o que reconfigurou a intervenção do Estado, e da desregulação do mercado de trabalho; e periférico, por ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal, por meio de políticas próprias de um país secundário no âmbito internacional, caracterizado pela vulnerabilidade externa internacional. Ou seja, essa interpretação comporta tanto a condição de país semiperiférico quanto o conceito de subimperialismo, pois o Brasil atuou em conformidade com as regras e procedimentos dos organismos financeiros e econômicos internacionais e não confrontou – ainda que eventualmente tenha manifestado discordância por via diplomática – os interesses das grandes economias mundiais.

As relações com os Estados Unidos passaram por alguns atritos pontuais e certo estranhamento, após um início de diálogo que se apresentava como profícuo, em razão dos limites ideológicos impostos pelo PT, ao menos na visão do embaixador Rubens Barbosa (2011). O discurso do governo sinalizava para a busca de uma ordem internacional mais democráticas e equitativa, em razão dos profundos abismos sociais entre países ricos e pobres, das assimetrias entre o mundo desenvolvido e o

mundo em desenvolvimento. Indicava, além disso, a intenção de mudar o eixo da política comercial do Brasil e atuar no sentido do enfraquecimento da ordem unipolar. Independentemente da interpretação de Barbosa, esses princípios gerais de política e de relações internacionais não podem ser compreendidos de forma isolada, pois Brasil e Estados Unidos apresentavam flagrantes diferenças em matéria de política internacional e divergências pontuais em foros multilaterais. À época das negociações Brasil-Argentina para a criação do Mercosul, como registrado por Celso Amorim, o presidente George H. W. Bush lançou a Iniciativa para as Américas, proposta de criação de uma zona de livre-comércio que iria do Alasca à Terra do Fogo, transformada posteriormente em Cúpula das Américas, que a partir de 1994 deu início às conversações sobre a Alca: “[...] foi já na discussão 4+1 (i.e., os quatro que vieram a constituir o Mercosul mais os Estados Unidos) e, em parte, como resultado da necessidade de coordenar posições frente às demandas de Washington que a ideia da Tarifa Externa Comum do Mercosul se consolidou” (AMORIM, 2022, p. 27).

Em seus dois primeiros mandatos, Lula adotou medidas que certamente não contemplaram as “demandas de Washington”, embora seja difícil caracterizá-las como atitude de confrontação ou de desafio. Em março de 2003, quando os Estados Unidos e aliados invadiram o Iraque sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob a alegação – que se mostraria falsa – de que o regime de Saddam Hussein abrigava armas de destruição em massa, o Brasil se manifestou contra a guerra, alegando o desrespeito às normas internacionais por parte dos Estados Unidos. O anúncio do Consenso de Buenos Aires, logo em seguida, como contraponto ao Consenso de Washington, por mais que possa ser interpretado como um arroubo retórico de Lula e de Néstor Kirchner endereçado às suas bases políticas de apoio, mostrava desacordo com outro ponto fundamental da política de Washington. As relações de Brasília com Caracas, ao apoiar politicamente o governo “socialista” de Hugo Chávez na Venezuela, seguiram o mesmo curso. Sem a necessidade de seguir na citação de exemplos, as negociações em torno da Alca talvez tenham sido as que mais explicitaram os desacordos entre os dois países. O posicionamento brasileiro, contrário a um acordo que prejudicaria setores da economia nacional e semelhante ao da Argentina e Venezuela, entre outros, foi de postergação e, quando nem a Casa Branca contava mais com a maioria para aprovar a Alca junto ao Congresso, de obstrução às pretensões dos Estados Unidos.

Teria sido a política internacional do governo Lula suficientemente forte como que para apontar na direção da superação da dependência, para ir além da condição semiperiférica e para sublimar a política subimperialista? Não nos parece. Mesmo que na V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancún, no mês de setem-

bro de 2003, o Brasil tenha atuado em prol da criação do G-20 comercial e questionado as regras pelas quais se pautavam as grandes economias mundiais, não houve um questionamento em relação a este e outros organismos internacionais. Ao contrário, a internacionalização da economia brasileira se deu por meio da exportação de capitais nos marcos já existentes, com o Estado adotando a controversa política das empresas “campeãs nacionais” – Petrobrás, Vale, Embraer, WEG, JBS, Brazil Foods, Odebrecht – em declarada tentativa de emular o caso coreano. Com efeito, a forte presença de empresas do setor de mineração e de alimentos denunciava o grau de vulnerabilidade estrutural do país, que passou por um processo de desindustrialização e que revelava dificuldades no setor externo. A estrutura das exportações brasileiras, na leitura Filgueiras e Gonçalves (2007), era caracterizada por reduzida presença de produtos de maior densidade tecnológica e pelo predomínio de produtos intensivos em trabalho e recursos naturais, de baixo conteúdo tecnológico, portanto sensíveis às oscilações dos preços internacionais.

No mesmo sentido, a presença crescente da República Popular da China como parceira comercial e fonte de investimentos não significou mudanças quanto ao perfil do setor externo brasileiro. Com a elevação diplomática da China à condição de parceira estratégica, o comércio com esse país reproduziu o clássico perfil das relações centro-periferia, aprofundando a vulnerabilidade estrutural do Brasil. A forte demanda por petróleo e derivados, aço bruto e laminados, soja e carnes fortaleceu o agronegócio do país, um setor que não é conhecido pelo apreço ao Estado do bem-estar social e pela democracia.

Enfim, a política sul-americana do governo Lula agregou princípios da política externa de Jânio Quadros e João Goulart, como a autonomia de ação e o universalismo, compreendido como diversificação dos laços internacionais para diminuir a vulnerabilidade externa, da política integracionista do regime militar e do governo FHC, na promoção da integração física regional, e agregou o apoio decidido à expansão de empresas de capital nacional, juntamente com um discurso em favor da superação das desigualdades e assimetrias. O Brasil preservou o substancial das relações com Washington, com as economias da Europa ocidental e com o Japão e intensificou as relações com a China, a Índia e outros países “emergentes”, estas últimas fortalecidas politicamente com a criação conjunta dos Brics. Visto, porém, de Caracas, Quito, Lima, Buenos Aires ou outra capital dos países vizinhos, ainda existia a possibilidade de ter sua política sul-americana interpretada como imperialista ou subimperialista, da mesma forma que o foi nos anos 1960 ou 1970.

Considerações finais

Ruy Mauro Marini foi um intelectual e militante político que, ao lado de muitos outros, como Andre Gunder Frank, Thetônio dos Santos, Vânia Bambirra e Celso Furtado, procurou compreender o subdesenvolvimento dos países latino-americanos e propor alternativas para sua superação. Diferentemente da maioria desses intelectuais, Marini se sobressaiu por aliar a reflexão teórica à prática política – a *práxis* – tornando-se uma referência obrigatória entre os e as militantes políticos(as) da América Latina dos anos 1960 e 1970, como observaram Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (2011). O propósito deste artigo não foi resgatar o personagem Marini, mas apresentar uma possibilidade de interpretação e aplicação na interpretação histórica de uma de suas contribuições mais importantes, o conceito de subimperialismo. O ponto de partida foi a tese de doutorado de Mathias Seibel Luce sobre o tema.

Marini dedicou grande parte de seu trabalho ao estudo sobre as diferentes formas de extração da mais-valia e suas combinações, sendo que, na América Latina, diferentemente de outras experiências, se utilizam distintos métodos de trabalho, que possibilitam que a mais-valia gere um maior valor agregado. Isso é determinante para a formulação do conceito de subimperialismo, uma forma específica de reprodução do capital que se realiza na confluência de variáveis como sua dimensão internacionalista, a presença de monopólios e do capital financeiro, o esquema tripartite de realização do capital e as relações antagônicas com o imperialismo. Sem adentrar no debate teórico mais profundo sobre essa forma de reprodução do capital, procuramos ilustrar a condição semiperiférica do Brasil e seu subimperialismo no contexto de iniciativas brasileiras e/ou conjuntas de integração regional.

Procuramos ao longo do texto fazer uso do argumento de Marini de que a reprodução do capital em países medianamente industrializados é parte integrante da reprodução do capital em termos mundiais, mas que dela se diferencia, em razão das condições socioeconômicas locais. As iniciativas brasileiras de integração a partir do golpe de 1964 – seja na Operação Amazônia, na criação conjunta do Mercosul ou sob os governos Lula (2003-2010) – se deram em consonância com a integração ao capitalismo mundial (norte-americano, europeu ocidental, japonês, chinês), mas foram formuladas a partir de interesses empresariais, militares e políticos internos. Como parte integrante do capitalismo mundial, por mais consistente que seja a cooperação antagônica e a atuação autônoma nas relações internacionais, os países semiperiféricos subimperialistas não conseguem escapar de sua lógica intrínseca, como preconizava Marini. A história das relações internacionais vem em nosso auxílio no sentido de fornecer elementos materiais para a análise, ampliando as possibilidades de interpretação.

De qualquer modo, seja sob regimes democráticos ou autoritários, sob governos liberais ou social-democratas, a economia brasileira – seus dirigentes, na verdade, tanto na área pública quanto na privada – respondeu da mesma forma. O país atuou em favor da integração regional fazendo uso de suas características geo-históricas – território, população, fronteiras, produção – para exercer mais ou menos explicitamente sua liderança. Para tanto, aliou-se aos principais centros capitalistas mundiais, inicialmente aos Estados Unidos, aos quais se somariam grandes economias da Europa ocidental e Japão – o grupo de países que, nos anos 1970, formou a chamada Trilateral – credenciando-se como parceiro estratégico dessas economias e angariando parte (menor) dos resultados.

Cada caso analisado, ainda que não mencionado no texto, contou uma ideologia na realização de seus objetivos de desenvolvimento socioeconômico: o desenvolvimento para todos do início dos anos 1960, a integração da Amazônia, como equivalente da integração (e bem-estar) da sociedade brasileira, a integração do Mercosul como contraponto aos constrangimentos internacionais, a integração como instrumento de integração social, a emular o slogan doméstico *Brasil, país de todos*. Ao longo dessas décadas o país não conseguiu superar sua condição de país semiperiférico, com sua economia integrada aos principais centros capitalistas e com a reprodução do capital pertinente às suas condições socioeconômicas ditando os contornos da integração.

Distanciamos-nos de Marini nos propósitos mais imediatos de sua reflexão teórica, ou seja, de suas preocupações com o subimperialismo e a revolução latino-americana, mas sem menosprezar a relevância de seu pensamento para a compreensão do Brasil, da América do Sul e da América Latina dos dias de hoje, assim como para nosso cotidiano acadêmico. Mesmo na Universidade de Brasília, instituição à qual foi vinculado nas origens da universidade e à qual retornou após a redemocratização, Marini não é um dos nomes mais lembrados quando de debates e conferências sobre dependência, subdesenvolvimento, imperialismo e outros aspectos que o destacaram como intelectual. Esperamos ter contribuído, mesmo que minimamente, para o debate sobre o subimperialismo.

Referências

- AMORIM, Celso. 2022. *Laços de confiança: o Brasil na América do Sul*. São Paulo: Benvirá.
- ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina: la construcción del orden*. Buenos Aires: Ariel, 2012. Tomo II: de la colonia a la disolución de la dominación oligárquica.
- ARGENTINA. Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto. R. E. nº 888, *secreta-urgente*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1954. [Arquivo histórico, caixa 20, carpeta 20.1].
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina, Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BARBOSA, Rubens. *O dissenso de Washington: notas de um observador privilegiado sobre as relações*

Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2013.

BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

BERNAL-MEZA, Raúl; BIZZOZERO, Lincoln (eds). *La política internacional de Brasil: de la región al mundo*. Montevideú, Uruguai: Ediciones Cruz del Sur, 2014).

BOSCHI, Renato R. (Org). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2015.

CEPAL. *Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas/Cepal, 1994.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2021.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERRER, Aldo. *Vivir con lo nuestro: nosotros y la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. Harmondsworth: Penguin Books, 1969.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016.

LAVAGNA, Roberto. *Neoliberalismo versus capitalismo competitivo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradição do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MADRID, Eduardo. *Argentina-Brasil: la suma del sur*. Mendoza: Caviar Bleu Editora; Universidad del Congreso, 2003.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1974 (5ª edición corregida y ampliada).

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1969.

MORAES, Gloria. *A economia política de Susan Strange: o legado de uma pensadora independente*. In LIMA, Marcos Costa et al. *Teóricos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec; Capes, 2012.

MOURA, Aristóteles. *Capitais estrangeiros no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

MRE (Ministério das Relações Exteriores). *Textos e declarações sobre política externa* (de abril de 1964 a abril de 1965). Primeiro aniversário da revolução de 31 de março de 1964. Rio de Janeiro: MRE/Departamento Cultural e de Informações, p. 12.

STRANGE, Susan. *States and markets*. Londres: Pinter Publishers, 1988.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Gunder Frank: o enguiço das ciências sociais*. Florianópolis: Insular, 2014.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguiana às Malvinas*. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *A América do Sul e a integração regional*. Brasília: Funag, 2012, p. 385-415.

- VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)*. Curitiba: Juruá, 2009.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.
- WRIGHT, Antônia Fernanda Pacca de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil*. Rio de Janeiro, 1972.

Opressão-Superexploração: entre “Novas” e “Velhas” Modalidades de Labor

Marcela Soares Silva *

Resumo:

Nosso texto destaca as formas contemporâneas de escravização no Brasil e do mesmo modo reflete sobre “novas” modalidades de inserção laboral articuladas à categoria superexploração, esta concebida por Marini, desmistificando aparentes paradoxos do que representa o desenvolvimento desigual. Apresentamos, ao final, desafios analíticos para a melhor apreensão da opressão-superexploração nas economias dependentes, com o resgate do legado da teoria marxista da dependência.

Palavras-Chave: Superexploração. Opressões. Escravização. Novas formas de trabalho; Mercado mundial.

Resumen:

Nuestro texto destaca formas contemporâneas de esclavización en Brasil y, asimismo, reflexiona sobre “nuevas” modalidades de inserción laboral vinculadas a la categoría de superexplotación, ésta elaborada por Marini, desmitificando aparentes paradojas de lo que representa el desarrollo desigual. Finalmente, presentamos desafíos analíticos para una mejor comprensión de la opresión-superexplotación en economías dependientes, con el rescate del legado de la teoría marxista de la dependencia.

Palabras-Llave: Superexplotación. Opresiones. Esclavitud. Nuevas formas de trabajo. Mercado mundial.

Abstract

Our text highlights contemporary forms of enslavement in Brazil and, likewise, reflects on “new” modalities of labor insertion linked to the category of superexploitation, this one elaborated by Marini, demystifying apparent paradoxes of what uneven development represents. Finally, we present analytical challenges for a better understanding of oppression-superexploitation in dependent economies, with the rescue of the legacy of the Marxist theory of dependency.

Keywords: Superexploitation. Oppressions. Slavery. New ways of working. World market.

* Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social de Niterói e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

Nestes 90 anos de celebração de Ruy Mauro Marini, grande expoente e um dos fundadores da teoria marxista da dependência (TMD), destacamos como o seu legado tem sido recuperado no Brasil, de modo mais incisivo, desde o início do século XXI. No entanto, muito além da recuperação de toda sua obra, o desafio principal foi o de evidenciar o que a TMD não é.

Dessa forma, demonstramos neste texto que a contribuição de Marini e da TMD elucidada que, na dinâmica desigual do desenvolvimento capitalista, o que se apresenta como “arcaico”, nada mais é do que a expressão particular de como o capitalismo se realiza, engendrado pelos embates e consequências das lutas sociais; pelas hierarquias entre países na divisão internacional do trabalho (DIT); e avançando no debate da racialização, regionalização e generificação da divisão social do trabalho (DST).

Seguindo a análise desse modo de produção enquanto uma totalidade social, podemos identificar que a aparência de “retardo” do desenvolvimento latino-americano representa o modo da luz universal capitalista se objetivar em diferenciadas tonalidades, numa aquarela de relações sociais diversa, contraditória, mas una.

Nesse sentido, temos como objetivo em nosso texto destacar as formas contemporâneas de escravização no Brasil e, do mesmo modo, refletir sobre “novas” modalidades de inserção laboral articuladas à categoria superexploração, sem cair em debates que já foram descortinados¹ e desmistificando aparentes paradoxos do que representa o desenvolvimento desigual².

Portanto, como primeiro ponto, apresentamos as expressões da escravização contemporânea na realidade brasileira como formas transitórias ou híbridas de exploração, correlacionando a análise tanto com as leis tendenciais específicas da dependência como com o modo como as hierarquias postas universalmente na constituição da DST no capitalismo se realizam na realidade brasileira.

No segundo ponto de nossa exposição, discutimos como a política macroeconômica neoliberal, articulada à “reestruturação permanente” (ANTUNES, 2018), aprofunda os determinantes particulares da dependência na dinâmica da DIT, com ênfase à superexploração na combinação de “novas” e “velhas” modalidades de trabalho. Esse movimento opera de modo a contra-arrestar as contradições do capitalismo em

1 Ver Luce (2018).

2 “Por isso, falando do conhecimento relativo a um complexo tão central quanto o desenvolvimento desigual, [...] expressa-se nela algo fortemente característico da ontologia marxiana do ser social, a saber, a duplicidade de pontos de vista que não obstante formam uma unidade: a unidade, dissociável no plano ideal-analítico, mas indissolúvel no plano ontológico, de tendências universalmente legais e de tendências particulares de desenvolvimento” (LUKÁCS, 2012, p. 369).

sua fase contemporânea.

Para fecharmos nossa exposição, apresentamos algumas discussões que precisam ser aprofundadas para a melhor leitura das classes trabalhadoras na realidade dependente, com o resgate do legado da TMD.

1. Escravização e superexploração: transição e composição

Para discutirmos as formas contemporâneas de escravização, se faz necessário recuperarmos as contribuições de Marini, Vânia Bambirra e de outros/as grandes pensadores/as sociais latino-americanos/as em relação a como determinados processos sócio-históricos podem engendrar especificidades ou, até mesmo, tendências particulares de desenvolvimento em qualquer formação econômico-social capitalista.

Em nossa análise, as hierarquias que se estabelecem entre as nações, na DIT, passam e são determinadas por inúmeros complexos sociais, que acabam constituindo novas hierarquias na DST. Com base em Marini (2011 e 2013), podemos identificar a condição dos/as trabalhadores/as no subcontinente latino-americano, onde a hierarquia da dependência diante de um centro hegemônico condiciona essa força de trabalho à superexploração. No entanto, outras hierarquias postas na DST são mediadas por particularidades históricas e regionais como também por elementos dinâmico-conjunturais, porque sabemos que as opressões étnico-raciais, de gênero e sexo são fundantes do capitalismo e, portanto, constituem hierarquias postas universalmente. Desse modo, devemos identificar quais tendências históricas e estruturantes se constituem como particularidades em cada formação econômico-social.

Nesse sentido, a TMD possui o patrimônio da apreensão do modo como as leis econômico-sociais do capitalismo se realizam mediadas por determinantes históricos que se particularizam em leis tendenciais específicas, que se estruturaram dando cores e sentidos distintos ao capitalismo na América Latina, e que evidenciam de forma mais aguda as contradições do capitalismo no mercado mundial.

Como produto da herança de Marini, Mathias Luce (2018, p. 230) descortina como as hierarquias postas na DIT, que corroboram para um aprofundamento de um desenvolvimento desigual e combinado – a exemplo dos “distintos níveis de produtividade na divisão internacional do trabalho e do movimento contraditório nas relações de apropriação entre os distintos capitais e formações econômico-sociais” – engendram regularidades históricas, de modo estrutural e sistemático, que, na verdade, expressam tanto leis específicas da dependência como a forma particular da realização das leis econômico-sociais do capitalismo nas formações latino-americanas.

Sendo assim, as características estruturais e sistemáticas da dependência, como a “transferência de valor como intercâmbio desigual”, a “cisão nas fases do ciclo do capital” e a “superexploração da força de trabalho”, são elementos-chave para nossa apreensão das formas contemporâneas de escravização. Elucidam, portanto, o movimento da totalidade de como o mercado mundial opera e como as relações sociais capitalistas – intermediadas pelas lutas sociais –, têm como expressão a necessidade de o conjunto das burguesias aumentarem, permanentemente, a taxa de exploração e de as burguesias locais recorrerem à superexploração.

Temos avançado³ nos estudos de que a expropriação capitalista não se limita aos meios de vida, ela atinge corpos, os racializando e, por sua vez, os hierarquizando na DST através da construção social de uma suposta sub-humanidade, legitimando a escravização (MOURA, 2020); ou no controle sobre o corpo feminino, para gerar vidas ou não, e garantir o desenvolvimento e manutenção da força de trabalho de modo não-remunerado pelo seu trabalho. As “cisões” que engendram hierarquias modificam a DST, formam ramos de conhecimento (LUKÁCS, 2020) e segmentam aparentemente a realidade, nublando, conseqüentemente, a apreensão da totalidade social capitalista⁴.

No propósito de evitar interpretações apartadas ou “dualistas”, o legado da TMD corrobora com a análise das contradições da ordem burguesa, que, no caso do nosso objeto principal, é a escravização contemporânea no Brasil, como expressão evidente da opressão-superexploração existente na totalidade do ciclo do capital na economia dependente brasileira⁵.

Ao resgataremos a história das formações econômico-sociais latino-americanas com a “lente marxiana”, examinamos como as formas transitórias de exploração da força de trabalho se reinventam, a exemplo da escravização contemporânea. Essa abominável situação deve ser apreendida pelas razões da permanência desses elementos, por intermédio dos componentes histórico-sociais do processo de modernização, da inserção do país no mercado mundial e, conseqüentemente, do assalariamento, posto que foram nas linhas de continuidade e de rupturas com a escravização moderna-colonial, passando pelo período Imperial, que se desenharam as classes trabalhadoras brasileiras. Porque, ao analisarmos a classe “como processo e relação,

3 Fontes (2018) e Boschetti (2020), sobre as expropriações primárias e secundárias; na leitura das opressões mediante as expropriações na análise da relação dialética entre produção e reprodução social, podemos considerar Bhattacharya (2017), Arruzza (2015) e Vogel (2022 [1983]).

4 A análise por meio de uma teoria unitária nos auxilia a interpretar a totalidade social capitalista de relações sociais de exploração, expropriação, opressão e alienação na produção e reprodução da vida social, além da reflexão sobre as hierarquias socialmente determinadas que subalternizam as pessoas e as condicionam à superexploração.

5 Na produção, no consumo, na distribuição, na circulação e na reprodução social da força de trabalho.

[...] não é possível explicar o processo de formação da classe instituindo um marco inaugural em 1888, ou recuando no tempo apenas para buscar experiências de trabalhadores livres” (MATTOS, 2008, p. 21).

É certo que não podemos correlacionar diretamente a escravização colonial (FERREIRA e FAGUNDES, 2021) com a contemporânea e tampouco com o processo de consolidação das classes trabalhadoras brasileiras. No entanto, não podemos deixar de analisar os processos sociais que envolveram a integração do Brasil na DIT, engendrados na passagem da situação colonial ao capitalismo dependente. Até porque notamos diferenças claras entre a condição dos/as escravizados/as no período do “escravismo pleno”, do “escravismo tardio” (MOURA, 2020) e a dos/as escravizados/as hoje. Por isso, não significa uma linha de continuidade da escravização colonial ao capitalismo dependente, porque “[...] a dependência deve ser situada historicamente tal como caracterizada por Ruy Mauro Marini e por Vânia Bambirra, para quem não faz sentido falar em dependência colonial. Situação colonial e situação de dependência são realidades distintas” (LUCE, 2018, p. 49).

Resquícios de formas consideradas pretéritas de trabalho se mesclam, reinventadas, com formas transitórias; no entanto, ainda que se constatem elementos de permanência do colonialismo no capitalismo dependente, não é uma simples continuidade, não podemos considerá-los como processos homogêneos. Marini (2011, p. 135-136), em sua análise sobre a realidade da América Latina, identifica que o subcontinente se inseriu na DIT a partir da década de 1840, período que origina “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Sendo assim, a inserção da América Latina no mercado mundial se deu enquanto provedora de produtos agropecuários e de matérias-primas industriais, via injeção de capitais acumulados das nações industriais, permitindo o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e a especialização dos “[...] países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2011, p. 137).

As formas contemporâneas de escravização retratam o processo sócio-histórico de um complexo de contradições que ressignificam determinações postas, mas também implementam novos elementos para a força de trabalho local, acompanhando as demandas externas do mercado mundial, mediadas pelos elementos internos das lutas de classes, concretizadas nas “transferências de valor como intercâmbio desigual” (LUCE, 2018). Essas “demandas” se impõem sobre as classes dominantes-dominadas (GUNDER FRANK, 1973; BAMBIRRA, 2019) justamente por causa do movimento contraditório nas relações de expropriação, produção e

apropriação entre os diferenciados capitais e níveis de produtividade das nações dentro da dinâmica do mercado mundial.

Dessa forma, tentamos elucidar componentes histórico-estruturais que se engendraram aos processos de modernização burguesa e, conseqüentemente, à formação do “mercado de trabalho” brasileiro, consolidando-se em regularidades que mediam as leis econômico-sociais do capitalismo. Um desses componentes particulares que dão o sentido concreto à categoria marxiana de superpopulação relativa, com base em Clóvis Moura (2020), foi a formação de uma superpopulação relativa negra brasileira considerada de “segunda categoria”, que, quando empregada, tinha seus salários rebaixados propositalmente, mantendo majoritariamente a inserção de negros/as em ocupações degradantes e mal remuneradas (GONZALEZ, 2020; FERNANDES, 1989; MOURA, 2020). Foi justamente no período da modernização capitalista e assalariamento que se estabeleceu uma política eugenista, com o incentivo aos “surto migratórios” oriundos da Europa. Nesse processo, surgiram limitações e descompasso entre a força de trabalho branca europeia e a negra, consolidando a condição de semiescravidão dos/das negros/as.

Sob esse ângulo de apreensão, a discussão da escravidão contemporânea no Brasil, tal como ela é abordada teoricamente e na letra da lei (FIGUEIRA et al., 2022; BRASIL, 2003), revela-se em nossa análise como a expressão de formas híbridas de exploração e a feição mais evidente da superexploração da força de trabalho. É a circunstância vivenciada pelos/as trabalhadores/as em diferentes regiões do nosso país, manifestando inclusive a desigualdade regional brasileira.

Conforme a nossa abordagem em relação às formas contemporâneas de escravidão, identificamos que a superexploração da força de trabalho se exprime, de forma cristalina, na degradância⁶ laboral, na servidão por dívida e nas jornadas exausti-

6 As tipificações: condições degradantes, jornada exaustiva, servidão por dívida, e trabalho forçado foram adicionadas ao Artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) pela Lei nº 10.803/2003, como caracterização da condição análoga à escravidão. De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência nº 139/2018, a condição degradante significa qualquer forma de negação da dignidade humana pela violação de direito fundamental do/a trabalhador/a, notadamente os dispostos nas normas de proteção do trabalho e de segurança, higiene e saúde no trabalho. A jornada exaustiva é toda forma de trabalho, de natureza física ou mental, que, por sua extensão ou por sua intensidade, acarrete violação de direito fundamental do/a trabalhador/a, notadamente os relacionados à segurança, saúde, descanso e convívio familiar e social. A servidão por dívida, primeira tipificação reconhecida na trajetória nacional, ocorre quando o/a trabalhador/a é mantido/a no trabalho para pagar uma fraudulenta dívida contabilizada pelo/a patrão/oa e/ou pelo/a aliado/a, seja com o adiantamento da remuneração, deslocamento, alimentação ou equipamentos de proteção individual. O trabalho forçado é quando a pessoa é impedida de sair do trabalho por meio de ameaças psicológicas, físicas e/ou retenção de documentos e salários, de acordo com a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (1930).

vas, que consomem o fundo de consumo e de vida do/a trabalhador/a. Os/as trabalhadores/as submetidos/as à escravização contemporânea frequentemente têm suas remunerações surrupiadas por meio de uma dívida fraudulenta e não conseguem se recuperar do desgaste físico-psíquico, porque, quando têm direito ao descanso, nem sempre é possível ocorrer a sua regeneração de forma adequada, uma vez que a maioria vivencia condições precárias de alojamento, que podem acarretar impactos irreversíveis físicos e psicológicos em suas vidas.

É por meio dessa análise e baseado em Marini que Luce (2018) nos fornece recursos para pensarmos delineamentos concretos da superexploração da força de trabalho nas formas contemporâneas de escravização, pois a superexploração pode ocorrer por meio do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, o que ocorre, de modo extremo, com frequência com as pessoas resgatadas através do mecanismo da servidão por dívida; do prolongamento da jornada de trabalho além dos limites regulamentados, sem intervalo intrajornada e interjornada; e do aumento da intensidade além dos limites aceitáveis para a preservação da saúde humana.

Em todo o Brasil, de 1995 a 2022, foram resgatadas mais de 60 mil pessoas da escravização contemporânea, alocadas no cultivo de alimentos, na derrubada de florestas, na pecuária, no garimpo ilegal, em confecções, na construção civil, em lanchonetes, no trabalho doméstico, dentre outros. Entre os anos de 2017 e 2022, em todo o país, foram 46 trabalhadoras domésticas resgatadas (DIA DO TRABALHADOR DOMÉSTICO..., 2022), que, em sua maioria, eram negras. Essas mulheres vivenciavam o quadro de jornada exaustiva, degradância e tiveram seus salários retidos. O patronato justificou essas circunstâncias devido a essas trabalhadoras serem consideradas da família, possuírem relações de afeto e terem alimentação e moradia garantidas⁷.

O número de pessoas resgatadas em 2022 foi de 2.575; desse montante, 92% eram homens, 29% tinham entre 30 e 39 anos, 51% residiam no Nordeste, 58% eram nordestinas, 83% se autodeclararam como negras (pretas e pardas), 15% como brancas e 2% como indígenas. As atividades rurais lideraram o número de pessoas resgatadas com 87% do total; a exceção nesses 27 anos de inspeção do trabalho foi o ano de 2013, em que a construção civil foi majoritária. O cultivo da cana-de-açúcar ficou em primeiro lugar na lista com 362 pessoas resgatadas. Além da cana, foram encontradas pessoas na extração de madeira, produção de carvão vegetal, cultivo de alho, café, maçã, soja, criação de bovinos, na extração e britamento de pedras e construção civil. É importante destacar que das 2.575 pessoas resgatadas, 148 eram migrantes inter-

⁷ De acordo com os autos de fiscalização de 2021 da Secretaria de Inspeção do Trabalho do estado do Rio de Janeiro.

nacionais, um aumento de 100% em relação à 2021, sendo 101 paraguaios, 25 bolivianos, 14 venezuelanos, quatro haitianos e quatro argentinos (SAKAMOTO, 2023).

Entre o período de 2010 e 2018, um dos locais de onde mais migrantes internacionais foram resgatados/as da escravização contemporânea foi o estado de São Paulo, seguido de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Os países de origem dessas pessoas são, em primeiro lugar, a Bolívia, seguida do Paraguai, China, Venezuela, Haiti e Peru, nos mais diversos setores econômicos, com destaque para as confecções, construção civil, pecuária, lavoura e setor de alimentação (restaurantes)⁸.

Cabe aqui destacar como a condição de migrante é uma marca da escravização contemporânea, que frequentemente é fruto do tráfico de pessoas ou do contrabando de migrantes no aliciamento dos/as trabalhadores/as. Os diversos fluxos migratórios passam por uma intensa criminalização que, por sua vez, caracteriza a aparente contradição das legislações e a “confusão” entre “tráfico de pessoas” e “contrabando de migrantes”, que, na verdade, é uma das formas para conter fluxos migratórios, principalmente aqueles oriundos dos países periféricos. Ao mesmo tempo, sabemos que essa força de trabalho sobrate indocumentada, geralmente racializada e marcada pelos determinantes do patriarcado, serve para rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho nacional.

Pontuamos uma realidade semelhante à dos *jornaleros rurales* no norte do México (CASTILLO, 2022; RUIZ, 2021), uma maioria migrante, proveniente do Sul do país (Guerrero, Oaxaca, Chiapas) e racializada, pois são originários de contextos indígenas, assim como inúmeros casos de trabalhadoras domésticas (TRABAJO..., 2021) resgatadas, que, de acordo com a Legislação Mexicana de Tráfico de Pessoas (MÉXICO, 2012), estavam sob condições de “exploração” e escravização.

Uma das tipificações pioneiras da escravização contemporânea no Brasil é a condição da servidão por dívida, tipificação hegemonicamente reconhecida na trajetória nacional, muito comum na América Latina e conhecida no México como *tienda de raya*. Ela ocorre quando o/a trabalhador/a é mantido/a no trabalho para pagar uma dívida ilegítima contabilizada pelo patronato e/ou pelo/a aliciador/a, com o adiantamento da remuneração, deslocamento, alimentação e/ou equipamentos de trabalho, moradia, dentre outros itens necessários para a sobrevivência cotidiana comprados no local do trabalho.

Cabe destacar que, enquanto expressão transitória ou híbrida de exploração da força de trabalho, a servidão por dívida marcou a frente pioneira de ocupação e destruição do território Amazônico, expropriações exacerbadas pela ditadura empresarial-militar por meio da escravização de migrantes e indígenas, justamente no

⁸ Disponibilizados pelo Frei Xavier Plassat da Comissão Pastoral da Terra.

período de ascensão do Estado contrainsurgente da ditadura, conformando o subimperialismo brasileiro⁹ – ao acompanhar as demandas internacionais para a garantia da reprodução e valorização de mais-valor e as próprias condições de amadurecimento da fase monopolista do desenvolvimento nacional – com a exportação de capitais internacionais e nacionais em novas frentes de expropriação e articulado também ao movimento de transnacionalização de empresas brasileiras com intervenção político-econômica no subcontinente latino-americano.

A tragédia atual da devastação da região Amazônica e genocídio dos povos indígenas é a manifestação da despossessão e destruição que os distintos anseios burgueses promovem com o objetivo de aumentar a fronteira agrícola para atividades agropecuárias, garimpo ilegal ou para especulação e conflitos do mercado fundiário (MACUL, 2020). Foram derrubados quase 11 mil km² de floresta da Amazônia Legal, de agosto de 2021 a julho de 2022, o que equivale a sete vezes a cidade de São Paulo (COM BOLSONARO..., 2022).

A valorização de capital tem por base os processos de expropriação exemplificados nas frentes de desmatamento para as empresas madeireiras, para a frente agropecuária ou mineradoras, que na maioria dos casos são clandestinas e, por isso, precisam se camuflar para não serem identificadas ou rastreadas por satélite. Assim, não é à toa que utilizam formas contemporâneas de escravização para a extração ilegal de minério e/ou madeira (CDVDH/CB e CPT, 2017).

A servidão por dívida, comumente, está atrelada a outra tipificação, a degradância, que é o tipo penal que aparece na maioria dos autos de fiscalização (HADDAD e MIRAGLIA, 2018). A consideramos como uma expressão da condição fundante do assalariamento em nosso país. Produto da passagem da escravização do Brasil Império ao capitalismo dependente que mantém, no trabalho braçal, o caldo cultural da subalternidade e da violência, expressas na reinvenção de formas transitórias ou híbridas de exploração da força de trabalho.

Outro ponto de destaque é que a “lista suja do trabalho escravo”¹⁰ de 2018 foi ocupada por quase metade de setores econômicos do agronegócio, e, entre 2003 e 2014, 80% das pessoas resgatadas trabalhavam para o agronegócio. Um levantamento, realizado em 2022 identificou que, entre os dez grandes megapequearistas, que estão dentre os maiores do Brasil, apenas um não tem problemas ambientais e trabalhistas. Nove desses megapequearistas têm pelo menos uma fazenda na Amazônia Legal e um é criador de gados junto ao bioma. A maioria é herdeira de terras compradas com

9 A fase monopólica e a condição subimperialista no subcontinente, como uma nova etapa da dependência (MARINI, 1972, 2013).

10 Criada em 2003, é uma lista com o cadastro de empregadores/as que submeteram trabalhadores/as à escravização contemporânea (BRASIL, 2018b).

incentivos fiscais da ditadura empresarial-militar (ROSSI, 2022).

A análise do setor majoritário de resgates, que são as atividades rurais, não pode ignorar a situação do mercado mundial, a exemplo dos dados das exportações das *commodities* do agronegócio. No acumulado do ano, entre janeiro e outubro de 2022, as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram a cifra recorde de US\$ 136,10 bilhões. Houve um incremento de 33% na comparação com os US\$ 102,35 bilhões exportados no mesmo período em 2021. O setor representou 48,5% do total das vendas externas do Brasil no período (COM VENDAS..., 2022). Os setores que se destacam é o da soja, carne, milho, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e café.

Temos que avaliar os incentivos fiscais do governo brasileiro cedidos a esse setor¹¹, assim como o valor da força de trabalho¹², visto que, frequentemente, não viabilizam salários dignos, nos termos constitucionais. O exame dos dados deve se amparar na apreensão das leis tendenciais específicas da dependência, como a “cisão nas fases do ciclo do capital” que existe nesse setor, pois este está, majoritariamente, direcionado para atender as demandas do mercado externo. Tal elemento pode explicar as condições laborais e de remuneração dos/as trabalhadores/as brasileiros/as nessas fazendas, onde podem vivenciar jornadas exaustivas, degradância, servidão por dívida ou até mesmo o trabalho forçado.

Para a reflexão das “transferências de valor como intercâmbio desigual”, assim como de “reprimarização” da economia brasileira¹³, o agronegócio é emblemático, porque, apesar de representar um peso significativo na economia, com 27,4% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, os insumos fundamentais para o desenvolvimento do negócio dependem da oferta do mercado externo, uma vez que 85% dos fertilizantes usados em 2021 eram importados. A justificativa dada para essa dependência é que o país não possui todas as matérias-primas necessárias para a produção. No entanto, a verdade do aumento de 440% da importação de fertilizantes, de 1998 a 2021, é a falta de infraestrutura (GHIRALDELLI e FREUA, 2022).

Outro exemplo da nossa condição de dependência técnico-científica que deve-

11 Tanto nos tributos estaduais, tais como o ICMS, como nos tributos federais, a exemplo das isenções da Lei Kandir. O chamado Plano Safra lançado em 2020 reforçou ainda mais a política agrária para o agronegócio e para as *commodities* para exportação, como soja, carne, açúcar e café.

12 O piso salarial, em todo o Brasil, o valor de R\$ 1.480,97 (previsto para o ano de 2022), no cargo de trabalhador agropecuário em geral, com uma jornada de trabalho de 44 horas por semana, sendo que o salário-mínimo necessário deveria ser de R\$ 6.458,86, de acordo com valores estipulados, em outubro de 2022, pelo Dieese (TRABALHADOR..., 2023).

13 “Em 1980, o grau de industrialização do Brasil (21,1% do PIB) superou o da economia mundial (15,5%) em 5,6 p.p. Neste ano, o país detinha o 8º maior parque industrial do mundo. Desde 2005, o grau de industrialização do Brasil é inferior ao da economia mundial e a diferença vem aumentando. Em 2020 foi 4,7 p.p. menor: 11,9% do PIB no Brasil ante 16,6% no mundo” (IEDI, 2021).

mos analisar são as nossas exportações de sêmen bovino. De acordo com Associação Brasileira de Inseminação Artificial, houve um aumento de 70% nas exportações de 2020 a 2021 (PECSITE, 2022). Esse ramo requer avanço tecnológico, profissionais qualificados para garantir a melhora da qualidade do sêmen e o processo de execução da inseminação artificial. No entanto, quando realizamos uma busca sobre as corporações que executam esse processo, elas são empresas transnacionais¹⁴, poucas são as que possuem capital nacional de origem. Nesse sentido, que dados concretos podem elucidar como as “transferências de valor como intercâmbio desigual” articuladas à “cisão das fases do ciclo do capital” expressam-se na nossa política comercial de exportação e suas consequências para as classes trabalhadoras brasileiras. Portanto, o exame das transformações “[...] na organização da produção capitalista concebida como *produção ou fábrica mundial de valores de uso*, [...] deve ser complementado com a análise da produção de valor e com os *movimentos de apropriação-expropriação* que o sistema mundial capitalista gera” (OSÓRIO, 2012, p.79, grifos nossos).

Marini (2011) identificou que a superexploração da força de trabalho é um mecanismo utilizado pelas burguesias latino-americanas para compensar a “transferência de valor como intercâmbio desigual” nessa relação com as economias hegemônicas e imperialistas. E o curto período, nos termos de Jaime Osório (2012), do “padrão de reprodução do capital industrial internalizado e autônomo” (MARINI, 2013; OSÓRIO, 2012), não superou a dependência, até porque, logo após a Segunda Guerra Mundial, a integração monopólica estadunidense aprofundou a sujeição às necessidades externas hegemônicas. Portanto, um padrão de reprodução do capital integrado ao capital internacional, “[...] a industrialização dependente –, que é acompanhada pela integração subordinada dos sistemas de produção, [reforça] o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das amplas massas” (LUCE, 2018, p. 230). E, por isso, é primordial o estudo das particularidades brasileiras do “novo padrão exportador de especialização produtiva” na América Latina, com início nos anos 1980.

Importante esclarecer, como ressaltou Adrián Sotelo Valencia (2013) com base em Marini, que a superexploração, como regime de produção e acumulação de capital, não é uma categoria que extingue as possibilidades de extração de mais-valor relativo; não se suprime a situação dependente quando essa forma de mais-valor emerge e se desenvolve no sistema produtivo e industrial, impondo seu mecanismo de extração de excedente. Todavia, não impõe sua hegemonia à produção e acumulação de capital diante da dinâmica do ciclo do capital nas economias dependentes. Isso é particularmente verdadeiro nas fases de intensa industrialização das economias de-

14 A exemplo da empresa canadense Semex, instalada no Brasil desde final da década de 1990. Homepage: <https://www.semex.com/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

pendentes, como ocorreu na América Latina nas três décadas após a Segunda Guerra Mundial, especificamente, no México, Brasil e Argentina, que aumentaram substancialmente seus coeficientes de industrialização e produtividade. A categoria particular, estrutural e sistemática dessas economias é a superexploração, que se apresenta como a base do ciclo do capital nas economias dependentes, onde esta categoria é hegemônica, se desenvolve e se reproduz, mesmo com o aumento da produtividade do trabalho e do mais-valor relativo, a ponto de dominá-las e subsumi-las.

À vista disso, a própria dinâmica da produção de lucros extraordinários leva a esses resultados, de acordo com seus processos de acumulação de capital na dinâmica da DIT (SOTELO VALENCIA, 2013, 2021). As forças burguesas locais, no ciclo do capital nas economias dependentes, para garantir a máxima exploração da força de trabalho, viabilizam meios para aumentar as horas de trabalho, a intensidade e a produtividade do trabalho, mas também expropriam parte do fundo de consumo dos/as trabalhadores/as, a fim de torná-lo uma fonte extra de capital que é adicionada ao fundo de acumulação.

É nesse sentido que, em nossa pesquisa, ressaltamos as linhas de continuidade e de ruptura no processo de hegemonização do trabalho livre no Brasil, onde as formas transitórias ou híbridas de exploração da força de trabalho se estabeleceram em 1840/50¹⁵ e permanecem, em certa medida, articuladas e/ou com novas roupagens no estabelecimento pleno das relações capitalistas de exploração da força de trabalho.

Sobressaem-se, portanto, os interesses das classes dominantes-dominadas, mediados pelos determinantes supracitados, mas também por elementos da fase contemporânea, que não têm qualquer propósito de independência.

2. Neoliberalismo e “novas” formas de trabalho

Ao abordarmos acima as formas contemporâneas de escravização como a expressão particular do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, não deixamos de considerá-las como determinadas pelos elementos dinâmico-conjunturais que a fase contemporânea do capitalismo exprime. Sendo assim, é impossível ignorar como a política macroeconômica neoliberal caminha no movimento de contra-arrestar a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), afetando direta e distintamente o conjunto das classes trabalhadoras em âmbito mundial. Dentro desse movimento, temos as contrarreformas, a reestruturação produtiva – com a reorganização e maior

15 Clóvis Moura (2020) designou esse período como “escravismo tardio” (1851-1888), e é justamente nessa fase que Marini identifica a inserção do Brasil no mercado mundial, integrando-se enquanto um país capitalista com uma relação de dependência com a hegemonia imperialista em formação.

integração das cadeias produtivas de valor, que desemprega e/ou precariza milhares de trabalhadores/as – e a mundialização do capital, que, auxiliada pela revolução tecnológica, acelerou as potencialidades de geração de mais-valor em todos os momentos do seu ciclo. Com “[...] uma intersecção crescente entre os diversos setores da produção (indústria, agricultura e serviços), [...] esses setores são cada vez mais controlados e totalizados pelo capital, que os converte em mercadorias (sejam elas materiais ou imateriais)” (ANTUNES, 2018, p. 39). Esse processo, amparado pelas novas tecnologias, faz com que a integração das cadeias produtivas de valor viabilize a produção de mais-valor em setores que outrora não eram produtivos (ANTUNES, 2018).

Nesse curso sócio-histórico das contratendências, a desterritorialização e a reorganização da produção garantiram a melhor capacidade de exportar e valorizar capitais, assim como gerenciar a força de trabalho e potencializar a taxa de exploração, abstraindo qualquer distância existente e utilizando as tecnologias da informação e das telecomunicações para difundir dados por todo o planeta (HUWS, 2017).

É, portanto, na investigação das linhas de continuidade e ruptura sobre as “novas” formas de inserção laboral, que identificamos como a inovação, a “autonomia” e, às vezes, o conforto, no caso do *home office*, não eximem a violação do fundo de consumo e/ou do fundo de vida dos/as trabalhadores/as submetidos/as ao “controle algorítmico”, até porque algumas dessas “novas” formas laborais parecem combinar velhas condutas escravistas.

A política macroeconômica neoliberal é fundamental para garantir as melhores condições de despossessão, produção e apropriação-expropriação para o conjunto de capitais das economias hegemônicas e dependentes na DIT. As privatizações de estatais, de serviços sociais públicos, inseridos ou articulados às contrarreformas, proporcionam as melhores circunstâncias de extração de mais-valor na tentativa de contra-arrestar as tendências gerais do capitalismo, como a queda tendencial da taxa de lucro.

Desse modo, na América Latina, o “[...] atual padrão exportador de especialização produtiva¹⁶ adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro” (OSÓRIO, 2012, p. 79). A integração do mercado mundial se intensificou, e, do mesmo modo, possibilitou-se a fragmentação “[...] dos processos produtivos, de realocização de indústrias e serviços, bem

16 “Fala-se em especialização produtiva como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou maquila) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção ou no comércio internacional” (OSÓRIO, 2012, p. 111).

como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização” (OSÓRIO, 2012, p. 79). Essa integração pode ser identificada no aumento dos investimentos estrangeiros diretos (IED), ao longo dos últimos 30 anos, oriundos dos EUA e da União Europeia para a América Latina (CEPAL, 2022).

Nesse sentido, as cadeias produtivas de valor, numa direção cada vez mais transnacional, aprofundam a debilidade das economias dependentes, impedindo o desenvolvimento de bens de capital de uso industrial mais elaborado, permanecendo a dependência técnico-científica e a importação de bens de capital e favorecendo uma estrutura produtiva que se desconecta das necessidades das classes trabalhadoras locais (OSÓRIO, 2012).

É importante destacar que o avanço das forças produtivas é algo inerente ao capitalismo, ou seja, traduz as suas leis tendenciais e contratendências. O sentido dessa dinâmica de inovação é transformar os processos produtivos para melhor responder à concorrência intercapitalista e à permanente tendência decrescente da taxa de lucro, que, com o aumento da composição orgânica do capital, lança milhares de trabalhadores/as para as fileiras do desemprego. Ao mesmo tempo, essa constante revolução tecnológica auxilia os processos de realização antecipados do mais-valor e outras possibilidades ao capital fictício de se reproduzir e se expandir sob a hegemonia do capital financeiro. Dessa maneira, os instrumentos político-ideológicos são essenciais para garantir a implementação de novas formas de gestão e controle da força de trabalho, controle da produção e escoamento de mercadorias.

Apesar de todo o controle sobre as cadeias produtivas, através do avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC), grande parte das corporações não querem ter responsabilidade sobre as violações ambientais e trabalhistas que as empresas terceirizadas utilizam, e se recusam a dar dados sobre seus fornecedores (JÚNIOR, 2022). Desse modo, a pulverização da produção, articulada à terceirização, possibilita a ampliação do salário por peça (MARX, 1984), algo muito comum em diversos setores agrícolas, como o sucroalcooleiro, nas facções do setor têxtil, no minério, mas agora, com o avanço informacional, isso pode funcionar como um meio para ocultar e burlar o vínculo trabalhista, como vistas na “autonomia” do autoemprego do “microempreendimento” e no trabalho *on demand* na uberização ou plataformização do trabalho¹⁷.

Como mencionado acima, o setor de serviços, integrado às cadeias produtivas de valor, condiciona motoristas e entregadores/as à uberização do trabalho e, por sua vez, à extração de mais-valor, pois precisam aceitar um termo de adesão no aplicativo no lugar de assinarem um contrato de trabalho. E, pela intermediação algorítmica, as

17 Sobre a diferença entre uberização e plataformização, ver Abilio, Amorim e Grohmann, (2021).

corporações monopolizam esse ramo econômico e controlam milhares de trabalhadores/as em todo o mundo (ABÍLIO, AMORIM e GROHMANN, 2021).

Nesse caminho, aumenta-se as subcontratações por meio de “renovadas” modalidades de trabalhos precários, e a forma de pagamento por peça é metamorfoseada sob novos parâmetros produtivos, através da inteligência artificial e do controle algorítmico. Contudo, para que essas ferramentas avancem e consigam pôr em prática a exploração capitalista, que, na aparência, vira uma autoexploração, necessita-se de humanos para aperfeiçoá-las, e é aí onde se inserem os/as “trabalhadores/as fantasmas”¹⁸. Assim, vemos a tática da gamificação como instrumento para o aumento da competitividade entre trabalhadores/as, que colaboram para a intensificação e elevação da sua produtividade e extensão da jornada de trabalho, sem o tempo necessário de descanso intra e interjornada.

Nesse sentido, identificamos como a relação de exploração tenta ser escamoteada, porque o/a trabalhador/a ou é dono/a dos meios de produção¹⁹ ou os aluga²⁰, porém, ele/a depende de sua força de trabalho, assim como da matéria-prima e da maior estrutura de alguma empresa para colocar “seu produto” no mercado ou entregá-lo.

A terceirização e o trabalho intermitente combinados entre si ou implementados de forma isolada, em diferentes setores econômicos e ramos – hoje legitimados pelos retrocessos sociais na legislação trabalhista brasileira –, vão na direção dos anseios do patronato em tentar remunerar apenas o tempo de execução do labor, expropriando direitos e maior parte do salário. Ao mesmo tempo, o avanço das TICs tem proporcionado a uberização e a plataformização de diversas profissões e ocupações (trabalhadoras domésticas, cuidadores/as, professores/as, jornalistas etc.), melhorando a gestão e controle da força de trabalho, possibilitando a extração de mais-valor e diminuindo ainda mais os custos e o tempo de produção, distribuição e circulação das mercadorias, com vistas a diminuir a zero o tempo de rotação do capital.

No caso brasileiro, a elevada taxa de desemprego, somada a uma legislação precarizada pela possibilidade da negociação individual, faz com que os/as trabalhadores/as, sobretudo os/as jovens negros/as, passem muito tempo à procura de uma vaga ou se submetam a ocupações de péssima qualidade, bem próximas da escravização contemporânea.

18 Trabalhadores/as “[...] responsáveis por realizar *microtasks* que computadores não podem executar com eficiência, conhecidos como HITS (tarefas de inteligência humana)” (MORESCHI, PEREIRA e COZMAN, 2020, p. 46, tradução livre).

19 Equipamentos básicos para a produção de determinadas mercadorias no processo de terceirização ou quarteirização.

20 Sobre o caso dos motoristas, ver Giovanaz (2021).

Podemos atestar que algumas das tipificações do Artigo 149 do CPB, como a jornada exaustiva de trabalho e, principalmente, a degradância, estão bem próximas do cotidiano laboral dos/as entregadores/as. Para aqueles/as que têm no “aplicativo” a única ocupação, a média de trabalho é de 10 horas e 24 minutos por dia, 64,5 horas por semana, ou seja, o equivalente a mais de 20,5 horas extras todas as semanas em uma jornada normal. Em média, esses/as entregadores/as trabalham 6,16 dias por semana, sendo que 40% deles/as trabalham todos os dias. Na média geral (trabalho exclusivo ou em tempo parcial), constatou-se que a jornada média semanal é de 55 horas, distribuídas em 5,8 dias, e 51,7% recebem, proporcionalmente por hora, menos do que 1 salário-mínimo (PROJETO CAMINHOS DO TRABALHO, 2020). A mesma pesquisa identificou que, na sua maioria, os/as entregadores são homens (95%), jovens de até 30 anos de idade (56,5%) e negros (59,2%). Dentre os/as 103 entrevistados/as, 68% são motociclistas e os/as ciclistas equivalem a 30,1%. Outra pesquisa demonstra que esses/as trabalhadores/as, para reduzir o “tempo morto” de espera, se mantêm conectados/as em mais de um aplicativo (*multi-apping*). A grande questão é que essas empresas, como estratégia, premiam a conexão e punem a desconexão para manter o máximo de tempo o/a trabalhador/a disponível ao trabalho. Assim, esses/as trabalhadores/as precisam “[...] fazer todo um malabarismo no acionamento dos aplicativos nos quais se cadastrou, para melhorar seu rendimento” (CUT, 2021, p. 216).

Semelhante situação foi a encontrada em nossa pesquisa²¹ inicial na região central da cidade de Niterói/RJ, onde 50% das pessoas entrevistadas são pretas, 37,5% pardas, 12,5% brancas e todos são homens. A maioria (68%) trabalha acima das 8 horas diárias, sendo que 44% trabalham 12 horas, 12% possuem jornadas de 14 horas, e 12%, de 10 horas. Apenas 8% trabalham abaixo de 6 horas diárias, e 24% têm jornada de 8 horas diárias. Dos entrevistados, a maioria é ciclista (52%) e 44% são motociclistas. Muitos relataram problemas de saúde adquiridos após começarem a trabalhar por meio dos aplicativos, como dores na coluna (12%), dores nas pernas

21 Pesquisa FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) (2021/2022), intitulada “Novas’ e ‘velhas’ formas de exploração da força de trabalho: plataformização e escravização”, coordenada pela professora Marcela Soares na Universidade Federal Fluminense. Foram entrevistados, entre 02 de agosto e 19 de outubro de 2022, 25 entregadores (45,8% são naturais de Niterói, 29,2% de São Gonçalo/RJ, 8,3% do Rio de Janeiro/RJ, 8,3% de São Paulo/SP e 8,3% de Itaboraí/RJ). Dos niteroienses, apenas um era branco, entre seis ciclistas e 5 motociclistas. Damos destaque a esse dado porque é muito acentuada a participação proporcional superior de pretos e pardos nessas atividades, em uma cidade que conta com apenas 35% da população como autodeclarada preta ou parda, de acordo com o censo do ano de 2010 do IBGE (Sistema de Gestão da Geoinformação, s/d).

(15,2%), ansiedade (15,2%), estresse (15,2%), insônia (3%) e cansaço extremo (3%). A remuneração também acompanha o valor atual do salário-mínimo, de R\$300 por semana; apenas 8% recebem o equivalente a R\$800 por semana, sem contabilizar os custos com dados de internet, alimentação, deslocamento, gasolina e prestação da moto financiada, que possui uma média de 40% sobre o valor das remunerações.

Essa objetividade incide no aprofundamento da não correspondência do pagamento da força de trabalho com o seu valor histórico-moral e/ou no adoecimento físico-mental, ou seja, tanto seu fundo de consumo como seu fundo de vida são altamente depreciados. Em contrapartida, essa objetividade tem refletido em novas formas de solidariedade de classe e de organização.

O condicionamento à exploração redobrada, que expropria parte do fundo de consumo e/ou fundo de vida, torna-se mais nítido de acordo com o lugar que se ocupa na hierarquia da divisão sociossexual e étnico-racial do trabalho. A opressão-superexploração evidencia-se tanto nas formas contemporâneas de escravização como na tradicional servidão por dívida, assim como na “nova”, em que o/a trabalhador/a se endivida para comprar a *bag*, alugar um carro, uma moto ou uma bicicleta; para contratar um serviço de internet para vender sua força de trabalho, como se não existisse relação patronal.

Há uma enorme nebulosidade na duração das jornadas laborais e no tempo disponível para o trabalho, pois parcelas determinadas de trabalhadores/as – uma maioria jovem e com baixa escolaridade – que trabalham por conta própria dedicam faixas elevadas de tempo ao trabalho e, ao mesmo tempo, compõem as taxas de subocupação (KREIN, ABÍLIO e BORSARI, 2021), porque, no pressuposto do trabalho sob demanda, a pessoa só está trabalhando quando executa a tarefa, não se contabiliza o tempo à disposição do chamado.

A finalidade é dissimular as definições sobre a extensão, a distribuição e a intensidade com a qual a pessoa se dispõe ao trabalho e, do mesmo modo, “[...] sobre o que é tempo de trabalho e o que não é; sobre o que é tempo de vida à disposição da empresa sem pagamento” (KREIN, ABÍLIO e BORSARI, 2021, p. 256). Não é por acaso que se tenta homogeneizar as formas de recrutamento e controle da força de trabalho por intermédio das novas tecnologias digitais, sob a perspectiva do trabalho sob demanda, porque, ao deslocar as ocupações e/ou atividades para o controle algorítmico, sujeita-se, ainda mais, a vida ao controle total pelo capital, auxiliando na burla da legislação trabalhista com a ilusão de ausência de vínculo empregatício, assim como no auxílio da exploração de maior quantum de mais-valor.

Na outra ponta, os/as trabalhadores/as mais escolarizados/as e com maiores rendimentos, que, em sua maioria, estão na região Sudeste do Brasil, aumentaram sua

disponibilidade ao trabalho por causa do aumento da concorrência por bons empregos. Nesse sentido, tiveram que prolongar a jornada diária para a manutenção do emprego, justamente pelo avanço das metas exigidas pelas empresas, como também pelo aprimoramento dos instrumentos de controle e gestão da força de trabalho (KREIN, ABÍLIO e BORSARI, 2021).

A análise do tempo de disponibilidade das classes trabalhadoras se insere no debate das jornadas exaustivas, uma das tipificações da escravização contemporânea de acordo com o CPB, porque não significa apenas jornadas desgastantes no sentido estrito, devendo-se considerar a disponibilidade da pessoa, as condições de espera ao chamado e a ausência de descanso intra e interjornada.

Outro ponto de extrema relevância é que, ao recuperarmos o exame das particularidades da formação econômico-social brasileira, torna-se inteligível a situação das mulheres negras, que, em sua maioria, são aquelas que estão na condição de subocupadas e nos trabalhos mais precarizados. Simultaneamente, existe uma elevação da jornada laboral para as trabalhadoras domésticas sem carteira e trabalhadores/as uberizados/as (KREIN, ABÍLIO e BORSARI, 2021).

Com o avanço das TICs e da plataformização, o trabalho fica cada vez mais controlado, e a precariedade aumenta. A “uberização do trabalho” é uma das grandes manifestações, deste período histórico, do capitalismo contemporâneo, e a exploração ocorre sob táticas político-pedagógicas de uma falsa ideia de liberdade e “neutralidade” da intermediação das empresas de plataformas digitais e aplicativos, que na verdade esconde a perversidade das relações laborais intermediadas pelo controle algorítmico.

A fragmentação e os mecanismos de consentimento e apassivamento das corporações de plataformas digitais e aplicativos objetivam falsear a relação de trabalho por meio de operações algorítmicas semelhantes a jogos com “missões” a serem cumpridas pelos/as “parceiros/as”. Essas pessoas são recrutadas para cumprir as “regras do jogo” na forma e no tempo que os “algoritmos” controlam, os quais promovem, majoritariamente, uma realidade concreta de: i) jornadas exaustivas, ao prolongar a jornada para atender a todas as demandas necessárias para garantir o salário diário ou ao aguardar por longos períodos, estando o/a trabalhador/a conectado/a em vários aplicativos ao mesmo tempo, com o risco de ser punido/a se mais de um aplicativo tiver demanda ao mesmo tempo; ii) condições degradantes, com esperas no meio-fio das calçadas, sem acesso a banheiro, água potável e, às vezes, sofrendo humilhações de donos de estabelecimentos e clientes; iii) insegurança no valor a ser recebido por entrega e, por sua vez, pagamentos irrisórios; iv) submissão a um contrato em que você deve arcar com parte dos instrumentos de trabalho; e v) desproteção social, em caso de gravidez, acidente de trabalho, doença, invalidez ou idade avançada.

É importante lembrar que a pandemia do novo coronavírus agravou uma crise econômica que já estava em curso, e que, há três décadas no Brasil e quatro em outros países latino-americanos, como no México, os direitos laborais estão em processo de desconstrução. Como efeito, a ausência de proteção laboral e o rebaixamento salarial efetivam um maior descompasso entre o valor da força de trabalho e sua remuneração.

As expropriações de direitos e de maior *quantum* do valor do fundo de consumo das classes trabalhadoras se realizam por meio dessas desregulações trabalhistas e privatizações, apresentadas como uma “agenda de ajuste fiscal” com o objetivo de garantir a existência de uma maior apropriação de mais-valor, ou seja, para dar concretude a títulos de direito de apropriação, porque a multiplicação desses títulos é mais célere do que a do capital produtivo (CARCANHOLO, 2017).

A apreensão da totalidade das relações sociais capitalistas, postas no mercado mundial e, por sua vez, na heterogeneidade das relações de opressão-superexploração e condições laborais, é crucial para identificarmos o processo desigual das expropriações sobre as classes trabalhadoras e o aprofundamento e expansão da incompatibilidade do valor histórico-moral e sua remuneração. Assim como para identificar como as relações sociais capitalistas são intermediadas pelas hierarquias na DST, identificadas nas diferenças entre trabalhadores/as manuais – menos escolarizados/as, que frequentemente são racializados/as, generificados/as e regionalizados/as – e aquela força de trabalho intelectual, com maior nível de ensino, mais bem remunerada, que, em sua maioria, é branca.

A opressão-exploração capitalista se exprime diversamente e assegura o rebaixamento geral da força de trabalho pela existência de uma superpopulação relativa de “segunda categoria”, como homens e mulheres racializadas, em uma realidade que já está condicionada à superexploração mediante as “transferências de valor como intercâmbio desigual” e envolta na condução e manutenção de superprivilégios para as burguesias brasileiras, consolidada no caráter autocrático do nosso Estado de expressões fascistas (LIMA e SOARES, 2020).

Nesse sentido, a essência autocrática do nosso Estado e suas expressões fascistas, ao condicionar as classes trabalhadoras à superexploração, ao aprofundar hierarquias com racismo e misoginia explícitos e inviabilizar negociações e luta por direitos, manifesta de modo extremo os elementos fundamentais que a acumulação capitalista necessita. Em consonância com Theotônio dos Santos (2018, p. 12), afirmamos que a “[...] oposição entre liberalismo e fascismo apesar de ser real e de expressar estágios distintos do capitalismo, portanto, não é absoluta. Tampouco, não é absurdo pensar num regime misto entre fascismo e liberalismo político no qual predomine um ou outro aspecto”.

A tendência ao irracionalismo é a linguagem do capitalismo em crise (LUKÁCS, 2020). Sob os elementos histórico-estruturantes escravocratas e patriarcais das burguesias brasileiras, temos a impressão de que aqueles/as trabalhadores/as disponíveis para fazer entregas a pé ou de bicicleta se assemelham aos/às escravizados/as de ganho e às formas híbridas de exploração da força de trabalho, reconhecidas no mercado de trabalho como informais. Ou vemos, em casos mais extremos, mulheres negras praticamente confinadas, por mais de quatro décadas, como “mucamas”, garantindo toda a reprodução social da vida da “família de bem” (SOARES e COSTA, 2022).

Outro ponto importante a ser destacado do irracionalismo, com a expressão fascista bolsonarista no Brasil, foi o aprofundamento do ataque aos movimentos das classes trabalhadoras em sua resistência e sindicalização, assim como às formas de garantia, fiscalização ou exigência de regulamentação estatal das relações laborais, ou seja, o enfraquecimento das instituições públicas ou o seu descrédito.

Portanto, essas expressões fascistas confluem na direção da diminuição e/ou precarização da proteção social, porque as contratendências visam expandir contratações precárias, despadronizar as regulamentações do uso do tempo de trabalho conquistadas historicamente, progredir as remunerações variáveis e por verbas não salariais²², descentralizar a definição das regras para o âmbito empresarial, como forma de individualizar, de modo que o/a trabalhador/a passa a negociar diretamente com o/a patrão empregador, fragilizar as instituições públicas e destruir os sindicatos, e diminuir as possibilidades de políticas de proteção social, com contrarreformas no sistema previdenciário, na saúde e trabalho (KREIN e BUARQUE, 2021).

Sendo assim, por meio de diversas táticas, em âmbito mundial, as burguesias atuam, distintamente, para:

- 1) individualizar e/ou invisibilizar os/as trabalhadores/as, fragilizando os laços de solidariedade de classe;
- 2) nublar a relação de contrato de trabalho para defender uma suposta necessidade de “modernização” nas leis laborais ou implementar a ideia de que não há motivo para regulamentação;
- 3) remunerar somente por tarefa executada ou peça elaborada;
- 4) ter a flexibilidade de remunerar com dinheiro, com comida e/ou moradia, ou com *gift-card*;

²² Como as propostas de remuneração com moradia e alimentação que constavam no Projeto de Lei nº 6.442/2016, “do trabalho rural”, amplamente defendido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (SOARES, 2022), assim como os “trabalhadores fantasmas” de países periféricos, que recebem da Amazon MTurk, como pagamento, *gift-cards* (MORESCHI, PEREIRA e COZMAN, 2020).

5) que o trabalho não deixe de ser hierarquizado pela condição de migrante, região, etnia/raça e gênero/sexo, mesmo diante da ausência de barreiras geográficas dada pelas TICs; e

6) portanto, eliminar os direitos sociais do trabalho e rebaixar ainda mais a remuneração, condicionando trabalhadores/as a jornadas exaustivas e/ou condições degradantes de trabalho, que violam agudamente o seu fundo de consumo e seu fundo de vida.

Ainda que se identifique a tendência à “equalização das taxas diferenciais de exploração” (MÉSZÁROS, 2009) no mercado mundial, vistas nas transformações contemporâneas nas relações de produção e de trabalho com “novas” e “velhas” formas de labor, ampliando as formas concretas da superexploração (SOARES e PIRINA, 2022) para além das fronteiras das economias dependentes, não se suprimem as diferenças operadas pelas hierarquias na DIT e na DST.

Caminhos para nossas pesquisas

“Novas” e “velhas” modalidades de trabalho podem demonstrar nitidamente a superexploração, assim como condutas escravocratas, principalmente entre aquelas franjas regionalizadas, racializadas e generificadas dos/as trabalhadores/as, vidas já expropriadas e, portanto, hierarquizadas e subalternizadas na divisão social do trabalho.

Desse modo, temos a clareza de um amplo campo de pesquisa, que necessita da apreensão da totalidade social, com a direção das particularidades da nossa realidade articulada à dinâmica do mercado mundial e a uma análise que não opere como se existisse uma prioridade ontológica da exploração sobre a opressão ou vice-versa. Por isso, nessas nove décadas de Marini e 50 anos da TMD, suas categorias analíticas devem ser recuperadas de modo ontológico e em movimento.

Portanto, nos apontamentos elencados acima, devemos aprofundar os estudos sobre “padrão de reprodução”, “subimperialismo”, “transferência de valor como intercâmbio desigual” e “cisão nas fases do ciclo do capital”, conseqüentemente, apreenderemos as formas concretas e em movimento dessas categorias articuladas à realidade social, possibilitando um acurado exame dos mecanismos da superexploração, dos indicativos de sua expansão para além das fronteiras das economias dependentes e das múltiplas expressões das formas contemporâneas de escravização no Brasil e no mundo. Por isso, destacamos quatro notas que precisam de esforços coletivos para serem estudadas:

1) o atual padrão de reprodução latino-americano articulado à análise das

cadeias produtivas de valor e a intersecção entre indústria, agricultura e serviços, para desvelarmos a “reprimarização”, a “industrialização” do setor de serviços e a agroindústria nas economias dependentes;

2) a transferência de valor como intercâmbio desigual, a exemplo do destaque dado ao investimento em genética para a exportação de sêmen bovino. Esses investimentos por meio de empresas transnacionais e/ou IEDs expressam o aprofundamento da apropriação-expropriação de excedente econômico pelas nações hegemônicas e inviabilizam o avanço da autonomia técnico-científica nacional;

3) a cisão da estrutura produtiva com relação à necessidade nacional, porque vemos o grau de insegurança alimentar e nutricional das massas brasileiras, com 14 milhões de pessoas passando fome (PENSSAN, 2022), e a força de trabalho no setor agropecuário submetida, majoritariamente, a baixos salários ou às formas contemporâneas de escravização; e

4) a migração racializada e generificada articulada à condição subimperialista brasileira na América Latina, o que requer a pesquisa dos movimentos de apropriação-expropriação para o conjunto de capitais das economias hegemônicas e dependentes na DIT, relacionada à divisão regional do trabalho no subcontinente, migrações e remessas.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v. 23, n. 57, p. 26-56, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, n. 23, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 4. ed. Santa Catarina: Insular; IELA, 2019.
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BOSCHETTI, Ivanete. Limitações do Estado social capitalista contemporâneo: expropriações, acumulação, exploração e violência. *Journal of Management & Primary Health Care*, v. 12, p. 1-13, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/980>. Acesso em: 20 maio 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Instrução Normativa nº 139/2018*. Brasília, 2018a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Lista suja do trabalho escravo. *Portal do Governo*, 2018b. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003*. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses

em que se configura condição análoga à de escravo. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm. Acesso em 10 jan. 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis*. Madri: Maia Ediciones, 2017.

CASTILLO, Guillermo. Jornaleros agrícolas: luchas laborales frente al trabajo precario y la explotación agroindustrial. *Desinformémonos*, 5 ene. 2022. Disponível em: <https://desinformemonos.org/jornaleros-agricolas-luchas-laborales-frente-al-trabajo-precario-y-la-explotacion-agroindustrial/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS (CDVDH/CB); COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) (Coords.). *Por debaixo da floresta: Amazônia paraense saqueada com trabalho escravo*. São Paulo: Urutu-Branco, 2017.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). Secretaria de Relações Internacionais e Instituto Observatório Social. *Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife*. São Paulo: CUT, 2021.

COM BOLSONARO, desmatamento da Amazônia Legal é o maior dos últimos 15 anos, revela Imazon. *Rede Brasil Atual*, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2022/08/com-bolsonaro-desmatamento-da-amazonia-legal-e-o-maior-dos-ultimos-15-anos-revela-imazon/>. Acesso em: 20 set. 2022.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe*. Santiago, 2022. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48520/3/S2200562_es.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

COM VENDAS de US\$ 14,25 bilhões, exportações do agronegócio batem recorde em outubro. *Portal do Governo*, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-vendas-de-us-14-25-bilhoes-exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-outubro>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DIA DO TRABALHADOR DOMÉSTICO: casos de abuso e trabalho análogo à escravidão ainda fazem parte da realidade atual. *Revista RMC*, 24 jul. 2022. Disponível em: <https://revistacampinas.com.br/dia-do-trabalhador-domestico-casos-de-abuso-e-trabalho-analogo-a-escravidao-ainda-fazem-parte-da-realidade-atual/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FERNANDES, Florestan. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p62-76>

FIGUEIRA, Ricardo Rezende et al. (Orgs.). *Escravidão ilegal: migração, gênero e novas tecnologias em debate*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, Cortez Editora, 2018. p. 17-61.

GIOVANAZ, Daniel. Aluguel, dívidas, gasolina: motoristas de app relatam desespero para fechar as contas. *Brasil de Fato*, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/10/aluguel-dividas-gasolina-motoristas-de-app-relatam-desespero-para-fechar-as-contas>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Márcia; LIMA, Flávia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020. p. 25-44.

GHIRALDELLI, Gabriela; FREUA, Salma. Importação de fertilizantes pelo Brasil aumenta 440% de 1998 a 2021. *CNN Brasil*, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/importacao-de-fertilizantes-pelo-brasil-aumenta-440-de-1998-a-2021>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GUNDER FRANK, Andre. *Lumpenburocracia: lumpendesarrollo*. Dependencia, classe y política en Latinoamérica. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira (Coords.). *Trabalho escravo: entre achados da fiscalização e as respostas judiciais*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018.

HUWS, Ursula. *A formação do cibertariado*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). *Carta IEDI*. São Paulo: IEDI, 2021. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1085.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

JÚNIOR, France. Maioria das grandes marcas de moda do Brasil se recusa a divulgar dados sobre fornecedores. *Repórter Brasil*, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/12/maioria-das-grandes-marcas-de-moda-do-brasil-se-recusa-a-divulgar-dados-sobre-fornecedores/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila; BORSARI, Pietro. A despadroneização do tempo de trabalho: múltiplos arranjos e sofisticação dos mecanismos de controle da jornada. In: KREIN, José Dari Krein et al. (Orgs.). *O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. v. 1.

KREIN, José Dari; BUARQUE, Carolina de Prá Camporez. Apresentação. In: KREIN, José Dari et al. (Orgs.). *O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. v. 1.

LIMA, Kátia Regina de Souza; SOARES, Marcela. Capitalismo dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à Brasileira. In: LIMA, Kátia Regina de Souza (Org.). *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira*: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 41-60

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência*. Problemas e categorias: uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, Georgy. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, Georgy. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012. v. 1.

MACUL, Mateus de Souza. Como a especulação fundiária impulsiona o desmatamento. *Nexo jornal*, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/academico/2020/12/31/Como-a-especulacao-fundiaria-impulsiona-o-desmatamento>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian subimperialism. *Monthly Review*, v. 23, n. 9, p. 13-24, Feb. 1972.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, t. 2.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres*. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉXICO. *Ley General para Prevenir, Sancionar y Erradicar los Delitos en Materia de Trata de Personas y para la Protección y Asistencia a las Víctimas de estos Delitos*. Ciudad de México, 2012.

MORESCHI, Bruno; PEREIRA, Gabriel; COZMAN, Fabio G. The Brazilian workers in Amazon Mechanical Turk: dreams and realities of ghost workers. *Contracampo*, v. 39, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38252/pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 3. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 29: trabalho forçado ou obrigatório*. Genebra, 1930.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla et al. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da TMD*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PECSITE. *Inseminação artificial*: Alta Brasil exporta uma a cada três doses de sêmen do país. 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.pecsite.com.br/inseminacao-artificial-alta-brasil-exporta-uma-a-cada-tres-doses-de-se>

men-do-pais/. Acesso em: 09 jan. 2023

PROJETO CAMINHOS DO TRABALHO. *Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil*. Bahia: Faculdade de Economia/UFBA, 2020.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*: II VIGISAN. Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.

ROSSI, Marina. Desmatamento, trabalho escravo e incentivo da ditadura: o que está por trás dos megapequaristas do Brasil. *Repórter Brasil*, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/11/crimes-ambientais-e-incentivo-da-ditadura-o-que-esta-por-tras-dos-megapequaristas-do-brasil/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RUIZ, Alejandro. “Antes de ser periodista soy ñuu savi, y antes de eso también soy migrante”: Kau Sirenio. *Pie de página*, 16 oct. 2021. Disponível em: <https://piedepagina.mx/antes-de-ser-periodista-soy-nuu-savi-y-antes-de-eso-tambien-soy-migrante-kau-sirenio/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SAKAMOTO, Leonardo. Com 2.500 vítimas em 2022, Brasil chega a 60 mil resgatados da escravidão. *Repórter Brasil*, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/01/com-2-500-vitimas-em-2022-brasil-chega-a-60-mil-resgatados-da-escravidao/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

SANTOS, Theotonio. Socialismo e fascismo na América Latina hoje. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n.1, p. 02-21, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15977>. Acesso em: 21 set. 2023.

SISTEMA DE GESTÃO DA GEOINFORMAÇÃO - SIGEO, Censos de Niterói - População, Niterói: SIGEO, s/d. Disponível em: <https://censos.niteroi.rj.gov.br/pages/populacao>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOARES, Marcela. *Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho*. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SOARES, Marcela; COSTA, Marianna. De mucama a trabalhadora doméstica: laços “familiares” e amarras da escravização. In: BERG, Tábata; LIMA, Flávio; LAAN, Murillo van der. *Trabalho e marxismo: questões contemporâneas*. São Paulo: Lutas Anticapital, 2022. p. 125-158.

SOARES, Marcela; PIRINA, Giorgio. Reflexões sobre a plataformação do trabalho no Brasil e em Portugal. Opressão-exploração na divisão internacional do trabalho. In: REUNIÃO CIENTÍFICA TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E QUESTÕES CORRELATAS, 15., 2022. *Anais XV Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas*. Aracajú: GPTEC; GEPEC, 2022.

SOTELO VALENCIA, Adrián. Las mediaciones de la superexplotación. In: ALVES, Giovanni (Org.). *Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI*. Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2021. p. 80-95.

SOTELO VALENCIA, Adrián. El capitalismo contemporáneo en el horizonte de la teoría de la dependencia. *Argumentos*, v. 26, n. 72, p. 77-95, mayo/ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-57952013000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 21 set. 2023.

TRABAJO doméstico, una de las actividades con sobreexplotación laboral. *Gaceta UNAM*, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gaceta.unam.mx/trabajo-domestico-una-de-las-actividades-con-sobreexplotacion-laboral/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

TRABALHADOR agropecuário em geral – salário, piso salarial, o que faz e mercado de trabalho. 30 ago. 2023. Disponível em: <https://www.salario.com.br/profissao/trabalhador-agropecuario-em-geral-cbo-621005/>. Acesso em: 19 set. 2023.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Urbanização, Superexploração e Espaço Metropolitano Brasileiro no Capitalismo de Plataformas

André Almeida de Abreu *

RESUMO

O espaço urbano tem se metropolizado, convertendo cada vez mais dimensões da vida social em mercadoria. Simultaneamente, o empresariamento do Estado e do trabalho tem favorecido a superexploração nas grandes metrópoles brasileiras, cada vez mais adensadas, espalhadas, verticalizadas e desiguais. O presente artigo consiste no produto de uma revisão bibliográfica como ponto de partida para a produção de uma tese doutoral, lançando olhar sobre a plataformização do trabalho e seu entrelaçamento com os processos de globalização, metropolização do espaço e empresariamento neoliberal. O intuito é analisar como o capitalismo informacional forneceu as bases para o desenvolvimento do capital por plataformas. Também pretendemos refletir sobre as possibilidades de ação contra as formas hegemônicas de produção do espaço, produzindo a negação do processo de superexploração do subproletariado urbano brasileiro.

Palavras-chave: Metropolização. Superexploração. Plataformização

ABSTRACT

Urban space has become metropolised, converting more and more dimensions of social life into merchandise. At the same time, state and labor entrepreneurship has favored overexploitation in the large Brazilian metropolises, which are increasingly dense, spread out, verticalized and unequal. This article consists of the product of a bibliographic review as a starting point for the production of a doctoral thesis. It takes a look at the platforming of work and its intertwining with the processes of globalization, metropolization of space and neoliberal entrepreneurship. The aim is to analyze how informational capitalism provided the basis for the development of platform capital. We also intend to reflect on the possibilities of action against the hegemonic forms of space production, producing the negation of the process of overexploitation of the Brazilian urban subproletariat.

Keywords: Metropolization. Overexploitation. Platformization

RESUMEN

El espacio urbano se ha convertido en metrópolis, convirtiendo cada vez más dimensiones de la vida social en mercancías. Al mismo tiempo, el emprendimiento estatal y laboral ha favorecido la sobreexplotación en las grandes metrópolis brasileñas, cada vez más densas, dispersas, verticalizadas y desiguales. Este artículo consiste en el producto de una revisión bibliográfica como punto de partida para la elaboración de una tesis doctoral. El artículo analiza la plataforma del trabajo y su entrelazamiento con los procesos de globalización, metropolización del espacio y emprendimiento neoliberal. El objetivo es analizar cómo el capitalismo informacional proporcionó la base para el desarrollo del capital de plataforma. También pretendemos reflexionar sobre las posibilidades de acción contra las formas hegemónicas de producción del espacio, produciendo la negación del proceso de sobreexplotación del subproletariado urbano brasileño.

Palabras-clave: Metropolization. Sobreexplotación. Plataformización

* Professor de Geografia da Rede Municipal de Educação de Maricá. Doutorando em Geografia pela PUC-RJ.

Introdução

Pode-se dizer que o capitalismo, nas últimas quatro décadas, registrou um salto científico-tecnológico. Esse processo gerou a aceleração dos fluxos de mercadorias, capitais, informação e pessoas. Com efeito, o espaço geográfico se complexificou e precisou ser cada vez mais entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006).

O presente artigo resulta da revisão bibliográfica realizada ao longo do primeiro semestre do curso de doutorado do autor e, por esse motivo, ainda carece de uma dimensão empírica para embasar sua construção teórica e epistemológica. O texto tem o intuito de estabelecer uma conexão entre processos como a globalização e a metropolização, de um lado, e o capitalismo de plataformas e a reestruturação do capital e do espaço, de outro. A ideia é discutir o entrelaçamento desses temas por meio do desenvolvimento de um diálogo entre alguns autores visitados e revisitados ao longo do primeiro semestre do curso de doutorado do programa de Pós-graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Algumas das principais categorias trabalhadas nas disciplinas realizadas são desenvolvidas neste artigo, procurando conectar as discussões realizadas ao longo do curso com minha proposta de tese – a qual versa sobre a plataformização do trabalho no contexto metropolitano brasileiro.

Na primeira parte do texto, discuto sobre o capitalismo informacional por meio de processos como a globalização, com foco na intensificação dos processos de mercadificação e empresariamento do espaço, bem como de diversas esferas da vida social, ampliando o avanço do modelo empreendedor neoliberal.

Na segunda parte do texto, o foco da discussão é o capitalismo de plataformas e sua consolidação no espaço metropolitano brasileiro, ampliando a superexploração do subproletariado excedente (MARINI, 2022; SINGER, 1981) mediante mecanismos de modernização conservadora e valendo-se da ideologia do empreendedorismo e intensificando a metropolização do espaço.

Por fim, encaminhamos o desfecho do artigo procurando caminhos que nos levem a construir as possibilidades de ações que sirvam como instrumento de resistência contra as diversas formas de exploração, tendo como horizonte utópico uma outra produção social do espaço, radicalmente humana e diferente das formas hegemônicas, que produzem um espaço alienado.

Capitalismo informacional, ações e o direito à produção do espaço

A despeito do que pensam os tecnicistas – que enxergam o espaço como uma tábua rasa – com seus modelos e códigos numéricos, o espaço é socialmente produzido. Indo além, o espaço com o qual nos deparamos hoje resulta, historicamente, de uma infinidade acumulada de ações humanas. Tais ações, em geral, são coletivas, produtos de uma luta contínua pela sobrevivência, de um lado, e do surgimento de mais e mais desejos e necessidades, no bojo da relação homem-meio. Podemos dizer, conforme Marx (2009), que o homem modifica o meio, coletivamente, mediante o trabalho, para satisfazer suas necessidades. Ao fazê-lo, o homem não modifica apenas o meio, mas transforma a si mesmo e, como consequência, inferimos, produz também o espaço.

É verdade, como quer Santos (2006), que tais ações possuem intencionalidades, revelando, por vezes, projetos hegemônicos ou ações contra-hegemônicas em um espaço geográfico em disputa. Ocorre que há uma diversidade de relações entre homem e meio, sociedade e natureza, que produzem espaço de formas distintas, de acordo com modos de vida diversos uns dos outros. No meio urbano, tais diferenças aparecem o tempo todo. O espaço produzido por uma comunidade pesqueira é, naturalmente, distinto daquele que encontramos numa favela formada por imigrantes nordestinos, que, por sua vez, difere-se completamente de outra favela, marcada pela ocupação de corpos negros. São racionalidades não hegemônicas, presentes no cotidiano desses territórios.

Toda essa diversidade, entretanto, é atravessada (por vezes, atropelada) por um modelo de urbanização que traz consigo a racionalidade do grande capital, dos tecnocratas, a qual privilegia o espaço concebido, planejado para gerar lucro, subordinando o uso do espaço ao seu valor de troca, em um processo cada vez mais acelerado de mercadificação do espaço urbano (FERREIRA, 2013).

Esta tem sido a dinâmica do processo de urbanização sob o capitalismo. Em um mundo predominantemente urbano, o Direito à Cidade – ou direito à produção do espaço, se preferir – é negado à maioria dos cidadãos em prol de um processo de produção do espaço dominado pelos interesses das grandes firmas, com representantes de grandes corporações – os quais não foram eleitos por ninguém – definindo os rumos da vida urbana de milhões de cidadãos, num modelo de urbanização que é antidemocrático e que tem se agravado com os processos de expansão urbana das regiões metropolitanas no Brasil (LEFEBVRE, 2013). É preciso lutar pelo direito à cidade. Entendemos a noção de direito à cidade não a como introdução de um direito normativo – ainda que essa dimensão seja importante na luta vigente – mas através da ideia de que a luta pelo bem-estar e pela justiça deve estar associada ao entendi-

mento de que tais conquistas dependem da relação entre direito e emancipação. Os cidadãos que buscam emancipação devem propor tantos direitos quanto forem necessários para a conquista de uma vida digna para todos. Compreendemos que a luta é pelo direito à cidade justa e, conseqüentemente, pelo reconhecimento de que todos os cidadãos são produtores do espaço.

É bem verdade que a urbanização capitalista privilegia o lucro em detrimento das necessidades básicas da maioria da população, produzindo um espaço urbano acentuadamente desigual e que viola as diversas dimensões do Direito à Cidade. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo informacional, marcado pela globalização – a qual tem intensificado os fluxos de capital, mercadorias e informação – tem elevado muitos desses processos a um novo nível. Essa mudança não é apenas de ordem quantitativa, mas qualitativa, e diz respeito a um salto no processo de urbanização provocado pela globalização do capitalismo, à qual têm se seguido sucessivos processos de reestruturação tecnológica, do capital e do espaço. O salto no processo de urbanização observado período do capitalismo informacional é o que se tem chamado de metropolização.

O que ocorre quando um fenômeno como a plataformização do capital e do trabalho encontra um espaço urbano metropolizado? Sabemos que, nas metrópoles, a acentuada concentração da renda e a desigualdade geram, ao mesmo tempo, uma demanda por serviços, seguida de ampla oferta de força de trabalho de baixo custo ávida por trabalhos que exijam baixa qualificação. O resultado é a existência de um vasto setor de serviços de baixa remuneração, importante objeto para o estudo das relações de trabalho, principalmente quando consideramos a vasta gama de transformações que o setor de serviços tem observado a partir da introdução do capitalismo de plataformas no Brasil ao longo dos últimos anos. Empresas de aplicativo de entrega encontram no chamado quadrilátero metropolitano brasileiro um denso núcleo urbanizado, tecnicamente equipado, socialmente desigual, espacialmente segregado e saturado em termos de deslocamento, propiciando condições favoráveis à consolidação do capitalismo de plataformas. Aprofundaremos agora a conexão entre os fenômenos da metropolização e da plataformização do trabalho.

Metropolização, mercadificação do espaço e a plataformização do trabalho

Hoje, o aspecto concorrencial alcança dimensões antes impossíveis, e a conversão das relações sociais em processos mercadificados tem atingido quase todas as esferas da vida social. Cidades concorrem entre si para atrair investimento, dependendo o bem-estar dos cidadãos do bom humor do mercado (um punhado de super-ricos

do mercado financeiro). Por outro lado, o Estado e seus diversos entes e instituições absorvem a lógica empresarial para garantir aquilo que é visto como mais importante: o lucro. Tudo é empresa! Até as pessoas, pois o processo de pejetização escancara cada vez mais que cada pessoa não deve mais ser um cidadão, alguém possuidor de direitos, mas, isto sim, uma empresa, um CNPJ que, dizem, depende apenas de sua capacidade de “capitalizar” de gerar riqueza para obter sucesso (DARDOT & LAVAL, 2016). Os derrotados desse processo são vistos com os únicos culpados por seu próprio insucesso, não merecendo o bem-estar a que, teoricamente, teriam direito.

A esse processo de mercadificação – termo proposto pelo geógrafo Álvaro Ferreira (2016) – do meio urbano se somam o adensamento urbano, a verticalização e o espraiamento das cidades. Não estamos mais diante apenas de um processo de urbanização, mas da metropolização do espaço (LENCIONI, 2017). O processo de reestruturação produtiva no Brasil – o qual inclui uma reestruturação das relações de trabalho, do capital e do espaço – foi acompanhado de um aprofundamento da metropolização do espaço no contexto urbano brasileiro. Os processos de globalização, neoliberalização e metropolização, entrelaçados, têm conduzido a uma profunda mercadificação das mais variadas esferas da vida social. Faz parte desse percurso o empresariamento das diversas entidades (do Estado até o indivíduo. A ideologia do empreendedorismo avança em níveis nunca antes vistos.

A metropolização guarda algumas características da própria urbanização, mas vai além dela. Não quer dizer que a urbanização deixou de existir, mas que há um fenômeno diferente não apenas em intensidade, mas de natureza distinta. A mudança de quantidade se converteu em diferença da qualidade do fenômeno, agora metropolitano. A metropolização “se constitui num processo socioespacial que transforma profundamente o território. A bem da verdade, não se trata de uma simples transformação, mas de uma verdadeira metamorfose, pois implica profundas alterações, quer de formas, bem como de estrutura e natureza” (LENCIONI, 2017, p.41). Por outro lado, a relação urbano-rural antecedente, característica de divisões de trabalho anteriores à atual, tem sido substituída por uma espacialidade híbrida, em que a dimensão metropolitana está presente no rural, alterando-o, principalmente nos comportamentos, fruto daquela difusão dos códigos metropolitanos (FERREIRA, 2016).

Podemos dizer que a metropolização é filha de um longo processo de globalização, o qual culminou na fase financeira-informacional dos dias atuais. As regiões metropolitanas são as primeiras a absorver as metamorfoses provocadas por processos globalizantes. “Dominada pela lógica da cumulação, ela [a metrópole] aponta a condição de integração ao processo global, isto é, à economia global onde se coloca praticamente a contradição entre espaços integrados e desintegrados ao capital mundial

(CARLOS, 2015, p. 85). O revolucionamento dos meios de transporte e comunicação das últimas cinco décadas gerou uma intensificação dos fluxos e uma aceleração dos ritmos, reduzindo aquilo a que Harvey (2013) denomina tempo de giro do capital. Esse processo teve sérias repercussões para a produção do espaço, tais como a ampliação do adensamento urbano, da verticalização e do espraiamento urbano-metropolitano, já lembrados aqui.

Uma multiplicidade de ritmos mais “lentos” presentes no cotidiano dos espaços urbanos não hegemônicos é atravessada pelo ritmo acelerado da cotidianidade programada (LEFEBVRE, 2021), cada vez mais acelerada de um processo de metropolização voraz.

Outra dimensão do fenômeno metropolitano é a inovação, o surgimento de novas técnicas, cada vez mais sofisticadas, que alteram as relações sociais. Assim, as metrópoles têm sido polos de atração para diversas corporações devido a uma série de razões enumeradas pela geógrafa Sandra Lencioni

a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação a sua extensão territorial. O segundo ponto é que a metrópole possui uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; o terceiro é que ela se constitui num lócus privilegiado de inovação; o quarto é que se constitui num ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e o quinto é que a metrópole se constitui num nó significativo de redes, quer sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades (LENCIONI, 2017, p. 201)

Por esse motivo, acreditamos que o espaço metropolitano tem se tornado uma área de interesse para corporações nacionais e internacionais vinculadas direta ou indiretamente ao ramo das tecnologias de informação e comunicação (TICs), consistindo em um importante objeto de análise para entender em que medida empresas por plataformas digitais têm buscado se inserir em zonas metropolitanas como um locus privilegiado, explorando seus recursos urbanos e a força de trabalho dessas regiões.

Entendemos que o capitalismo de plataformas – cujas empresas do ramo se inserem nas metrópoles – é uma dimensão do capitalismo informacional, ambos guardando características, no mínimo, semelhantes, tais como a importância do controle dos fluxos de informação para a acumulação de capital, a subordinação de regiões tecnicamente arcaicas às regiões mais modernas e a submissão da ação humana ao império da técnica.

Nesse ínterim, a modificação da técnica se converte em transformação das relações sociais de produção, modificado a divisão social do trabalho. Esta, por sua vez,

consiste em divisão técnica e territorial do trabalho. Assim, a técnica e o território se convertem em instrumentos em disputa, tendencialmente em favor do capital. Argumentamos que as estratégias técnicas são também estratégias territoriais.

Plataformização e superexploração do trabalho

A atual fase financeira-informacional do capitalismo tem fornecido as condições tecnológicas para o desenvolvimento das plataformas digitais como instrumentos de acumulação de capital. Mas o que são plataformas? Poell et al (2020) define as plataformas como infraestruturas digitais reprogramáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas através coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados em rede.

A plataformização, por outro lado, está vinculada a formas de governança das plataformas, que se materializam por meio da classificação algorítmica, privilegiando sinais de dados específicos em detrimento de outros, moldando assim quais tipos de conteúdo e serviços podem ser vistos em destaque e o que permanece “fora do radar” para os usuários (POELL ET AL, 2020). Em suma, a plataformização é um processo por meio do qual oligopólios de empresas de tecnologia comunicacional controlam fluxos de informação, permitindo uma ingerência acentuada na conexão digital entre fornecedores, vendedores e consumidores finais a partir de procedimentos bilaterais ou até multilaterais de mercado digital.

No Brasil, a revolução digital e a precariedade das relações de trabalho favoreceram o processo de plataformização. A massa excedente de trabalhadores se ampliou desde 2008, pois a crise econômica, de um lado, empurrou parte considerável dos brasileiros para a pobreza acentuada, aumentando o volume de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação disponível no mercado à procura de trabalho. A metamorfose digital dos serviços, de outro lado, permitiu a esses trabalhadores, ávidos por qualquer trabalho que garanta sua sobrevivência, encontrassem uma alternativa que não exigisse qualquer qualificação (principalmente no caso dos aplicativos de entrega). Além disso, apesar da baixa remuneração, muitos desses aplicativos de serviços de entrega ou transporte permitem para alguns uma rápida fuga da condição de desemprego – pela via do subemprego, é claro.

A disseminação da indústria digital forneceu a base para o surgimento do capitalismo de plataformas. Todo esse processo, como já mencionamos, seria impossível sem a revolução digital que ocorreu em todo o globo desde o início deste século. Desde o início da pandemia da Covid-19, tem se percebido o vertiginoso crescimento dos serviços de entrega e transporte por aplicativo de aparelhos celulares, cada vez

mais perceptível na paisagem das grandes cidades brasileiras quando observamos o fluxo de entregadores circulando pela cidade em suas motocicletas ou bicicletas portando mochilas em que constam as marcas das empresas de aplicativos de entrega – dentre as mais famosas estão o Ifood, o Rappi, Uber Eats, Loggi e, no ramo de livros e aparelhos, a Amazon. O desenvolvimento do sistema técnico tem aprofundado a sociedade de consumo e acelerado seus ritmos e fluxos.

É notável a forma inexorável como, no capitalismo informacional, tecnologias se inserem no tecido social por meio do consumo, consolidando novas técnicas na mediação das relações sociais, utilizando-se dessa força para subordinar o trabalho. O consumo das novas tecnologias viabiliza um modo de vida desejado, consolidando o império da técnica em detrimento do trabalho, cada vez mais controlado e subordinado ao capital por meio das novas tecnologias. Assim, duas dimensões do capitalismo em sua fase financeira-informacional têm penetrado no tecido social: a sociedade de consumo e a sociedade de controle – subordinadas ao sistema técnico. Santos (2006), já apontava para o fato de que aqueles que detêm o monopólio da técnica são plenamente capazes de exercer domínio sobre os que não a detêm.

O desenvolvimento daquilo a que Santos (2006) denominou meio técnico-científico-informacional e sua subsequente reprodução dependem não apenas da mercadificação de quase todas as esferas da vida social, mas do surgimento, na superestrutura, de um sistema ideológico que dê sustentação ao capitalismo informacional. Se antes, o regime fordista tinha como base ideológica correspondente o keynesianismo, a base ideológica do regime flexível é a doutrina neoliberal. O arquétipo neoliberal vai além da primazia do mercado sobre o Estado de bem-estar social, ultrapassa o tripé (macro)econômico preconizado pelo Consenso de Washington. O neoliberalismo criou um tipo ideal de indivíduo: o empreendedor. Na visão neoliberal, não há diferença qualitativa entre um megaempresário da Faria Lima e um vendedor informal de refrigerante nas ruas. São todos empreendedores. A diferença seria apenas quantitativa: o megaempresário, bem-sucedido, dispõe apenas de um volume maior de renda em relação a seu colega vendedor ambulante.

O mito do empreendedorismo não apenas escamoteia as divisões de classe. Para utilizar uma terminologia miltoniana, tal ideologia trata a racionalidade presente no circuito inferior da economia urbana como igual aquela vigente no circuito superior (SANTOS, 2008). Os apologistas do empreendedorismo ignoram uma diferença substancial: enquanto o capitalista da Faria Lima tem por objetivo a reprodução ampliada de seu capital, o vendedor ambulante busca a sobrevivência. Esta é a diferença fundamental entre ambos os circuitos. O circuito superior tem como prioridade a captação do trabalho excedente alheio. O circuito inferior, por sua vez, tem como

exigência primordial a reprodução do trabalho necessário – ainda que o trabalho excedente possa ser obtido pelo pequeno comerciante, ele o faz para se reproduzir enquanto trabalhador.

O que resulta da ideologia empreendedorista neoliberal é o empresariamento de tudo. Tudo e todos seguem a lógica empresarial. As pessoas, o Estado, as cidades etc. O que tem regido a sociedade é não apenas o consumo, mas a concorrência. Nessa visão, todos são *homo econômicos*, calculam custos e ganhos e operam de forma a derrotar seus concorrentes. A consequência é o aparecimento de práticas sociais alienadoras, a alienação do espaço. As ações humanas não são autônomas, mas subordinadas à lógica da mercadoria, da tecnocracia. Há uma subordinação do sistema de ações ao sistema de objetos (SANTOS, 2006).

Caso enxergássemos para além da superfície – se viséssemos além daquela pseudo-concreticidade apontada por Karel (1969) – compreenderíamos o caráter alienador do processo. Hoje, o homem, criador da mercadoria e da técnica, enxerga-se mais como criatura e menos como criador. Aliena o protagonismo criativo para a mercadoria, para a máquina e, enfim, para a técnica. Vivemos no mundo invertido do fetichismo.

A reestruturação produtiva e tecnológica das últimas décadas, aliada à ideologia do empreendedorismo, abriu o caminho para o surgimento do capital por plataformas digitais. O revolucionamento dos meios de comunicação forneceu a base técnica necessária sobre a qual se ergueu o capitalismo de plataformas, conforme demonstra Tom Slee

Essa foi uma das bases objetivas não só para que a Google e Facebook estivessem entre as mais poderosas empresas do mundo, mas também para que um conjunto cada vez mais amplo de bens e serviços fosse oferecido não mais por empresas ou conglomerados especializados, mas por plataformas que, a custo quase zero, tinham o poder de conectar imediatamente consumidores e varejistas, reduzindo os custos envolvidos em suas transações. (SLEE, 2017, p. 26)

Tem ficado claro que esta narrativa de cerca de quinze anos atrás subestimava a mais importante transformação do capitalismo no século XXI: a emergência da empresa-plataforma. O aumento na capacidade de processar, coletar, armazenar e analisar dados foi de tal magnitude que seu custo, que era de onze dólares por gigabyte em 2000, caiu para dois centavos de dólar em 2016 (SLEE, 2017).

De uma forma geral, é possível inferir, como Santos (2006), que se antes, no meio natural, objetos naturais eram predominantes na paisagem, com a presença de objetos humanizados, hoje, no meio técnico-científico-informacional, o espaço geográfico forma-se pela concatenação de dois sistemas indissociáveis: o sistema de objetos e o sistema de ações. Nesse novo meio, o território é marcado pela presença de verda-

deiras próteses (SANTOS, 2006).

Os sistemas digitais têm se complexificado, tornado-se mais sofisticados, permitindo o controle à distância e em tempo real das ações humanas. Exemplo disso é o que Abílio (2017) chama de subsunção real da viração, ou seja, a capacidade técnica dos softwares de serviços digitais utilizados por empresas-plataforma (tais como Uber, 99 pop, Ifood, Rappi, Loggi etc.) permite que essas corporações monitorem os percursos, as corridas e as entregas dos trabalhadores cadastrados em seus sistemas, controlando a produtividade e permitindo um sistema de remuneração por peça que não incorpora os trabalhadores “parceiros” como assalariados vinculados às empresas, mas apenas como “colaboradores”, desresponsabilizando as empresas em relação aos riscos do trabalho e aos direitos trabalhistas. É importante lembrar que os novos modos de controle do trabalho criados pelo capitalismo de plataformas não eliminam, mas, ao contrário, incorporam as formas de subsunção preexistentes, agora sob novas bases.

No curso do fenômeno do capitalismo de plataformas, a ideologia do empreendedorismo é utilizada de modo a legitimar o modelo de exploração, retratando os trabalhadores como “parceiros”, empreendedores autônomos “patrões de si mesmo”, sobre os quais as empresas não devem ter qualquer responsabilidade. Defendemos que esse processo consiste na (super)exploração, pelo capital por plataformas, de uma massa excedente de trabalhadores superexplorados (SINGER, 1981). Essa massa de trabalhadores excedentes resulta de um processo estrutural que mantém tais trabalhadores à margem do setor produtivo da economia e rebaixa o valor da força de trabalho em termos gerais. Esse processo é impelido pela deterioração dos termos de troca da burguesia nacional em relação ao mercado mundial (MARINI, 2022). Explicamos como se configura tal fenômeno estrutural socioeconômico brasileiro, o qual parece representar um círculo vicioso: Dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas e a deterioração dos termos de troca, o capitalista brasileiro é impelido a estocar capital na forma de patrimônio ou vendê-lo em capital fictício ou financeiro em vez de reinvestir na reprodução do processo produtivo. O resultado é um baixo consumo produtivo da força de trabalho, produzindo uma massa excedente de trabalhadores de um lado, e um excedente de capital estocado, de outro. Além disso, a superexploração do trabalho – entendida por Marini (2022) como a remuneração do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho – consiste num mecanismo, operado pela burguesia nacional, para compensar a transferência de valor das economias dependentes para as economias desenvolvidas, fenômeno que ocorre no âmbito do sistema da troca desigual no mercado mundial. Ressaltamos que existem diferentes noções de superexploração do trabalho. Para os teóricos marxistas que assentam seus

estudos acerca do capital monopolista – tais como Paul Baran e Paul Sweezy, para citar apenas os exemplos mais notáveis – o termo superexploração remete à ampliação da taxa de exploração da força de trabalho mediante a substituição do capital variável pelo capital constante, alterando a composição orgânica do capital. Entretanto, não mobilizamos tal vertente na condução da análise sobre a superexploração do trabalho por acreditar que a noção formulada por Marini (2022) é a mais adequada para o estudo da relação entre o capitalismo de plataformas e o subproletariado urbano brasileiro. O foco da discussão acerca da superexploração neste artigo são, de fato, as formulações propostas por Ruy Mauro Marini.

Acreditamos que o sistema de remuneração por peça, adotado pelas empresas de entrega por aplicativos, dispensa tais corporações, as quais operam os aplicativos, da responsabilidade de arcarem com os custos de reprodução da força de trabalho, empurrando para o trabalhador o risco de sequer obter a remuneração equivalente a seu trabalho necessário. Para explicar, faz-se necessário um exemplo: para manter suas forças vitais capazes de suportar o labor, um entregador gasta diariamente parte daquilo que recebeu no dia anterior. Os gastos básicos incluem, no mínimo, transporte, alimentação, a fração diária das contas de luz, gás, telefonia móvel e, em muitos casos, aluguel da casa. Digamos que, para cobrir os gastos básicos, o trabalhador precise realizar vinte entregas diárias. Este é então o equivalente de seu trabalho necessário. A diferença entre o total de entregas diárias de um trabalhador e a quantidade de entregas que garante seu trabalho necessário (assumimos aqui que são 20 entregas) corresponde ao trabalho excedente. Em geral, o trabalhador recebe o equivalente de seu trabalho necessário e entrega o excedente para o patrão. Entretanto, no sistema de remuneração por peça dos aplicativos, essa proporção varia de acordo com a quantidade de entregas diárias. Nesse sistema, caso o trabalhador sofra qualquer imprevisto (acidente, assalto, defeito no veículo, etc.) e não consiga ultrapassar as vinte entregas diárias correspondentes ao trabalho necessário, a empresa por aplicativo (Ifood, Rappi, Loggi, etc.) extrai o mesmo percentual fixo de sempre, tomando parte de seu fundo de consumo como fundo de exploração, remunerando sua força de trabalho abaixo de seu valor devido à expropriação de uma parcela de seu trabalho necessário.

Concordamos com Katz (2020) quando afirma que o valor da força de trabalho em economias dependentes como o Brasil é estruturalmente baixo. O problema é que o autor ignora processos de exploração do trabalho cuja remuneração é inferior a esse valor já estruturalmente rebaixado. Quando o fundo de consumo do trabalhador é expropriado pelo capitalista, o que ocorre não é um clássico processo de exploração, mas a superexploração da força de trabalho.

Assim, há dois elementos estruturais que marcam as relações sociais de produção em uma economia dependente intermediária, como é o caso do Brasil: 1) O rebaixamento estrutural do valor da força de trabalho, em comparação com as economias desenvolvidas, ocasionado principalmente pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas nacionais; 2) A superexploração da força de trabalho de uma parcela da massa excedente de trabalhadores que corresponde ao subproletariado, ocasionada pelo sequestro de uma parte de seu fundo de consumo, convertida em fundo de exploração.

Inferimos que o fenômeno das plataformas digitais, ao se consolidar na formação socioespacial brasileira – com destaque para as zonas metropolitanas – evidencia mecanismos de modernização conservadora. O capital de plataformas, ao penetrar nas metrópoles brasileiras, encontra um conjunto de relações sociais de produção preexistentes, estruturadas com base na superexploração do subproletariado urbano, fagocitando aquelas relações. Como resultado, o capitalismo de plataformas absorve uma parcela da massa excedente de força de trabalho, reproduzindo a exploração de uma velha fração de classe por meio de novas tecnologias (softwares, algoritmos etc.) que permitem ao capital se manter centralizado e, ao mesmo tempo, ampliar seu controle sobre o trabalho disperso.

Buscamos propor a noção de subsunção real-virtual do trabalho para a ilustrar a forma de controle exercida por tais corporações a partir dos softwares, indicando que apesar de digitais, tais mecanismos proporcionam formas reais de controle dos trabalhadores, em tempo real. Nesse sentido, concordamos com Tozi (2020) em sua ideia de que essas empresas não são apenas plataformas digitais, mas plataformas territoriais, pois é o território que se apresenta, ao mesmo tempo, como fundamento da tomada de decisão e recurso diferencial de rendimento, como se debaterá a seguir. Partindo da ideia de Santos (2006), pode-se afirmar que haveria uma produtividade espacial, ou geográfica, para as plataformas digitais.

Concordando com tal raciocínio, defendemos que toda reestruturação técnica e do capital é acompanhada por um processo simultâneo de reestruturação do espaço (bem como das relações sociais de produção). Logo, pode-se dizer que estratégias tecnológicas e econômicas costumam envolver estratégias espaciais, inseridas na disputa pelo espaço. Sendo assim, é fundamental que nos apropriemos do conjunto dos sistemas técnicos para buscar uma forma outra de produção do espaço, empoderando os diversos grupos sociais e comunitários, com seus modos de vida, no âmbito da produção das cidades. Pode-se dizer que a apropriação dos sistemas técnicos por aqueles que visam à solidariedade dos de baixo (SANTOS, 2000) é fundamental na luta pelo direito à cidade.

‘Seguindo a lógica de pensamento aqui proposta, concordamos com Ribeiro (2013)

quando postula uma análise que lance o olhar sobre as micro-conjunturas presentes no dia a dia dos cidadãos, a fim de captar as formas como relações sociais que emergem do cotidiano se conectam com os sistemas técnicos e de ações e ajudam a compreender as complexas inter-relações entre ação e técnica no âmbito daqueles sistemas.

No meio urbano, as diversas formas de apropriação do espaço (e da técnica!) que se desenvolvem com certa autonomia em relação ao modelo hegemônico – e mesmo se apropriando do mesmo para dar a ele novos significados – têm como locus privilegiado o cotidiano, pois é nele em que se inserem relações sociais de proximidade e confiança e é por meio dele que tais relações penetram o lugar e preenchem de conteúdo o espaço. O cotidiano envolve o sentido de pertencimento, fundamental para a consolidação de valores e relações sociais duradouros.

Portanto, se quisermos compreender de que forma o sistema técnico penetra no tecido social e influi sobre a produção do espaço, é preciso olhar para o micro e entender a partir dele a produção de valores e significados, mesmo quando analisamos processos superiores à escala local. Não há como compreender plenamente as ações sem olhar para o cotidiano, pois

A ação desloca-se para o dia a dia, emergindo em inesperados espaços públicos e privados e no ângulo do tecido social. Estes deslocamentos geraram, para o pensamento crítico, a necessidade de compreender âmbitos e esferas da vida coletiva historicamente secundarizados na reflexão teórica do capitalismo. Esta profunda mutação, observada nas últimas décadas, também constitui um dos veios explicativos da valorização contemporânea do espaço. (RIBEIRO, 2013, p. 138)

É por esse motivo que se quisermos entender as formas como a sociedade de consumo – entendida aqui de forma conjunta à sociedade de controle – penetra no tecido social por meio dos sistemas técnicos e de ações, devemos ter o cotidiano como foco do nosso olhar. O sistema técnico não pode ser visto de forma atomizada, separado do conjunto das relações sociais. Não há produção social do espaço e nem consolidação de qualquer sistema sem a incorporação de técnicas, valores e ações pelo tecido social. E tal incorporação só é possível no âmbito do cotidiano. Nenhuma prática socio-espacial ocorre apenas no âmbito racional. As paixões, crenças e demais emoções importam em demasia para a penetração de qualquer valor no tecido social. Ainda que as vivências produzidas no cotidiano possam ofuscar a verdade enquanto meio para se construir um processo emancipatório, elas fornecem elementos para fazer emergir o real, fazer-nos entender os processos como eles são. Basta construirmos os instrumentos políticos e epistemológicos para isso.

Considerações Finais

O presente artigo teve como intuito desenvolver, ainda que introdutoriamente, uma análise do capitalismo de plataformas no contexto metropolitano brasileiro. O objetivo era produzir uma análise de tal fenômeno que, de um lado, expusesse o entrelaçamento entre globalização, empresariamento neoliberal e metropolização do espaço e, de outro, buscasse o entendimento sobre como o sistema técnico e o sistema de ações, conectados um ao outro, penetram no tecido social de forma a influir na produção de um espaço urbano cada vez mais mercadificado, regido pela lógica do mercado e da alienação.

Entender o capital por plataformas como uma dimensão do capitalismo informacional foi fundamental para realizar a análise proposta. A atual fase do capitalismo tem revelado imbricações entre a sociedade de consumo e a sociedade de controle nunca antes registradas na história. É por meio do consumo (sobretudo no meio digital) que entramos em contato com um sofisticado sistema técnico amparado nos *softwares* que, de um lado, ampliam o acesso aos bens de consumo e, de outro, potencializa a capacidade de as corporações privadas (e mesmo as instituições públicas) de obter todo tipo de informação privada dos usuários da rede de internet.

É imprudente analisar a penetração do sistema técnico sem olhar para as micro-relações e a esfera do cotidiano. É igualmente equivocado pensar aquele sistema separado do sistema de ações. Talvez o caminho seja mesmo centrar-se na apropriação como categoria útil para analisar as formas como tais sistemas (carregados de intencionalidade) penetram no tecido social. A apropriação, vista na esfera do cotidiano, pode ser a chave para encontrarmos possibilidades de ação que se postulem contra o sistema do capital e sua forma alienadora de produção do espaço. Isto só será possível por meio do diálogo com os movimentos contra-hegemônicos, do pluralismo e do respeito aos diferentes modos de produzir o espaço.

Referências

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo Editorial. São Paulo, 2016.
- FERREIRA, A. Caminhando em direção à metropolização do espaço. *Geusp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 3, p. 441-450, mês. 2016.
- KATZ, Cláudio. A teoria da dependência 50 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. A produção social do espaço. São Paulo, 2021.
- LENCIONI, Sandra. Metrôpole, metropolização e regionalização. Consequência: Rio de Janeiro, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (org.). *Dialética da Dependência e outros escritos* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

- POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. 22 (nº1) – janeiro/abril 2020.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente. Ação, técnica e espaço (vol. IV). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2006
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Record: Rio de Janeiro, 2000.
- SINGER, Paul. Dominação e desigualdade. Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SLEE, Tom. Uberização. A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. Geosp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020.

Dependência Educacional: a Contrarreforma do Ensino Médio desde as Contribuições de Ruy Mauro Marini

Matheus Rufino Castro *

Resumo

Este trabalho almeja, por meio da Teoria Marxista da Dependência, e, sobretudo das contribuições de Ruy Mauro Marini, compreender a Contrarreforma do Ensino Médio em sua relação com a sociedade brasileira, notadamente de capitalismo dependente. Para tanto, estabelecemos os marcos do que entendemos ser a “dependência educacional”, isto é, a configuração do papel conferido à educação no capitalismo dependente, para, a partir das mudanças conjunturais e das particularidades dessa época histórica, entender o papel destrutivo dessa Contrarreforma. Logo, concluímos que, enquanto uma reação burguesa à crise do capitalismo, a Contrarreforma é um instrumento de aprofundamento de nossa condição dependente e destruição do futuro da juventude da classe trabalhadora.

Palavras-chave:

Contrarreforma do Ensino Médio. Dependência Educacional. Teoria Marxista da Dependência.

Abstract

This work aims to, through the Marxist Theory of Dependence, and, above all Ruy Mauro Marini's contributions, comprehend the Higher School Counter-reform relationship with the Brazilian society, notably of dependent capitalism. Therefore, we establish the landmarks of that we understand to be the “educational dependence”, namely, the conformation of the function assigned to education at the dependent capitalism, for, starting at conjunctural changes and these historical epoch particularities, understand this Counter-reform destructive action. Ergo, we conclude that, as a bourgeois reaction to the capitalism crisis, the Counter-reform is an instrument of the dependent condition deepening and destruction of the youth worker future.

Keywords:

High School Counter-reform. Educational Dependence. Marxist Theory of Dependence.

Resumen

Este trabajo pretende, a través de la Teoría Marxista de la Dependencia, y, sobre todo, de las contribuciones de Ruy Mauro Marini, entender la Contrarreforma de la Escuela Secundaria en su relación con la sociedad brasileña, notablemente de capitalismo dependiente. En consecuencia, establecemos los puntos de referencia de lo que entendemos por “dependencia educativa”, esto es, la configuración del papel otorgado a la educación en el capitalismo dependente, pues, a partir de los cambios coyunturales y las particularidades de este período histórico, comprender el papel destructivo de esta Contrarreforma. Por lo tanto, concluimos que, mientras que una reacción burguesa a la crisis del capitalismo, la Contrarreforma es un instrumento para profundizar nuestra condición de dependencia e destrucción del futuro de la juventud de la clase trabajadora.

Palabras clave:

Contrarreforma de la Escuela Secundaria. Dependencia Educativa. Teoría Marxista de la Dependencia.

* Doutor em Educação/UERJ. Coordenador do Núcleo de Estudos em Educação e Realidade Brasileira (NEEREBRA-CPII). Professor de Educação Física do Colégio Pedro II - Campus Duque de Caxias

Introdução

É com muita satisfação que acompanhamos o reconhecimento da vasta contribuição de Ruy Mauro Marini para a compreensão, e a conseqüente transformação, da realidade brasileira. Um dos nomes mais proeminentes da Teoria Marxista da Dependência (TMD), junto com Vânia Bambirra, dentre outros, Ruy Mauro foi escanteado por grande parte da “esquerda brasileira” por um longo tempo, justamente por ousar enfrentar e suas tendências hegemônicas, apontando suas debilidades; além de expor as incongruências, contradições e limites de um grupo reformista, capitaneado por um “ainda crítico” Fernando Henrique Cardoso.

A refinada compreensão de Marini acerca da realidade brasileira possui implicações bastante profundas para aqueles/as que, na periferia, dedicam suas vidas à luta pela superação do capitalismo e construção de uma sociedade socialista, efetivamente justa, igual e solidária.

Apesar de não se dedicar especificamente ao estudo da educação na América Latina (AL), as armas teóricas que forjou são determinantes para uma efetiva compreensão de seus limites/particularidades e potencialidades a fim de não nos permitirmos cair em ilusões de base idealista, ou mesmo nos equívocos mecanicistas que ele se dedicou a combater em sua obra. Assim como a sociedade brasileira não segue uma dinâmica linear de desenvolvimento no capitalismo, isto é, deixar de ser periférica e tornar-se central, ou desenvolvida, a educação brasileira também não o fará.

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina (MARINI, 2012 [1974], p. 47).

A compreensão materialista e dialética da educação e de sua função social passa necessariamente por uma compreensão da sociedade nos mesmos marcos. E é a partir das armas teóricas forjadas por Ruy Mauro que nos propomos a travar o bom combate e fazer uma análise da Contrarreforma do Ensino Médio (CEM), que entrou em vigor esse ano de 2022, e sua relação com a realidade brasileira.

Para tanto, organizamos o nosso estudo da seguinte maneira: uma análise da realidade brasileira a partir da TMD, utilizando principalmente os alicerces deixados por Ruy Marini, e suas determinações sócio-históricas mais abrangentes para compreendermos a função social e as possibilidades/limites da educação no capitalismo dependente; uma análise da conjuntura brasileira, a sua relação com a crise do capi-

talismo que enfrentamos; por fim, a partir da compreensão das bases atuais do capitalismo dependente, buscamos o entendimento da sua relação com a CEM.

Educação dependente: os limites e possibilidades da educação na periferia do capitalismo

Enquanto forma social (MASCARO, 2018), a educação deriva do núcleo da mercadoria, isto é, da forma-valor, embora resguardados os devidos espaços de autonomia relativa em decorrência das contradições intrínsecas ao próprio Modo de Produção Capitalista (MPC). Assim, com a finalidade de reprodução dos elementos estruturantes da ordem capitalista, sobretudo da reprodução ampliada da forma-valor, a educação deve atender às necessidades presentes nas devidas particularidades do MPC como totalidade.

Entendemos não ser possível a real compreensão da situação da educação sem analisar o seu processo global, o que implica na necessidade de entender a estrutura do capitalismo brasileiro. O capitalismo dependente brasileiro decorre do processo de expansão capitalista em escala global, que parte do centro a fim de satisfazer suas demandas de acumulação ampliada, estabelecendo os marcos e determinações da relação centro-periferia. Define-se, então, dependência como

[...] uma situação em que uma economia estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra à qual está subordinada, o que se expressaria no fato de a economia dominante poder expandir-se autossustentadamente – de forma contraditória e dialética, como característica do capitalismo – enquanto a dependente só o faria como reflexo dessa expansão, ou de forma constrangida pela situação de dependência, tendo efeitos positivos e negativos sobre o seu desenvolvimento (CARCANHOLO, 2013, pp. 193-194).

Essa vinculação subordinada da economia dependente ao centro ocorre a partir de mecanismos de base tanto econômica quanto extraeconômica, com preponderância dos primeiros, tendo em vista o papel de primazia ontológica das determinações da forma-valor. Outrossim, devemos ressaltar as implicações dessa vinculação dependente no desenvolvimento da educação enquanto forma social fundamental na constituição do MPC.

A economia periférica, então, dinamiza-se a partir das exigências dos capitais do centro, organizando-se em prol da satisfação de suas necessidades, o que inclui não só o que se produz, mas como se produz. Inicialmente como colônia satisfazendo as necessidades da Metrópole, depois como nação politicamente autônoma, mas economicamente dependente respondendo às demandas do Imperialismo, por meio do capital monopolista internacional.

Um dos marcos fundamentais levantados por Marini (2011[1973], 2012[1974]) como elemento constitutivo da dependência é a dissociação produção/circulação do valor, em especial da mercadoria tomada como elemento da riqueza social. Isso quer dizer que, apesar de haver a produção de valor e mais-valor na periferia, o que inclui sua forma-mercadoria, não necessariamente ocorre sua circulação e apropriação aí. Logo, parcelas substanciais do mais-valor extraído na periferia são apropriadas no centro do capitalismo.

Carcanholo (2003, p. 200) destaca como pilares do desenvolvimento do capitalismo dependente:

- a) superexploração da força de trabalho; b) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual); c) remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de royalties etc.); d) alta concentração de renda e riqueza; e e) agravamento dos problemas sociais.

Dos pontos acima, gostaríamos de iniciar nossa análise a partir da superexploração do trabalho enquanto elemento central da dependência, que terá profundas repercussões em todos os níveis sociais, inclusive no campo da educação. Tendo em vista que parte significativa do mais-valor produzido na periferia é apropriado pela burguesia do centro, a burguesia dependente deve recorrer a mecanismos de compensação interna.

A superexploração do trabalho é

um conceito cunhado para definir a particularidade das relações de trabalho predominantes na periferia. A superexploração é composta por alguns elementos fundamentais: a intensificação do trabalho, com ampliação da sua exploração; o prolongamento da jornada de trabalho; por fim, o que é central nas nações periféricas, e, portanto, na superexploração, é uma redução daquilo que pode ser considerado o trabalho necessário, o fundo de consumo do trabalhador, abaixo do que é necessário para a sua sobrevivência, sendo essa parcela do trabalho necessário convertida em fundo de apropriação para o capitalista local (CASTRO, 2019, p. 153).

A superexploração do trabalho possui íntima relação com o papel desempenhado pelos países periféricos na ordem capitalista mundial, assim como do desenvolvimento industrial do centro capitalista. A produção de commodities na periferia é orientada para abastecer o centro do capitalismo, resultando em extração do mais-valor relativo aí, possibilitando investimento em ciência e tecnologia com a diversificação/complexificação da produção no centro do capital.

No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na in-

dústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas (MARINI, 2011[1973], pp. 136-137).

Ao contrário do que ocorreu no desenvolvimento do capitalismo no centro, a classe trabalhadora periférica (desde seu início de forma escravizada) é pouco relevante enquanto mercado consumidor interno e polo dinamizador da acumulação de capital na periferia. Indo além, pelo fato de sua exploração ocorrer baseada sobretudo na utilização ostensiva de suas capacidades físicas (produção com força de trabalho escravizada geralmente no campo, ou com um parco setor de comércio e serviços de baixa complexidade nos meios urbanos), a educação formal enquanto meio de disseminação de insumos técnicos a fim de aumentar a produtividade do capital periférico é bem menos relevante que para os capitais do centro.

Se no centro do capitalismo, a expansão da educação formal foi uma necessidade histórica, além das lutas pelo direito à educação por parte da classe trabalhadora; na periferia, a educação pública, em decorrência da organização do trabalho, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, tornava-se não somente desnecessária, como um risco: seja por ser dispendiosa para o Estado brasileiro e a sua burguesia, seja por possibilitar maiores condições para uma condição ideológica de questionamento do *status quo*.

Além disso, conforme avança o processo da mercadorização da ciência e da tecnologia, o centro do capital estabelece mecanismos de controle e monopólio sobre a circulação do conhecimento. Por meio da imposição de royalties/patentes e da exclusividade sobre determinados ramos produtivos, há uma estrangulação objetiva das possibilidades de os países dependentes diversificarem suas produções, embora com momentos históricos de abertura (desde que controlados/dinamizados de fora): o processo da “substituição de importações”, a industrialização das décadas de 1940 a 1960, etc.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...] sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente (MARINI, 2011 [1973], p. 167).

A combinação da superexploração com uma produção pouco complexa, de baixo valor agregado, e, conseqüentemente, de baixa demanda em termos de conhecimentos e tecnologia, tem conseqüências severas para a educação da classe trabalhadora.

Enquanto a oligarquia agrária brasileira, e a própria burguesia que emergiu historicamente, podia enviar seus filhos (e um bom tempo depois) filhas para estudar nas universidades europeias e estadunidenses, a educação da classe trabalhadora não era vista como elemento importante para a produção. Igualmente, era desnecessário haver a difusão de centros de tecnologia e difusão científica se as exigências de produção eram mínimas.

Além disso, a perda de mais-valor nas relações com o centro engendrava uma necessidade permanente de a burguesia periférica apropriar-se de parcelas mais robustas do fundo público, ampliando o grau de incorporação do Estado às demandas burguesas de acumulação. Em qualquer sociedade capitalista, o Estado é uma forma social do capital destinada a garantir suas condições de reprodução, todavia, a intensidade em que isso ocorre e a atuação direta da burguesia no Estado é muito maior nas sociedades periféricas.

Com isso, é fator objetivo da acumulação capitalista dependente a apropriação do fundo público em escalas absurdas, o que resulta em menor capacidade de investimentos públicos na oferta de direitos sociais, o que vai incluir o setor da educação, assim como saúde, cultura, ciência e tecnologia, etc.

Por fim, diante do grau de miséria e do estado regressivo da sociedade capitalista dependente, o Estado também deve garantir com muita intensidade um outro aspecto seu: ser fiador da coesão social necessária à reprodução da ordem capitalista. A superexploração da força de trabalho resulta em fortíssima exigência de repressão de uma permanente condição de revolta da classe trabalhadora para com suas condições de vida, de modo que haja a constituição de Estados mais militarizados, violentos e mais propensos a uma Ditadura aberta de classe, além de intensificar a sua atuação em prol da contenção de quaisquer brechas de contestação/crítica no âmbito ideopolítico, reduzindo os espaços de formulação crítica, ainda que já mínimos na ordem capitalista.

Forja-se um panorama bastante delicado para a educação brasileira:

A processualidade da dependência é constituída, por um lado, por um processo produtivo subordinado, cuja organização do trabalho prescindia de avanços científicos, tecnologia, e, conseqüentemente, de uma classe trabalhadora possuidora de conhecimentos complexos; por outro, por um Estado que, como totalização política do capital, objetivava a viabilidade plena da dominação burguesa em uma sociedade miserável e, por isso, instável (CASTRO & OLIVEIRA, 2022, p. 313).

Podemos observar, assim, as balizas daquilo que entendemos por “dependência educacional” (CASTRO & OLIVEIRA, 2022): uma educação pública naturalmente precarizada diante da impossibilidade de maiores investimentos públicos, tendo em vista a centralidade da apropriação do fundo público pela burguesia dependente a fim de dar continuidade a uma produção em bases capitalistas; uma educação empo-

brecida em termos de base técnico-científica, pois, a função econômica da periferia, seu papel na dita Divisão Internacional do Trabalho, gere menos exigências em termos de formação científica de sua classe trabalhadora; à limitação do acesso à ciência para a classe trabalhadora corresponde a necessidade de ampliação do controle ideológico e domínio de sua subjetividade, tornando a educação pública meio de difusão positiva de um ideário conservador, como, por exemplo, presença histórica do ensino religioso obrigatório na educação, embora o Estado seja, ou, pelo menos, se denomine laico (ou de oferta obrigatória, sob controle da Igreja Católica e mais recentemente evangélica).

Sendo assim, cremos ter identificado os elementos mais gerais da constituição sócio-histórica da educação em uma sociedade de capitalismo dependente. Todavia, é fundamental entendermos o atual panorama da produção capitalista e o nosso papel nele para que consigamos compreender as atuais mudanças nas políticas educacionais brasileiras, em destaque o nosso objeto de estudo, a CEM.

A crise no/do Brasil: uma análise das mediações da crise do capitalismo no Brasil e seus impactos para a classe trabalhadora

A produção capitalista passa por momentos históricos de inflexão, que são os períodos de crise. Em síntese, o capital é o valor em movimento para satisfazer suas necessidades de autovalorização, reiniciando o processo, para novamente ser produzido e acumulado em escala ampliada. Quando o valor não consegue se valorizar, ou se realizar de forma ampliada, há uma crise, que pode ser localizada ou conjuntural, uma obstrução temporária; ou isso pode ocorrer por razões estruturais, afetando a produção capitalista em escala global, em maior ou menor grau, atingindo o conjunto das relações sociais, das formas sociais do capitalismo, o que inclui a educação.

A consequência das crises em uma economia capitalista é a desvalorização do capital superacumulado na fase de crescimento anterior. Essa desvalorização do capital, até por força da atuação da concorrência entre os capitais no pós-crise, se dá ou pela “destruição” de uma massa desse valor-capital superacumulado, basicamente em função da redução de seus preços, ou então pelo simples fato de boa parte desse capital ficar parado, ocioso, o que é uma negação da própria lógica do capital que só se efetiva em movimento (CARCANHOLO, 2011, p. 80).

Dessa forma, a crise do capitalismo tanto é produto das contradições fundamentais do Modo de Produção Capitalista (MPC) em determinado momento histórico, quanto é uma forma histórica sua de tentar superar essas contradições. “São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a atual crise estrutural no processo de acumulação do capital. E o capitalismo contemporâneo, [...], é, por sua

vez, consequência das formas como ele próprio saiu de sua última – antes desta – crise estrutural” (CARCANHOLO, 2011, p. 73).

A fase atual do capitalismo, comumente denominada de neoliberalismo, é uma reação do capital à sua última crise estrutural, datada da década de 1970. Como essa crise resultou da articulação entre a superacumulação de capital e a queda nas taxas de lucro, a resposta do capital buscou superar essas tendências e possui como pilares: uma reestruturação produtiva, a partir do que se convencionou chamar de acumulação flexível, a fim de diminuir os estoques de mercadorias acumuladas, aumentar a produtividade do capital, diminuir o seu tempo de circulação, desregulamentação da circulação espacial de capital; desregulamentação do mercado de trabalho, retirando direitos trabalhistas, aumentando a subordinação do trabalho, criando novas formas precárias de exploração da força de trabalho e extração do mais-valor, sobretudo pela utilização ostensiva de tecnologia, terceirização, pejetização, e, mais recentemente, o empreendedorismo caminham nessa esteira; destruição das entidades organizativas da classe trabalhadora como os sindicatos com a criação e fortalecimento de sindicatos patronais, ou “propositivos”; ampliação da massa desempregada; intensificação da exploração da periferia pelas burguesias centrais, aumentando a remessa de lucros para o exterior, retirando impostos sobre as mesmas, facilitação da entrada e saída de capitais estrangeiros que destroem ou absorvem significativos ramos da economia nacional, ampliando a dependência para com esses capitais forâneos; por fim, no nível do Estado, há um comprometimento ainda maior das suas divisas com a imposição de políticas tributárias regressivas, privatizações e concessões, redução de serviços e direitos sociais, aumento da dívida pública, e ampliação do caráter policialesco do Estado e sua militarização crescente.

O papel do Estado, apesar de manter sua essência, enquanto forma-política do capital e seu operador e garantidor nos níveis mais elementares da vida, sofre profundas modificações a partir do neoliberalismo. Destacamos, nesse ínterim, a particularidade do Estado no capitalismo dependente.

Em relação ao papel do Estado na vida econômica, o projeto burguês-imperialista assume o neoliberalismo com o fim de adequar a economia latino-americana aos interesses dos grandes centros, privatizar o capital social que se encontra na esfera pública e limitar a capacidade da intervenção na economia de que dispõe o Executivo, seja transferindo parte de suas atribuições ao Congresso Nacional, seja apropriando-se ela mesma (a burguesia) da outra parte, em nome dos supostos direitos da iniciativa privada (MARINI, 2011[1991], p. 219).

Com a ampliação da dependência para com os capitais externos como condição *sine qua non* para a existência do capitalismo no Brasil, torna-se fundamental ampliar a “atratividade” local para eles. Isso significa a construção de todo um arcabouço legal

favorável ao aumento dessas taxas de lucro, ou seja, garantir condições cada vez melhores para a exploração da força de trabalho. Contudo, não há qualquer garantir de que os capitais aqui investidos não se desloquem para outros países com “melhores condições”, e nem que o mais-valor aqui produzido permaneça na forma de reinvestimento, já que são remetidos para os seus países de origem no centro do capitalismo, isentos de qualquer taxaço, aumentando ainda mais a situação de dependência. “A partir daí não fica difícil perceber em que termos se estabelece a dependência e a avidez por uma maior flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho no sentido de ampliar a superexploração na periferia” (AMARAL, 2006, p. 75).

Medidas regressivas e desregulamentação da vida em todos os seus níveis, social, trabalhista, além da própria natureza, tornam-se medidas necessárias para garantir o nível de atração requerido pelo capital monopolista. Isso explica, por exemplo, o apoio de expressiva parte da burguesia local e a ação orquestrada pelos EUA no golpe que derrubou Dilma Rousseff em 2016, e nas eleições que levaram um fascista à presidência da república em 2018. As contrarreformas trabalhista e da previdência, a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, as “boiadas” na área ambiental, tudo isso faz parte de um rol de medidas a fim de viabilizar o capitalismo dependente brasileiro em um período de crise estrutural.

É um movimento histórico que constitui um ostensivo processo de reprimarização da economia periférica, em especial da economia brasileira:

Nesse marco, nos colocam a obrigação de abastecer esses centros com matérias-primas e manufaturas de segunda ou terceira classe, às custas do desmonte de nossas estruturas produtivas e de nossos próprios mercados internos, pouco se importando com que isso implique dar as costas à satisfação das necessidades mais elementares da população. Paralelamente, nos obrigam à prática de uma política de privatizações, que transfere nossas empresas – criadas com fundos públicos, fundos que têm sido formados pelos nossos povos com enorme sacrifício – a preços ínfimos para as mãos dos grandes grupos, estrangeiros em sua grande maioria. Ao Estado fica pouco mais que a função de reprimir as massas para garantir a consecução desses propósitos (MARINI, 2011 [1991], p. 222).

O neoliberalismo, entretanto, implica em reconfiguração não apenas no nível socioeconômico mais amplo, mas pressupõe todo um rearranjo das relações sociais de produção, para tornar possível essa nova forma qualitativa de ser do capital.

Ao contrário do liberalismo clássico que trazia a vontade de enriquecer e o empreendedorismo como características naturais do ser humano, o neoliberalismo já entende que elas são qualidades humanas, mas que precisam ser devidamente estimuladas pelo Estado. Logo, o neoliberalismo entende a necessidade de uma intervenção ativa para a produção dessa subjetividade a fim de converter cada sujeito em um

“empreendedor de si mesmo”. “[...] o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social” (SAFATLE, 2021, pp. 24-5).

A universalização de uma subjetividade “livre e empreendedora” e a subsunção social à lógica da iniciativa privada seria consequência de um amplo e profundo processo de despolitização social para desobstruir a economia de livre mercado, o que inclui principalmente os ataques às organizações da classe trabalhadora, como partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc. Assim, o neoliberalismo traz a liberdade de mercado como a única liberdade possível, o mercado como o único espaço em que os sujeitos poderiam ser efetivamente livres e garantir a sua individualidade, o que justificaria qualquer meio utilizado para a sua garantia, inclusive uma ditadura, “um Estado forte e sem limites em sua sanha para silenciar a sociedade da forma a mais violenta” (SAFATLE, 2021, p. 27). Por isso, não é de se estranhar que muitos ideólogos do neoliberalismo tenham sido próximos do fascismo ou mesmo fascistas assumidas, como vemos a relação entre Paulo Guedes e o governo Bolsonaro, colaboracionistas com Ditaduras sanguinárias como os “Chicago Boys” e o Governo Pinochet, etc.

Somente assim, os sujeitos da classe trabalhadora poderiam encarar todo esse processo ostensivo de precarização de sua vida, enxergando-se não mais como classe trabalhadora, que tem suas condições de vida atacadas, mas como capitais que devem se submeter a toda sorte de riscos, a fim de alcançar o “pote de ouro no fim do arco-íris”. “O apagamento do termo ‘trabalhador’ e sua substituição por ‘colaborador’, ‘empreendedor’ ou ‘associado’, [...], são um indício da forma como o neoliberalismo oculta as relações de trabalho em seus esforços de renomeação da categoria” (DUNKER *et alii*, 2021, p. 247).

Essa construção subjetiva torna-se imperiosa para que os sujeitos consigam lidar com a acentuação da realidade da superexploração do trabalho na periferia do capital, vista como “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (MARINI, 2012 [1, p. 52]).

Os sujeitos enxergando-se enquanto “empresas de si mesmos” “definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de ‘capitais’ e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de ‘inteligência emocional’ e otimização de suas competências afetivas” (SAFATLE, 2021, pp. 30-1). O desejo é cada vez mais trabalhado na lógica da racionalidade empresarial, com uma permanente autovigilância a partir de critérios oriundos da administração de empresas.

Este processo tem sua base material localizada no gradativo fim dos empregos, da estabilidade, dos direitos trabalhistas e sociais, com sua substituição por todas as suas formas intensificadas e precárias, colocando a vida laboral muito mais como uma espécie de profissão de fé do que um ambiente racional. Torna-se fundamental a apreensão irracional da vida laboral para sustentar tamanha precarização. O sujeito deve enxergar-se enquanto uma empresa, sopesando todas suas ações a partir da lógica do custo-benefício, da competição permanente, buscando sempre ser produtivo.

Desenvolver talentos e potenciais, possui *soft skills*, inteligência emocional e visão de futura não são apenas sinais da renovação dos parâmetros de demanda ou de concorrência, mas uma forma de vida na qual a gestão governa todas as pequenas decisões e hábitos de alguém, da sua forma de vestir ao modo como se alimenta. O tipo de diversão e o uso específico da linguagem, bem como a visão de mundo em estrutura de gestão, serão objeto de contínuas palestras motivacionais e, no final de 2017, impulsionarão o fenômeno das mentorias e *coachings* (DUNKER *et alii*, 2021, p. 248).

É uma situação que atinge todos os níveis da vida, inclusive a dimensão religiosa. O empresariamento da fé, junto de seu fundamentalismo conservador, é elemento central para a compreensão da realidade brasileira.

Essa gramática não aposta mais na salvação coletiva, pelo poder transcendente de proteção gerado pela fé, mas na individualização da salvação, na qual a religiosidade é mero meio e suporte. É a chamada terceira onda neopentecostal, que começa em 1977 e se concentra no Rio de Janeiro, com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus, por Edir Macedo. Ela se caracteriza pela teologia dispensacionista da prosperidade e pelo neopentecostalismo de resultados. [...] a terceira onda elege pastores em função do resultado alcançado na arrecadação e nas doações e dízimos (DUNKER *et alii*, 2021, p. 239).

A abertura de igrejas segue a lógica das franquias comerciais, sem qualquer tipo de preparação religiosa para o pastor, em que cada sujeito pode abrir a sua desde que tenha o “dom da palavra”, cujo sucesso/capacidade será mensurado pelo número de fiéis/doações obtidas. Com isso, tornar-se pastor torna-se mais um horizonte de ascensão social em um meio de extrema miséria, uma opção profissional de baixo custo e poucas exigências, mediante um quadro social extremamente regressivo. A religião torna-se um elemento distintivo dos sujeitos, pois gera uma rede de proteção que a institucionalidade não é mais capaz de oferecer, muito menos em um Estado dependente, que não pode garantir os direitos sociais, nem outros tipos, além de ofertar uma possibilidade de ascensão social. Cria-se uma fortíssima base material que reconfigura a relação dos sujeitos para com o sofrimento, o redefine, “pare de sofrer” é o slogan que coloca o sofrimento como mero ato subjetivo-individual, uma escolha.

Os grandes pastores capitalistas tornam-se legítimos pelo próprio processo de autoconfirmação que a sua riqueza os coloca na condição de “ungidos/escolhidos”: são escolhidos porque são ricos e são ricos por são escolhidos, e é justamente na figura dessas lideranças, em sua riqueza, que reside a confirmação do acerto moral da comunidade. Assim, legitima-se a lógica empreendedora que cada sujeito deve ter, pois é o empreendedorismo, essa forma de agir no mundo, que é a verdadeira garantidora da salvação individual, demonstração de fé, tomando como ponto de unidade os inimigos externos: Estado, esquerda, movimentos sociais, etc. (DUNKER *et alii*, 2021).

Deve-se ressaltar, por fim, que essa produção de subjetividades do neoliberalismo também tem um componente fundamental: que é no nível científico-filosófico a produção de um novo sistema de crenças. A difusão desse sistema de crenças oriundo de Hayek, Mises, *et caterva*, foi sobremaneira capilarizado a partir da imprensa e de setores da academia, construindo um monopólio da interpretação do mundo, da realidade, e de método científico, que deva corresponder aos novos imperativos da ordem capitalista. “A implicação deste monopólio é óbvia: o que é desejável e possível na sociedade e para a sociedade só pode ser ‘realisticamente’ formulado, ou mesmo concebido, se estiver em conformidade com o sistema de crenças dominante” (DUAYER, 2012, p. 24).

O saudoso professor Mario Duayer identifica nessa nova ontologia, denominada de neopragmática, a ideia de que a crença não seja uma tentativa de representar a realidade, com o máximo de objetividade possível, mas sim uma orientação eminentemente prática de ação no mundo. “O que equivale dizer que o valor de verdade de nossas crenças nada mais é do que um título que outorgamos às crenças que se mostraram a um só tempo necessárias e adequadas para o nosso trato com o ambiente” (DUAYER, 2012, p. 18).

Daí o caráter extremamente pragmático, imediatista, desprovido de historicidade e de temporalidade, de cunho exclusivamente individualista. É uma ontologia nova cujo cerne é o fechamento da história, isto é, impossibilitar que se vislumbre qualquer tipo de transformação histórica, ação coletiva, tudo envolvendo o que se denominou historicamente de pós-modernismo.

Daí a compreensível associação que tal predomínio estabelece entre ceticismo, conformismo e hiperindividualismo. O sistema de crenças, ao representar um mundo social sem sentido social, exacerba tais atitudes e, retroativamente, reforça subjetivamente, pelas atitudes pessoais que alimenta, o caráter crescentemente antissocial dessa forma de organização da vida social (DUAYER, 2012, p. 24).

A esse conjunto de paradigmas do campo acadêmico-científico e filosófico, Duayer denominada de “relativismo ontológico”. Por mais que entre si possuam di-

ferências e particularidades, há no nível ontológico um ponto em comum: a negação da existência de um conhecimento objetivo, o que impede a crítica no nível da ontologia, e, por conseguinte, da transformação social mais ampla. negar a existência de um conhecimento objetivo implica em implodir a possibilidade de uma crítica ontológica, o que desarma a possibilidade de lutar por mudanças mais profundas (DUAYER, 2012).

Não é por acaso que a educação pública torna-se alvo preferencial da burguesia nesse período histórico. A educação pública reúne em si elementos fundamentais para a ordem capitalista: um mercado inexplorado com um enorme potencial de lucratividade para o capital; a possibilidade de incidir ainda mais diretamente sobre a formação da classe trabalhadora, tanto em nível dos conhecimentos exigidos pelo mercado, quanto pela formação subjetiva dessa classe a fim de corresponder aos novos imperativos do MPC; por fim, a possibilidade de ampliar o grau de usurpação dos recursos públicos pela burguesia, local e internacional.

Por isso, a análise da Contrarreforma do Ensino Médio, junto de sua correspondência na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deve ser feita em sua relação com a totalidade do capitalismo no Brasil.

A Contrarreforma do Ensino Médio: um instrumento de aprofundamento da dependência brasileira

Se anteriormente abordamos as determinações sócio-históricas mais abrangentes da relação entre capitalismo dependente e educação, torna-se fundamental investigarmos agora, como essa relação ocorre neste contexto, de crise do neoliberalismo, e como a Contrarreforma do Ensino Médio (CEM) se enquadra nessa tentativa de reação burguesa à crise vivida. Não por acaso, a CEM é implementada via Medida Provisória (MP) na esteira do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, em prol do vice usurpador, Michel Temer. Chamamos o processo ilegal e ilegítimo de deposição da presidenta Dilma de golpe, pois

As acusações de desrespeito à Lei Orçamentária e à Lei de Improbidade Administrativa, que motivaram a denúncia por crime de responsabilidade recebida pela Câmara dos Deputados e julgada pelo Senado Federal, têm escopo bastante vago. As chamadas “pedaladas fiscais” são de nula ou baixíssima tipificação no ordenamento jurídico brasileiro. A acusação criminal imputada não se subsume a um tipo penal claro. É verdade que o *impeachment* tem por base não apenas matéria penal, mas também política; ainda assim, não se trata de critério aberto. [...] Ainda, também em termos de organização sistemática do direito, a acusação de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff não encontra correlação sistemática com outros casos que se situem no mesmo grau de existência fática e que tenham merecido semelhante julgamento; a construção do crime e do remédio de grau impactante exigiria o mesmo a todas

as demais condutas dos agentes políticos nacionais, fato esse inexistente e mesmo de impen-sável aplicação. A validade do crime de pedalada fiscal, em uma interpretação sistemática, é desprovida de qualquer fundamento. (MASCARO, 2018, p. 67).

Apesar de o golpe atingir diretamente Dilma e o PT, o seu alvo foi a classe trabalhadora, por meio do esgotamento da política de “conciliação de classes” do PT, que, por sua base social historicamente conectada com os segmentos populares e a classe trabalhadora, apresentava alguns freios à total incorporação do Brasil pelos interesses do capital monopolista. O golpe, então, é produto e produtor de um longo processo de desgaste do governo petista e de suas contradições no nível da política estatal: a tentativa de ficar no meio do caminho desagradava tanto a sua base social, pela intensificação do tom neoliberal das políticas, quanto das frações burguesas por radicalizar “pouco” no neoliberalismo, o que torna o governo um alvo frágil (MASCARO, 2018).

Isso implica em reafirmar um dos princípios mais fundamentais que Ruy Mauro Marini (2012[1974]) nos legou: a impossibilidade de um “desenvolvimento” do capitalismo no Brasil, ou seja, a superação de nossa condição periférica/subdesenvolvida não pode ocorrer por dentro da ordem capitalista. Logo, a única ruptura possível para com a situação de capitalismo dependente é a revolução socialista.

Logo após o Golpe, Temer assume a presidência em “um grande acordo com o supremo e com tudo”, cercado de apoio da burguesia, dos conglomerados midiáticos, do judiciário, além dos militares, sobretudo o alto oficialato. O usurpador radicaliza no processo de implementação da agenda da burguesia monopolista, o que viria a ser mantido, se não intensificado por seu sucessor, o profascista Jair Bolsonaro.

Temer instaurou e Bolsonaro manteve políticas de destruição social como: Contrarreforma Trabalhista, que retirou direitos trabalhistas como o próprio acesso gratuito à justiça do trabalho, além de fragilizar sindicatos com a prevalência do “negociado sobre o legislado”, e instaurou um conjunto de formas precárias de contratação como o “trabalho intermitente”; o estabelecimento do Preço de Paridade Internacional como referência para a política de preços da Petrobrás, que, junto com uma agressiva política de desmonte da companhia, sobretudo a venda da BR Distribuidora e de várias refinarias, resultou em uma escalada de preços de combustíveis aumentando os lucros de acionistas e de grandes oligopólios internacionais de petróleo às custas da fome da população brasileira; a tentativa de Temer de implementar uma Contrarreforma da Previdência, que logrou êxito com Bolsonaro, que basicamente destruiu a seguridade social e faz com que as pessoas tenham que se aposentar com quase 70 anos de idade para manter seu patamar aquisitivo, além de reduzir drasticamente as pensões; por fim, é o destaque da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que congelou e, conseqüentemente, reduziu relativa e absolutamente os investimentos em

direitos sociais como saúde e, principalmente, educação.

Esse é um cenário de agravamento do processo de superexploração do trabalho (MARINI, 2012[1974]), em que a Reforma Trabalhista, junto com uma política tributária regressiva, e o aumento inflacionário corroem o poder aquisitivo da classe trabalhadora, de modo a reduzir o fundo de consumo da classe trabalhadora e transferi-lo para a burguesia, além de intensificar a exploração do trabalho. Ademais, esse conjunto de propostas cujo cerne está no aumento da remuneração do capital monopolista internacional e da burguesia local por meio de recursos públicos “poupados”, seja com a previdência, seja com o Teto de Gastos, também corresponde aos imperativos do capitalismo dependente (MARINI, 2011 [1991]).

É nesse contexto que a CEM é instituída de forma autoritária, rompe mesmo com os paradigmas mais comezinhos do republicanismo burguês: o envio de um Projeto de Lei para apreciação no parlamento. A CEM, junto com a instituição igualmente autoritária da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), rompendo com os parcos debates que vinham acontecendo, são as políticas estruturantes de adaptação da educação pública aos novos desejos e necessidades do capital.

A CEM foi uma criação burguesa, com destaque para o Todos Pela Educação (TPE), que preparou um “estudo”, em que apresentava como o grande problema da sociedade brasileira a educação pública, junto sempre com a corrupção. Todavia, o interesse na educação pública enquanto filão de mercado aberto para o capital era tão importante que até o Banco Mundial (BM) se engajou no fortalecimento dessa política, casada com o “Teto de Gastos”.

c) O Banco Mundial orienta para a aplicabilidade da Emenda Constitucional N° 95 (BRASIL, 2017, *apud* MOREIRA, 2018, p. 205) por meio de recomendações constadas no documento “Ajuste Justo” encomendado para propor medidas após a aprovação da EC n° 95; d) Deliberou-se para o financiamento pelo Banco Mundial da implantação da reforma do ensino médio no país: Valor do empréstimo em 2017: 250 milhões de dólares em 5 anos (SENADO, 2018, *apud* MOREIRA, 2018, p. 205).

É fundamental retomarmos que isso é mais um dos paradigmas da dependência: a necessidade de captar capitais externos para financiar a própria atividade capitalista interna, além de utilizar o Estado como instrumento de rentabilização da burguesia rentista internacional. Por meio desses empréstimos, o BM condiciona a transferência de recursos à execução das políticas públicas propostas nos países dependentes.

A constatação burguesa do fracasso educacional apontava problemas obviamente não estruturantes de nossa formação socioeconômica: esqueçam a miséria, a desigualdade social, a necessidade de crianças e jovens trabalharem desde cedo, e toda sorte de precariedade que atravessam, pois, não é isso que causa evasão escolar e

repetência; o problema está na escola e, conseqüentemente, nas professoras/es, pois, o ensino médio “[...] carecia de atratividade em reter os alunos na escola, por conta da abundância de disciplinas e de um percurso curricular único, o que acarretaria um alto índice de evasão escolar devido à falta de identificação com o currículo aplicado pela instituição de ensino” (GAWRYSZEWSKI, 2017, p. 93).

E como resolver isso? A escola deveria ser tornada mais atraente, com uma profunda modificação curricular, sobretudo, fazendo com que os/as estudantes possam exercer um suposto “protagonismo juvenil” e escolherem aquilo que “querem estudar”.

Neste cenário, o primeiro passo a debatermos é a base epistêmica, e, principalmente, ontológica da CEM e da BNCC. A Base Nacional busca reestruturar os currículos escolares, antigamente centrados em conhecimentos, a partir da “Pedagogia das Competências”.

Para entendermos o significado disso, buscamos no seu precursor, ou, pelo menos, o principal sistematizador, Philippe Perrenoud (1999, p. 04).

São múltiplos os significados da noção de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos.

Dessa forma, a competência tem um aspecto eminentemente prático, secundarizando o papel do conhecimento, equiparando-o ao grau de “recurso cognitivo complementar”. Perrenoud hierarquiza a competência acima do conhecimento, por tratá-lo como mero acúmulo de informações, sem um caráter prático, de forma que o conhecimento seja um momento (e não mais que isso) da competência propriamente dita. Perrenoud (1999, p. 04) define os conhecimentos como “[...] representações da realidade, que construímos e armazenamos ao sabor de nossa experiência e de nossa formação”. Quando se coloca uma representação da realidade ignora-se o aspecto de objetivo de captar a realidade e traduzi-la cognitivamente, um subjetivismo de base relativista.

O que se pode entender do horizonte teórico-político de Perrenoud acerca das competências: 1 – parte da cisão teoria/prática, colocando o conhecimento como um mero aspecto teórico desprovido de inserção na prática da vida dos sujeitos; 2 – subjetiva o conhecimento, coloca-o como mera representação em detrimento ao seu aspecto objetivo (captura dos momentos reais da realidade); 3 – hipervaloriza os aspectos da prática, mas não da prática social, e sim da prática individual, um empirismo praticista; 4 – em nenhum momento, visa-se a prática social dos sujeitos, em especial uma prática social transformadora, o sujeito é visto de forma isolada

(o sujeito liberal abstrato), como mero mote de adaptação às “situações novas da realidade”, embasando uma total subordinação às novas necessidades neoliberais de desemprego, “flexibilidade”, e, por fim, empreendedorismo.

É a conjunção dos elementos já identificados por Duayer (2012) de uma ontologia “neopragmática”, que deve corresponder aos imperativos da ordem neoliberal, de uma vida calcada na imediatidade, desprovida de reflexão mais profunda. Consequentemente, a CEM, a partir da BNCC, vai instaurar na escola um processo paulatino de esvaziamento das possibilidades de conhecer cientificamente a realidade, logo, constringerá as possibilidades emancipatórias da práxis dos sujeitos.

Isso é fundamental em uma conjuntura histórica de precarização ostensiva e permanente da vida dos sujeitos, em que eles devem ser incapazes de compreender a sua realidade, o que inclui a sua condição de classe, resultando daí uma obstrução de qualquer paradigma de transformação social. Logo, em um cenário desolador de intensificação da superexploração do trabalho a fim de retomar as taxas de lucro burguesas, é necessário impedir que a classe trabalhadora entenda sua realidade, e, mais que isso, se organize a partir de uma práxis revolucionária, e a “pedagogia das competências” reafirma este cenário limitando aquilo que a juventude trabalhadora teria acesso nas escolas a um mínimo necessário de caráter praticista-apologético da ordem burguesa.

Indo à Contrarreforma propriamente dita, já nos deparamos com a captura de uma bandeira histórica da classe trabalhadora, a “educação integral”, hoje reduzida à educação “de tempo integral”, reduzindo todo o aspecto revolucionário da educação à mera ampliação do tempo de crianças e jovens na escola. A Lei 13415/2017 - Reforma do Ensino Médio, alardeou o aumento da carga horária escolar como um de seus pilares, saindo das 800 horas anuais, divididas em 200 dias letivos para “§ 1º [...] oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017” (BRASIL, 2017, s.p.). Contudo, isso é extremamente duvidoso.

A questão que fica, para além do esvaziamento da proposta de educação integral é: como é possível aumentar em 25% o tempo de permanência de estudantes na escola, se os gastos com educação estão congelados e reduzem em termos relativos, quando não absolutos, a cada ano que se passa? A resposta é:

uma ostensiva precarização do trabalho pedagógico no âmbito da escola, com a intensificação em escalas sem precedentes do trabalho da classe trabalhadora presente na educação, sobrecarregando não apenas os docentes, mas todos os envolvidos; ou, a transferência de responsabilidades para a iniciativa privada, por meio de parcerias extremamente duvidosas, em um processo escamoteado, ou até mesmo explícito, de privatização da educação pública (CASTRO, 2020, p. 316).

Já pudemos observar no processo de implementação da CEM ao longo do Brasil, várias tentativas de privatização da educação pública a fim de possibilitar o cumprimento dessa carga horária, por exemplo: a revolta dos/as estudantes no Paraná com a contratação pelo governo do estado de uma faculdade privada para oferecer videoaulas em vez de ter docentes lecionando¹; podemos destacar no Rio de Janeiro, que a própria Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ, 2021, p. 41) afirma a centralidade das parcerias com a iniciativa privada: “as parcerias são pontos centrais para a oferta do ensino profissional e técnico para a SEEDUC-RJ. As parcerias atuais contemplam 432 unidades escolares”. Ou seja, essa ampliação da carga horária tendencialmente ocorrerá às custas de transferências milionárias dos cofres públicos para a iniciativa privada, reafirmando um dos paradigmas centrais da dependência.

Ainda no cenário das parcerias com a iniciativa privada, há ampliação da participação da Educação à Distância como instrumento de contabilização dessa carga horária. “§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento. (BRASIL, 2017, s.p.)”.

Essa posição foi referendada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), quando inclusive coloca que esse “à distância” não necessariamente será mediado por tecnologias digitais. “As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não - [...] (CNE, 2018, s.p.)”. Com isso, mesmo a entrega de livros didáticos, ou pior, apostilas de procedência duvidosa adquiridas junto à iniciativa privada, poderão servir para a contabilização de carga horária estudantil.

Indo além, o processo de privatização não implica apenas em compras e esquemas feitos junto à iniciativa privada, mas à transferência da direção escolar, do planejamento do processo pedagógico também. “A privatização não se dá apenas na transferência de verbas, por mais que a relação junto do SEBRAE seja essa, mas também pela transferência de gestão, inserção de outros profissionais e materiais elaborados pela rede privada, além de um currículo elaborado por essas instituições” (CASTRO & OLIVEIRA, 2022, p. 317).

Ademais, quando falamos dos investimentos públicos em educação devemos ter em mente que estamos também nos reportando à questão da ciência e tecnologia em nosso país.

Assim como os investimentos em educação pública são reduzidos, o mesmo se aplica às po-

¹ <https://horadopovo.com.br/no-parana-estudantes-se-recusam-a-assistir-aulas-pela-televisao-dentro-das-escolas/>.

líticas de ciência e tecnologia, igualmente “desnecessárias” em uma ordem periférica naquilo que diz respeito à formação da classe trabalhadora. As escolas que deveriam ser centros difusores de pesquisa, tecnologia e conhecimento científico, são relegadas a uma mera condição adaptativa, isto é, apenas adaptam-se aos conhecimentos e pesquisas produzidas em outros espaços, preferencialmente no centro do capitalismo (CASTRO & OLIVEIRA, 2022, p. 324).

Neste processo se insere justamente a perpetração e o aprofundamento da condição de dependência já que abdicamos dos escassos espaços e recursos para a produção soberana de conhecimentos e ciência, amplificando a nossa dependência para com o que é produzido no centro do capitalismo.

Esse processo se torna possível mediante uma reestruturação no Ensino Médio: antigamente um currículo unificado em um conjunto de disciplinas agora é dividido em Formação Geral Básica (FGB), que possui as “competências” obrigatórias que devem ser “treinadas”, substituindo as disciplinas por “áreas de conhecimento”, e os Itinerários Formativos (IF) que poderiam ser escolhidos por estudantes, e fariam jus ao “protagonismo juvenil” (BRASIL, 2017).

A substituição dos conhecimentos disciplinares pelas competências das áreas do conhecimento implica na ruptura com o ensino em prol do treinamento, instaurando um praticismo superficial e restringindo o acesso aos conhecimentos mais elevados produzidos pela humanidade. Todavia, não para por aí, a organização curricular por área de conhecimento significa que qualquer docente formado em uma das disciplinas que compõe aquela área do conhecimento poderá ser responsável por ministrar aquelas “competências”, é a institucionalização da lógica da precariedade e do *coaching educacional*. “Assim, o/a docente assume um papel de facilitação da ‘aprendizagem’ em detrimento do ensino. Logo, essa redução não conduz à integração de conhecimentos, mas à precarização do trabalho docente, [...] e do direito à educação” (CASTRO & OLIVEIRA, 2022, p. 317).

Esses IFs são os fiadores do “protagonismo juvenil”, que, retirado do contexto da real participação da juventude no processo social, se limitaria à escolha de qual IF seguir. No entanto, esses Itinerários abarcam qualquer coisa, sendo definidos como:

As atividades realizadas pelos estudantes, consideradas parte da carga horária do ensino médio, podem ser aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e demais atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, assim como podem ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino (CNE, 2018, s.p.).

Assim, quando até mesmo trabalho voluntário pode se tornar IFs, estes podem ser ofertados à distância, e não precisam necessariamente ocorrer na escola pública de origem do sujeito, temos a institucionalização de uma radical ofensiva contra a educação e contra a classe trabalhadora da educação. É o esvaziamento total da escola enquanto espaço educativo, abrindo possibilidades para que, por exemplo, trabalhos voluntários realizados por igrejas neopentecostais fundamentalistas possam ser contabilizados como carga horária, servindo como instrumento de difusão do ideário conservador. Tudo sob o mantra da “flexibilidade” e da “liberdade de escolha”. A ausência de definição do que constitui o IF é estratégica, pois, constitui um amplo guarda-chuva que possibilita qualquer tipo de precarização, privatização e disseminação ideológica dos valores e interesses burgueses.

Mesmo o ideário neoliberal que trata a educação pública, assim como os demais direitos sociais na lógica do consumo, do cliente que deve se servir dos IF tal qual estivesse em uma rede de *fast-food*, não pode se cumprir. Isso ocorre, pois a oferta desses Itinerários deve ocorrer de acordo com as possibilidades da rede (BRASIL, 2017). Em termos de obrigação de oferta de IFs, temos a seguinte definição: “§ 6º Os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um itinerário formativo em cada município, em áreas distintas, permitindo-lhes a escolha, dentre diferentes arranjos curriculares” (CNE, 2018, s.p.).

É a pá de cal no processo de constrangimento das possibilidades educativas da juventude, além da legalização da precarização do trabalho docente. “a obrigação de oferta de IF em um município é apenas de ‘mais de um’, por maior que o município seja. Logo, o/a estudante ficará limitado ao que é ofertado em sua região, rompendo totalmente com a lógica da escolha e do protagonismo” (CASTRO, & OLIVEIRA, 2022, p. 318).

A consequência desse cenário é que o/a jovem terá pouquíssimas opções de escolha daquilo que pretende estudar ou com o que mais se identifica, isto é, vai ser obrigado/a a escolher “o que tiver”. E os/as docentes? A partir da abertura para o “treinamento de competências” por áreas de conhecimento, os/as trabalhadoras docentes deverão cada vez mais se sujeitar a trabalhar com as “competências” fora de seu campo de formação, institucionalizando o “bico” e toda sorte de precarização.

Aquilo que era carestia e precarização, a falta de docentes de todas as disciplinas, passa a ser visto como mérito já que essas/esses trabalhadoras poderão cobrir esses “buracos” e de forma legalizada, até mesmo meritória, pois demonstrará sua proatividade e flexibilidade. Podemos identificar de modo cristalino que o que está em jogo é a intensificação da exploração do trabalho docente, e, conseqüentemente, em se tratando da periferia, da sua superexploração como forma de economizar recursos

públicos, cuja tendência é de apropriação pela iniciativa privada.

Há de se destacar que nesse processo de pauperização da formação da classe trabalhadora, o acesso ao ensino superior também se encontra na mira, já que o ENEM, principal mecanismo de acesso às universidades públicas brasileiras, deve se adequar à CEM, com a prova dividida em duas etapas: uma da FGB, geral, e uma voltada para o IF específico da área de conhecimento específica do curso a ser escolhido. O que resulta disso? Que dificilmente a juventude pauperizada terá condições de escolher fazer um IF de acordo com suas pretensões de carreira/vida no Ensino Superior, o que, por sua vez, dificultará o seu acesso, e fortalecerá os cursinhos e escolas privadas, que não possuem obrigação de fragmentar a sua formação. Será de opção da rede privada ofertar, por exemplo, mais de um IF concomitante, ou IFs integrados (BRASIL, 2017; CNE, 2018), ou seja, poderão manter a oferta do ensino disciplinar e preparar estudantes para o ENEM, enquanto a escola pública nem essa base generalista mínima e precária possuirá.

Restringir o acesso da classe trabalhadora à Educação Superior é elemento fundamental de constrangimento ideológico e obstrução do acesso ao conhecimento científico, resultando em uma formação humana cada vez mais unilateral, fragmentária, e adequada aos novos marcos do capitalismo dependente brasileiro. É central que a juventude pobre acesse cada vez menos a universidade de modo a evitar a criação de condições subjetivas e objetivas de revoltas e organização coletiva a partir da compreensão de sua realidade. É a preparação dos sujeitos para a superexploração intensificada, que, por sua vez, corresponde ao processo de reprimarização e desindustrialização da economia brasileira, para a degradação das relações de trabalho, a partir de mecanismos como o trabalho intermitente e a uberização propriamente dita, assim como do empreendedorismo que veremos mais adiante.

Não obstante, a substituição do conhecimento científico por competências não é o suficiente, mas é necessário intervir nas próprias competências, de modo que o seu enfoque seja a formação subjetiva da juventude. As “competências socioemocionais” e a construção do “projeto de vida” dos/as estudantes se tornam os grandes objetivos da escola, que objetiva “§ 7º [...] a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017, s.p.).

Tendo esses princípios como seus pilares educacionais, o Estado do Rio de Janeiro pretende ser referência na oferta do Novo Ensino Médio posicionando o nosso estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, a fim de prepará-lo para a vida e para o mundo do trabalho, e capacitá-lo a desenvolver as competências necessárias à construção da sua autonomia, protagonismo e projeto de vida. [...] O Projeto de Vida é a centralidade da proposta do Novo Ensino Médio. É a possibilidade de romper com a missão de formar jovens para a vida e o

mundo do trabalho, e ofertar uma proposta de educação focada na potência de cada indivíduo, que possui autonomia para perceber e desenvolver seus próprios atributos. É a conexão sobre “o que se é” e sobre “quem se quer ser” (SEEDUC-RJ, 2021, pp. 06-17).

A comprovação empírica disso é que, enquanto todas as disciplinas, exceto Português e Matemática, deixaram de ter seu ensino obrigatório ao longo do ensino médio, convertidas em áreas de conhecimento e com uma carga horária extremamente enxuta, o Projeto de Vida (PV), torna-se o cerne curricular do ensino médio, como visto no documento da SEEDUC-RJ.

O PV surge como uma tentativa de captura e conformação subjetiva da juventude de modo a efetivar uma autorresponsabilização por toda sorte de problemas sociais. É um trabalho de “treinamento” de emoções e sentimentos a fim de sufocar qualquer tipo de indignação/revolta para com suas condições de vida, obstruir a compreensão das determinações sócio-históricas de problemas como a miséria, fome, violência, etc., e fazer com que o/a jovem assuma plena responsabilidade por tudo isso. Tempera-se essa receita com um toque daquilo que é chamado atualmente de “positividade tóxica”, isto é, a necessidade permanente de ser, ou pelo menos parecer feliz e contente, independente de suas condições de vida.

Área do conhecimento	Componente Curricular	CH Semanal			CH Anual			Total
		Série			Série			
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
Ciências da Natureza	Biologia	2	2	0	80	80	0	160
	Física	2	2	0	80	80	0	160
	Química	2	2	0	80	80	0	160
Matemática	Matemática	4	3	3	160	120	120	400
Ciência Humanas	Filosofia	2	0	0	80	0	0	80
	Geografia	2	2	0	80	80	0	160
	História	2	2	0	80	80	0	160
	Sociologia	0	0	2	80	0	80	160
Linguagens	Arte	0	2	0	0	80	0	80
	Educação Física	2	0	2	80	0	80	160
	Língua Portuguesa/Literatura	4	3	3	160	120	120	400
	Língua Inglesa	2	0	2	80	80	80	240
CH Total FGB		24	18	12	960	720	480	2160

Figura 1 - Tabela de normalização da carga horária da rede estadual do RJ (SEEDUC-RJ, 2021, pp. 13-14).

No caso da SEEDUC-RJ, “enquanto sociologia, artes e filosofia são lecionadas apenas em UM ANO do Ensino Médio; Educação Física, História, Geografia, Biologia, Química e Física, estão em apenas DOIS ANOS; Projeto de Vida tem carga garantida em TODOS OS ANOS do Ensino Médio” (CASTRO, & OLIVEIRA, 2022, p. 321).

Área do conhecimento	Componente Curricular	CH Semanal			CH Anual			Total
		Série			Série			
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
Núcleo Integrador	Eletiva 1	1	1	1	40	40	40	120
	Eletiva 2	1	1	1	40	40	40	120
	Eletiva 3 – Catálogo disponibilizado pela Seeduc-RJ	2	2	2	80	80	80	240
	Projeto de Vida	2	2	2	80	80	80	240
Trilha de Aprofundamento	Componente de Área 1	0	2	4	0	80	160	240
	Componente de Área 2	0	2	4	0	80	160	240
	Componente de Área 3	0	2	4	0	80	160	240
CH Total IF		6	12	18	240	480	720	1440

Figura 2 - Tabela de construção dos Itinerários Formativos para Ensino Médio Regular (SEEDUC-RJ, 2021, p. 14).

“A Eletiva 1 contemplará a oferta de Ensino Religioso ou Reforço Escolar, conforme Lei Estadual nº 8.585, de 25 de outubro de 2019, que modificou a Lei Estadual nº 3.459, que dispõe sobre Ensino Religioso confessional nas escolas da rede pública do Estado do Rio de Janeiro” (SEEDUC-RJ, 2021, p. 15). Dessa forma, podemos destacar o papel que a religião possui historicamente no capitalismo como um todo, e, sobretudo, no capitalismo dependente como instrumento de afirmação do *status quo*.

Dunker *et alii* (2021) já nos mostraram o papel que a religião, em especial o fundamentalismo neopentecostal, como a religiosidade de resultados, a partir da “Teologia da Prosperidade” desempenha na construção da subjetividade contemporânea. Com a entrada obrigatória desses paradigmas na escola em detrimento dos conhecimentos científicos, há uma consolidação da subjetividade neoliberal e conservadora.

A conquista ideológica da classe trabalhadora só pode, então, passar pela limitação do alcance da razão e da ciência como formas de compreender o mundo (restringindo o alcance e papel social da ciência propriamente dita), isto é, introduzir elementos irracionalistas, mesmo no espectro científico; enquanto, em um nível moral, no campo da ética, é fundamental a assunção de um horizonte conservador, de forma a manter os sujeitos não apenas em uma situação passiva, mas de adesão ativa à ordem capitalista (CASTRO, 2021, p. 37).

Por fim, outro pilar da CEM é o empreendedorismo, tanto como um princípio de formação dos IFs, quanto como um curso a ser ofertado, diga-se de passagem será o curso mais ofertado na rede estadual do Rio de Janeiro.

Na rede estadual do Rio de Janeiro, por exemplo, teremos, pelo menos 238 escolas oferecendo o “curso técnico de empreendedorismo” a partir da parceria com a UFF/SEBRAE. Na ausência de empregos e direitos, o empreendedorismo se torna a saída de sobrevivência, que sai do status de um “bico” para algo desejável, ser “o/a chefe de si mesmo/a (CASTRO & OLIVEIRA, 2022, p. 322).

O empreendedorismo é o arranjo ideológico perfeito para mascarar o total estado de miséria de vida dos sujeitos e fazê-los assumir a responsabilidade por ele. É quando os sujeitos assumem para si uma identidade enquanto capitais/empresários de si mesmos, apagando por completo sua condição de classe trabalhadora, fazendo com que ideologicamente se afinizem com a burguesia e suas necessidades. O empreendedorismo pode ser a mais recente e, talvez, perversa, faceta da superexploração do trabalho e do capitalismo dependente, apesar de ser algo que se espalha em escala mundial², sendo inclusive motivo de orgulho para a burguesia, o país com mais “empreendedores individuais do mundo”!

Dessa forma, a Contrarreforma do Ensino Médio nos lega, embora dialeticamente vista, uma leitura inequívoca de seu caráter de classe, seu papel de ataque às condições de vida, estudo e trabalho da classe trabalhadora a partir, principalmente, da obstrução do acesso ao conhecimento por parte da juventude trabalhadora em prol de uma atuação ostensiva no processo de treinamento de sentimentos e comportamentos a partir das “competências socioemocionais”. Ademais, não se deve ignorar o profundo ataque à educação pública como um direito social, com a institucionalização de sua privatização, direta e indireta, o que torna necessária, ainda mais após a derrota eleitoral do profascista Jair Bolsonaro, a luta pela sua revogação imediata.

Referências

- AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. 173f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia. UFU. Uberlândia, 2006.
- BARROCCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*. n.106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria da dependência. *Revista Trabalho, Educação, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. Pg 73-84. v.1, n.3, Edição Especial - Dossier: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.
- CASTRO, Matheus Rufino; OLIVEIRA, Isabela Felipe de. “Mudar para que tudo fique como está”: a reforma do ensino médio e o aprofundamento da dependência educacional no Brasil. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n.1, p.309-330, abr. 2022.
- CASTRO, Matheus Rufino. Conservadorismo e irracionalismo: o bolsonarismo enquanto reação do capital à sua crise estrutural. *Trabalho e Educação*. Belo Horizonte, v. 30, n. 03, p. 33-49, set./dez. 2021.
- CASTRO, Matheus Rufino. *A crise do capital e o projeto reacionário de educação: uma análise do ataque conservador do Escola Sem Partido ao Colégio Pedro II*. 2020. 493f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. UERJ, Rio de Janeiro, 2020.
- CASTRO, Matheus Rufino. Capitalismo dependente, conservadorismo e educação: uma análise dos ataques reacionários à educação brasileira. *Trabalho Necessário*. v.17, nº 33, p. 298-320 mai./ago. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 3, de 21*

² <http://simi.org.br/noticia/Brasil-e-o-pais-com-o-maior-numero-de-empreendedores-individuais-do-mundo>

de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

DUAYER, M. Antirrealismo e absolutas crenças relativas. *Verinotio*, n. 14, ano VIII, p. 16-22, jan./2012.

DUNKER, CHRISTIAN; PAULON, CLARICE; SANCHES, DANIELE; LANA, HUGO; LIMA, RAFAEL ALVES; BAZZO, RENATA. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. Pg. 215-254. In: SAFATLE, VLADIMIR; SILVA JÚNIOR, NELSON DA; DUNKER, CHRISTINA (orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GAWRYSZEWSKI, B. Crises capitalistas e conjunturas de contrarreformas: qual o lugar do ensino médio? *Revista Pedagógica*, v. 19, n. 42, set./dez. 2017.

MARINI, R.M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2012 [1974].

MARINI, R.M. Sobre o Estado na América Latina. In: *Ruy Mauro Marini vida e obra*. STEDILE, J.P.; TRASPADINI, R. (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2011[1991].

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: *Ruy Mauro Marini vida e obra*. STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2011[1973].

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e Golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

SAFATLE, VLADIMIR. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. Pg. 17-46. In: SAFATLE, VLADIMIR; SILVA JÚNIOR, NELSON DA; DUNKER, CHRISTINA (orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SEEDUC-RJ Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Governo do estado do Rio de Janeiro. *Plano de Implementação do Novo Ensino Médio*. 2021.

SILVA, Adriana Brito da.; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014.

Vigência e Relevância de *Dialética da dependência* à Luz de Marion Greenwood

Roberta Traspadini* e José Gilberto de Souza**

Resumo

O presente texto, em homenagem aos 50 anos da obra de Ruy Mauro Marini *Dialética da dependência*, tem como objetivo trabalhar as categorias centrais *imperialismo*, *dependência* e *superexploração*, a partir de um diálogo com o painel pintado por Marion Greenwood. Dividimos o texto em três seções: 1) A Revolução Mexicana e a centralidade do popular; 2) O moderno muralismo mexicano e a centralidade do popular; e, 3) A *Dialética da dependência*, o popular superexplorado na América Latina, à luz da imagem mural *A industrialização do campo*. Ao final, respondemos às seguintes questões: o que é o popular, este que salta das imagens murais mexicanas? Que relação há entre o popular, como categoria analítica, e a superexploração da força de trabalho na América Latina e o Caribe?

Palavras-chave: *Dialética da dependência*. Popular. Muralismo.

Resumen

El presente texto, en honor al cincuentenario de *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini, pretende trabajar las categorías centrales de imperialismo, dependencia y superexplotación, a partir de un diálogo con el panel pintado por Marion Greenwood. Dividimos el texto en tres secciones: 1) La Revolución Mexicana y la centralidad de lo popular; 2) El muralismo mexicano moderno y la centralidad de lo popular; y, 3) La *Dialéctica de la dependencia*, lo popular superexplotado en América Latina, a la luz de la imagen mural *La industrialización del campo*. Al final, respondemos a las siguientes preguntas: ¿qué es lo popular, ese que salta de las imágenes murales mexicanas? ¿Cuál es la relación entre lo popular, como categoría analítica, y la superexplotación de la fuerza de trabajo en América Latina y el Caribe?

Palabras clave: *Dialéctica de la dependencia*. Popular. Muralismo.

Abstract

The present text, in honor of the 50th anniversary of Ruy Mauro Marini's *The dialectics of dependency*, aims to work on the central categories of imperialism, dependency and super-exploitation, based on a dialogue with the panel painted by Marion Greenwood. We divide the text into three sections: 1) The Mexican Revolution and the centrality of the popular; 2) Modern Mexican muralism and the centrality of the popular; and 3) *The dialectics of dependency*, the superexploited popular in Latin America, in light of the mural image *The industrialization of the countryside*. In the end, we answer the following questions: what is the popular, this that leaps out of the Mexican mural images? What relationship is there between the popular, as an analytical category, and the super-exploitation of the labor force in Latin America and the Caribbean?

Keywords: Dialectics of dependency. Popular. Muralism.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Doutorado em Estudos Latino-Americanos, UNAM-México (2000-2004 – não concluído). Atualmente é professora permanente do Mestrado em Relações Internacionais (Unila) e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC. Coordenadora do Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina (Obepal), UFES. Coordena o grupo de pesquisa Saberes em movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina, Unila.

** Doutor em Geografia Humana (1999), Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Livre-docência (2008), Universidade Estadual Paulista – (FCAV-Unesp, Câmpus de Jaboticabal). Pós-doutorado na Universidad de Salamanca (2010-2011). Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Nacional) 2016/2018. Secretário da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) 2019-2021.

A história de todas as falsificações que operaram nessa concepção de Volkstum é longa, complexa e faz parte da história da luta de classes. Não a examinaremos mas devemos manter essa falsificação em mente sempre que falarmos de nossa necessidade por uma arte popular, para as amplas massas populares, os muitos que são oprimidos por poucos, a grande massa de verdadeiros produtores que sempre foram o objeto da política e que agora tornam-se o seu sujeito. Devemos lembrar as poderosas instituições que sempre impediram esse folk de desenvolver-se completamente, obrigando-o artificialmente a permanecer preso por convenções. E lembrar que o conceito de volkstümlich tem sido um conceito estático sem formação e sem desenvolvimento. Não usaremos essa versão do conceito. Vamos combatê-la. Nossa concepção de popular se refere ao povo, que não só está inteiramente envolvido num processo de desenvolvimento, como está na verdade dominando-o, forçando-o, decidindo-o. Temos em mente um povo que está fazendo a História, transformando o mundo e a si próprio. Temos em mente um povo combatente e também um conceito combatente de popularidade.

(BRECHT, *O popular e o realista*, 1937)¹

Introdução

O presente texto, em homenagem aos 50 anos da obra de Ruy Mauro Marini *Dialética da dependência*, tem como objetivo principal trabalhar as categorias centrais tratadas no texto (imperialismo, dependência e superexploração) a partir de um diálogo com uma das mais importantes expressões estéticas latino-americanas e caribenhas: o moderno muralismo mexicano, através da análise de um dos painéis pintados por uma das estudantes de Diego Rivera, Marion Greenwood. Localizado no mercado popular Abelardo Rodriguez, na Cidade do México, o painel foi pintado entre 1934-

¹ Em Brecht, o povo não é uma abstração. É o universo da classe trabalhadora, esteja formalmente, ou não, vinculado à trama da exploração. É essa composição da maior parte dos sujeitos, submetidos à lógica da dominação burguesa e do Estado burguês. Assim, não fere a leitura do método de Marx, porque entende que, nesse povo, já não cabe mais todo mundo, mas somente os que lutam contra as amarras da escravidão, seja ela moderna ou contemporânea. Situamos o debate que ora faremos, sobre o popular, nessa linha de Brecht (1967), do teatro dialético, que também é a de E. Thompson e de V. Benjamin. Na cotidianidade da luta social, exala a forma de ser, na memória, e de fazer história, do popular, esse sujeito sempre plural e diverso.

1935, no período de governo de Lázaro Cárdenas, no processo que ficou conhecido como Cardenismo. A obra *La industrialización del campo* de fato evoca dois movimentos fundantes da lógica imperialista: a expansão geográfica do capital como relação social, nas formas de produção não capitalistas – campesinas (LUXEMBURGO, 2009), e a exportação de capitais que altera profundamente a composição orgânica, acelerando a produção do valor e sua realização nos marcos das relações de troca no comércio internacional (MARINI, 2022).

Nesse texto o popular é a tônica das necessárias mediações entre o concreto e as imagens dos murais à luz do método marxiano, colocando no centro da análise o materialismo dialético em sua historicidade.

Entretanto, antes de correlacionar as categorias de *Dialética* à imagem mural, trataremos de um debate ainda pouco refletido, quicá ainda negado pela esquerda intelectual e partidária latino-americana e caribenha: a centralidade do popular, esse ser social que atua sempre na corda bamba da cooptação e formação alienada do capital e sua fonte própria e conflitiva de burla frente à ordem (MARTIN-BARBERO, 1997).

O popular é entendido como ponto de referência política e metodológica do debate de classe social, historicamente transitando ao modo de produção capitalista. Isto é, antes de conformar parte majoritária dos sujeitos latino-americanos e caribenhos em escravos ou servos (invasão colonial) e, posteriormente, em classe trabalhadora superexplorada, foi necessário retirar desses sujeitos suas histórias, suas memórias, suas terras e ontologias. Tomou-se o próprio popular para, posteriormente, fragmentá-lo e dominá-lo, a partir de um processo educativo que o torna passivo e sujeito às regras sistêmicas como naturais e divinas, ao mesmo tempo em que se tenta incitá-lo a compreender seus pares com os mais diversos estereótipos vinculados ao crime e ao castigo².

O popular é demarcado em sua centralidade na produção estética e cotidiana de uma história que, situada a partir da invasão colonial, tornou o próprio em não próprio, como mecanismo violento e sanguinário de subsunção e submissão. Tem-se o popular como o abrigo plural e diverso, anterior à constituição das classes sociais mercantis, imerso na transição de um mundo próprio, originário, condenado pela invasão genocida, etnocida e memoricida.

Na dialética do popular, evidencia-se, ao longo do processo de desenvolvimento capitalista dependente, tanto uma história falsificada, com ares de verdade (BRE-

2 Sem dúvida, a leitura da obra de Martin Barbero *Dos meios às mediações* foi decisiva para esse processo de construção. Junto com o grupo Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina, estamos, ao longo desse primeiro semestre, nos dedicando ao estudo da obra de Barbero para fortalecer nosso entendimento sobre o trabalho de memória e história que efetuamos nas prisões ao longo de 2021 e 2022.

CHT, 1937), do capital como algo natural, como a reiteração, no tempo presente, de uma gênese de resistência que aparece como risada, festividade, queima carnavalesca de seus rivais. É esta dialética que a forma linear de entendimento do popular não captura porque fragmenta suas próprias contradições e rupturas. Uma história oral em que o sagrado e o profano se mesclam gerando complexas sínteses entre o que se sente a partir do que se vive. Mas é esse mesmo popular que tem por estrutura ontológica a capacidade de superação.

Assim, como forma de colocar em debate as reflexões aqui propostas, dividimos o texto em três seções: 1) A Revolução Mexicana e a centralidade do popular; 2) O moderno muralismo mexicano e a centralidade do popular; e 3) *A Dialética da dependência*, o popular superexplorado na América Latina, à luz da imagem mural *A industrialização do campo*.

Ao final das três seções, pretende-se responder às seguintes questões: o que é o popular, este que salta das imagens murais mexicanas? Que relação há entre o popular, como categoria analítica, e a superexploração da força de trabalho na América Latina e o Caribe?

A Revolução Mexicana e a centralidade do popular³

As primeiras décadas do século XX foram decisivas para a consolidação das teorias do desenvolvimento na América Latina e, posteriormente, para o debate da dependência ocorrido nos anos 1960. Debate este que segue sem substituto real na batalha das ideias sobre a interpretação marxista da função que cumpre a América Latina e o Caribe na divisão internacional do trabalho ao longo dos dois últimos séculos regidos pelo imperialismo.

Antes mesmo da eclosão de duas grandes guerras mundiais e uma crise sem precedentes na história do capitalismo (crise de 1929), eclodia, na trama da luta de classes da América Latina e o Caribe, a Revolução Mexicana. Dita revolução, com traços próprios – indígenas e camponeses –, a exemplo da singularidade da Revolução Haitiana protagonizada pelos jacobinos negros, em 1804, entrava em cena questionando a violência da tirania imperialista dos capitais e Estados hegemônicos, em especial o estadunidense, sobre os povos do continente.

À luz dos *sombrieros* e das indumentárias das *Adelitas*, o México se levantava em armas contra o empobrecimento instituído pelo capital, a partir das diversas

³ Para este item, utilizamos como referências principais: Martin-Barbero (1997), Bonfil Batalla (2019), Cueva (1986) e Baez (2010).

expressões do universo do trabalho que habitam o sentido do popular – entendido o popular como a produção territorial da história das resistências, dos vencidos (LEON-PORTILLA, 2003), dos de abaixo (AYER..., 2021), suscetíveis às opressões e particulares explorações na dinâmica do capital; o popular, cujas cores das resistências foram, ao longo do tempo, subsumidas à condição de coisa na produção de seu próprio drama, como produtor da riqueza mercantil, mantendo viva a necessidade própria de existência/sobrevivência.

Esse marco de produção territorial das resistências se processa não como um aspecto mecânico de “área geográfica”, ainda que se processe uma relação espacial centro-periferia de relações econômicas de dominação. A produção territorial das resistências é engendrada pelo conjunto de práticas socioespaciais das quais o popular referência teórica e metodologicamente novas lógicas de poder. A centralidade epistêmica do território são as relações de poder (SOUZA, 2009), e o popular elabora novas tramas que são capazes de estabelecer constructos territoriais contra-hegemônicos ao capital.

Assim, o popular, partindo do método de Marx, é esse território cuja análise tem como ponto de partida, e de chegada, a história da luta de classes. E as classes sociais estão situadas no tempo histórico do modo de produção capitalista, desde sua gênese à atualidade.

Nos termos de Cueva (1986), as classes sociais são conformadas por modos de produção específicos, como o escravismo, o feudalismo, o capitalismo. Especificamente no capitalismo, são instituídas pela lógica da propriedade privada dos meios de produção, associada à lei do valor, à teoria da exploração. Seguindo esse raciocínio, antes de sermos escravizados, os nossos grupos diversos, originários, foram tornados uma massa sem história e sem memória – o avesso do que havia na materialidade concreta de suas vidas, em que parte do continente (Abya Yala) inclusive possuía histórias, relações, estrutura de poder bem demarcadas a partir de suas próprias estratificações sociais.

Assim, antes da imposição da escravidão, foi necessária a destruição dos modos de vida originários, uma parte modos comunais, outra parte modos de produção com estratificação social mediada por guerras territoriais (CARDOSO, 1981). Isto é, o popular presente na história determina um processo de apropriação do espaço e impõe novas determinações territoriais como estado e movimento destas práticas na luta contra-hegemônica ao capital – de forma que se entende a necessidade de reflexão em um duplo sentido: da análise do Estado como situação e/ou determinação histórica em relação de classe quando analisamos os indígenas e as lógicas de espoliação; e do aprofundamento sobre a própria luta de classes quando analisamos

diretamente a dimensão proletária e as formas de superexploração da força de trabalho. Desse modo, entre espoliação e proletarização é que emerge o movimento, como direção de enfretamento destas determinações, na formulação do popular. Então, o universo político, econômico, cultural e social das sociedades pré-colombianas foi substituído pela história da invasão colonial, na qual espoliação e superexploração são expressões concretas na determinação de suas (r)existências. Homens e mulheres com uma produção ontológica variada e abundante de vida foram transformados em “povos bárbaros”. É desse universo de massacre coletivo real e formal, no qual transita a história e o poder oficiais, que o popular se origina na América Latina e o Caribe.

Tem-se, portanto, o popular como campo de abrangência teórica e metodológica dos sentidos do trabalho – servil, escravo, livre assalariado – e da cultura, presentes na história⁴. O popular se consolida como condição metodológica, epistêmica, política e cultural das resistências, em meio à existência subjugada pela ordem do capital, e seu par, o Estado-nação burguês (MARTIN-BARBERO, 1997). Se a classe social é entendida como a relação imediata direta entre a produção/apropriação social da riqueza mercantil, o popular é um território, um habitat a partir do qual essa classe diversa, complexa e imersa nas tensões/contradições da luta, cotidianamente respira tanto os pós-contaminados do capital como as sementes históricas da resistência, ambos entranhados e estranhados um no outro (como espaços). O popular é a síntese dialética entre espaço e território, uma vez que ele é mesmo uma forma de apropriação do espaço e, simultaneamente, de produção territorial quando instaura nessa mesma espacialidade uma outra lógica de poder.

É dessa indissociável relação entre a classe (território) e seu universo diverso (espaço), que o popular (economia, sociabilidade, cultura), se põe a pensar a experiência e ao mesmo tempo constituir o “modo de alcançar o que irrompe na história com as massas e a técnica”, nos termos de Walter Benjamin (1987, p. 306). Dessa forma, o popular transborda o sentido de classe, que o integra, por ser uma dimensão social mais ampla e territorializada entre a diversidade dos oprimidos e superexplorados, no que diz respeito à América Latina e o Caribe. E, ao mesmo tempo, torna o universo do trabalho alienado à trama mesma de sua existência.

4 Sobre os povos originários do nosso continente, estudar sua formação social, política, econômica e cultural exige, epistemologicamente, afastar-nos da matriz racional instituída pelo Ocidente para entender o passado, cujas raízes são outras que não as desse sentido de razão. No entanto, os povos maias, astecas, incas possuíam, cada um em sua formação própria, estruturas concretas de poder, de riqueza e de hierarquização entre os grupos. Mas é possível nominar da mesma forma processos tão distintos e tão pouco estudados por nós? Pensamos ser mais complexo do que nos permite fazer uma mera análise comparativa.

E isso se dá a tal ponto que, mesmo quando a diversidade camponesa, indígena e quilombola não integra o sentido de classe operária do setor produtivo industrial, se relaciona com esta, desde e como popular. Ainda que essa diversidade não se constitua como classe, tem sua existência demarcada nos conflitos de uma relação desigual. Os conflitos sociais são como a epiderme da luta de classes que produz todas as formas destrutivas desses sujeitos sociais. Esse processo torna o território popular decisivo em seu caráter de emancipação, dado que suas profundas determinações se manifestam como constitutivas de uma concepção ontológica da realidade social, na qual os sujeitos sociais produzem suas condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, constituem uma unidade entre método, teoria e concretude histórica (o real concreto). A diversidade e a pluralidade enredadas na trama do popular como resistência, existência para além do capital, repletas, não sem contradições, de memórias, histórias, vidas para além das mutilações vivenciadas, guardam o sentido de unidade daqueles que “[...] sofrem de uma só vez todas as calamidades e todos os horrores de duas épocas: a das relações de dominação da economia natural tradicional e a da exploração capitalista mais moderna e refinada” (LUXEMBURGO, 2017, p. 141).

O mesmo vale para o que se entende como periferias rurais e urbanas, termos instituídos pela hegemonia da indústria cultural para reificar a desigualdade como normal e estereotipada. Tanto o campesinato como os sujeitos vinculados à esfera marginal de reprodução social direta do capital, compondo, ou não, o exército industrial de reservas, conformam a dimensão estética, política, econômica e cultural do popular. O popular é, assim, o ponto de referência da trama da desigualdade e cooptação, produzida pelo capital contra aqueles e aquelas que vivem não só da venda de sua força de trabalho, mas de uma existência à margem do âmbito formal, do assalariamento com direitos.

Diferentemente da dimensão política do povo/população, como pontuara Marx (1985), orquestrada pela lógica da organização padronizadora do Estado-nação à serviço da burguesia, o popular é o nexos presente na história, sempre no plural, das resistências em todo o mundo. Na produção, via indústria cultural, da ideia de povo, esses sujeitos políticos presentes no popular e ocupantes do universo diverso da exploração de classe, apenas eram receptores da projeção de Ordem e Progresso mercantis. Mas, se entendidos como sujeitos políticos orgânicos na relação-reação-revanche histórica, esses populares – ribeirinhos, camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores em geral – enredavam outras histórias ocultas intencionalmente da história oficial e dimensionam tanto o conflito como o entendimento da dialética a partir da experiência de sobrevivência à lógica da propriedade privada da vida.

E, se no conceito de povo/população cabem todos os sujeitos de uma nação, como massa amorfa, vinculada a uma ideia de cidadania refém de uma sociedade política punitiva, no popular torna-se evidente quem são os sujeitos que, não tendo propriedades e tendo seus corpos como único meio de sobrevivência na sociedade mercantil, se tornarão a peça-chave da produção de riqueza mercantil, seja na forma de operários fabris, de camponeses, de trabalhadores informais e/ou não pagos. Estes e estas conformam os rostos do popular. A classe trabalhadora, portanto, é conformada por diferentes grupos sociais que precisam sobreviver dentro de uma lógica que insiste em restringi-los/as e igualá-los/as.

Nesse sentido, resulta assertiva a premissa do método de Marx de que o real concreto nada tem de povo como existência comum e igualitária na sociedade. O real concreto apresenta-se, de imediato, como a existência conflitiva e contraditória dos grupos e sujeitos sociais em condições materiais de existência muito diferentes na sociedade mercantil, seja na propriedade, no trabalho, na produção material e simbólica de vida. Assim, deve-se sempre partir do real concreto, suas contradições, como forma de avançar para uma análise mais profunda, que não aparece imediatamente no plano do real vivido: o concreto refletido.

Olhar a história a partir do popular que nos toca viver no tempo presente, significa dar vãs à intenção de Benjamin sobre “pasar por la historia el cepillo a contrapelo” – frase que o historiador Adolpho Gilly utiliza para expressar, a partir do Sul Global, as vozes e os ecos das resistências, em *História a contrapelo. Una constelación* (2006).

Gilly argumenta que há muitas razões para escrever, escovar a história à contrapelo, das quais destaca quatro, a saber: a) para fazer justiça à vida dos milhares de sujeitos que foram relegados a ninguéns da história; b) para entender a correlação de forças, a partir das estratégias hegemônicas das classes dominantes; c) para recuperar as condições de existência do passado que interpelam o presente desde outras possibilidades que não somente as que se apresentam a olho nu, no imediato da vida cotidiana; d) para uma nova práxis revolucionária que, com os pés no presente, reivindique a história dos vencidos como protagonistas do devir.

Ao chegarmos no México da Revolução de 1910-1923, verificamos não somente que o popular, esse sujeito político secundarizado pela história oficial (GILLY, 2006), é prioritariamente camponês e indígena (e posteriormente afrodescendente), mas também que esses sujeitos carregavam, após cinco séculos de resistência, histórias e memórias para além da forma hegemônica de produção de uma existência. A eles se somaram outros sujeitos com consciência de classe sobre a tarefa histórica própria de seu tempo, ou seja, intelectuais orgânicos, operários fabris, professoras da educação básica e superior, artistas e muralistas que se vincularam ao campo político e estético

das resistências.

A dialética do popular/classe é constituída por esse complexo movimento de ser tecido pela lógica hegemônica a partir de seus mecanismos de dominação, ao mesmo tempo em que – de forma silenciosa ou em gritos – revela uma herança que transborda a contrapelo aquela lógica. Assim, na dialética do concreto, no mundo efervescente da pseudoconcreção (KOSIK, 1969), enquanto grupos sujeitados, estes homens e mulheres sofriam – via poder do Estado burguês e do capital – com a falta de terra, de trabalho digno, dos direitos constitucionais próprios, cópia formal dos lemas da Revolução Francesa, como um ideário comum reprodutivo no mundo (liberdade, igualdade, fraternidade). Sofriam por serem submetidos ao universo do direito, substituto concreto da vida em comunidade. Mas, na existência cotidiana do popular, mulheres e homens protagonizavam, via revolução, a rebeldia, a revolta e a solidária combinação de combater as raízes violentas do capital, enquanto produziam ou deixavam fluir sua própria história.

Vale lembrar ainda que, ao longo de cinco séculos (XVI a XX), a produção econômica, social, política e cultural diversa e robusta do nosso continente, somado ao processo de invasão também sofrido pelas diversidades étnicas da África, foi exterminada, saqueada, pilhada, retida e destruída pelos invasores produtores de um ideário de civilização. Transformaram a diversidade de hierarquias e horizontalidades presentes nas culturas do continente em sujeitos escravizados sem histórias e, não menos importante, violentados na memória.

Mas é a memória presente na oralidade dos cantos, dos lamentos, das tranças e das fugas que registra a presença na história de outras histórias. Sujeitos políticos diversos e suas culturas foram transformados em povos subjugados. Desterrados de suas construções cotidianas próprias, foram condenados a produzir a história oficial, cujo drama os condicionava à não existência protagonista da história.

O nascimento do popular na América Latina e o Caribe irrompe da destruição cultural e do memoricídio, inerente ao colonialismo (BAEZ, 2010). É anterior à condição de classe social vinculada à propriedade privada, mas terá nela uma de suas sustentações históricas após a consolidação do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 2016). Logo, após o processo de invasão, o popular tem raízes nas escravidões indígenas e negras e na subjugação campesina, e transita do plural e diverso para o singular da espoliação, violação, expropriação e exploração.

A história do popular na América Latina e o Caribe, se combinada com a modernidade, necessita ser narrada na transição primeira das comunidades originárias massacradas pelas guerras sanguinárias coloniais. Neste continente, as raízes orais demarcam um passado muito presente de uma riqueza própria, transmutada à po-

breza mercantil e que, no entanto, insiste em expressar suas raízes originárias ao longo dos séculos, até o presente.

O moderno muralismo mexicano e a centralidade do popular

Entre a dimensão abstrata/padronizada do povo/população e a luta concreta do popular (sempre no plural e diverso), os/as camponeses/as-indígenas do México, associados/as a diversos outros grupos políticos, produziram uma nova história no continente ao longo dos 15 anos iniciais do século XX.

É essa dimensão popular, política e estética da revolução (1910-1923) que devemos entender como um bom esboço da vigência da *Dialética da dependência* dos anos 1960. A partir da centralidade do popular, a Revolução Mexicana produziu a complexa síntese entre a educação popular/cultura popular e a produção estética e científica de outros horizontes possíveis de captação da história em movimento, a contrapelo. Uma unidade de pores teleológicos secundários que alteraram em extensão e profundidade as práticas e as formas sociais. Engendram-se complexas formas de viver que vão colocar em movimento teleologia e causalidade, instituindo um ser popular, que possibilita essa nova existência e suas mediações complexas, originadas no trabalho (LUKÁCS, 2013).

O muralismo foi uma dessas mediações/expressões, e posteriormente o teatro do oprimido, dialético, e negro, a literatura popular e, não menos importante, a fotografia com o olhar sobre a beleza conflituosa dos “ninguéns”.

Entre os anos 1920 e 1970, a estética muralista fundia-se com a fotografia, com os jornais populares e com outras expressões culturais, e produzia uma síntese desse complexo processo enraizado na trama da revolução popular, frente ao caráter nacional ainda presente no continente, e as limitações resultantes disso. O muralismo abriu uma página da práxis estética latino-americana e caribenha, dando centralidade ao popular e suas histórias ao longo do tempo (HIJAR, 2020; ESQUIVEL, 2004).

Para Hajar (2020), somente tem sentido recuperar a história da estética latino-americana e caribenha se inserida na compreensão de como funciona a sociedade capitalista. Logo, essa história deve ser recuperada na forma que se constitui a extração do valor, o sobretrabalho, tendo como referência a totalidade caótica e violenta imposta por uma classe dominante (pequena proporção da população) ao campo majoritário de vida cotidiana da outra (universo do popular, a classe trabalhadora). Os pores teleológicos secundários, como o muralismo, são marcadamente mediados pelo trabalho, que impele à práxis social. Lukács (1978, p. 5) considera, portanto, que o ser passa a dar “[...] respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao

desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los”.

Nas histórias contadas nos muros, habita um passado e um presente repletos de outras dimensões, para além da lógica do capital – vestimentas, base produtiva do campo e alimentar, história oral com cânticos e poemas, retratada após densos processos de investigação sobre os povos pré-colombianos presentes em luta ao longo dos séculos de invasão e colonização.

Uma vez que estamos dando centralidade à “história contada a contrapelo”, refletimos sobre um dos murais mais importantes produzidos por mulheres neste período em que o moderno muralismo mexicano passava com primazia pelas trajetórias de Diego Rivera, Davi Alfaro Siqueiros e Clemente Orozco (TRASPADINI, 2019). As irmãs estadunidenses Marion e Grace Greenwood chegaram ao México nos anos 1930, período em que a Escola Mexicana de Artes estava consolidada e já era internacionalmente reconhecida pela centralidade que dava à dimensão estética e política dos murais. Ainda no bojo do nacional-desenvolvimentismo, a obra das irmãs no mercado Aberlado Rodriguez, antigo colégio de San Gregório, está situada juntamente com mais seis pinturas de outras grandes referências muralistas desse período⁵.

Vale lembrar que uma das características mais fortes do México profundo foram os mercados para trocas abundantes, como, por exemplo, Tlatelolco no período da invasão. O Vale do México abrigava um encontro de muitas culturas a partir da troca de bens diversos, oriundos de diferentes partes da região, situação que gerou espanto, perplexidade e surpresa tanto aos Jesuítas, como Bernard Sahagun, como nos relatos de Cortéz à Coroa espanhola. Em ambos, se situava a abundância e organização das trocas presenciadas. Bonfil Batalla explicita essa condição de trocas e encontros quando diz (BONFIL BATALLA, 2019, p. 91):

As trocas acontecem não somente nos mercados semanais. Em vastas regiões do México funciona um sistema de feiras anuais frequentadas por habitantes de zonas muito distantes e de produção diversa. Organiza-se, assim, o movimento de produtos costeiros e de terra quente em direção ao e a partir do altiplano. São, em alguns casos, feiras multitudinárias que, no transcurso de uma semana, recebem muitos visitantes, comerciantes, intermediários e produtores diretos. O motivo central é religioso, por exemplo, uma festa de uma imagem venerada, de fama regional ou nacional. Mas ao acudirem à feira, cumprem simultaneamente muitas funções. Os visitantes pagam uma benção ou pedem um favor divino. Aproveitam das danças,

5 São eles: 1) Pablo O’Higgins, com a obra *La lucha de los obreros*; 2) Antonio Pujol, obra: *Los alimentos y problemas del obrero*; 3) Miguel Tzab Trejo, obra: *Historia de los mayas y los aztecas*; 4) Ángel Bracho, obra: *La influencia de las víctimas*; 5) Isamu Noguchi, obra: *La Historia de México*; e 6) Raúl Gamboa, obra: *Los mercados* (AGUIRRE, 2018).

da música e dos jogos pirotécnicos. Veem conhecidos que encontram todos os anos. Trocam notícias e brindam com eles. Vão ao médico. Vendem e compram, vivem, enfim, um momento de festa em meio às tarefas do ano. Muitas feiras têm sido celebradas durante séculos nos mesmos lugares. Os visitantes vindos de povoados distantes referendam, com sua presença anual e suas cerimônias, uma relação particular com outros povoados, provavelmente, oriunda de tempos anteriores à invasão europeia.

Assim, o popular que resistiu ao longo dos séculos de espoliação, seguiu utilizando as ruas para sua sobrevivência e existência. Logo, uma das políticas nacionais desenvolvimentistas de “limpeza das ruas” foi a consolidação dos mercados populares, a tomada do popular. O mercado Abelardo Rodriguez (então presidente do México), em 1934, unia as histórias do fim do processo revolucionário e da retomada das reações de reincorporação do país às lógicas mercantis sob a hegemonia estadunidense.

Entre as práxis estéticas dos discípulos de Rivera, presentes nos muros, e o popular organizado pelo Estado dentro de um controle arquitetônico, habitam múltiplas mediações. Na mediação entre o externo e o interno aos muros, aparecia a tensão dialética e conflitiva em duas dimensões: o povo-Estado-nação; e o popular presente na história da Liga dos Escritores e Artistas Revolucionários vinculados à internacional comunista, da qual os/as muralistas faziam parte. No entanto, das tensões, vigora a vitória do Estado-nação, sobre o popular, o que significa reiterar a vitória do valor de troca sobre o valor de uso (LINERA, 2019; ECHEVERRIA, 1998).

Marion Greenwood pintou cinco peças no Mercado Abelardo entre 1934-1935: 1) *Los alimentos y su distribución sobre el canal de la Viga* (pintado em uma peça); 2) *La industrialización del campo* (pintado em quatro peças) (AGUIRRE, 2018)⁶. Para uma análise histórica, teórica e política da imagem, tendo como referência a centralidade do popular, utilizaremos uma das peças de *La industrialización del campo*:

⁶ Cabe destacar que, além do debate da industrialização do campo, os outros três painéis que compõem essa obra referem-se: 1) à questão da mineração, que era controlada por um pequeno número de grandes capitais estadunidenses: American Smelting and Refining Company, American Smelting Security Company, Green Cananea Copper Company, Green Gold and Silver Company e Travers Durkes Coppers; 2) à exaustão e aos acidentes de trabalho nas minas; 3) à mediação entre o trabalho na mina e a organização da luta dos próprios trabalhadores e suas famílias; 4) à necessária luta de classes, aludida a partir do painel que dá centralidade à frase de Marx e Engels presente no *Manifesto do Partido Comunista*: “trabalhadores do mundo uni-vos!”, que está sendo fixada por dois trabalhadores, um operário e um camponês.



Figura 1. *La industrialización del campo*

Fonte: Greenwood em Mulcahy (2020).

No centro do painel está retratada a luta contra o imperialismo e contra o fascismo produzida por camponeses, indígenas e operários. É uma compreensão direta das teses de Lênin acerca do imperialismo – a supremacia do capital financeiro monopolista que não mais dissocia suas frações de capital bancário e capital produtivo e que se assenta na exportação de capitais, e a tendência da piora da vida no campo e na cidade a partir da mecanização centrada no monocultivo extensivo.

Para Hijar (2020), a estética da práxis reafirma, na realidade concreta, a tirania da acumulação de capital contra o popular, a classe trabalhadora em seu universo plural e diverso. Expõe, portanto, a crise à qual estamos submetidos ao longo de todo o processo de desenvolvimento capitalista dependente.

No plano superior esquerdo, a muralista pinta a vitória da *Companhia açucareira El Mante de Tamaulipas*, centrada no trabalho não assalariado do camponês e do indígena, em um novo tipo de escravidão permitido pelo Estado-nação contra o popular. E, na base do mural, se encontra essa parte do popular que está fora do setor produtivo, da exploração direta e particular executada pelo capital nacional e/

ou transnacional no campo e na cidade industrializada. Poia .

Nos termos de Bambirra (2012, p. 47), podemos fazer a leitura mural de Marion Greenwood nos seguintes moldes:

[...] los intereses oligárquicos e industriales, aunque manteniendo su especificidad, se mezclan e se complementan, resultando de allí, en el plan económico e político-social, una serie de conflictos que no ocultan sus antagonismos, pero que los limitan a una situación de compromiso, base sobre la cual se asienta el sistema oligárquico-burgués en estos países. La burguesía industrial latinoamericana ya nasce limitada y comprometida con las clases dominantes oligárquicas. No solo porque o desarrollo de la industria se produce en el seno del sistema oligárquico (y por oligarquía entendemos todos aquellos sectores de las clases dominantes vinculadas directa o indirectamente al sector primario exportador, más los latifundistas que producen para el mercado interno o que le detentan la propiedad de la tierra sin hacerla producir mayormente) pero, también porque, en buena medida, el surgimiento de los empresarios industriales es producto de la simbiosis de sectores de la oligarquía (terrateniendo o minera o comercial exportadora) y de sectores industriales.

Nesse sentido, o mural narra a vitória do imperialismo sobre o espaço, dizimando os territórios que abrigaram a Revolução Mexicana, e agora abria passo à intensificação da miséria do popular (ponto de partida e de chegada; abrigo das resistências, universo do método marxiano pensado a partir da América Latina e o Caribe), regida, uma parte, por condições de trabalho particulares – a superexploração –, e outra parte, majoritária, condenada à exclusão da superexploração formal, mas nem por isso abrigada fora da totalidade do capital contra o popular, no qual se insere e se edifica o trabalho. Há uma dialética espaço-território na conformação da dependência. A destruição dos traços próprios de indígenas e camponeses esvanece seus territórios e eleva tal espacialidade como campo de disputa sobre o qual se funda ou se afirma um outro território, constituído de violência e tirania imperialista dos capitais dos Estados hegemônicos, em especial o estadunidense. O Estado-nação dependente torna-se, assim, um fetiche territorial, espaço representativo dos interesses externos. A forma território-nacional é uma cartografia de limites fluídos, o conteúdo do território é o capital, sua espoliação, violência, expropriação e exploração no “espaço mexicano”.

Assim, nos anos 1930, o capital financeiro intensificará, no México, e em toda a América Latina e o Caribe, a hegemonia dos Estados Unidos sobre essas espacialidades, os Estados nacionais e o uso privado da terra, vinculado à superexploração da força de trabalho. As vitórias da revolução são deixadas para trás, obliterando seus territórios, e o capital avança na sua ofensiva destrutiva para a recuperação de suas taxas de lucros, após a derrocada da crise que o assolava, como dono do mundo.

Mas a questão é: onde aparece o popular nessa imagem? Somente na base? Como

condenadas e condenados da terra? Ou também no trabalho no campo e na cidade sob a égide do capital?

O popular, em sua historicidade demarcada pelos nacionais-desenvolvimentismos dos anos 1930, representa uma cidade repleta de sujeitos com feições, costumes, culturas do campo. O operariado fabril que produz o maquinário é tão indígena e camponês quanto o camponês e o indígena superexplorados do campo. Estes, somados aos e às descartados/as da exploração particular do continente, conformam o popular. Para o capital, são os ninguéns. Para o universo histórico a contrapelo, são os sujeitos herdeiros das resistências que, na condição errante da fome, se tornam miseráveis no campo e na cidade (TRASPADINI, 2022).

Bonfil Batalla (2019) insiste em dizer que não há uma substantiva diferença entre o mexicano da cidade e o mexicano do campo e que, portanto, a construção da ideia de mestiçagem é uma forma a mais de produção de um conteúdo racista e etnicista. Isto é, o que se define, na história oficial, como mestiçagem, tem muito mais uma carga cultural do que biológica. Essa mestiçagem é fruto de um processo violento, não de encontro de culturas, mas de superposição de uma sobre a outra, de sufocamento e apagamento do ser e sentir-se próprio – a morte da alteridade, nos termos de Dussel (1995).

Na trama desse processo de mutilações e violências, nasce um sentido nacional de povo mexicano, produto do Estado-nação ancorado nas políticas imperialistas, que tenta, a partir da ideia da mestiçagem, apagar a cultura indígena reiterada no presente. Sendo assim, houve “[...] uma mestiçagem biológica que com frequência foi produto da violência e uma permanência cultural que teve de se esquivar ou enfrentar diversas formas, as mais variadas, de opressão, imposição e negação” (BONFIL BATALLA, 2019, p. 64).

A história formal da mestiçagem é, na força dinâmica contrária, a contrapelo, questionada pela realidade dos traços indígenas presentes na maior parte dos corpos mexicanos. Isso afirma que esse popular será o alvo concreto da mais-valia tanto produtiva (MARX, 2011a) como ideológica (SILVA, 2017). Nos termos de Batalla, vincularam-se duas violentas políticas: a da lei do valor e a da enculturação. Dessas políticas, resultou um processo de “desindianização” das comunidades originárias. Um ato político violento de enraizar, na cultura importada, via primazia do espanhol e da ideia de belo e de moderno do Ocidente, o fim da cultura popular originária, via destruição e extermínio.

Nas palavras de Bonfil Batalla (2019, p. 65):

A desindianização [...] é um processo histórico, por meio do qual populações que originalmente possuíam uma identidade particular e distintiva, baseada em uma cultura nativa, são forçadas a renunciar a essa identidade, com todas as conseqüentes mudanças em sua

organização social e em sua cultura. A desindianização não é resultado de uma mestiçagem biológica, mas da ação de forças etnocidas que acabam por impedir a continuidade histórica de um povo como unidade social e culturalmente diferenciada.

A imagem mural de Greenwood revela o quanto a classe que produz a riqueza capitalista é, ao mesmo tempo, a que é conduzida tendencialmente à intensificação da exploração e da pobreza em escala mundial. No entanto, no capitalismo dependente, o desenvolvimento está diretamente associado à superexploração da força de trabalho, como um mecanismo de compensação da hegemonia dos capitais das economias centrais frente à subordinação dos capitais nacionais latino-americanos e caribenhos.

O nacional-desenvolvimentismo iniciado nos anos 1930 na América Latina e o Caribe revela sua faceta estruturante: a migração contínua do campo para a cidade (êxodo rural forçado), as condições de piora no campo com a intensificação da mecanização ao longo do tempo, e a produção de cidades reveladas em sua tessitura desigual na produção geográfica dos espaços da dependência. Greenwood apenas expõe, em imagem, aquilo que o real concreto nos mostra acerca da produção material da riqueza mercantil contra a classe trabalhadora, matéria prima diversa e plural inerente ao popular.

A Dialética da dependência, o popular superexplorado na América Latina, à luz da imagem mural A industrialização do campo

Em 1973, Ruy Mauro Marini produz o ensaio *Dialética da dependência*⁷. Em seu texto *Memorial*, escrito para ser reintegrado à UnB na década de 1990, Marini nos dá um panorama didático, político e pedagógico acerca de seus estudos – o que lia, como estudava, com quem debatia, e quem formava – e faz uma interessante retomada de estilo literário e de investigação. Apresenta-nos suas insatisfações contidas nos textos iniciais, suas perdas de rascunhos, até chegar na edição.

Dialética da dependência, que em 2023 completa 50 anos, é, assim, uma obra que tem vigência por sua força teórica e política, e apresenta um guia de estudos abundante para quem se dedica a entender o passado e o presente da América Latina e o Caribe. Mas, ao começar pelas memórias, implicou situar a obra a partir da recuperação autobiográfica de uma vida repleta de comprometimento político, evidenciar um rigor teórico com afincamento no método marxiano e elucidar no tempo a trajetória de um intelectual orgânico.

Como ressalta o neurocientista argentino Ivan Izquierdo (2020, p. 21):

⁷ Sugerimos como fonte de pesquisa principal Marini (c2023).

“Memória” significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado ou aprendizagem: só se “grava” aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido. Podemos afirmar, conforme Norberto Bobbio, que somos aquilo que recordamos, literalmente. Não podemos fazer aquilo que não sabemos, nem comunicar nada que desconhecamos, isto é, nada que não esteja em nossa memória. Também não estão a nossa disposição os conhecimentos inacessíveis, nem fazem parte de nós episódios dos quais esquecemos ou que nunca vivemos. O acervo de nossas memórias faz cada um de nós ser o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico.

Marini retrata, no *Memorial*, de forma individual, um processo coletivo de produção da batalha das ideias, somado à profunda dedicação ao conhecimento emancipatório advindo do acervo de Marx e do marxismo-leninismo, mas situado nas perguntas do tempo presente em que se encontrava. Suas memórias, assim, são viagens guiadas pela teoria valor-trabalho de Marx, adaptadas à realidade desigual e combinada da América Latina e o Caribe na divisão internacional do trabalho do século XX.

Em suas memórias, Marini (2022, p. 77) situa o ensaio *Dialética* da seguinte forma:

Tal como ficou, *Dialética de la dependencia* era um texto inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxistas na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino-americana. A démarche teórica que ali realizei consistiu, essencialmente, em rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento, mediante a qual este se captava através de um conjunto de indicadores, os quais, a seu turno, serviam para defini-lo: o resultado não era simplesmente descritivo, mas tautológico. Assim, um país seria subdesenvolvido porque seus indicadores relativos à renda per capita, à escolaridade, à nutrição, etc., [...]. Tentando ir além dessa colocação enganosa, a CEPAL avançara pouco, ficando, como elemento válido de sua elaboração, a crítica à teoria clássica do comércio internacional e a constatação das transferências de valor que a divisão internacional do trabalho propicia, em detrimento da economia latino-americana [...]. Ao invés de seguir esse raciocínio e fiel a meu princípio de que o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana.

Como campo de debate, a dependência, ontem e hoje, insiste em aparecer na realidade tal qual ela é, independentemente dos nossos desejos. Nesse sentido, se há uma ordem internacional desigual, há também particularidades que compõem essa totalidade caótica. Assim, pensar os problemas do nosso tempo, vinculados à história e formação social latino-americana e caribenha, apenas tem sentido quando assumi-

mos uma posição na luta de classes que exigirá nos munirmos de uma boa teoria para efetuarmos os diversos combates.

Da forma como entendemos a vigência e relevância da obra *Dialética*, demarcamos quatro condicionantes estruturantes de sua força teórica e política:

- a) O caráter pedagógico: *Dialética* exige que situemos a obra no contexto histórico em que foi criada. Logo, é necessário retomar um período que revela a violência do autoritarismo contra todos e todas que ousaram levantar-se contra a ordem vigente do capital. Nesse período de ditaduras, o exílio gerou, contraditoriamente, dores (torturas, assassinatos, prisões etc.) e sabores/encontros latinos (Chile, México e América Central como lugares de abrigo dos exilados).

O contexto das ditaduras latino-americanas e caribenhas, ocorridas entre os anos 1960 e 1980, demarcou um tempo histórico de acirramento da luta de classes em plena conformação do imperialismo em sua fase madura e renovada de intensificação da ofensiva do capital contra o trabalho e os territórios. Esta condição, somada ao nazismo e fascismo vivenciados desde os anos 1920 na Europa, demarcariam uma nova fase da luta de classes em que o Estado democrático de direito burguês seria substituído pelos Estados autoritaristas, tendo cada país uma particularidade histórica própria no conjunto das violações mundiais, gerais.

Disso resulta ser impossível entender *Dialética* como uma obra da economia política crítica, sem teoria do Estado ou análise de superestrutura. Na boa acepção do método marxiano, o texto e o contexto são indissociáveis, ainda que, no método de exposição, a obra chegue diferentemente aos leitores dos anos 1970, 1980, 1990, 2000. Cada tempo histórico exigirá uma leitura mais complexa da obra, porque mais intensos se tornaram os elementos constitutivos da lei do valor.

- b) O caráter histórico: *Dialética* explicita uma posição teórica na conformação do capitalismo dependente, sem, com isso, deixar de reforçar o papel que a economia colonial cumprirá na dinâmica internacional de constituição do capitalismo industrial do século XVIII. Para Marini, o nascimento do capitalismo dependente ocorre, na América Latina, no momento de eclosão e consolidação das independências formais. Logo, é da transição da economia colonial para a economia nacional que ocorrem as mudanças substantivas de se pensar os países do continente em suas relações internas e externas, no que tange à compreensão do desenvolvimento. Assim, o debate principal proposto pelo autor está inserido no século XIX em diante, quando das guerras de independência no continente. Nesse período, o capitalismo concorrencial transita para o capitalismo monopolista, mediado por uma grande crise no final daquele século. Além disso, uma economia, até então colônia inglesa, afirma-se

e disputa a hegemonia no século XX: os Estados Unidos. Portanto, entender o que está ocorrendo no plano mundial, para reiterar o grau de autonomia/não autonomia (dialética espaço-território) dos Estados nacionais e capitais nacionais para operarem no âmbito interno e externo, torna-se elemento central. No caso de *Dialética*: a história é tanto o palco da luta de classes como o palco do entendimento de como funciona a sociedade capitalista no século XX e quais as particularidades que ela assume em cada formação social concreta.

c) O caráter teórico: *Dialética* é uma obra que exige, primeiro, que se conheça a produção marxiana em quatro dimensões:

- Apreensão do método do materialismo histórico-dialético e seus respectivos níveis de abstração (do simples ao complexo; do concreto ao abstrato), além dos combates filosóficos e políticos. No debate marxiano do método, apresenta-se a originalidade de suas teses a partir de uma nova forma-conteúdo de apreensão da ciência e do seu papel político e politizador na formação das classes;

- Entendimento da teoria valor-trabalho, ou teoria da exploração capitalista, e das diferentes fases de produção/apropriação da riqueza socialmente produzida e privadamente apreendida, tendo como centralidade o entendimento da mais-valia absoluta, relativa e extraordinária;

- Estudo, rigoroso, do avanço da compreensão fenomênica de Marx ao longo do século XX, em especial pelos estudos sobre o Imperialismo e o Estado e a Revolução de Lênin;

- Análise das formações sociais e históricas latino-americanas e caribenhas.

Juntos, esses quatro elementos explicitam que o ensaio é mais do que um ensaio. É uma síntese complexa de estudos, que conforma, entre o que se escreve e o que se deixa subentendido, questões em aberto no tempo presente, com base na boa ancoragem teórica e metodológica.

d) O caráter político: *Dialética* integra uma práxis militante de um intelectual ainda pouco valorizado no pensamento social brasileiro. A função social e política de Marini é uma história à parte. Sua relação com a educação pública e com a formação política, imbricadas uma na outra, exige entender a distribuição dos tempos a partir dos cenários políticos concretos. Quanto maior a demanda por formação, menor o tempo para a produção intelectual imersiva. E, quanto maior o tempo da imersão, mais textos densos para a formação nos períodos seguintes. Além disso, Marini percorreu países do nosso continente e da Europa tanto como conferencista quanto como integrante do Movimento de Esquerda Revolucionária. Ler o *Dialética* entendendo seu papel na formação de quadros, da consciência da classe trabalhadora em particular, e do

popular em geral, torna a obra ainda mais necessária.

É da trama entre estes sentidos acima relatados que a obra *Dialética* transborda seu tempo histórico e uma pontuação específica a uma área de conhecimento, tornando complexa a compreensão e os temas de debates propostos: em especial, pela condição mais intensiva de aceleração do roubo do tempo histórico pelo mundo das necessidades objetivas de sobrevivência do popular e da classe que o dá vida: a trabalhadora.

Quiçá a imagem como fonte histórica contribua para a recuperação categorial proposta por Marini em *Dialética* (2022). Ao menos três delas estão presentes na imagem, logo, vejamos se o presente foi, ou não, capaz de apagá-las como força explicativa em nosso tempo histórico.

Primeira categoria: dependência. Nos termos de Ruy, a explicação categorial da dependência associa-se à autonomia, muito relativa, dos capitais nacionais da América Latina para disputar um espaço concreto na dinâmica internacional, dada a hegemonia dos capitais transnacionais na conformação de seus territórios – espaços extrovertidos (BAYART, 1989). Ou seja, significa que há uma relação desigual entre os países que compõem a nova fase da divisão internacional do trabalho. Nos termos de Marini a categoria dialética, inerente ao desenvolvimento capitalista desigual, deve ser

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Logo, quanto mais avança a dinâmica imperialista, tanto mais intensos são a dependência e os mecanismos internos que dão sentido à sua vigência concreta. Então, é impossível tratar da dependência, sem ter em consideração as diferentes fases do imperialismo.

Segunda categoria: imperialismo. Processo, segundo Lênin, a partir do qual a economia concorrencial é substituída pela era dos monopólios, em que uma de suas principais características é a exportação de capitais, efetuada pela fusão entre o capital bancário e o capital produtivo, dando vida ao capital financeiro. Essa fase, caracterizada pela oligarquia financeira e seu poder mundial, define o mundo entre os capitais mandatários da nova ordem e seus Estados nacionais pares, em contrapartida aos capitais subordinados e seus Estados nacionais dependentes. O imperialismo é uma nova fase econômica, política, social e cultural que tem como característica a mobili-

dade do capital financeiro em uma nova forma-conteúdo de anexação colonial: apropriação privada das terras, dos recursos naturais e trabalho livre, cujo assalariamento dependerá das realidades internas de cada economia.

Terceira categoria: superexploração da força de trabalho. É a principal elaboração categorial de *Dialética*. Sua explicação está situada na particularidade histórica da América Latina, naquilo que Ruy denomina como a função social que nosso continente cumprirá na nova fase da divisão internacional do trabalho, protagonizada pelo imperialismo. É o elo conector entre imperialismo e dependência, e tem a ver com três determinações centrais advindas da hegemonia do capital financeiro: 1) que define tanto a dinâmica de produção de valor, como a organização dos preços de monopólios no cenário internacional; 2) que amplia a nova forma de anexação “colonial” e tende a impor políticas de preços para os salários nacionais em condições abusivas; 3) que explicita o papel das formações sociais e históricas concretas na determinação de mecanismos de compensação à ofensiva do capital contra o trabalho no mundo.

A superexploração é uma categoria conectora entre as determinações externas de produção do valor e as compensações internas, executadas pelas burguesias locais para compensar suas perdas no cenário mundial. Assim, essa categoria precisa explicar tanto a atual fase da lei do valor nas economias centrais, cuja tendência é sempre mais exploração, como nas economias periféricas, cujo nascimento do trabalho livre, após as alforrias formais, não necessariamente reais, ocorreu para estimular o aumento de produtividade média do trabalho no século XX.

Quanto mais o capital financeiro conseguir definir a política de preços do setor produtivo de bens intermediários, matérias primas e alimentares, tanto mais se altera a política de preço salarial nas economias centrais. E, à medida que os capitais financeiros centrais ganham essa disputa, o parco capital (“produtivo”) que atua nas economias latino-americanas, ainda em sua versão nacional, necessitará compensar dita condição reiterando a não diminuição de sua taxa média de lucro. Assim, os salários pagos a uma pequena parte dos trabalhadores formais na América Latina e o Caribe serão tensionados para baixo, consolidando, de forma mais rápida que nas economias centrais (uma tendência, segundo Marx, 2011a), salários abaixo de suas condições mínimas de sobrevivência. Mas não abaixo da lei do valor. Porque a própria lei do valor explicita-se pelo acirramento das desigualdades presentes na relação capital-trabalho e não por sua estabilidade igualitária.

Então, o que é a superexploração? É uma categoria que explica que, na particularidade do capitalismo dependente latino-americano e caribenho, a exploração ganha um contorno específico desde o nascimento do capitalismo e que, no plano mundial,

é processo projetado para o futuro, como a *forma de ser* do imperialismo no século XXI, como ponto de chegada nas economias centrais. No entanto, na América Latina e o Caribe, a superexploração foi, é, e sempre será, estrutura orgânica própria, com tessitura própria, demarcando o popular a partir de sua herança colonial: os muitos ninguéns jogados à margem do Estado e da própria reprodução básica do capital, desde o século XIX. Assim, na periferia do sistema-mundo, seu condicionamento está situado em uma divisão internacional do trabalho desigual e combinada (imperialismo e dependência). Sem isso, o próprio capitalismo deixa de existir, uma vez que sua característica central é a desigualdade real em todos os âmbitos da vida cotidiana.

Dito isso, o que vemos historicamente na imagem de Greenwood é a articulação/conexão entre as três categorias (dependência, imperialismo e dialética/superexploração). O capital financeiro monopolista, gigante detentor do dinheiro e dos meios de produção, define a forma de vida da diversidade de sujeitos que compõem o popular e constituem, na razão dialética, a classe trabalhadora. Além disso, esse mesmo capital conta com o aparelho do Estado-nação sede e fortalece, neste, as necessidades de cada tempo histórico: tirania direta (fascismo, nazismo, ditaduras), ou uma democracia formal (que, para o popular, representa de forma reiterada o Estado judiciário penal/criminal).

Essa relação de dependência do capital nacional em relação ao capital transnacional, define a dinâmica externa e interna do trabalho. E, quanto mais intensas as leis tendenciais, mais a base do popular na periferia se deteriora, como resultado de uma estrutura orgânica perversa: a superexploração.

Na imagem, os graus de superexploração nos anos 1930 são distintos entre: o operário da mineração e do petróleo; assalariado e sindicalizado; o trabalho não assalariado do camponês e do indígena no complexo da cana, com continuidade inclusive de trabalho escravo; um denso exército industrial de reservas forte, jogado ao azar da espoliação, da expulsão; e uma expressiva parte do popular relegada à fome, ou à sobrevivência por conta própria.

E mais, com a industrialização do campo, título da produção de Greenwood, explicitamos que se combinam, na superexploração da força de trabalho própria do nascimento do capitalismo dependente no início do século XX, a mais-valia absoluta (ampliação da jornada de trabalho), mais-valia relativa (maquinário e produção de semielaborados com aumento da composição técnica e orgânica do capital) e a mais-valia extraordinária (captação de parte da mais-valia do setor, apropriada por aqueles que saem na frente na concorrência monopolista).

A superexploração, portanto, presente nos anos 1930 no desenvolvimento capitalista mexicano através dos corpos indígenas, camponeses e operários, somada à exclusão de parte das e dos condenados da terra pela espoliação/expropriação,

expõe a particularidade do nosso desenvolvimento: a dependência, ante a força imperante do imperialismo.

É por isso que afirmamos que Greenwood pinta os temas que Marini apresenta no ensaio *Dialética*. Começar pela imagem tem uma relevante dimensão histórica sobre a práxis estética latino-americana (HIJAR, 2020), entendida como campo político. Nessa práxis estética, oriunda do papel que cumpre o muralismo na história das revoluções na América Latina e o Caribe, as categorias que saltam da tela ganham materialidade na realidade desigual do desenvolvimento capitalista dependente e exigem, ao nos vermos como o popular presente na imagem, uma revanche histórica: a consciência emanada da e para a luta de classes.

Dialética apresenta, em 1973, o que o Movimento Muralista dos anos 1920 aos 1970 insistia em reportar: o protagonismo do popular em sua diversidade e pluralidade. Pois, se a superexploração exige o entendimento de como funciona a produção capitalista, na América Latina e Caribe, isso não ocorre, desde o nascimento dessa dinâmica, com as independências formais, sem que uma parte grande do popular seja relegada à lógica dos ninguéns, dos de fora, dos à margem. Esses ninguéns definem o teor, para dentro da superexploração, que, na dinâmica para fora, depende do cenário internacional da luta de classes.

Por isso, não há como superar a tríade imperialismo-dependência-superexploração sem a revanche/rebelião do popular. Este sujeito plural e diverso que, silenciado, mas nunca silencioso, foi pintado pelos donos da ordem hegemônica, via história oficial, como revoltos populares. É contra esse levante, essa revanche dos “de abaixo”, que o Estado nacional ergue sua pomposa constitucionalidade. E executa um direito formal que não cabe na realidade dos que estão fora, ao mesmo tempo em que pressiona para uma maior intensificação, a superexploração: os “ninguéns”. Esses que conformam, nos termos de Galeano (2002, p. 26),

[...] os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: Que não são, embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Dialética da dependência, 50 anos depois, segue dando vida à imagem de Greenwood presente no Mercado Abelardo Rodriguez e nas ruas atuais de Nuestra América. Juntos, o texto escrito e a imagem mural como fonte histórica, revelam uma América Latina presa aos grilhões da superexploração inerente ao capitalismo

dependente dos séculos XX e XXI.

Algumas considerações, ao final

As perguntas reflexivas que propusemos no início deste texto foram: o que é o popular, este que salta das imagens murais mexicanas? Que relação há entre o popular, como categoria analítica, e a superexploração da força de trabalho na América Latina e o Caribe?

Após o desenvolvimento do texto, entendemos que:

- 1) O popular é território, abrigo, ponto de partida, palco histórico da superexploração. É conformado por essa expressiva parte da população dos nossos países que vive ou da venda de sua força de trabalho, ou da condição de sobrevivência por conta própria, seja legal ou ilegal, legitimada ou não pela ordem do Estado burguês vigente. Compõem a tessitura de seu plural e diverso do mundo camponês, o indígena, o afrodescendente e as demais miscigenações que não foram capazes de reduzir os traços históricos e enfáticos das tradições desses grupos ao longo do tempo;
- 2) A superexploração como categoria analítica própria e particular do desenvolvimento capitalista dependente, imerso na realidade mundial imperialista, tem como raízes e margens de sua violenta ascensão o universo massivo do popular. Esse conjunto de pessoas que, à medida que o capitalismo avança no seu processo técnico-científico, coloca no âmbito informal um número expressivo de pessoas que passam a compor o exército industrial de reserva, tendendo a fazer pressão para que os salários sejam ainda mais baixos. Essa pressão tem a ver com a dinâmica da lógica de inclusão restrita do capital, como propaganda e projeção de sua ideia de progresso ao conjunto da população.
- 3) O popular é a dimensão de uma concretude histórica de práticas socioespaciais que objetivam romper com as determinações territoriais produzidas pelas lógicas de poder estabelecidas pela iminente expansão geográfica do capital. Essas determinações se expressam: i) na destruição e deterioração das condições de vida no campo e na cidade; ii) na alteração da composição orgânica do capital e ampliação da subsunção formal e real do trabalho; iii) na superexploração da força de trabalho; iv) na deterioração dos termos de troca e formas de realização do valor; v) na destruição do ethos dos sujeitos sociais, manifesta na desindianização, no descampesinato e no embranquecimento; vi) na composição dos monopólios, ampliando a perversidade do imperialis-

mo: a financeirização, que amplia a dimensão da dependência materializada no rentismo (AMARAL, 2012).

- 4) A superexploração é a forma e o conteúdo que uma parte da população sujeitada ao âmbito formal do trabalho vive como condição de salários abaixo de suas necessidades básicas de existência. E, simultaneamente, uma outra parte majoritária sequer tem essa condição, pois já nasce relegada à miséria das condições objetivas, manifestas como os ninguéns. Por isso Brecht insiste que o povo, de termo vazio, instituído pelo Estado burguês e sua ciência política oficial, passa a ter relevância, para a classe, à medida que avança a violência do capital contra o trabalho. Logo, vai ficando nítido, visto a olho nu, quem compõe o povo, logo, para quem devemos expressar todos os nossos esforços de elaboração, atuação, reação: à classe trabalhadora em suas diferentes posições no âmbito econômico, social, político e cultural. Fica evidente que não há o povo mexicano, ou brasileiro, ou latino, no geral, e sim na especificidade da classe trabalhadora e o universo dos ninguéns, segundo o capital e seu par, o Estado burguês.
- 5) À medida que o tempo é acelerado pela lógica tirânica da tecnologia e da técnica sobre a vida, com uma produtividade média do trabalho cada vez maior, tanto mais difícil se torna o ato educativo de estudar uma obra. *Dialética* integra, portanto, o hall de obras complexas que, com o tempo, ficam ainda mais inacessíveis, por conta da quantidade de outras obras que se subentende por conhecida: *O capital* de Marx (2011a), *O imperialismo* de Lenin (2011), as formações sociais e históricas latino-americanas e caribenhas.
- 6) É dessa tensão entre uma boa teoria e um bom combate que *Dialética*, se somada a outras importantes construções da estética latino-americana, se revigora. Revigorar é o ato de adquirir novas forças. A arte mural, a nosso juízo, revigora, se recuperada no tempo presente via práxis estética, o sentido teórico necessário ao bom combate.

Cinquenta anos do *Dialética da dependência*, em que o debate do desenvolvimento ainda não foi substituído e/ou superado pela práxis da revolução. Pensamento e linguagem anestesiados, exigem, como antídoto, um rememorar para revigorar. Marini, com seu exemplo de vida e sua obra, integra o grupo seletivo de intelectuais orgânicos que dimensionam, no popular, a luta de classes que devemos retomar, já!

É como insiste Hajar (2016, p. 23), é da construção direta de uma relação entre práxis e utopia, do que se trata. Ou seja,

La plenitud humana – como ejercicio armónico de razón, sentimentalidad y sensoriedad – es así impedida por una constante escisión de las facultades, todo lo cual exige a la estética una

crítica radical de éstas en bien de su integración. La fragmentación productivista propia del capitalismo y la división entre trabajo manual e intelectual son obstáculos fundamentales para la plenitud humana. La utopía positiva de construir la plenitud exige la deconstrucción de lo existente como problema de conocimiento, de ejercicio de la voluntad y de ejercicio de los sentimientos y las sensaciones. Pero esta plenitud deseable no sólo alude a la integración de razón, intuición, sentimientos y sensaciones, sino también a la necesidad histórica y social

Trata-se da luta pela construção, no nosso tempo, de uma organização popular em que aqueles sujeitos presentes – indígenas, camponeses, afrodescendentes –, parte presente na pintura de Marion Greenwood, saltem dos muros e, imersos na densa realidade da luta de classes atual, rebelem-se contra essa ordem tirânica, posicionando-se contra todo tipo de condição desumana produzida contra nossos corpos ao longo de mais de cinco séculos de invasão, antes colonial, agora, ainda, imperialista.

Referências

- AGUIRRE, Dulce Maria Pérez. Los murales de las hermanas Marion y Grace Greenwood en el mercado Abelardo L. Rodríguez en la ciudad de México (1935). *Letras Históricas*, n. 18, p. 227-257, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31836/lh.18.6328>
- AMARAL, Marisa. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AYER: la teoría y la práctica. 2021. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2021/04/30/ayer-la-teoria-y-la-practica/>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BAEZ, Fernando. *A história da destruição cultural da América Latina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BAYART, François. *L'État en Afrique*. La politique du ventre. Paris: Fayard, 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Brasília: Brasiliense, 1987. (Coleção Obras Escolhidas, v. 1).
- BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo*. Uma civilização negada. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019.
- BRECHT, Bertolt. O popular e o realista. En Luiz Carlos Maciel (selecionador y traductor), Teatro dialéctico (págs. 115- 122). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *América pre-colombiana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CUEVA, Agustín. *A concepção marxista de classes sociais*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1995.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *La modernidad de lo barroco*. México, D.F.: Era, 1998.
- ESQUIVEL, Miguel A. Estética marxista en América Latina: extensión de la política en el arte y la cultura. La relación David Alfaro Siqueiros y Alberto Híjar. In: INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES. *30 años 30 herederos teóricos y espacios estéticos: David Alfaro Siqueiros y Alberto Híjar*. México: CENIDIAP, 2004. p. 15-21.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2002.
- GILLY, Adolpho. *História a contrapelo*. Una constelación. México D.F.: Era, 2006.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- HIJAR, Alberto. Algunas notas sobre vanguardismo. *Revista Arbitrariedades de Artes Visuales*, n. 45,

2020.

- HIJAR, Alberto. *La praxis estética*. Dimensión estética libertária. México: INAH, 2016.
- IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2020.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LENIN, V. I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- LEON-PORTILLA, Miguel. *Visión de los vencidos*. México D.F.: UNAM, 2003.
- LINERA, Alvaro G. *Forma valor y forma comunidad*. Aproximación teórica-abstrata a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu universal. Bolivia: CLACSO, 2019.
- LUKÁCS, George. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013. v. II.
- LUKÁCS, George. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. v. II.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Introduction à l'économie politique*. Marseille; Toulouse: Agone; Smolny, 2009 [1925]. (Œuvres complètes, Tome I.)
- MARINI, Ruy Mauro. *Ruy Mauro Marini – Memória Español: Marini – Escritos*, 1990. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/#>. Acesso em: 16 out. 2023.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Editora Expressão popular, 2022. 137-180.
- MARINI, Ruy Mauro. Memória por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Editora Expressão popular, 2022. p. 57-136.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2011a. Livro 1.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. 10. ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985. v. 2.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MULCAHY, Joanne. *How the Art Students League shaped the life of twentieth-century artist Marion Greenwood*. Oct. 15, 2020. Disponível em: <https://asllinea.org/marion-greenwood-art-students-league/>. Acesso em: 13 out. 2023.
- SILVA, Ludovico. *Mais-valia ideológica*. Florianópolis: Insular, 2017.
- SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. *Agrária*, v. 10, p. 99-130, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i10-11p99-130>
- TRASPADINI, Roberta. *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina*. A trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. São Paulo: Lutas Anticapital, 2022.
- TRASPADINI, Roberta. América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência. *Revista Katalysis*, v. 22, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p566>

Lucio Oliver*

Por qué y para qué de la llegada de Ruy Mauro a México en 1992

México recibió un amplio contingente de exiliados latinoamericanos en el período de las dictaduras militares del siglo XX, en especial desde 1964 hasta 1984. De manera particular fueron varios los intelectuales brasileños destacados que llegaron al país en ese período. Ruy Mauro Marini llegó la primera vez en 1965. Estuvo posteriormente en Chile a partir de finales de 1969 y en 1975 volvió a México a donde permaneció hasta 1984. A Brasil regresó cuando el movimiento de vuelta al Estado civil democrático republicano se estaba abriendo paso. Volver a su país no fue algo distintivo de Ruy, quien mantuvo el vínculo continuo con México; con el tiempo y los cambios de situación en sus países buena parte de los exiliados retornaron y se involucraron de nuevo en las actividades sociales, académicas, políticas y/o en las luchas sociales en sus países.

En esta memoria me interesa escribir sobre la última temporada de Ruy en México, desde finales de 1992 hasta avanzado 1994, cuando regresó a Rio de Janeiro para tratarse de una enfermedad que posteriormente lo llevaría a su muerte a mediados de 1997. Mis apreciaciones son obviamente subjetivas, resultan de lo que yo conocí, vi, escuché y compartí con Ruy y por lo mismo son parciales. Seguramente otros colegas y amigos de Ruy tendrán una apreciación distinta y de otra amplitud, pues las relaciones de Ruy eran multifacéticas. Pero así son los recuerdos y la memoria, remiten a distintas miradas y quizá ninguna sea totalmente acertada ni enteramente falsa para referir a su personalidad y sus actividades.

Fueron dos años de la última estadía de Ruy Mauro en México, de finales de 1992 a 1994, y en ellos dio a conocer una vez más su íntegra personalidad, su capacidad intelectual, política y organizadora, su compromiso con la investigación crítica, las luchas populares y la formación de latinoamericanistas. Esos años fui secretario académico del Centro de Estudios Latinoamericanos bajo su coordinación. En su estadía ratificó capacidad directiva y su amistad plena con sus colegas de la UNAM.

* Professor titular C na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México. Doutor em Sociologia - Universidad Nacional Autónoma de México (1992). Pós-Doutor na Universidade Federal do Ceará /Pós-Graduação em Sociologia) (1996-1998)

Cabe esclarecer qué fue, desde mi percepción, lo que condujo a Marini a México en esta última ocasión, quizá con la idea de contribuir a resolver un problema y volver a Brasil o, por el contrario, quedarse a vivir ya en este país, rodeado de sus colegas, amigos y alumnos. Hay una razón de fondo, que muestra de lleno su compromiso con el latinoamericanismo crítico, además de su estima por la UNAM.

En 1992 se había consolidado en el país un golpe de Estado técnico por medio de un fraude de Estado dado a finales de 1988 por la tecnocracia neoliberal en el poder que impulsaba la concepción de que el derrumbe de la URSS y del bloque comunista oriental estaban abriendo nuevos horizontes para Europa y para las sociedades latinoamericanas. Las tesis de Fukuyama del fin de la historia estaban entrando con fuerza en el sentido común de la sociedad mexicana, y se acreditaba que la democracia liberal, el Estado de competencia y el capitalismo global constituían ya el único camino para desarrollarse. En México esta idea del fin de la historia fue muy fuerte y la misma acompañaba las tesis de la tecnocracia dirigente de los años de 1990 de que México tenía el camino abierto para desarrollarse bajo una asociación profunda con los Estados Unidos, para una modernización articulada a las reformas neoliberales privatizadoras del Estado y para proyectar su economía a la creación de monopolios competitivos mexicanos a nivel mundial.

En la academia mexicana de la UNAM esas ideas tuvieron bastante eco, lo que no es de extrañar pues el impacto histórico político y cultural de la reconversión productiva capitalista y los sucesos de la glasnot y la perestroika conmovieron al mundo. Y una parte de las élites dirigentes consideraban que ya no había que trabajar en torno de un pensamiento crítico latinoamericano, sino que en adelante había que estudiar los problemas de la reconversión, complementariedad y la diferencia con Estados Unidos y Canadá en la creación de un Tratado de Libre comercio de Norteamérica pues se trataba de una nueva época mundial que recién se abría en la economía, la política y la cultura. El director de entonces de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales consideró que esas ideas tenían fundamento y propuso mecanicistamente el fin del Centro de Estudios Latinoamericanos que había congregado a latinoamericanistas históricos notables como Sergio Bagú, Agustín Cueva, René Zavaleta, Mario Salazar Valiente, Gregorio Selser y a Ruy Mauro Marini, entre otros. Ahora los profesores que se dedicaban a la investigación sobre América Latina irían para el Posgrado en Estudios Latinoamericanos a ejercer la docencia y abrirían nuevas líneas de investigación relacionadas con la globalización.

Con unanimidad, el contingente de profesores de tiempo completo y tiempo parcial agrupados en el Centro de Estudios Latinoamericanos se negó a aceptar la propuesta mencionada y llevó a cabo una resistencia activa cuestionando las nuevas ideas prevalecientes y planteando que las transformaciones mundiales y la tendencia a la reconversión productiva no conllevaban resolver los problemas estructurales e históricos de América Latina y México debería profundizar su vínculo con América Latina y el Caribe, por lo que el CELA tenía que continuar su labor teórica y analítica de siempre bajo la misma orientación de antes.

La contraposición de concepciones llevó a un impasse prolongado de casi un año, que afectaba la labor académica de la facultad. Al final de ese transcurso el director mostró sensibilidad y se propuso encontrar una solución para superar el impasse que sus decisiones estaban provocando. Y dada la ruptura que se había producido entre la autoridad de la facultad y los profesores del centro, el director encontró la solución invitando a dirigir al centro a Ruy Mauro Marini, con quien años antes había cultivado una amistad durante su estadía en México de 1975 a 1984. Lo invitó a que viniera de nuevo a México y le prometió darle el apoyo total para reconstruir la relación mutua entre el Centro y la Facultad.

No conociendo la problemática que había gestado el conflicto, Ruy Mauro aceptó con la condición de primero tener una conversación con los profesores del CELA para saber de su disposición a aceptarlo. Vino a México y se reunió con nosotros encontrando una total aceptación hacia su dirección, en el entendido de que se le conocía y se le respetaba plenamente por su trayectoria académica, institucional y personal. Así, Ruy aceptó la responsabilidad, propuso un plan de trabajo actualizado como resultado de sus estudios de sus últimos años (véase su manuscrito de 1990, América Latina en la encrucijada, y su texto economía y democracia, de 1993) y pasó a ser el Coordinador del Centro de Estudios Latinoamericanos en 1992 ante la satisfacción de todos y la plena disposición a reanudar la investigación latinoamericanista en función de los nuevos tiempos de la transformación acelerada del capitalismo mundial.

Ruy Mauro demostró su afecto y gran amistad con todos los integrantes del Centro, con profesores, asistentes, estudiantes de posgrado, estudiantes de licenciatura y personal administrativo, creando un agradable y creativo ambiente de investigación y debate colectivo, justo en torno a las contradicciones y conflictos de

la globalización neoliberal en la realidad mundial y latinoamericana. Trabajó como profesor investigador en la ciudad universitaria de la UNAM, en la Facultad donde tenía como referente inmediato el haber ganado previamente una plaza de profesor titular C de tiempo completo, que el Consejo Técnico de la Facultad refrendó, y se fue a vivir primero en la relativamente lejana Colonia Roma, barrio a donde había vivido anteriormente, y posteriormente pasó a la Villa Olímpica, ubicada más cerca de Ciudad Universitaria y a donde lo podían visitar amigos de la UNAM.

La Creatividad teórica y organizativa

Marini fue un magnífico dirigente académico intelectual en su calidad de investigador, docente y coordinador del Centro de Estudios Latinoamericanos, actuando también como director del Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la UNAM y director de la revista Estudios latinoamericanos. Respecto al Centro cabe recordar que impulsó la creación de tres áreas de investigación y nueve líneas de trabajo, una relacionada con la economía dependiente bajo la globalización, otra con el estudio del Estado y la política bajo las reformas del Estado y la lucha entre fracciones burguesas y la intervención popular, y una tercera sobre la resistencia social de la cultura, las ideologías y lo nacional popular. En el Programa de Posgrado realizó una revisión y adecuación de los planes de estudio de Maestría y Doctorado en Estudios Latinoamericanos para lo cual invirtió tiempo y esfuerzo en sus fundamentos y en sus formas operativas, requisitos de ingreso y egreso y características de las tesis. Respecto a la revista, decidió refundarla en una nueva época para hacerla más actual y ágil, de manera de adecuarla a las nuevas temáticas teóricas, al estudio de los procesos en curso y a los debates entre latinoamericanistas.

Inmediatamente después de tomar posesión como coordinador del Centro echo a andar un seminario interno quincenal de profesores y asistentes del Centro para canalizar debates y generar una producción editorial de avanzada. Con ello coordinó dos colecciones: una de textos escogidos del pensamiento histórico social latinoamericano, de tres volúmenes, y la segunda, una colección de contribuciones críticas de y sobre autores y problemáticas latinoamericanas, de cuatro volúmenes (los orígenes, subdesarrollo y dependencia, la centralidad del marxismo y Cuestiones contemporáneas). La extraordinaria calidad de ese material publicado por la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM y Ediciones El Caballito, llevó a que se agotaran y está pendiente una republicación. Resalta la original concepción de Ruy Mauro sobre cómo organizar la exposición

y análisis de las distintas etapas, corrientes teóricas y problemáticas sobre la realidad de América Latina en el siglo pasado, hasta llegar a la época de la mundialización del capital de fines de siglo pasado.

Junto a esas elaboraciones teóricas latinoamericanistas Ruy Mauro siguió la actividad política y los debates sobre la crisis y el derrotero del socialismo mundial, continuó sus estudios de la realidad brasileña, sobre la democracia y sus perspectivas socialistas (Véase *Socialismo y democracia*, 1993). Siguió de cerca la votación en favor de la república y en contra de la monarquía como régimen político para Brasil, en el contexto del Estado de cuarto poder (véase *Liberalismo y democracia: la reforma constitucional en Brasil*, 1995), y analizó los debates y teorizaciones en torno al capitalismo y el socialismo después de las transformaciones productivas del toyotismo, la unificación alemana, las reformas del Estado en América Latina, la debacle de la URSS y la caída del muro de Berlín.

Le interesaba sobre manera lo que sería la crítica de las últimas tendencias del capitalismo, lo que habría que actualizar acerca de las formas productivas y la situación de los trabajadores en la realidad contemporánea de la globalización neoliberal. Y le apasionaba sobremanera pensar las perspectivas de la integración y la democracia latinoamericana, así como lo que él denominaba el futuro del trabajo simbólico de Brasil y México bajo el capitalismo global, las relaciones Estado y sociedad civil y la necesidad de una integración política cultural popular que acompañase las iniciativas de integración económica (Véase *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*, 1994/96, *El concepto del trabajo productivo*, nota metodológica, 1992, *La idea de la integración en América latina*, 1990)

De repente Ruy nos avisó que retornaba a Rio de Janeiro para recibir atención médica, a sabiendas que el problema del CELA con la Facultad ya estaba resuelto y encaminado y todo podría marchar ya por sus propios pies. Fue una decisión tomada por el apremio médico, pero con la tranquilidad de la labor cumplida y la conciencia de haber hecho una contribución importante al sacar adelante una solución institucional en su facultad y su querido México, al haber apoyado a sus colegas y amigos latinoamericanistas. Fue para nosotros un choque su partida, por lo intempestivo y porque cuando hay un gran reconocimiento y profundo afecto por una persona siempre es difícil aceptar la separación. Se alejó, pero se quedó su espíritu y amistad entre nosotros.

Viajé a Brasil en agosto de 1996 y pasé por Rio de Janeiro de camino a Fortaleza a donde había sido invitado a realizar un posdoctorado. Le hablé por teléfono, con la intención de verlo de nuevo y conversar con él dado que tenía cerca de 12 horas para tomar el siguiente vuelo. Me respondió que no podría porque estaba postrado en cama con aparatos para sostenerse y mantenerse apenas en su enfermedad. Lo sentí mucho, le envié abrazos y quedé de apartar unos días a mi retorno a México para buscarlo en Rio de Janeiro al cabo de mi estadía en Fortaleza. Estando en esa ciudad me enteré de su fallecimiento y sentí la tristeza de la pérdida de un gran maestro, amigo y colega.

La Continuidad y la herencia

Ruy Mauro deja una continuidad en los latinoamericanos que lo estimábamos y que valoramos su amistad, su obra y su trayectoria. Sabemos del reconocimiento que tiene su contribución a la teoría de la dependencia y a los análisis teórico-metodológicos del capitalismo dependiente, del Estado contrainsurgente y de la democracia y la política en disputa, dinamizados por las fuerzas histórico-políticas y por la sociedad civil de cada país. Sabemos de su compromiso con la revolución latinoamericana y su determinación de sustentar su posibilidad en la realidad de nuestros países y en el análisis complejo de ésta con la teoría y la lucha social. En ese sentido compartimos la satisfacción de buscar apropiarnos de su herencia para hacernos más fuertes como átomos activos dentro de la corriente molecular del pensamiento crítico latinoamericano.

Cristóbal Kay*

Felicito a la editorial Monthly Review Press por la publicación en inglés del libro de Ruy Mauro Marini (RMM), *Dialéctica de la dependencia*, después de medio siglo de su publicación en idioma español. Desde su publicación en 1973 tuvo una enorme difusión en América Latina y se transformó en un texto clásico de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD). Felicito también a Amanda Latimer por realizar una impecable traducción de este libro que por su nivel de abstracción y terminología marxista requiere un conocimiento de la temática para lograr una traducción que refleje fielmente lo escrito por el autor. Este libro obtuvo de la Fundación Monthly Review el premio conmemorativo “Paul A. Baran - Paul M. Sweezy Memorial Award”, que honra las contribuciones de los dos economistas marxistas norteamericanos que estuvieron estrechamente ligados a la revista *Monthly Review: An Independent Socialist Magazine*, fundada en 1949, así como a su editorial.

Es sorprendente y vergonzoso que esta obra fundacional de la TMD que ha sido traducido a varios idiomas recién ahora llegue al lector de habla inglesa. Pero lo realmente escandaloso es que la obra de RMM haya sido marginalizada e ignorada en Brasil donde surgieron las primeras semillas de la TMD en la Universidad de Brasilia durante las discusiones entre André Gunder Frank, RMM, Theotonio dos Santos y Vania Bambirra, a los cuales yo he denominado el cuarteto de la dependencia, y que logra desarrollarse durante el reencuentro del cuarteto en el Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO) de la Universidad de Chile, país al que se exiló el trío brasileño (KAY, 2021a). El período de la dictadura y del exilio contribuyeron a dicha situación, pero también el giro neoliberal de los gobiernos postdictadura. Esta situación de desconocimiento en Brasil felizmente está siendo revertida en los últimos años, especialmente, por la revista Reoriente

Existía interés de la elite política en impedir la difusión de los escritos de RMM porque tienen un claro objetivo político que a primera vista no se percibe en este texto que es más bien un tratado sobre economía política marxista. Como el autor mismo lo reconoce, su obra se limita al nivel económico y necesita también ser analizado

* Profesor Emérito del Instituto Internacional de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Universidad Erasmus de Rotterdam. Profesor Investigador Asociado, en el Departamento de Estudios del Desarrollo, SOAS, University of London y Profesor Emérito Honorario en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Quito, Ecuador. Editor del Journal of Agrarian Change.

desde la perspectiva sociológica y política (MARINI 2022 [1973], p. 166). Y, sin duda, la obra de RMM contiene numeroso análisis sociológicos y políticos como, por ejemplo, en su libro *Subdesarrollo y Revolución* (MARINI,1969). Para este autor es esencial dilucidar las leyes del capitalismo dependiente y analizar las formaciones sociales concretas para “definir las determinaciones que se encuentran en la base de la lucha de clases ... y abrir así perspectivas más claras a las fuerzas sociales empeñadas en destruir esa formación monstruosa que es el capitalismo dependiente” (MARINI 2022 [1973], p. 153). RMM claramente critica al reformismo y el desarrollismo que, a su juicio, sólo perpetúan la dependencia y, por ello, ha sido un luchador constante por el cambio revolucionario en América Latina.

Para RMM es fundamental el rigor conceptual y metodológico en el análisis y es lo que él pretende realizar en su intento de crear las bases de una Teoría Marxista del capitalismo dependiente para así poder analizar los principales factores que determinan la dependencia de América Latina. RMM utiliza meticulosamente las categorías de la teoría valor trabajo de Marx en su tarea de encontrar la especificidad del capitalismo dependiente y para ello cita en varias ocasiones al autor alemán para legitimar su análisis y demostrar que no se desvía de Marx en el uso de sus conceptos. Además de su claridad de exposición la estructuración y secuencia en su línea de argumentación es impecable por su lógica. Dichas virtudes facilitan la comprensión de su análisis que es complejo por la magnitud de su cometido consistente en descubrir los fundamentos teóricos del *Capital* para los países dependientes del sistema económico mundial, los cuales difieren en ciertos aspectos centrales de las economías dominantes. RMM sitúa su análisis de la dependencia dentro del sistema capitalista mundial, o sea, dentro de la ley general de la acumulación capitalista para analizar su impacto sobre las economías dependientes. Y es en este sentido que sus análisis del intercambio desigual entre los países dominantes y los países subordinados y, a su vez, de la superexplotación del trabajo por el capital, es decir, la remuneración al trabajo por debajo de su valor, asumen un papel esencial en la reproducción del capitalismo dependiente en el contexto de la división internacional del trabajo.

Lo que me intriga es que RMM ignore el análisis marxista de Arghiri Emmanuel (1972) sobre el intercambio desigual y el debate al respecto a dicho libro (ARGHIRI, et al. 1971). Emmanuel presenta varios esquemas y ejemplos de intercambio desigual utilizando la nomenclatura y simbología de la teoría del valor trabajo que Marx utiliza en *Capital*. Por ejemplo, c = capital constante (costo de las materias primas, depreciación de la maquinaria y equipos utilizados, etc.), v = capital variable (salarios), s = plusvalor, s/v = tasa de plusvalía o explotación, tasa de ganancia= $s / c+v$, etc. La presentación visual usando esta formulación matemática facilita el

desarrollo del análisis y su comprensión, especialmente para aquellos lectores no familiarizados con la teoría del valor de Marx. Dos Santos (1970: 67, 160) si se refiere a Emmanuel concordando implícitamente con su análisis, pero posteriormente lo critica por responsabilizar ‘al proletariado de los países dominantes de la miseria de sus compañeros subdesarrollados’ (DOS SANTOS 1978, p. 367). Lo que Emmanuel en realidad sostiene polémicamente es que “el proletariado de los países privilegiados participa en la explotación del Tercer Mundo” (ARGHIRI et al. 1971, p. 164-68). A su vez Frank (1978, p. 103-110)¹ dedica toda una sección sobre el intercambio desigual enfocándose en Emmanuel, Amin, Bettelheim y Palloix pero sin referirse a Dos Santos o RMM. Sólo podemos hacer conjeturas sobre las razones por cuales RMM no menciona a Emmanuel y otros autores en torno a este tema.

Debido a la importancia del tema del intercambio desigual creo que sería fructífero retomar la polémica en torno a este tema fundamental en relación con la obra de RMM. A mi juicio, una posible razón por la cual RMM no se refiere a este debate es por la característica particular de sus análisis. RMM se concentra en los elementos absolutamente esenciales para su análisis y tiene la confianza en su conocimiento de la economía política de Marx y, en particular, en su teoría del valor trabajo como para dispensar referirse a otros autores que quizás en su visión no aportan nada nuevo para su propio análisis, o porque está en desacuerdo con dichos autores y no quiere distraerse, incluyendo al lector, en digresiones que además lo pudieran confundir. RMM es un maestro del análisis abstracto, sintético, preciso y transparente, sin adornos barrocos que ocultan la falta de claridad de las ideas del autor frente al lector.

Como hemos mencionado, el concepto de superexplotación del trabajo es clave en el análisis de RMM para explicar el intercambio desigual y la dependencia. Sin entrar en el debate sobre su formulación del concepto sería necesario hoy en día incluir la perspectiva de género en el análisis de la superexplotación que está ausente en este libro. A fines de los 1960s y comienzos de los 1970s, cuando surgieron los estudios sobre la dependencia, los análisis de género recién estaban emergiendo y todavía no lograban penetrar significativamente en los estudios del desarrollo y la economía política. Incluso Bambirra (1973 y 1978) en sus publicaciones iniciales sobre dependencia no se refiere a las relaciones de género, aunque posteriormente trata de incluirlos. Bambirra consideraba que la vertiente marxista de la dependencia aún no había alcanzado el estatus de teoría, a pesar de todos los avances teóricos que aportó RMM desde una perspectiva marxista (BAMBIRRA 1973, p.7). A su vez

¹ Frank dedica su libro “A la Memoria de mi estudiante, amigo y compañero en Chile Dagoberto Pérez Vargas que dejó atrás nuestras inquietudes teóricas para luchar y morir heroicamente para acabar con la acumulación dependiente, el subdesarrollo y la explotación.” (FRANK, 1978, p. v)

José Valenzuela, otro colega del CESO y quizás el economista latinoamericano que mejor conoce la teoría del valor de Marx, es más enfático argumentando que ‘no ha logrado avanzar al status de un corpus teórico compacto y de orden mayor’ y agrega más adelante que la noción de superexplotación es ‘una noción más emocional y mediática que conceptualmente rigurosa’ (Valenzuela 2022: 254-55).

RMM expresa su admiración por la lograda y muy citada frase del ‘desarrollo del subdesarrollo’ de Frank, particularmente por las conclusiones políticas que se derivan de dicha expresión, ya que para Frank la burguesía nacional, que él tilda de ser una ‘lumpenburguesía’, sólo es capaz de reproducir el subdesarrollo y la dependencia y, por tanto, sólo la revolución socialista puede realizar una estrategia de desarrollo que logre superar el subdesarrollo y la dependencia (KAY, 2021b). A mi juicio, esta posición de Marini y Frank es en el fondo también el meollo del debate de RMM con José Serra y Fernando Henrique Cardoso, al cual se refiere Jaime Osorio en el último capítulo en este libro, ya que Marini rechaza tajantemente el neodesarrollismo y la alianza de clase con sectores de la burguesía que ello implica.

Jaime Osorio, el intelectual de la generación posterior a RMM, que ha seguido más de cerca la obra de RMM y desarrollados aspectos de ésta, presenta en su prólogo un valioso y ameno bosquejo del impacto y significado de la colonización de América Latina, del origen del intercambio desigual, de la superexplotación del trabajo y los comienzos de la TMD. O sea, una necesaria introducción a la región y las ideas con relación al ensayo de RMM, especialmente, para los lectores que no dominan el español, pero si entienden el inglés y no están familiarizado con la historia de la región.

A su vez, en la última parte del libro, Osorio en 15 breves notas nos ofrece una serie de clarificadores comentarios y reflexiones sobre el ensayo de RMM. Por ejemplo, sobre los discusiones que generó la revolución cubana, las ideas de la CEPAL que influenciaron a los dependentistas y que a su vez criticaron; la polémica entre Cardoso y Serra con RMM, la superexplotación del trabajo, los críticos de RMM, las características de la burguesía latinoamericana, el neodesarrollismo, la relevancia actual del ensayo de RMM, la importancia de romper las relaciones de dominación del capitalismo para lograr una vida digna para la mayoría de los pueblos de la región, y que el breve ensayo de RMM sigue siendo la explicación más reveladora de la dependencia latinoamericana y sus principales tendencias hasta hoy día. Osorio es un digno y profundo pensador de la obra de RMM quien, además, ha realizado sus propios considerables aportes a su desarrollo. A mi juicio, quizás algunos lectores prefirieran leer esta parte final del libro después del prólogo ya que apuntan a algunos aspectos centrales del ensayo de RMM y su significación.

El texto de Latimer sobre la vida y obra de RMM es excelente. Ella logra

entrelazar los diferentes vaivenes, algunos dramáticos, en la vida de RMM, en Brasil, Chile y México, rescatando su hilo conductor y la dialéctica entre su compromiso revolucionario, sus análisis anclados en la realidad económica, social y política de la región y el mundo, sus conexiones con los movimientos revolucionarios y sus líderes, sus relaciones con las comunidades de intelectuales progresistas, su valentía frente al asedio de las fuerzas contrarrevolucionarias, su capacidad de mantener su lucidez frente a los diferentes desafíos sin caer en las tentaciones idealistas en sus análisis realistas aunque tenía y mantuvo sus ideales revolucionarios a pesar de los reveses. Aunque Latimer no haya conocido personalmente RMM ella ha logrado conocer su vida y obra como si hubiera formado parte de su equipo de investigación sobre la dependencia de RMM. Lo hace gracias a su extensa, profunda y prolija investigación. Su largo texto cubre cerca del 45 por ciento del libro, contiene 276 pie de notas y una amplia bibliografía que avalan sus afirmaciones por el uso extenso que hace de la obra de RMM y de otros autores que han escrito sobre su pensamiento y activismo político. Su texto es de enorme valor para aquellas personas que no conozcan, o sólo parcialmente, el trabajo de RMM y en general para las nuevas generaciones que no han vivido en dicha época, pero en especial para las personas que no dominan el español, pero si pueden entender el inglés. Su ensayo debería traducirse y publicarse en español y portugués.

Los múltiples estudios de la dependencia en sus diferentes versiones en América Latina durante los 1960s y 1970s revolucionaron las ciencias sociales en la región y tuvieron un impacto significativo en los estudios en el Norte sobre el Sur y en otras regiones del Sur. Los movimientos antimperialistas, tercermundistas, estudiantiles y tantos otros facilitaron la difusión de las ideas de la dependencia en el mundo. Por primera vez surge en las ciencias sociales en América Latina un pensamiento autóctono sobre su propia realidad que logra influenciar las ideas en el Norte cambiando la mirada sobre el Sur y sobre sí mismo.² El esfuerzo de RMM de desarrollar una teoría marxista *sui generis* sobre el capitalismo dependiente en el Sur a su vez representa un desafío para el marxismo en general en el sentido de repensar las relaciones Norte-Sur y también la situación en el propio Norte en base a las ideas de RMM sobre la superexplotación, el intercambio desigual y el subimperialismo. Con el giro neoliberal desde los 1980s la teoría de la dependencia fue perdiendo influencia y fue marginada. Pero desde la crisis financiera de 2008-2009 ya se observa un progresivo interés en la teoría de la dependencia por el número creciente de publicaciones y citas según datos del Web of Science. Como un botón de muestra, sin querer desconocer muchos

² En mi libro sobre las teorías latinoamericanas del desarrollo y el subdesarrollo analizo la teoría de la dependencia y los debates que generaron en América Latina y en el mundo de habla inglesa (KAY, 1989).

otros aportes valiosos, podemos destacar los aportes de Martins (2020) y de Sotelo Valencia (2012 y 2017) a la reformulación, extensión y relevancia actual de la TMD basándose fundamentalmente en los escritos de RMM. En tal sentido esperamos que la traducción al inglés de la *Dialéctica de la Dependencia* junto con los aportes de Amanda Latimer y Jaime Osorio contribuyan a este renacimiento de la teoría de la dependencia, ya sea directamente o influenciando otras teorías y enfoques sobre el desarrollo del capitalismo a nivel mundial.

Referencias

- Bambirra, Vania *Teoría de la Dependencia: Una Anticrítica*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1978
- Bambirra, Vania. *Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. Santiago: CESO, Universidad de Chile y Editorial Prensa Latinoamericana, 1973.
- Dos Santos, Theotonio. *Imperialismo y Dependencia*, Ciudad de México: Ediciones Era, 1978.
- Dos Santos, Theotonio. *Dependencia y Cambio Social*, Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), Universidad de Chile, 1970
- Emmanuel, Arghiri. *El Intercambio Desigual*, Ciudad de México: Siglo XXI, 1972.
- Emmanuel, A., Bettelheim, C., Amin, S. y Palloix, C. *Imperialismo y Comercio Internacional (El Intercambio Desigual)*, Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1971.
- Frank, Andre Gunder. *Dependent Accumulation and Underdevelopment*, Londres: Macmillan, 1978.
- Kay, Cristobal. Andre Gunder Frank y la “unidad en la diversidad”: Del desarrollo del subdesarrollo al sistema mundial, *REG - Revista de Estudios Globales: Análisis Histórico y Cambio Social*, vol. 2, n° 3, p.7-24, 2021-b.
- Kay, Cristobal. ‘Theotonio Dos Santos: o intelectual revolucionário, pioneiro da teoria da dependência’, *Reoriente: Estudos sobre Marxismo, Dependência e Sistemas-Mundo*, vol. 1 n° 1, p. 67-100, 2021-a
- Kay, Cristobal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*, Londres: Routledge, 1989.
- Marini, Ruy Mauro *Dialéctica de la Dependencia*, Ciudad de México: Ediciones Era., 1973.
- Marini, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*, Ciudad de México: Siglo XXI, 1969.
- Martins, Carlos Eduardo. *Dependency, Neoliberalism and Globalization in Latin America*, Chicago, IL: Haymarket Books, 2020.
- Sotelo Valencia, A. *Sub-imperialism Revisited: Dependency Theory in the Thought of*

Ruy Mauro Marini, Leiden: Brill, 2017

Sotelo Valencia, Adrián. *Los Rumbos el Trabajo. Superexplotación y Precariedad social en el siglo XXI*, Ciudad de México: Editorial Miguel Ángel Porrúa, 2012.

Valenzuela, José. De teorías económicas y de políticas: la UP, el CESO y el enfoque de la dependencia” In J. C. Cárdenas y R. L. Seabra (eds.) *El Giro Dependientista Latinoamericano. Los Orígenes de la Teoría Marxista de la Dependencia*, pp. 235-74, Santiago: Ariadna Editores, 2022

Pablo González Casanova (1922-2023) y sus Aportes al Pensamiento Crítico Universal

José Gandarilla*

“... principal problema de que me ocupo ... que no es el de la persecución del pensamiento sino el del conocimiento perseguido; del conocimiento al que se teme y persigue tanto desde el punto de vista de la comprensión como de la educación” (González Casanova, 2000, 43).

En semanas pasadas, el 18 de abril de 2023, hemos tenido noticia del sensible fallecimiento del Dr. Pablo González Casanova, indiscutible baluarte en la defensa e impulso de la universidad pública, y dentro de ella del cultivo de un pensamiento impugnador del orden vigente, pero apto para la construcción de la emancipación de nuestras naciones y para la justicia, la democracia, y el buen entendimiento entre los pueblos.

En su muy larga trayectoria desplegó una incesante actividad ligada al sector educativo y desde sus facetas más tempranas hasta sus últimos días, caracterizada por una infatigable vocación por desarrollar una apropiación de los avances científicos del más alto nivel, y de las humanidades con el mayor respeto y despliegue de los grandes valores civilizatorios, con la mira puesta en su reorientación hacia la búsqueda de sociedades alternativas, para la construcción de una mejor experiencia de vida, de otros mundos posibles, o para el aseguramiento de la supervivencia de la vida humana y no humana en el planeta.

Pablo González Casanova concluyó estudios de jurisprudencia, a los que sumó estudios de posgrado, siendo integrante de una de las primeras generaciones de un programa innovador que ofrecían la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), la Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH) y el Colegio de México (Colmex), del que obtuvo, con *Magna Cum Laude*, su Maestría en Ciencias Históricas (1947); luego emprendió su camino hacia Europa, más en concreto, a la ciudad de París, y a la Universidad de La Sorbonne, donde obtuvo su doctorado (1950) también con calificación de *Mention très honorable*.

Si en sus estudios de maestría asistió a las clases de algunos grandes maestros

*Doctor en Filosofía Política, por la UAM – Iztapalapa. Investigador Titular B, Definitivo, del Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades

del exilio republicano que habían llegado a México (entre ellos el historiador José Miranda, el sociólogo José Medina Echavarría y el filósofo José Gaos), con los estudios de doctorado se benefició del magisterio, entre otros, de sociólogos como Georges Gurvitch y Georges Friedmann y filósofos como Jean Wahl y Jean Hyppolite, y tuvo por tutor de su tesis al gran historiador de l'École des Annales, Fernand Braudel, “el maestro que más me atendió”, según sus propias palabras. De esa etapa brota también su interés por la obra del comunista sardo Antonio Gramsci, a quien leyó con asiduidad desde aquella estancia parisina, pues como él mismo lo consigna “a Gramsci lo conocí porque me regaló sus obras completas, recién publicadas por Einaudi, Vicente Lombardo Toledano.” (González Casanova, 2009, 66). Personaje, este último, influyente sindicalista y político del México postrevolucionario y exponente de un nacionalismo anti-imperialista, y con el que González Casanova tenía un cierto vínculo pues era tío de quien fuera su primera esposa, Natacha Henríquez Lombardo (cuyos padres fueron Pedro Henríquez Ureña e Isabel Lombardo Toledano), madre de sus tres hijos que le sobreviven, Pablo, Pedro y Fernando.

A su regreso a México, contando menos de 30 años se reintegrará, en su carácter de primer doctor en Sociología del país, a las dos instituciones en las que había empezado a labrar su trayectoria, el Colmex y la UNAM. En su estancia parisina se empapa del trato refinado de la alta cultura (arte que ya venía prodigando desde antes de su viaje a París, a través del cultivo cuidadoso, junto con su esposa Natacha, de una fraterna y provechosa relación con otros integrantes y parejas intelectuales del medio cultural mexicano, y también latinoamericano y del Caribe), así como de un decisivo involucramiento en las tres materias que con mayor ahínco se empeñó en profundizar desde aquellos tempranos años, pues como él mismo lo consigna: “en París estudié filosofía, sociología y marxismo” (González Casanova, 2009, 66). El paso de su vinculación laboral con el Colmex (primero como becario) hacia una dedicación cada vez más exclusiva con la UNAM, lo llevaría a forjarse una trayectoria que lo ve pasar (a mediados de los años 50 del siglo pasado) de una contratación parcial con el Instituto de Investigaciones Económicas (IIEC-UNAM) a un contrato definitivo en el Instituto de Investigaciones Sociales (IIS-UNAM). Su inserción al medio universitario transcurre de la mano con su interlocución con destacados integrantes del campo intelectual, cultural y literario del país (Alfonso Reyes, Jesús Silva Herzog, Daniel Cosío Villegas, entre otros); en algunos casos hereda amistades de su padre, en otros cultiva camaraderías que se fueron haciendo duraderas (Luis Cardoza y Aragón y Lya Kostakowsky, Julio Le Riverend, entre otros). Sus primeras reflexiones se difunden en influyentes revistas de nuestra universidad como la *Revista Mexicana de Sociología*, *Investigación Económica*, *Cuadernos Americanos*, o a través

de las publicaciones del *Seminario sobre Problemas Científicos y Filosóficos*, aquella recordada entidad albergada por la UNAM y que, en su primer período (entre 1955 y 1960), coordinaban Guillermo Haro, Samuel Ramos y Eli de Gortari. En esa época, los libros de González Casanova, se editaban tanto por el Colmex, como por la UNAM o por las nacientes editoriales Era o Siglo XXI, sin olvidar sus colaboraciones como traductor para el FCE.

Su andar en el campus universitario, su papel como investigador universitario, y su participación más integral como “intelectual orgánico de la universidad pública” -como él mismo llegó a definirse- encontraron en el movimiento estudiantil universitario de 1968 un momento de estremecimiento y clarificación, de quiebre o radicalización en sus teorías y en su praxis, de tal modo que ese acontecimiento resume el trastocamiento de sus preocupaciones intelectuales y políticas que, si ya se habían desplazado, en los años cincuenta, de la historia, la historia de las mentalidades y la sociología del conocimiento hacia los temas de la sociología, la democracia y el poder, y de un énfasis en el estudio histórico, y de los siglos pasados, como determinantes del rumbo del proyecto nacional a los temas más recientes del desarrollo económico y social como problema político fundamental. ; Luego de la revolución Cubana y hasta el inicio de los años setenta esas encrucijadas intelectuales y políticas se irán canalizando también, en su debido momento, como la exigencia de un razonamiento más pulcro, de un acercamiento más cuidadoso y de pretensiones exhaustivas, a través del uso de ciertos referentes de conocimientos y pensamientos “perseguidos” o “prohibidos”, elementos que redondeara en sus análisis de los problemas de la democracia en México, de la inscripción de ésta en el marco de luchas y conflictos de la región latinoamericana, y del lugar de esta comarca del mundo como víctima privilegiada de la agresiva relación geopolítica del imperialismo: indicador de su consolidación y madurez será el estudio de dichas contradicciones desde una perspectiva analítica crítica y actualizadora de Marx y de un cierto tipo de marxismo, no convencional ni dogmático. Con ese enfoque logró dar especificidad a su lectura crítica de la noción de «Desarrollo», y aunque conoció y dialogó con representantes de las teorías de la dependencia, optó por ubicar su propuesta para una *sociología de la explotación* (1969) como una versión de la “nueva sociología”, y me atrevería a decir, en una historia que está aún por analizarse y escribirse, como un aporte precursor por construir una “teoría crítica de la sociedad desde México”, o más en general, desde el capitalismo periférico, esfuerzo que continuó en sus libros sobre *La nueva metafísica y el socialismo* (1982), y en sus artículos sobre “El Socialismo como alternativa global (Una perspectiva del Sur)” (1990) y

en otros en que defendió la articulación de luchas por la liberación, la democracia y el socialismo, y por “una democracia universal y no excluyente”.

Por aquellos años también, hay que decirlo, algo de lucidez o cordura correspondió a los órganos de gobierno de nuestra universidad, pues con ello le brindaron, en primer lugar, la oportunidad de desplegar sus iniciativas poniendo bajo su conducción varias dependencias universitarias, la Escuela Nacional (luego Facultad) de Ciencias Políticas y Sociales, el propio IIS-UNAM y, en segundo lugar, fue designado como Rector de la misma UNAM, posición que ocupó por más de dos años (mayo de 1970-diciembre de 1972) y, en tercer lugar, logró la creación y fue designado como director fundador del Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH-UNAM).

Siendo rector creó los Colegios de Ciencias y Humanidades (CCH's), y el Sistema de Universidad Abierta (SUA), y construyó las bases para reformas integrales y sustantivas del sistema universitario que aún hoy son vigentes. Con la imposición del neoliberalismo en nuestras naciones en los años ochenta, y la divulgación planetaria de la ideología del “fin de la historia”, y el triunfo de la globalización capitalista, logró convertir al CEIICH en faro de la reflexión crítica y en un espacio de discusión sobre las modificaciones en los sistemas de ciencias, las mudanzas paradigmáticas y los nuevos enfoques sobre interdisciplina y sistemas complejos.

Sin embargo, su condición de intelectual independiente e incómodo para los poderes en turno le llevó a renunciar a sus cargos de dirección en la Universidad en dos ocasiones, en 1972, cuando deja la rectoría por una acumulación de dificultades, y en 2000, cuando luego de la entrada de la Policía Federal Preventiva a las instalaciones universitarias para detener la larga huelga estudiantil de aquellos años (1999-2000), dejó la dirección del centro de investigaciones que había creado en 1986, y volvió a su cubículo universitario a continuar sus investigaciones. No hizo de los cargos de dirección universitarios un trampolín para la obtención de otras posiciones en la esfera de la política oficial (como si lo habían hecho y después de él lo hicieron otros ex rectores de esa Casa de Estudios), y nunca abandonó su proyecto de acercar y ofrecer al pueblo llano y a los sectores desfavorecidos una educación pública del más alto nivel (y que, de ese modo, contribuyese a la movilidad social) y un saber comprometido y crítico. Sus propuestas, en esa temática, las sistematizó en su libro *La universidad necesaria en el siglo XXI* (2001).

Por lo demás, resulta sorprendente que nuestro autor supiera combinar la responsabilidad en la gestión institucional con su papel de intelectual que le reclamaba su tiempo histórico y que supo esgrimir al modo de una nada escondida afinidad electiva con las luchas sociales que le tocó presenciar y vivir (desde la revolución

cubana, el Chile de Allende, la revolución centroamericana y las luchas del Tercer Mundo o tricontinentales), empatía con los de abajo que no fue mermando, sino que supo canalizar en la forma de un trabajo colectivo, con enorme capacidad de convocatoria y articulación de personalidades intelectuales de muchos rincones del mundo. Por los pasillos de la Torre II de Humanidades, circulaban personajes de la talla de Samir Amin, Immanuel Wallerstein, Theotonio Dos Santos, Armand y Michelle Mattelart, Elmar Altvater, Birgit Mahnkopf, Lin Chun, etc.

En la rebelión en Chiapas, desde el 1 de enero de 1994, encontrará el nuevo tipo de movimiento con el que ha de establecer un compromiso ético de acompañamiento, lo que no hacía sino confirmar la opción por el pobre y su afinidad electiva con la lucha de los pueblos indios de México, que desde muy temprano había establecido; pero que ahora proyectaba en tanto alternativa civilizatoria para una comunidad de comunidades, en el marco de la condición exacerbada en el carácter depredador y destructivo del capitalismo.

Su liderazgo académico e intelectual nunca le fue regateado, pues al propio tiempo de su capacidad de aglutinamiento (movimiento o estrategia de concentración de voluntades que resultaba eficaz para la detección de temas y nudos problemáticos de frontera), se daba ocasión para ir sumando sus propias aportaciones categoriales, que iban alcanzando resonancia para la caracterización de procesos históricos y de fenómenos emergentes. Términos, conceptos y redes conceptuales asociados con su nombre se iban difractando hacia otros claustros académicos, pero no reducían su impacto a esa zona del quehacer humano, sino que se abrían hacia otros espacios y territorios, organizativos y comunitarios, para el ejercicio de las políticas alternativas en zonas del mundo cada vez más insospechadas, prodigando un alcance a sus proposiciones tanto de índole local como global. Nociones como las de “colonialismo interno”, “democracia de todos”, “colonialismo global”, “Estado multiétnico”, “interdefinición de sistemas”, “dialéctica de las alternativas”, “dialéctica de lo complejo”, “teoría de la selva por la humanidad y contra el neoliberalismo”, “revolución del siglo XXI”; serán conceptos cuya recuperación y actualización por las nuevas generaciones podrán continuar su legado para un pensamiento crítico y alternativo, y para un paradigma societal de “una democracia con poder, ... un poder con autonomías, y ... una política con dignidad” (González Casanova, 1998: 27).

Referencias

- González Casanova, Pablo. *Reestructuración de las ciencias sociales: Hacia un nuevo paradigma*, México: CEIICH-UNAM, 1998.
- González Casanova, Pablo, “El pensamiento perseguido” en Noemí Quezada, et. al. (editoras) *Inquisición novohispana*, Vol. III, México: UNAM-UAM, 2000.

González Casanova, Pablo, *De la sociología del poder a la sociología de la explotación. Pensar América Latina en el siglo XXI*, Bogotá: Siglo del hombre editores-CLACSO, 2009.

PAYNE, Corey; KORZENIEWICZ, Roberto Patricio; SILVER, Beverly J. (Eds.).

World-Systems Analysis at a Critical Juncture. Routledge: New York, 2023,
206p.p.

Lourdes Flores Bordais *

El libro *World-Systems analysis at a critical juncture* (2023), organizado por Corey R. Payne, Roberto Patricio Korzeniewicz y Beverly J. Silver, contiene trece artículos que discuten cuestiones fundamentales sobre la crisis capitalista contemporánea desde la reivindicación teórica de la perspectiva del sistema-mundo. La importancia de este libro radica en su momento de producción, donde la crisis económica capitalista y el despliegue político de sus fundamentos plantean cuestiones sustanciales respecto del carácter de los Estados, la guerra y las dinámicas políticas en una clara coyuntura de transición.

Este libro consta de tres partes, las cuales son precedidas por una presentación general del libro a cargo de los organizadores. La primera parte contiene cuatro artículos referentes al carácter metodológico del *World-Systems analysis*, su validez científica dentro del espectro general de las ciencias sociales y su esquema conceptual general sobre relaciones económicas y de poder. La segunda parte también consta de cuatro artículos sobre las continuidades y transformaciones en las jerarquías globales del sistema-mundo; esta parte presenta análisis sociohistóricos de los cambios sistémicos del modo de producción capitalista y en sus configuraciones geopolíticas, para dar cuenta de relaciones emergentes de poder, de procesos de transición o de aspectos específicos de la acumulación global capitalista. Esta parte conjuga lo fundamental de los estudios de los sistemas-mundo, el análisis estructural de un modo de producción vinculado a las dinámicas de poder en el tiempo. A partir de dicho lente analítico se tejen los hilos argumentativos de las redefiniciones y transformaciones sistémicas con el fin de caracterizarlos y plantear sus posibles tendencias. La tercera parte, elaborada desde un enfoque social, desarrolla aspectos sustanciales de los impactos sociopolíticos de la acumulación capitalista contemporánea; esta parte demuestra la necesidad capitalista de reproducir sus propias condiciones de expansión en una multiplicidad de formas en que se ejercen las relaciones de poder.

El artículo de Brendan McQuade y Stuart Schrader rescata las contribuciones metodológicas de Terece Hopkins en su crítica de la cosificación de la “seguridad” y de las limitaciones de los estudios que comienzan por una categoría falsamente natu-

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ)

realizada. Así, el principal llamado de los autores radica en el retorno a la perspectiva relacional, histórica y total. De acuerdo con ellos, evitar la “trampa de la seguridad” implica ver en ella no su forma acabada o fetichizada que la impone como principal objetivo cuando, en realidad, es ella misma un producto social institucionalizado para garantizar el orden y las asimetrías de poder. En el capitalismo, la seguridad se usa para ratificar los presupuestos individualistas y defensores de la reproducción sistémica, donde lo opuesto al caos es la necesidad del control y la violencia permanentes por los Estados. Esta visión es criticada por los autores a través del rescate de las enseñanzas metodológicas de Hopkins y de los análisis del sistema-mundo.

En el mismo sentido de rescate de las contribuciones metodológicas de Terence Hopkins, el artículo de Gamzer Evcimen desarrolla la máxima de los *conceptos como categorías relacionales* en el estudio de caso de la relación entre la religión y el neoliberalismo en el Sur Global. Este artículo enfatiza la propuesta de diálogo teórico que condensa el libro en general, el desarrollo del tejido teórico se orienta en el sentido de recuperación. En este artículo, el autor desarrolla la relacionalidad categorial entre religión y capitalismo a partir de casos de la India, Turquía, Egipto, América Latina y África, que constituyen manifestaciones sistémicas y antisistémicas diferentes del neoliberalismo, enfocándose en las diversas consecuencias políticas en los casos analizados. Contrastando entre países centrales, semiperiféricos y periféricos, el autor demuestra la diferente institucionalización, constitución de clases y base social de la religiosidad en articulación con el programa neoliberal que sustentan discursos y prácticas igualmente portadoras de tendencias y contratendencias sistémicas. El principal desafío del texto es la articulación de los temas propuestos con el sentido histórico global del sistema-mundo, que pretende hacerse a través de los aportes de Hopkins.

El artículo de Juho Korhonen retoma el concepto wallersteniano de geocultura y lo complementa al bourdesiano de poder simbólico en el estudio de la configuración cultural y discursiva de los imperios otomano y ruso. Para ello, el autor aborda históricamente las formas en que el poder y la autoridad se hicieron manifiestas para la instauración de un ordenamiento simbólico a través de la redefinición de las relaciones políticas, principalmente los Estados nacionales, los sistemas de valores, el derecho internacional y las propias ciencias sociales. Un rasgo fundamental del texto es la perspectiva relacional entre ambos casos, no sólo desde un aspecto metodológico sino de la propia historia como proceso atravesado por conflictos y tensiones, en el contexto que aborda el artículo, entre imperios del sistema-mundo. Así, el artículo reconstruye los vehículos sociopolíticos de la ideología dominante en ambos imperios que conllevaron a la construcción de subjetividades, teniendo en cuenta la

dinámica del sistema-mundo.

El texto de David Smith, Paul Ciccantell y Elizabeth Sowers es un estudio de las cadenas globales de productos básicos desde la perspectiva analítica del sistema-mundo, lo que implica pensar el problema central a partir de las dinámicas espacio-temporales, las configuraciones interestatales y las relaciones raciales y de clase en el mundo capitalista. Siguiendo a Wallerstein y Hopkins, los autores demuestran que la constitución de cadenas globales mercantiles coadyuvó a la expansión de los imperios; esta misma lógica definió polos débiles en la división del trabajo que, con la conformación de Estados nacionales, integró de forma subordinada a territorios especializados en la producción de materias primas de bajo valor. A través de métodos imperialistas se generaron redes comerciales y de inversión que aseguraban la transferencia de riqueza de las periferias a los países centrales. Los autores presentan las distintas interpretaciones respecto a las cadenas de productos básicos y sobre su proceso de reestructuración; sin embargo, enfatizan las desigualdades estructurales generadas por el aprovechamiento económico-productivo de la periferia a través de la explotación de la fuerza de trabajo y las lógicas racistas de reproducción sistémica.

La segunda parte del libro es la que directamente contiene el estudio global de las tendencias al interior de la dinámica crítica del capitalismo contemporáneo. Se propone presentar las continuidades y transformaciones en el jerárquico sistema mundial a través de temas económicos relevantes, así como la evaluación de la emergencia de nuevas potencias que disputan el nuevo orden en gestación. Esta parte consta de cuatro artículos. El primero, escrito por Víctor Ramiro Fernández, Luciano Moretti, Joel Sidler y Emilia Ormachea, realiza un estudio comparativo entre los patrones de desarrollo en el “Sur Global”, refiriéndose concretamente a Asia Oriental, América Latina y África, analizando las distintas estrategias adoptadas en sus procesos de industrialización, así como en relación con las circunstancias geopolíticas. Los autores argumentan que, además del proceso mismo de industrialización, una causa fundamental de tal divergencia fue cómo se incorporaron a la reestructuración económica posterior a la década de 1970, donde se abrieron las posibilidades para una producción industrial global que tenía como uno de sus ejes fundamentales a Asia Oriental, incluso con el aún hegemónico Estados Unidos. No obstante, es en el siglo XXI donde el llamado “Sur Global” evidencia la potencialidad de reestructuración hegemónica como centro de acumulación de capital a nivel mundial; se argumenta que Asia Oriental contribuye a las otras regiones del “Sur Global” para mejorar su posición económica y jerárquica a través de procesos internos y externos, ello explicaría las diferentes capacidades económicas y políticas que tienen los países de dicha región para relacionarse con los flujos internacionales de capitales y con las relaciones

interestatales de poder. Las distintas estrategias de desarrollo e industrialización, la actuación del Estado, el origen de los capitales y el rol de las clases dominantes diferenciarían la acumulación de capital y de poder entre Asia Oriental, América Latina y África. Sin embargo, corresponde cuestionarnos sobre la necesidad teórica de una categoría que contiene casos demasiado heterogéneos en aquello que es esencial a lo que se busca explicar. Es decir, dicha categoría sólo sería válida si se acepta que son las relaciones políticas las que determinan las estructuras económicas y no al revés. Si se afirma que América Latina y África han sido condicionadas a la explotación y al despojo por las formas de articulación política entre las potencias hegemónicas dominantes y no por el despliegue mismo del capital en desarrollo, podría dejar de tener sentido una crítica al propio modo de producción capitalista para contentarse con buscar las mejores oportunidades en el próximo nuevo orden mundial capitalista.

Por su parte, el artículo de Carlos Eduardo Martins plantea tejer puentes analíticos entre el marxismo y los análisis del sistema-mundo en la transición hacia lo que denomina “el largo siglo XXI”. Para el autor, el mundo contemporáneo, caracterizado por el agotamiento del ciclo de Kondratiev y el caos sistémico, evidencia los signos del agotamiento del modelo de organización geopolítica global que había comandado Estados Unidos, cuyos rasgos fundamentales, expresados en el formato de acumulación neoliberal, eran el alto dinamismo de los flujos internacionales de comercio y de capital, así como el liberalismo político. El periodo de caos sistémico contemporáneo no sólo debilita las bases de una hegemonía sino sus propios fundamentos civilizatorios. La complejidad en que se presentan las relaciones económicas y de poder a nivel global hace imprescindible un desarrollo teórico que piense la totalidad y las relaciones en su dinámica espacio-temporal; de ahí que el autor otorgue un lugar fundamental al desarrollo explicativo de procesos históricos de larga data y sus tendencias sistémicas. Pretendiendo demostrar la potencialidad del desarrollo teórico de una teoría marxista de los análisis del sistema-mundo, se detiene en presentar las líneas fundamentales del pensamiento de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Beverly Silver y, en el ámbito marxista, de Samir Amin y Theotonio dos Santos, refiriéndose, en el proceso, también a las importantes contribuciones de Ruy Mauro Marini. El desarrollo conceptual y teórico de estos autores, así como el contraste entre sus pensamientos, se realiza a partir de sus análisis de la procesualidad capitalista, en que de sistema-mundo pasa a ser un sistema mundial. Al otorgar un papel fundamental a la contradicción capital-trabajo, a la lucha de clases y a los cambios científico-técnicos, expone las tendencias al interior del modo de producción capitalista que se alejan del tradicional cuadro desarrollista.

Los otros dos artículos que componen esta sección también se desarrollan en

la línea de crítica o rescate de las contribuciones marxistas a los análisis del sistema-mundo. El texto de Antonio Brussi emprende una relectura de la categoría “sub-imperialismo” de Ruy Mauro Marini, argumentando que este está ligado a un patrón específico de articulación dependiente de acuerdo con el esquema centro-periferia. El autor argumenta que las condiciones para la industrialización y la posterior desindustrialización fueron posibles en contextos específicos no válidos en el actual formato; no obstante, algunas limitaciones estructurales persisten en desalentar alternativas industrializadoras y de relativa autonomía estatal. El último capítulo de esta sección, de Isis Campos Camarinha, centra su atención en la alienación a escala global a partir de la transferencia de valor y la dialéctica del tiempo en el esquema capitalista de reproducción social. Tal objetivo se logra a través de la articulación teórica entre los aportes de Ruy Mauro Marini e Inmanuel Wallerstein. De acuerdo con la autora, ambas contribuciones están orientadas a la captación del movimiento general de la reproducción sistémica del modo de producción capitalista y no constituyen meras particularidades en el ámbito de la acumulación. Pretendiendo dar cuenta de la espacio-temporalidad histórica del capitalismo y sus consecuencias en la alienación, la autora presenta una vía de articulación entre la teoría marxista de la dependencia y los análisis del sistema-mundo. Al respecto, este artículo no sólo presenta debates teóricos, sino que los refuerza con el recurso a datos empíricos.

La última sección del libro profundiza en las contradicciones y consecuencias del modo de producción capitalista y sus formas de acumulación. A partir de un enfoque que prioriza la reproducción del modo de producción capitalista y el recurso reiterado a la explotación y expolio, presenta importantes contribuciones analíticas para pensar las configuraciones estructurales en el presente. Esta sección también está compuesta por cuatro artículos. El primero, de Kelvin Santiago-Valles, presenta una importante discusión sobre la desigual configuración global de la fuerza de trabajo a partir de una reinterpretación de la categoría marxiana de *acumulación primitiva*. El autor rescata la lectura histórica y relacional de los sistemas de Hopkins para profundizar la reproducción del modo de producción capitalista y sus formas de acumulación a nivel global. Si bien, *acumulación primitiva* es un concepto que puede hacer referencia al proceso de transición al capitalismo, se sustenta que ella también puede referir a una continua creación de las condiciones mismas del desarrollo capitalista. Retomando esta apertura interpretativa de Hopkins, el autor profundiza sobre las formas específicas en que la acumulación primitiva, con sus vías de coerción, genera condiciones heterogéneas en la población trabajadora global. Se afirma que los diversos momentos del capitalismo histórico han generado desigualdades estructurales recurriendo, sobre todo, a mecanismos coercitivos de despojo, explotación y violen-

cia sobre poblaciones racializadas y sexualizadas que configuraron las periferias del mundo. La gran fortaleza de este artículo es el intento teórico de tornar concreto un proceso que se ha presentado tradicionalmente en su formato general a través de la búsqueda de las características sociales de procesos violentos de acumulación. Tales procesos reaparecen con mecanismos económicos y extraeconómicos que se ejercen de forma desigual entre los trabajadores del mundo lo que, por un lado, profundiza la explotación de la fuerza de trabajo y las condiciones de vida de estas poblaciones y, por otro, impulsa procesos de luchas y resistencias.

El artículo de Kai Wen Yang también retoma la categoría de *acumulación primitiva* vinculada con la de *semiperiferia* en el estudio de los *enclaves étnico-raciales* en las urbes de Estados Unidos, concentrándose en dos barrios de Manhattan – Nueva York. La violencia extraeconómica de la acumulación primitiva es pensada a partir de los procesos de rezonificación y la configuración de enclaves urbanos. El problema de la reproducción aparece aquí vinculado a mecanismos de segmentación socioespacial para garantizar mayores niveles de acumulación capitalista a partir de negocios financieros, seguros e inmobiliarios. Se argumenta que la formación de los enclaves urbanos obedece, como la acumulación primitiva, a mecanismos de expropiación y violencia para garantizar la reproducción capitalista; tal mecanismo, de acuerdo con el autor, puede pensarse en un nivel microespacial, como son las semiperiferias urbanas y cómo ellas son integradas al desarrollo capitalista. Este estudio explica cómo la rezonificación en las semiperiferias urbanas expresa pugnas étnico-raciales y de clase que reproducen las relaciones centro-periferia.

Por su parte, el artículo de David Feldman estudia las transformaciones en la gobernanza de la migración en el actual proceso de crisis capitalista. Este artículo analiza la respuesta de la política migratoria global a las poblaciones migrantes. Más allá de una crítica al intervencionismo de la Organización de las Naciones Unidas en la llamada gestión de la migración para una despolitización de la sociedad civil o de pensarlo como parte de las transformaciones de la economía política global, este artículo piensa el problema a partir del concepto “*gestión migratoria militarizada*”, como un proyecto histórico mundial de control y disciplinamiento de los migrantes. Esta mirada analítica pretende vincular la dinámica de la migración global en las últimas décadas con sus aspectos específicos en la contemporaneidad. El autor identifica la existencia de un sistema militarizado de la migración definido en la reestructuración de la producción y de las relaciones de clase a partir del desarrollo de tecnologías digitales que tienden a expulsar la necesidad de trabajo vivo y generar grandes cantidades de población excedente, lo que intensifica las contradicciones inmanentes al modo de producción capitalista y las formas estatales autoritarias de

respuesta social. Así, la represión y la coerción se vuelven los principales recursos para la acumulación de capital; en el caso de los migrantes, las formas represivas sirven para incrementar la explotación de su fuerza de trabajo, en un proceso no exento de contradicciones para la propia acumulación. La categoría propuesta busca dar cuenta de los mecanismos de regulación global de la migración y las formas coercitivas para la intervención en la circulación de la fuerza de trabajo a través de la formación de mercados laborales caracterizados por la precariedad y la extrema desigualdad.

El último artículo, de Shaohua Zhan y Lingli Huang, aborda el problema de la reproducción de la fuerza de trabajo y sus dinámicas en China, potencia emergente, enfocándose en las estrategias y límites de la importación de alimentos. Se trata de un análisis sobre problema de la internalización/externalización de los costos de reproducción en China desde el punto de vista de sus alcances y limitaciones. Si bien el problema fue tratado por la literatura más crítica desde el punto de vista de las desigualdades estructurales en los países del sistema mundial o de la tendencia capitalista a la subproducción de alimentos, los autores convienen en analizarlo a partir de los límites o restricciones para la externalización de tales costos, aspectos que lo diferencia de otras experiencias hegemónicas en ascenso, como Inglaterra o Estados Unidos. Este artículo señala que, para el caso chino, la externalización de los costos, a través de la importación de alimentos, ha sido insuficiente para la reproducción de su población; además, tal mecanismo no está exento de contradicciones que lo limitan y hacen igualmente esencial la producción interna de alimentos. La presión por la producción interna de alimentos está vinculada a la legitimidad del régimen en China, pues constituye una demanda popular que pone en cuestión la relación entre acumulación de capital y la satisfacción de necesidades locales. Otra de las restricciones internas refiere a la creencia en la autosuficiente producción de granos para consumo nacional y a la necesidad de apoyar y garantizar los medios de vida de las poblaciones campesinas. Por otro lado, los autores argumentan que las restricciones externas provienen de los límites para la inversión agrícola de capitales chinos en el extranjero y la propia inestabilidad del sistema alimentario mundial.

En general, el libro demuestra la pertinencia de los análisis del sistema-mundo para el estudio crítico de la coyuntura global capitalista, caracterizada por el caos sistémico y la crisis de la hegemonía estadounidense. Los cambios en las relaciones globales de poder, como señalan los organizadores, está suscitando la escala de la violencia y las formas coercitivas en que la potencia en descenso y sus aliados buscan la reafirmación de su orden. Esto ha tenido consecuencias profundas en las desigualdades estructurales, pero también en la forma de articulación política entre los Estados y las clases sociales. Frente a este proceso de cambios geopolíticos, el

libro se impone como tarea la reevaluación teórica de perspectivas clásicas a partir de las cuales se analiza el modo de producción capitalista, así como de aquellas que surgieron desde el seno de realidades diversas de la periferia mundial. Se plantea que un diálogo teórico entre los análisis de los sistemas-mundo y otras corrientes críticas puede ser fecundo para la aprehensión de la dinámica sociopolítica de la reconfiguración sistémica contemporánea.

Este libro tiene la valía de la apertura al diálogo y la retroalimentación entre las vertientes críticas en las ciencias sociales. Si bien la perspectiva analítica del sistema-mundo tiene como característica fundamental el estudio del movimiento general de las relaciones económicas y de poder capitalistas en referencia al esquema interrelacional de los Estados, puede nutrirse aún más de las perspectivas marxistas que centran su atención en la contradicción capital-trabajo como determinación esencial de los juegos de poder y violencia estructurales. Tal ejercicio implica pensar también a los Estados como expresiones del capital en su desarrollo espacio-temporal, en un proceso de lucha de clases, más que como una unidad institucional definida.

Dentre os analistas e intelectuais das Ciências Sociais, observa-se, em termos amplos, duas maneiras de entender a experiência de desenvolvimento da República Popular da China (RPC) e sua ascensão econômica. A primeira, a mais comum, é apresentar a experiência de desenvolvimento chinesa como mais um ensaio de *catch up* de um país capitalista com forte presença do governo/Estado na gestão dos assuntos públicos/privados. A bibliografia sobre “tipos de capitalismo” é frequentemente utilizada, além de expressões alheias ao pensamento liberal ou ortodoxo, como “capitalismo de Estado”¹. Por outro lado, observa-se um segundo grupo de intelectuais minoritários que enxergam a experiência do desenvolvimento da RPC como um acontecimento sem precedentes, como uma experiência social inédita.

Nesse segundo caminho heurístico, encontra-se a obra disruptiva de Elias Jabbour e Alberto Gabriele, *China: o socialismo do século XXI*, que se poderia sintetizar com três expressões: resgate, criatividade e inovação. O resgate observa-se, em primeiro lugar, nos fundamentos dialéticos da metodologia marxista, do conceito chave de formação econômico-social (FES) e sua revitalização para entender as mudanças contemporâneas nas experiências socialistas; em segundo lugar, no conceito de “nova economia de projetamento”, que tem sua origem com Ignácio Rangel. A criatividade está no conjunto da obra, que articula teoria e empiria de maneira brilhante. E a inovação reflete-se no resultado acabado como material indispensável para entender a China, o que catapulta a obra como um “clássico” *avant la lettre*.

Os autores se propuseram entender a China moderna a partir das ferramentas ontológicas, teóricas e metodológicas do marxismo. Em outros termos: trata-se de um esforço intelectual ímpar, cujo objetivo é compreender um fenômeno social – o nascedouro de um modo de produção embrionário na China –, para logo ressignificar as totalidades entendidas a partir de dois conceitos: FES e meta-modo de produção (MMP). Logo depois, os autores esmiuçam as particularidades (unidades de contrários), produto de uma pesquisa empírica louvável.

* Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor adjunto pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, professor visitante na Business School Jianxing University, editor de Estudos Internacionais, Revista de Relações Internacionais da PUC Minas.

1 A expressão utilizada por Lenin, “capitalismo de Estado”, em 1918, sugere um passo à frente de um “Estado capitalista” no caminho ao socialismo. Não pretendemos abrir esse debate neste ensaio, mas destacar que foi no debate dos revolucionários socialistas onde se debateu e cunhou essa expressão.

Não obstante, a interpretação da experiência chinesa de Jabbour e Gabriele como um “socialismo real”, em processo embrionário, denominado “nova economia de projetamento” (NEP), vai muito além de uma visão binária dos fatos sociais. A obra não só desafia o “senso comum” a respeito dos entendimentos sobre a China, como também os padrões e estruturas cognitivas para compreender o significado de capitalismo, socialismo e desenvolvimento, assim como o questionamento cientificamente embasado do mito de *homo economicus*, muito caro ao pensamento econômico ortodoxo.

Desde o nosso ponto de vista, o livro apresenta uma grande inovação interpretativa e conceitual de mérito teórico ímpar: trata-se, como mencionamos, do resgate do conceito “formação econômico-social” (FE como a totalidade social mais acabada para compreender a experiência chinesa e suas contradições. O resgate desse conceito se articula com uma metodologia genuinamente dialética (hegeliana/marxista), que parecia ter ficado nos cantos mais ocultos do pensamento crítico, rendido ao canto das sereias do positivismo.

Trata-se de um esforço singular para interpretar a emergência “do novo”, uma nova FES, no âmbito da estrutura global dominada pelo modo capitalista de produção e a lei do valor. Uma outra grande inovação da obra apresenta-se no entendimento do sistema capitalista global como um “meta-modo de produção” (MMP), categoria inédita que permite entender a articulação entre o conceito abstrato de MP e as FES como concretude multimodal nas mudanças na história. O MMP é, portanto, uma “meta-estrutura” que “[...] opera num nível de generalidade e abstração superior ao MP” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 116) no espaço (planeta) e no tempo que se sobrepõem à FES existentes.

Nesse sentido, o caso chinês seria mais uma experiência embrionária de socialismo – lembrando que a União Soviética (URSS) deixou o legado como uma primeira experiência – que, desde as entranhas do meta-modo de produção (MMP) capitalista, estaria se apresentando ao mundo. Nesse sentido, o desafio do livro é oferecer aos leitores, com grande rigor teórico, as contradições inerentes a esse incipiente processo, com um profundo conhecimento empírico da experiência chinesa. O livro traz ainda um belo presente no apêndice sobre os casos do Vietnã e Laos como mais dois exemplos de “formações sociais de novo tipo”.

A obra está organizada de maneira didática, embora aborde conceitos profundos das Ciências Sociais. A estrutura do livro consta de duas partes divididas em oito capítulos cada uma, além de uma introdução e as conclusões. A primeira parte é dedicada aos aspectos teóricos conceituais, e a segunda, a explorar e esmiuçar as características da experiência de um novo tipo de FES na China. Nessa primeira parte, os autores aprofundam nos conceitos de modo de produção, FES, trabalho e valor, até

chegar à elaboração original do conceito de MMP como uma estrutura global. Todas essas ferramentas teóricas, somadas ao rigor científico empregado pelos autores, têm como finalidade entender os modos de produção capitalista e socialista realmente existentes, na sua concretude e historicidade.

A segunda parte consta de mais oito capítulos e leva o leitor num percurso histórico da China moderna na tarefa de desvendar os fundamentos da particular estratégia de desenvolvimento da nação. Essa parte da obra representa a pesquisa de anos de ambos os autores. Evidencia-se, assim, uma riqueza empírica e analítica muito detalhada, ideal para aqueles que desejam conhecer as características socioeconômicas da China contemporânea e entender melhor as dificuldades pelas quais atravessou esse “país-civilização” no seu percurso para a construção do socialismo. O ponto de inflexão é o processo de abertura liderado por Deng Xiaoping em 1978.

O objetivo geral dessa segunda parte é a tarefa hercúlea de ressignificar o socialismo como um projeto desenvolvimentista a partir da experiência da RPC. Para essa tarefa, aplicam-se as ferramentas conceituais elaboradas na primeira parte, operacionalizando os conceitos previamente elaborados. O capítulo 10 apresenta uma análise macroeconômica da China e gráficos interessantes para entender a dinâmica das reformas na China pós 1978. Assim, analisa-se a estratégia chinesa para compor seu “macrosetor produtivo” com políticas econômicas específicas, como: manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada, taxas de juros baixas, desestimulando os influxos de capitais, controle estatal das empresas estratégicas, correta administração de balança de pagamentos e aumento dos salários reais acima da produtividade e da inflação, com o objetivo de criar um mercado socialista moderno.

O capítulo 11 é dedicado a esmiuçar as reformas no setor agrícola e o surgimento de empresas “não capitalistas” orientadas para o mercado, com especial destaque para as *Town Village and Enterprise* (TVE). Os autores mostram que é nesse setor crucial, num país cuja maior parte da população mora no mundo rural, onde aconteceram prematuramente as importantes mudanças das estruturas de propriedade no setor produtivo da China, fato que acompanhou a dinâmica de acumulação do país nos últimos anos.

O capítulo 12 foca nos grandes conglomerados empresariais (GCE) chineses, que, segundo Jabbour e Gabriele, constituem a vanguarda produtiva da nova FES, e isso está intimamente vinculado às regulações financeiras, às mudanças do sistema financeiro estatal chinês e à lenta, mas consistente, construção da soberania monetária do país, temática abordada no capítulo 13.

Com conhecimento singular do objeto de estudo, os autores destacam que, ao longo de quatro décadas, houve profundas mudanças estratégicas no setor empre-

sarial estatal (setor público) que: 1) derivaram em reformas institucionais que elevariam as capacidades estatais “[...] ao ponto do Estado se transformar em executor e financiador em primeira e última instância”; e 2) “[...] pacotes fiscais e políticas industriais foram implantados para que o Estado fosse portador – a partir de suas empresas ou de um setor privado (não público) auxiliar, não concorrente ao estatal – do rumo no sentido da fronteira tecnológica” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 194).

Assim, essa experiência mostra que o setor público da economia chinesa, em constantes mudanças e inovações institucionais, foi gerando efeitos de encadeamento (*spillover*) por toda a economia, impulsionando e reproduzindo os setores não públicos, que foram adquirindo diferentes formas de propriedade. Dentre as inovações mais relevantes, segundo os autores, o destaque foi a criação, em 2003, da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos de Propriedade Estatal – SASAC, segundo a sigla em inglês. Essa instituição age como uma espécie de *manager* e regulador da economia socialista de mercado. A criação da SASAC foi um marco importante no processo de reformas e inovações institucionais na China moderna, promovendo eficiência no setor público como orientador e motor da “nova economia de projeto” a partir da planificação estatal guiada pelos sucessivos planos quinquenais.

Finalmente, o capítulo 16 apresenta a NEP como um novo estágio de desenvolvimento do socialismo na China. O capítulo retoma o conceito originário de Rangel de “economia de projeto” e o aplica para compreender o campo da planificação econômica da China atual. Quiçá seja o *Box* didático número 5 que sintetize de maneira mais clara a noção de NEP como: “[...] uma economia na qual a movimentação da lei do valor encontra grandes restrições, abrindo a possibilidade de existência de uma economia baseada em grandes projetos (de infraestrutura)” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 242). Paralelamente, a NEP “[...] caracteriza-se também por ser uma economia voltada para a construção de grandes bens públicos”, segundo os autores (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243), os setores “improdutivos” da sociedade, seguindo a diferenciação de Marx.

Jabbour e Gabriele fecham a seção destacando que o “projeto”, na sua manifestação na China como NEP, não é senão o socialismo como se manifesta no mundo real, como a resposta científica ao capitalismo. Em termos dialéticos, a NEP e o governo baseado na razão e na ciência seriam a antítese “[...] da irracionalidade capitalista e do fetichismo do homem sobre si mesmo” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243).

O livro é um convite à polêmica e ao debate dentro do campo do marxismo e entre os estudiosos sociais da experiência de modernização e industrialização da China contemporânea. A experiência das reformas econômicas da China desde a década de 1970 acontece num momento chave da história. Na política internacional, a RPC

aproveita-se da Guerra Fria e da rivalidade Estados Unidos-URSS, possibilitando a aproximação Nixon-Mao Zedong, que se constituiu como plataforma política crucial para dar início às reformas modernizantes lideradas por Deng Xiaoping, a que as grandes corporações ocidentais aderiram posteriormente.

Não obstante, essas reformas, contrariamente às experiências latino-americanas, não apontaram a realizar reformas neoliberais segundo a cartilha do Consenso de Washington, mas a favorecer profundas reformas, apontando também a metas que outorgaram maiores capacidades ao setor público, como motor dinâmico da economia, promovendo o desenvolvimento das forças produtivas e a transferência tecnológica para fortalecer a economia socialista de mercado. Nessa tarefa, a liderança do Partido Comunista Chinês foi crucial, com todas as contradições inerentes a um processo de mudanças quantitativas e qualitativas tão profundo e veloz.

Para finalizar, o leitor pode sentir-se à vontade para ler o livro como quiser. Pode começar pelas conclusões para ter um apanhado geral da temática, ou por um capítulo de caráter mais empírico, da segunda parte, ou ir diretamente aos conceitos teóricos da primeira parte. Ora, assim como em *O jogo da amarelinha*, do escritor argentino Julio Cortázar, que deixa livre aos leitores ler o livro desde o capítulo que eles desejem, alterando a ordem convencional, o livro de Jabbour e Gabriele nos convida a um amplo debate de ideias que permite aos leitores começar pelo capítulo que considerem mais desafiador para seguir interrogando, questionando ou, simplesmente, abrindo mais janelas de conhecimento de dois tópicos fundamentais do nosso tempo: o socialismo e a China.

Fundação
Maurício
Grabois



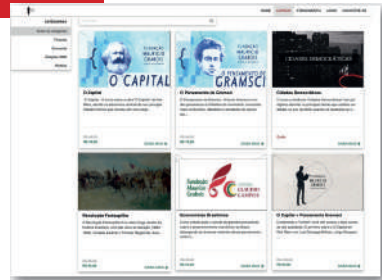
PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre O Capital, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.

LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



DOSSIÊ 90 ANOS DE RUY MAURO MARINI,
50 ANOS DE *DIALÉCTICA DE LA DEPENDENCIA* (PARTE II)

John Smith: las teorías del imperialismo en el siglo XXI (Entrevista)

Dependência e nova dependência no século XXI – *Adrian Sotelo Valencia*

Ruy Mauro Marini e a dialética do capitalismo contemporâneo

– *Carlos Eduardo Martins*

O Estado de contrainsurgência: uma alternativa ao conceito de fascismo dependente -

Gabriel Magalhães Beltrão e Adriano Nascimento Silva

Brasil e América do Sul: subimperialismo e semiperiferia em perspectiva histórica -

Carlos Eduardo Vidigal

Opressão-superexploração: entre “novas” e “velhas” modalidades de labor -

Marcela Soares

Urbanização, superexploração e espaço metropolitano brasileiro no

capitalismo de plataformas - *André Almeida de Abreu*

Dependência educacional: a Contrarreforma do Ensino Médio desde as

contribuições de Marini - *Matheus Rufino Castro*

Vigência e relevância de *Dialética da dependência* à luz de Marion Greenwood -

Roberta Traspadini e José Gilberto de Souza

HOMENAGENS

Memórias e testemunhos – *Lucio Oliver*

RESENHAS

Ruy Mauro Marini, *The Dialectics of Dependency*,

Amanda Latimer e Jaime Osório (eds.) - *Cristobal Kay*

TEMAS LIVRES

Homenagens

Pablo González Casanova (1922-2023) y sus aportes al pensamiento crítico universal - *José Gandarilla Salgado*

Resenhas

***World-Systems analysis at a critical juncture*, Corey Payne, Roberto Patricio**

Korzeniewicz e Beverly Silver (eds.) - *Lourdes Flores Bordais*

***China: o socialismo do século XXI*, de**

Elias Jabbour e Alberto Gabriele - *Javier Vadell*